

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

GEISE TARGA DE SOUZA

**“O DESTINO DOS TRAÇOS VISÍVEIS DO PASSADO”:
O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO DIÁLOGO CRÍTICO
DE PIERRE VILAR COM LOUIS ALTHUSSER**

**GUARULHOS
2019**

GEISE TARGA DE SOUZA

**“O DESTINO DOS TRAÇOS VISÍVEIS DO PASSADO”:
O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO DIÁLOGO CRÍTICO DE PIERRE
VILAR COM LOUIS ALTHUSSER**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Historiografia
Linha de Pesquisa: Poder, Cultura e Saberes

Orientação: Profa. Dra. Marcia Barbosa Mansor
D'Alessio

**GUARULHOS
2019**

TARGA, Geise de Souza.

“O Destino dos Traços Visíveis do Passado”: o problema da produção de conhecimento no diálogo crítico de Pierre Vilar com Louis Althusser / Geise Targa de Souza. Guarulhos, 2019.
170 f.

Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.
Orientação: Prfa. Dra. Marcia Barbosa Mansor D’Alessio.

"The Destiny of the Visible Traits of the Past": The Problem of Knowledge Production in Pierre Vilar's Critical Dialogue with Louis Althusser

1. História da historiografia. 2. Teoria da história. 3. Materialismo histórico. I. D’ALESSIO, Marcia Barbosa Mansor D’Alessio. II. “O destino dos traços visíveis do passado”: o problema da produção de conhecimento no diálogo crítico de Pierre Vilar com Louis Althusser.

GEISE TARGA DE SOUZA

“O DESTINO DOS TRAÇOS VISÍVEIS DO PASSADO”:
O PROBLEMA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO DIÁLOGO CRÍTICO DE PIERRE
VILAR COM LOUIS ALTHUSSER.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Historiografia
Linha de Pesquisa: Poder, Cultura e Saberes

Aprovação: ____/____/____

Profa. Dra. Marcia Barbosa Mansor D'Alessio
Universidade Federal de São Paulo

Profa. Dra. Lidiane Soares Rodrigues
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Alexandre Pianelli Godoy
Universidade Federal de São Paulo

*Dedico esse trabalho à minha mãe, que
(re)descobriu a alegria de estudar;
e a todas as mulheres que resistiram e continuaram
ocupando seus lugares nas escolas, cursos e
universidades.*

AGRADECIMENTOS

*É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi
Da dura poesia concreta de tuas esquinas (...)
E foste um difícil começo
Afasto o que não conheço
E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso*

Caetano Veloso - Sampa

Esse trabalho é resultado de muitos encontros. É impossível fazer justiça a todas as pessoas que contribuíram nessa trajetória, profundamente marcada pelo choque de enfrentar pela primeira vez essa megalópole, dos percalços da vida acadêmica, de um cenário político apocalíptico e principalmente da esperança que surgia pela mobilização em torno de causas sociais e políticas. Esse registro não dá conta da minha profunda gratidão e estima por essas pessoas, que, seja pela presença constante ou por encontros efêmeros, imprimiram em minha lembrança e no meu dia-a-dia a força motriz necessária para seguir em frente.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por ter financiado essa pesquisa (processo nº. 2016/08241-5), assim como a parecerista ou ao parecerista que acreditou que esse projeto era viável e importante. O fomento foi fundamental para que eu pudesse alcançar os resultados apresentados, assim como para a sobrevivência como uma estudante de pós-graduação em São Paulo. Ser bolsista possibilitou parte dos encontros que construíram esse trabalho, assim como a troca de impressões sobre o tema estudado em alguns eventos acadêmicos que foram valiosos. Destaco, em especial, meu agradecimento a *Red Latinoamericana de Estudios Althusserianos* (ReLEA) e o *Centro de investigaciones en filosofía* (CieFI – FaHCE-UNLP-IdIHCS), pela possibilidade de participar das “Jornadas de discusión: ‘¿Althusser más allá del marxismo? Marx en los escritos póstumos de Althusser’”. As discussões promovidas ali, enriqueceram muito a minha pesquisa. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Pedro Karczmarczyk, a Profa. Dra. Natália Romé e ao Prof. Dr. Marcelo Starcenbaum por toda a generosidade e recomendações bibliográficas.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Profa. Dra. Marcia Barbosa Mansor D’Alessio, por ter acreditado nessa pesquisa quando ela ainda era um projeto não muito delimitado. Por toda a generosidade, apoio e diligência nas reuniões e correções das versões dessa dissertação.

Agradeço a Pra. Dra. Lidiane Soares Rodrigues e ao Prof. Dr. Alexandre Pianelli Godoy pela generosa e valiosa contribuição que forneceram a essa pesquisa na arguição de qualificação, assim como por terem aceitado participar da banca de defesa dessa dissertação. Todas as contribuições, ainda aquelas que não tenham sido desdobradas nesse

momento, serão importantes para pesquisas futuras. Agradeço a Profa. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi pela generosidade ao aceitar a suplência na qualificação e pelo apoio e orientação prestados na defesa dessa dissertação, bem como, a Profa. Dra. Carla Brandalise que gentilmente aceitou a suplência da banca de defesa. Agradeço ao Prof. Dr. Janes Jorge pela presidência da banca e pelo apoio prestado.

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves pela enorme generosidade, possibilidade de diálogo e indicações de bibliografia que espero ter usado bem. Quando tive o privilégio de conhecê-lo em 2015, nasceu uma profunda admiração que apenas se consolidou quando, em 2018, o senhor ressemeou o sonho de continuar minha trajetória acadêmica e seguir estudando o pensamento de Louis Althusser. Agradeço também ao Prof. Dr. Jair Pinheiro, pela generosidade, indicações bibliográficas e por ter me alertado para a centralidade da *prática teórica* no pensamento de Althusser.

Meu agradecimento ao Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli, por ter me introduzido nessa seara dos estudos do pensamento althusseriano, pelas provocações, estímulo e apoio para que eu seguisse uma trajetória acadêmica. O meu mais sincero agradecimento a você que foi a primeira pessoa a me parabenizar por ter passado no mestrado e ter sido um ponto de apoio muito importante durante toda essa caminhada, muitas das referências presentes em minha bibliografia foram indicações suas, dadas durante a realização de iniciações científicas e monografia. Agradeço igualmente ao Prof. Dr. Ricardo Machado e ao Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro por terem sido figuras centrais na minha formação, pelo incentivo de continuar estudando temas relacionados a Teoria da História e pela paciência, apoio e afabilidade em escutar os percalços dessa trajetória. Agradeço também a Profa. Me. Daiana Schvartz por toda generosidade, acolhimento e apoio. Foi um privilégio poder ter encontrado todos vocês. Registro também meu sincero agradecimento a Diego Lanciote, cujas contribuições foram fundamentais para a escrita de parte do segundo capítulo e do terceiro capítulo, muito obrigada por todo apoio e solicitude, foi muito valioso contar contigo para dialogar sobre o pensamento de Althusser, assim como para colocar minhas próprias dificuldades diante da Filosofia.

Certa vez me disseram que a pós-graduação era um caminho solitário, minha experiência foi diferente, pude contar com a solidariedade e apoio de vários colegas da minha turma que se tornaram amigos e amigas por quem tenho a mais alta estima. Agradeço a Fábio Dantas Rocha e sua mãe Elizete Maria Dantas Rocha pelo apoio e ajuda com tradução de excertos em francês. Agradeço a Ana Paula Mendonça, Gustavo Silva de Moura, Wagner Pereira Silva e Rodrigo César, camarada de orientação, por todas as conversas, trocas de ideias e acolhimento diante da dureza de viver em São Paulo e das peripécias envolvidas na escrita de uma dissertação. À Talita de Jesus Noronha Sanchez, agradeço por todos os sorrisos e acolhimento, pela ajuda com textos em francês e

indicações de ofertas de emprego. Agradeço ao Guilherme Lopes Vieira por toda a gentileza e simpatia, por toda sinceridade e acolhimento, assim como pelas revisões atentas do texto, a estrutura do primeiro capítulo foi pensada por você e um presente precioso para um momento de total desespero. À Bruna Prudêncio Teixeira e a Michele Aparecida Siqueira Dias, agradeço por toda a amizade, acolhimento, ajuda nos momentos de desespero com os procedimentos envolvendo a FAPESP, pelas conversas inestimáveis sobre o machismo na academia, por serem essas duas mulheres absolutamente incríveis! Agradeço ao Osvaldo Bruno Meca Santos da Silva, eterno “Otávio”, por todas as coronas e conversas paralelas, pela ajuda com os perrengues da “cidade grande”, por sua valiosa gentileza e presença que nenhuma indisponibilidade ocasional apaga. Por fim, mas não menos importante, agradeço a Pauleany Linhares Prince, por sua amizade, força, positividade, capacidade de enfrentamento e pela sua integridade intelectual inabalável! Depois de nosso encontro, nunca mais terá o mesmo significado a canção de Belchior, que dizia: “A minha alucinação é suportar o dia-a-dia e meu delírio é a experiência com coisas reais”.

Agradeço também a Julia Svazati Assine e Mariana Trislitz Perassolo Guedes por todo apoio emocional e acolhimento. À Elaine de Sousa Oliveira, Mayara Pinheiro Aragão e Sara Fernandes Laurentino, agradeço pela amizade que construímos e por tornarem mais toleráveis o dia-a-dia com todas as dificuldades que enfrentamos quando trabalhamos em uma empresa de telemarketing, cada uma com uma motivação, mas todas tentando garantir às condições de existência. Pela alegria e companheirismo de uma amizade que cortou caminhos mas que fincou alicerces firmes, agradeço a Franciele Neris Batista, eterna “Francisca”, e a Heloísa Aparecida de Souza por aguentarem todas às minhas constantes autoflagelações em torno da escrita de uma dissertação.

Eu não conseguiria registrar aqui o tamanho da minha gratidão e admiração a Lílían Falcão de Araújo e Thaís Mendes Geraldini, companheiras de manifestações e dessa vida corrida entre concursos, empregos, mestrado, “comidinhas” e uma vida social que muitas vezes teimava em ser quase inexistente. O período que caminhei ao lado de vocês foi muito lindo e pude crescer muito. Obrigada por toda a amizade, acolhimento, carinho e revisões de texto. São Paulo teria sido muito mais sombria e triste sem vocês. Agradeço também ao Alexandre Falcão de Araújo, Nilda Falcão de Araújo, Marilza Batista, Suzie Aparecida Mendes Geraldini e Natalino de Melo Mendes. As coisas que vocês fizeram por mim marcaram profundamente minha vida nesses últimos três anos, vocês que chegaram até mim através da Lílían e da Thaís, encheram meu cotidiano com teatro, risadas, yoga, bolo de roda, buchada e piadas.

Aquelas que marcaram minha vida de maneira indelével, meu agradecimento a: Paula Marisa Simon, Neyha Guedes Dariva, Ana Flávia Munsí, Michaela Bernardes da Silva e Larissa Lara Ferreira. Obrigada pelo apoio, leituras, acolhimento, indicações de leitura e risadas. Durante todos esses anos, não tenho como agradecer pela inestimável amizade que construímos, vocês

permanecem comigo a cada passo que dou, são minha inspiração por sua coragem, audácia e sensibilidade. Ensinam-me todos os dias que na fraqueza que cada um de nós tem dentro de si, esconde-se nossa inextinguível resiliência.

Agradeço a Isabela Cristina Vizoni por todo carinho que me dedicou e a compreensão diante das inevitáveis ausências e indisponibilidades de quem estava escrevendo uma dissertação. A você que sempre me inundou com sua amabilidade, registro minha admiração e meu mais sincero agradecimento.

À minha mãe, Gislaine de Oliveira Targa, ao meu pai, Antônio Gomes de Souza, à minha irmã, Géssica Targa de Souza, ao meu irmão, Gerson Targa de Souza, aos meus sobrinhos Gerson Filho e Isabela, a minha vó e família, agradeço com especial carinho. Esses últimos três anos foram marcados por muitas ondas agitadas em um mar de ausência. Agradeço por todo o apoio que vocês me deram, por me encorajarem a continuar, mesmo diante das barreiras mais difíceis. Obrigada por compreenderem esse processo e por perdoarem minha exiguidade.

Mesmo se todos os traços do passado fossem destruídos, isso não significaria necessariamente que haveria menos conhecimento sobre ele.

Massimo Mastrogregori

RESUMO

O presente estudo busca (re)construir o diálogo crítico de Pierre Vilar com Louis Althusser, entre os anos de 1964 e 1973 na França. Ambos foram intelectuais que ganharam projeção internacional na década de 1960 e definiam-se como marxistas, contudo, Vilar era um historiador e Althusser um filósofo. Os lugares de produção desses dois intelectuais impactaram na forma como compreendiam o marxismo, assim como o uma “disputa” em torno do conceito de *matéria-prima*, ponto em que não havia comum acordo. A definição desse conceito produziu impactos na concepção de produção de conhecimento para cada um dos autores, marcando duas formas singulares de apropriação do marxismo e duas defesas distintas sobre *como* era possível produzir conhecimento. Apresentamos esse diálogo de caráter teórico, sem deixar de reconhecer, com isso, que ele é produto de uma conjuntura profundamente influenciada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, e pelo Maio de 1968 na França. Nossa pesquisa pretende ser uma contribuição à área da História da Historiografia, como um estudo da história da escrita da história teoricamente orientado, com isso, estabelecemos que nosso objetivo remete a discussão de conceitos e formulações teóricas ou metodológicas que foram postas pelos dois autores. Ao destacar seu posicionamento acerca desse tema, de importância fundamental ainda hoje, resgatamos não só um período muito importante da história da historiografia, mas também reconhecemos o posicionamento desses dois autores diante do problema da produção do conhecimento e consequentemente da definição da matéria-prima desse processo.

Palavras-chave: História da historiografia. Teoria da História. Materialismo histórico.

ABSTRACT

The present study seeks to (re)construct the critical dialogue of Pierre Vilar with Louis Althusser, between the years 1964 and 1973 in France. Both were intellectuals who gained international projection in the 1960s and defined themselves as Marxists, however, Vilar was a historian and Althusser a philosopher. The places of production of these two intellectuals impacted on the way they understood Marxism, as well as a "dispute" on the concept of raw material, where there was no common accord. The definition of this concept produced impacts on the conception of knowledge production for each one of the authors, marking two singular forms of appropriation of Marxism and two distinct defenses on how it was possible to produce knowledge. We present this dialogue of a theoretical nature, while recognizing that it is the product of a situation profoundly influenced by the 20th Congress of the Communist Party of the Soviet Union in 1956 and by May 1968 in France. Our research intends to be a contribution to the area of History of Historiography, as a study of the history of theoretically oriented history writing, with this, we establish that our objective refers to the discussion of concepts and theoretical or methodological formulations that were put by the two authors. In highlighting his position on this subject, of fundamental importance still today, we have recovered not only a very important period in the history of historiography, but also recognize the position of these two authors in the face of the problem of knowledge production and consequently of the definition of the raw material of this process.

Keywords: History of historiography. Theory of History. Historical materialism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DOIS INTELLECTUAIS MARXISTAS E UMA QUESTÃO: APRESENTAÇÃO DO DIÁLOGO.....	23
2.1 O MARXISMO PARA PIERRE VILAR	47
2.2 O MARXISMO PARA LOUIS ALTHUSSER.....	51
2.3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS EM TORNO DO MARXISMO.....	57
3 CONCEITOS MOBILIZADOS.....	60
3.1 HISTÓRIA RACIOCINADA E PROBLEMÁTICA	60
3.2 A MATÉRIA-PRIMA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	77
3.3 CIÊNCIA E HISTÓRIA	94
4 A <i>VEXATA QUAESTIO</i> : COMO PRODUZIR CONHECIMENTO A PARTIR DE UM VIÉS MARXISTA?	131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
FONTES.....	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170

1 INTRODUÇÃO

Como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi envolto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto sobre ela.

Frank R. Ankersmit

O presente estudo toma como objeto o pensamento de Pierre Vilar (1906-2003), historiador francês, e de Louis Althusser (1918-1990), filósofo franco-argelino. Ambos se tornaram reconhecidos internacionalmente a partir da década de 1960, assumiam-se como marxistas e cada qual, a sua maneira, traçou linhas de combate em favor da teoria marxista. Vilar tornou-se um especialista em história da Catalunha, todavia, travou muitos combates em defesa da historiografia, entre eles, com Raymond Aron e Michel Foucault. O historiador francês atuou na *École Pratique des Hautes Études* e, posteriormente, em 1965, assumiu a cátedra de História Econômica e Social, criada por Marc Bloch, na Sorbonne. Althusser produziu, nas décadas de 1960 e 1970, escritos acerca do desenvolvimento do *materialismo histórico* e do *materialismo dialético*, além da relação entre a teoria marxista e o Partido Comunista Francês. Seus textos instauraram diversas polêmicas em torno da apropriação da obra de Marx. Em sua trajetória acadêmica, atuou como professor da *École Normale Supérieure*.

Restringimos a nossa análise entre os anos de 1964 e 1973, período de publicação das fontes aqui trabalhadas. Estabelecemos como marcos históricos o “pós-1956” e o “Maio de 1968”. O período posterior à 1956 diz respeito à conjuntura vivida pelos marxistas após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a publicação do relatório no qual Nikita Khrushchev denunciou os crimes de Josef Stalin. O Maio de 1968, na França, abalou às ciências sociais e a hegemonia de abordagens consideradas estruturalistas, sendo que, seu fim, resultou tanto na retomada imediata de estudos “estruturais”, como posteriormente culminou no declínio das teorias gerais, incluindo o marxismo. Assumimos que esses dois eventos históricos reverberaram na construção das leituras possíveis acerca de uma *teoria marxista*, tanto pela necessidade de defender essa teoria diante da conjuntura vivida, como frente aos múltiplos paradigmas que constituíram às ciências sociais naquele período.

Nossa concepção de “múltiplos paradigmas nas ciências sociais” é inspirada em Kuhn (1998). Para esse autor, um *paradigma científico* corresponde “(...) as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (ibidem, p. 13). Compreendemos que esse conceito indica a capacidade de um grupo (praticantes de uma determinada ciência) responder aos problemas históricos colocados em um dado momento. O que determinaria a perpetuação de um *paradigma* seria a sua capacidade de *convencimento*, ou seja, não estava atrelada a um “critério de verdade” ou de “falseabilidade”, conforme defendia Karl Popper. Para Kuhn (ibidem, p. 224), “Um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência”, ou seja, pode ser compreendido como um modelo de pensamento seguido e legitimado por uma determinada comunidade acadêmica.

Reconhecemos, no entanto, a crítica de Silva (2003, p. 20), que indica que a ideia de um “paradigma nas ciências humanas” poderia resultar em enclausuramento e simplificação em torno de categorias analíticas tomadas como fundamentais. Contudo, consideramos que, postulado esse limite¹, as reflexões de Kuhn são fecundas para estabelecer, em nossa pesquisa, dois grandes paradigmas para as ciências sociais: o estruturalismo e o marxismo. A partir disso, buscamos compreender quais fenômenos históricos marcaram, de alguma forma, o período de publicação das obras estudadas (1964-1973), tendo em vista que se tratavam de dois autores marxistas, um historiador e um filósofo. Consequentemente, a ideia da coexistência de múltiplos paradigmas científicos, subsidia a reflexão sobre as múltiplas tendências que se colocavam naquele momento para explicar o social no pensamento dos autores.

Com isso, pretendemos destacar que o estruturalismo antropológico foi um paradigma importante naquele momento, mas não podemos utilizá-lo como rótulo que se explica sozinho. Isso por que, ele se colocava em um campo oposto ao marxismo e existiam outras tendências dentro das ciências sociais, incluindo estudos de *longa duração*, a valorização do conceito de *estrutura* para estudar os mecanismos do social, a história econômica e demais abordagens que podem até não ser consideradas paradigmas no sentido estrito, mas que eram legitimadas por determinadas comunidades acadêmicas e estavam em uso. Posto isso, não

1

Balibar (1978) também distingue a concepção de ciência de Kuhn frente à concepção de ciência bachelardiana e althusseriana.

realizamos um mapeamento rigoroso de quais seriam esses paradigmas e sua permeabilidade nas disciplinas, utilizamos esse enunciado teórico como inspiração para pensar e analisar nossas fontes, logo, ele não é um método, no sentido de estabelecer linhas mais rígidas de crítica às fontes, mas um caminho teórico que possibilitou a reflexão realizada.

Nossa pesquisa insere-se no campo que é denominado, pelo menos desde a década de 1980, como *história da historiografia*. Acreditamos que a partir das reflexões de Blanke (2006), Mastrogregori (2006), Turin (2013), Araujo (2006, 2013) e D'Alessio (2013) é possível estabelecer que: apesar da grande diversidade de trabalhos e abordagens teórico-metodológicas, existe um campo de estudos orientado para a história da escrita da história dentro da disciplina História. Além disso, esse campo é substancialmente autônomo e distinto de uma história intelectual, da teoria da história, da história das ideias ou de uma história das ciências, podendo, contudo, agregar algumas características dessas outras subdisciplinas. O objeto privilegiado da história da historiografia são escritas historiográficas, ou seja, refere-se, em particular, ao trabalho de historiadores e historiadoras no decorrer da história dessa disciplina.

Blanke (2006, p. 29-32) propõe dez tipologias desses estudos historiográficos a partir das obras de historiadores alemães: 1) *História dos historiadores* (biografias intelectuais, retratos pessoais); 2) *História das obras* (história de um gênero literário, sem recorrer a um estudo muito aprofundado das instituições); 3) *Balanço geral* (visões panorâmicas); 4) *História da disciplina* (aborda a perspectiva das instituições, construção de disciplinaridade); 5) *História dos métodos* (história dos métodos históricos); 6) *História das ideias históricas* (tendências da história intelectual e heranças culturais); 7) *História dos problemas* (história das subdisciplinas da história, das relações entre as disciplinas, recepção de eventos históricos pelos historiadores, relação de diferentes historiografias nacionais, além de tratar de funções culturais, políticas e sociais do pensamento historiográfico); 8) *História das funções do pensamento histórico* (funções sociais da historiografia); 9) *História social dos historiadores* (história dos historiadores em determinado período) e 10) *História da historiografia teoricamente orientada*, que é marcada “(...) pela tentativa de captar o desenvolvimento da disciplina no interior de sua reflexão metateórica” (ibidem, p. 32).

De acordo com esse autor (ibidem), os trabalhos de história da historiografia assumiam diferentes aspectos da teoria da história, possuindo como central o debate sobre os fundamentos da História (disciplina e ciência). Tal trabalho é, ainda, um “(...) instrumento de

verificação de padrões científicos” ou posições ideológicas (ibidem, p. 32-33). Essa área de estudos possibilita a “(...) reconstrução de realidades passadas da história como atividade profissionalmente estruturada. Principalmente na medida em que ela pode localizar e resgatar projetos fracassados” (ibidem, p. 32).

Mastrogregori (2006, p. 65-67), propôs que existem, pelo menos, seis métodos característicos de trabalhos de história da historiografia, podendo eles serem combinados: 1) *bibliográfico, erudito, enciclopédico* (aborda obras, títulos e historiadores); 2) *filosófico, pragmático, pedagógico* (historiografia filosoficamente determinada, valoriza alguns historiadores desvalorizando outros e cujo objetivo pedagógico é explicar as diversas faces do método historiográfico pela análise da narrativa dos historiadores); 3) *científico* (história do verdadeiro e do falso, sucessos e fracassos, com interesse em problemas historiográficos); 4) *retórico e literário* (considera o aspecto narrativo da obra histórica); 5) *sociológico e prosopográfico* (análise microscópica atenta ao institucional e ao político) e 6) *sintético e descritivo* (não possui um método rígido, aplicando métodos de outros tipos de pesquisa). Sobretudo, para esse autor, “A história da historiografia é dessa maneira, um espelho de aumento; o que vemos refletido é a história-ciência” (ibidem, p. 68). Nesse sentido, é uma forma de atentarmos para a historicidade da historiografia.

Esta apresentação muito sumária das divisões que esses dois autores realizaram é resultado de uma apreciação breve e sintética que os próprios autores propõem. Ela permite ilustrar, pois, a existência de uma diversidade de métodos e abordagens utilizadas nos trabalhos que se dedicaram ao estudo da história da historiografia. Entendemos que o nosso trabalho se insere entre o que seriam as tipologias *história dos métodos*, *história dos problemas* e *história da historiografia teoricamente orientada*, para Blanke (2006), e no que Mastrogregori (2006) definiu como método *filosófico, pragmático, pedagógico*. Isto, porque, no capítulo três desta dissertação, quando abordamos o problema da produção de conhecimento, estamos investigando concepções que delimitam um lugar e uma função para o método dentro do processo de produção de conhecimento. Nesse sentido, a análise se encaixaria na *história dos métodos* e no método *filosófico, pragmático, pedagógico*. Por outro lado, quando abordamos a relação entre o pensamento de um historiador e um filósofo, estamos lidando com o encontro entre essas duas disciplinas em nossas fontes, isto é, uma *história dos problemas*). Se consideramos, por fim, que os capítulos dois e três enfatizam o

esmiuçamento teórico do problema da produção de conhecimento para Vilar e Althusser, temos também a *história da historiografia teoricamente orientada*.

Essa porosidade teórico-metodológica se deve a necessidade de adequação do caminho que deveria ser trilhado para abordar o problema que nos colocamos inicialmente. A saber, visamos trabalhar a seguinte questão: considerando que Vilar e Althusser possuem concepções distintas acerca da matéria-prima do materialismo histórico, quais são as implicações teórico-metodológicas da definição que cada autor possui para a produção de conhecimento em uma perspectiva marxista?

Esse problema formulou-se a partir de um diagnóstico inicial: Vilar e Althusser possuíam concepções distintas em torno do que seria a *matéria-prima* (objeto) de um processo de produção de conhecimento. A partir disso, queríamos descobrir quais as implicações que essas definições particulares possuíam na própria concepção de produção de conhecimento. Reconhecemos que todo pensamento é fruto da conjuntura na qual nasce, assim como faz parte de uma tradição discursiva que compõe grupos de interlocução, seja o grupo de historiadores para Vilar, seja o grupo de marxistas ligados ou não ao Partido Comunista Francês (PCF) para Althusser. Falamos em *tradição discursiva* a partir da definição de Mastrogregori (2006, p. 69-70). Para esse teórico, uma *tradição* não se define apenas a partir daquilo que foi salvo (permaneceu), mas também por aquilo que sepultou. Consequentemente, esse conceito refere-se a um processo histórico de transmissão e destruição de lembranças, que torna visível o resultado (o que foi preservado) ocultando (tornando invisível) aquilo que foi solapado. Para Mastrogregori,

(...) o presente abre um espaço de cognoscibilidade dentro do qual é possível perceber o único passado possível. Condições políticas, econômicas, religiosas, morais, estéticas, convergem em um determinado presente para moldar o passado visível (um passado possível de tornar-se real) (ibidem, p. 75, grifos do autor).

Destarte, compreendemos que todo discurso, seja ele historiográfico ou não, é resultado de uma trajetória de apropriações dos discursos que o antecederam. Para responder ao problema que nos colocamos, delimitamos um caminho que inevitavelmente torna *visível* e *(re)constrói* alguns aspectos das nossas fontes, além de abrir mão de explorar outras dimensões desses objetos. Nossa opção teórico-metodológica foi a de localizar nosso objeto no tempo e no espaço e explorar teoricamente a construção do pensamento desses autores em torno do problema da produção de conhecimento.

No capítulo um, tentamos historicizar nossa documentação a partir de dois marcos históricos: após 1956 e 1968 na França. Isso também foi uma escolha feita a partir do espaço desta dissertação e baseada no tempo disponível para a sua realização, uma escolha que surgiu também a partir do contato com as obras dos intelectuais estudados e de um processo de pesquisa que dialogava com a investigação desenvolvida em nossa monografia². Posto isso, existem limites na nossa abordagem, que devem ser reconhecidos. Existia a possibilidade de aprofundar a relação desses intelectuais com as instituições a qual pertenciam ou explorar os gatilhos que poderiam ter impulsionado o estudo da Catalunha por Vilar ou os enfrentamentos que Althusser realizou; entre outros problemas que poderiam ser colocados e explorados a partir de outras áreas da historiografia ou mesmo dentro da história da historiografia. Todavia, esses marcos foram estabelecidos como resultado do próprio problema que não priorizava uma explicação do surgimento desses textos, mas sim a própria elaboração teórica realizada pelos autores em um contexto de disputa entre as ciências sociais e de enfrentamento dos efeitos do XX Congresso do PCUS, em 1956, e do Maio de 1968 para a teoria marxista.

Poderíamos ser inqueridos: a ausência desses outros elementos que historicizam os textos estudados, não corresponderia a um voo sobre a copa das árvores, sem analisar suas raízes? Em contrapartida, perguntamos: Não corresponde a análise do discurso historiográfico, de sua teoria e método, também uma forma de compreender as raízes do pensamento historiográfico? Esse exercício investigativo mais teorizante também não nos ajuda a compreender o estado atual dos problemas historiográficos que enfrentamos hoje em nossa prática? Seria essa busca por uma origem do discurso nas instituições, redes de sociabilidade, entre outros a única alternativa para pensarmos a produção passada de historiadores e historiadoras? Não há nenhuma atualidade ou uso para as proposições teóricas e metodológicas desses intelectuais?

Por conseguinte, se o capítulo um é resultado do esforço de localizar nossas fontes e de reconhecer o lugar de produção dos autores estudados, são nos capítulos dois e três que aprofundaremos os conceitos que circundam nosso problema e a abordagem singular de cada autor para ele. A estrutura de nosso trabalho revela um caminho teórico-metodológico que foi esboçado a partir do próprio problema de pesquisa e do trato das fontes, que nos levou imediatamente a necessidade de explorar às proposições teórico-metodológicas que esses dois intelectuais formularam.

Cabe aqui esclarecer outro ponto. Quando falamos em um diálogo crítico estamos nos referindo a um diálogo crítico que foi produzido por nós. Conforme veremos no capítulo um, selecionamos alguns textos de Vilar nos quais ele faz menção ao filósofo franco-argelino, ou seja, nem todos surgiram com o interesse de ser uma crítica estrita ao pensamento de Althusser. Muitos dos momentos nos quais Vilar se colocou diante da obra desse filósofo ocorreram em obras que tinham outros objetivos. Selecionados esses textos, delimitando os conjuntos de questões que o historiador colocou para Althusser e, diante desse conjunto, localizamos aqueles pontos de tensão que tinham relação com o problema da produção de conhecimento histórico, mais especificamente, que diziam respeito a definição da *matéria-prima* da história-conhecimento.

A partir daí, diagnosticamos, inicialmente, quais obras eram referenciadas pelo historiador como pontos centrais de crítica, bem como os textos que contribuíam para explorar as proposições do filósofo franco-argelino sobre o problema estudado. Há nesse segundo conjunto de fontes um ensaio de uma resposta de Althusser para Vilar, que foi escrito provavelmente em 1973. É necessário, nesse ponto, destacarmos o caráter inacabado deste documento, visto que não foi publicado em vida³ e, até onde temos conhecimento, nunca chegou a Vilar. Esse é um ensaio do que deveria ser uma resposta. Embora não possamos tratá-lo da mesma forma que outros textos do filósofo – textos já acabados –, ele serve de índice para diagnosticar possíveis relações com as reflexões realizadas por Althusser em obras anteriores. Do pouco que escreveu como ensaio de uma resposta, o filósofo destacou o problema da matéria-prima da produção de conhecimento e a centralidade dada a conceitualização das diferentes práticas em seu pensamento. Nesse último caso, a ênfase estava na prática do filósofo e do cientista.

A seleção das fontes foi resultado do exercício de construção de um diálogo que não aconteceu no sentido estrito do termo, ou seja, não temos uma resposta efetiva de Althusser para Vilar. Contudo, existe de um lado Vilar e sua tentativa sincera de estabelecer um diálogo crítico e, do outro, sabemos que Althusser teve acesso a essas críticas, mas não houve uma resposta publicada. Nosso caminho foi traçar esses pontos de tensão presentes em Vilar para, então, estabelecer os encontros e oposições entre os dois autores em torno do problema investigado.

3

A publicação original ocorreu em 2016. Cf.: Althusser (2016). Existe uma tradução em português: Althusser (2018, n. p.).

Por fim, o caráter teorizante do nosso problema de investigação possui também o intento de “dar voz” aqueles que atualmente são tidos como episódios enterrados da história da historiografia. Objetivamos reconstruir um episódio que estava sepultado e retomar, no presente, as proposições elaboradas por esses dois intelectuais. Fica a cargo do leitor reconhecer ou não a atualidade e engenhosidade das elaborações de Vilar e Althusser, assim como refletir se elas iluminam ou tornam visíveis, caminhos para a prática historiográfica ainda hoje. Com isso, estabelecemos que nosso trabalho é muito mais descritivo-analítico do que propositivo, resulta muito mais em um exercício de revirar os túmulos do que de determinar quem estava “certo” ou “errado”. Interessa-nos apenas os encontros, pontos de tensão e silêncios que os textos estudados revelam.

Certamente, podemos conceber que no campo da historiografia possuímos a tendência de sepultar, talvez muito cedo, autores que são tidos como ultrapassados. Não só a leitura acerca de fenômenos históricos é tida como superada, mas também os procedimentos teórico-metodológicos são esquecidos. Acreditamos que talvez, essa seja uma tarefa necessária para os historiadores, sendo a área da história da historiografia, com suas particularidades, capaz de contribuir ao dar voz aqueles que foram sepultados e que mergulhados no esquecimento foram silenciados. De acordo com Blanke (2006, p. 35), “A tentativa de justificar uma posição teórica não conformista apelando para autores que foram marginalizados ou mesmo excluídos da comunidade acadêmica pode ser considerada uma forma especial de argumentação contra a tradição acolhida”. Nesse sentido, acreditamos que tal exercício, ainda que mais próximo à descrição, é também uma forma de contribuir para o desenvolvimento das teorias da história. Ele explora, pois, o “potencial inexaurível” dessas reflexões para pensar a produção de conhecimento histórico.

Ainda em tempo, lembramos que estamos trabalhando com o pensamento de um historiador e de um filósofo. Tendo isso em vista, poderíamos ser questionados acerca da possibilidade de escrita de uma história da historiografia sobre um autor que não é propriamente um historiador. Concebemos que, no que toca a essa questão, importa-nos as reflexões que tenham relação com problemas historiográficos, independente da área de conhecimento que surjam. Isso já é algo previsto por Blanke (2006, p. 31), ao apontar como parte da tipologia *história dos problemas* as relações da História (disciplina) com outras disciplinas ou ciências. Essas relações também fazem parte da história da escrita de história.

Por fim, nosso caminho teórico-metodológico não considera o pensamento dos dois autores a partir de um signo de oposição entre o discurso do historiador e o discurso do filósofo *tout court*. Esperamos ter explorado as diferenças que delimitam cada pensamento, que certamente demonstram uma tensão entre Filosofia e História em torno do problema da produção de conhecimento histórico ou, em outras palavras, do *destino dos traços visíveis do passado* para a prática historiográfica. Todavia, esperamos ter demonstrado que também existem pontos de encontro e que, talvez, a definição de *matéria-prima* seja a “ponta do novelo” que originou esse imbróglio entre Vilar e Althusser. Reforçamos que o nosso objetivo não é polarizar o pensamento dos dois autores, mas mostrar suas nuances. Ao (re)construir esse diálogo crítico, ao interpretar seus textos e posicionamentos, os reconhecemos como agentes históricos.

Faz-se necessário, por fim, um breve histórico desta pesquisa. O problema proposto é resultado de uma trajetória de investigação que teve início com indagações sobre a concepção de “verdade científica”. O caminho encontrado para explorar esse problema foi o estudo de diatribes ou diálogos entre intelectuais. Em 2015, defendemos uma monografia que abordou o tema, intitulada “*O problema da produção do conhecimento histórico na polêmica Thompson-Althusser*”⁴. Posteriormente, essa problemática permaneceu conosco, sendo trabalhada a partir do diálogo crítico de Pierre Vilar com Louis Althusser. Esse breve histórico também indica que temos pesquisado o pensamento do filósofo franco-argelino por um tempo e nunca predispomos-nos a expurgar seu pensamento da historiografia. Optamos, na realidade, pelo caminho oposto: tentar compreender suas proposições. Cabe indicar isso desde o princípio, posto que, a maior parte de trabalhos historiográficos que abordam o pensamento desse filósofo, o fazem a partir de uma “execução” prévia.

No capítulo “Dois intelectuais marxistas e uma questão: apresentação do diálogo”, buscamos localizar esses dois autores no tempo e no espaço. Conforme especificamos anteriormente, na segunda parte desse capítulo, abordamos a concepção de marxismo para Pierre Vilar e para Louis Althusser.

O capítulo “Conceitos mobilizados” está dividido em três subitens, sendo eles, “História raciocinada e problemática”, “A matéria-prima da produção de conhecimento” e “Ciência e História”. Esse capítulo explora a definição de conceitos-chave para

compreendermos a concepção de produção de conhecimento para cada um dos autores estudados. Ele é o mais extenso, pois exigiu um rigoroso detalhamento de muitos conceitos, ainda que selecionados previamente de acordo com o problema investigado.

Por fim, no capítulo “A Vexata Quaestio: como produzir conhecimento a partir de um viés marxista?”, adentramos o problema da produção de conhecimento para o filósofo franco-argelino e para o historiador francês. Nele, localizamos o *lugar* da matéria-prima nesse processo e as implicações de sua definição.

2 DOIS INTELLECTUAIS MARXISTAS E UMA QUESTÃO: APRESENTAÇÃO DO DIÁLOGO

Neste capítulo, abordaremos alguns aspectos do contexto social que contribuíram para a compreensão do diálogo de Vilar com Althusser. O objetivo é apontar alguns fatores que, a partir da nossa investigação, tornaram-se importantes para localizar espacial e temporalmente o objeto por nós estudado. Dessa maneira, trata-se de um recorte de alguns elementos sociais que se tornaram importantes para a presente pesquisa. Além disso, também analisamos qual a compreensão que os dois intelectuais estudados possuem sobre o marxismo.

Doze anos separam o historiador francês do filósofo franco-argelino. Pierre Vilar nasceu em Frontignan, na França, em três de maio de 1906. Tornou-se prisioneiro de guerra em 1940, permanecendo preso até 1945. Louis Althusser nasceu em Birmandreis, na Argélia⁵, em 16 de outubro de 1918. Iniciou seus estudos na *École Normale Supérieure*, em 1939, mas logo depois se tornou prisioneiro de guerra por cinco anos, momento no qual se aproximou do movimento comunista através de militantes do PCF. O filósofo franco-argelino filiou-se ao PCF, em 1948, no mesmo ano defendeu a sua tese sobre Hegel, orientado por Gaston Bachelard (DOSSE, 2007a, p. 373-386; MARTUSCELLI, 2015, p. 131; MOTTA, 2012, p. 73; *ibid.*, 2014, p. 9, 12).

O historiador francês, geógrafo de formação inicial, tornou-se amplamente conhecido após publicação de *Or et monnaie dans l'histoire 1450-1920*⁶, em 1969. Reconhecido por seus trabalhos sobre a Catalunha e a Espanha, destacou-se como “historiador dos *Annales*”. Olhou para a história a partir do marxismo, contudo, nunca se filiou ao PCF. Reis (2000)

5

Devemos pontuar que, quando Althusser nasceu, a Argélia era uma colônia francesa. O filósofo permaneceu na capital da Argélia, Argel, durante boa parte da sua infância, se mudando para *Marseille*, na França, em 1930, após uma promoção do pai que era bancário. Quando se mudou para França, Althusser não tinha mais do que 12 anos (não sabemos a data exata da mudança) e ele afirma, em sua autobiografia, que suas memórias sobre a Argélia dizem respeito a sua família e escola. A família paterna de Althusser era alsaciana e fora deportada para a Argélia depois da Guerra Franco-Prussiana (após o conflito, seus avós escolheram permanecer na França, mas isso não impediu que fossem enviados para a colônia francesa). Mais elementos biográficos do filósofo podem ser consultados em: Althusser (1992). Contudo, vale ressaltar que essa autobiografia foi escrita após uma sequência de distúrbios psiquiátricos. Nesse sentido, muitos elementos expostos são problemáticos e, talvez, não constituam nem mesmo a tentativa de um retrato da realidade vivida pelo autor, mesmo que idealizada.

6

Edição brasileira: VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história — 1450-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980.

considera que Vilar é membro da “segunda geração” dos *Annales*, que teve como principal liderança Braudel. Embora a relação entre os *Annales* e os marxistas fosse problemática, Vilar publicou seus trabalhos marxistas nos *Annales*, assim como em revistas ligadas ao PCF.

Althusser, filósofo e comunista, tornou-se conhecido na primeira metade da década de 1960, a partir da publicação de *Pour Marx e Lire le Capital*. O “francotirador solitário”⁷, como definiu Martín (2007), travou combates para o desenvolvimento da teoria marxista, confrontando o *humanismo* defendido pelo PCF, assim como os cânones da leitura de Marx. Seu pensamento penetrou em diversas ciências sociais, sendo considerado revolucionário para uns e herege para outros. Mobilizou o debate marxista na década de 1960 e 1970, ao ponto de todo embate teórico marxista naquele período ter que assumir uma posição contra ou a favor a Althusser (MARTÍN, 2007, p. 17).

O diálogo Vilar-Althusser percorreu todo o período de ascensão e declínio de uma conjuntura marcada pelo *estruturalismo* e pela *pluralização teórica do marxismo*. Tal período antecedeu o desaparecimento da pretensão de uma análise global do social na historiografia francesa. Destacamos esses dois elementos, que podem ser definidos como fenômenos de uma história das ciências sociais nas décadas de 1960 e 1970, porque eles se difundiram em um momento no qual se buscava amparo científico para as ciências sociais, contudo, eram opostos.

As proposições de Althusser não provocaram uma reação apenas em Vilar, mas estavam inseridas em um conjunto de críticas que surgiram, principalmente na década de 1970, ao pensamento althusseriano. Esses encontros, confrontos ou diálogos possuem *tipologias* específicas, sendo possível encontrar críticas que tinham como intuito a destruição do pensamento de seu oponente, debates internos de uma corrente teórica, apropriações acríicas de um pensamento, assimilações profundas e diálogos críticos⁸. É possível apontar vários tipos de referências à obra de Louis Althusser, realizadas por historiadores, sendo a turbulenta crítica do historiador inglês Edward Palmer Thompson⁹, talvez, a mais conhecida no Brasil.

7

Tradução nossa: Franco-atirador solitário.

8

Agradeço ao Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli por apontar a importância de estabelecer as diferentes tipologias de uma crítica. O uso que faço dessa ideia é minha responsabilidade.

9

A respeito da diatribe Thompson-Althusser, produzimos uma monografia, sob orientação do Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli e co-orientação do Prof. Me. Vicente Neves da Silva Ribeiro, intitulada *O problema da*

*The Poverty of Theory or an Orrery of Errors*¹⁰ (1978), de Thompson, não é a única obra de um historiador inglês sobre o filósofo franco-argelino. Perry Anderson publicou *Arguments within English Marxism*¹¹, em 1980, obra que foi resultado de um acerto de contas com Thompson após a publicação de *The Poverty of Theory*. De acordo com Elliott (2006), Anderson teria escrito para Althusser, propondo a elaboração de uma resposta a Thompson. O filósofo, todavia, teria se recusado, pois, considerava que as críticas já haviam sido feitas por outros intelectuais ou pelos próprios althusserianos. *Arguments within English Marxism* pode ser considerada uma resposta de Anderson a Thompson em defesa de Althusser e dele próprio¹². Outro proeminente historiador inglês, que se manifestou contra o filósofo, foi Eric Hobsbawm que teria afirmado, em entrevista, que Althusser não tinha praticamente nada a dizer para os historiadores (HOBSBAWM, 1978/1979, p. 123 apud NIELD, SEED, 1979, p. 414).

No Brasil, também foram publicadas críticas ao pensamento de Althusser. Entre elas, *O Marxismo de Louis Althusser*¹³ (1971), de Caio Prado Júnior; *Do lado da História: uma leitura crítica da obra de Althusser*¹⁴ (1974) de Paulo Silveira e *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica*¹⁵ (1980) de Jacob Gorender¹⁶.

produção do conhecimento histórico na polêmica Thompson-Althusser, em 2015, pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://libgen.io/book/index.php?md5=0152F9029140C7E9CFFB7755FFFC4340>>. Acesso em: 11 fev. 2018. Nesse trabalho, pode ser consultada uma série de referências sobre o debate.

10

Publicada no Brasil com o título *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*, pela Zahar Editores, em 1981. A edição original possuía, além do ensaio que dá nome à obra, os ensaios “Open Letter to Leszek Kolakowsky” de 1973; “The peculiarities of the English” de 1965; “Outside the wale” de 1960; Foreword; Note on the Texts e Afternote. A edição brasileira publicou apenas o ensaio “The Poverty of Theory”.

11

Possui uma tradução espanhola com o título *Teoría, política e história: un debate con E. P. Thompson*, de 1985. Recentemente, foi traduzido para o português pela Editora da Unicamp, sob o título: *Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson* (2018). Essa obra representou o encerramento de quase duas décadas de polêmicas e controvérsias entre os dois historiadores, que tiveram início em 1962 com a transição da direção da *New Left Review*.

12

Remeto a uma defesa de si, pois, em *The Poverty of Theory*, Thompson também critica Anderson. *Arguments within English Marxism* foi uma forma de pôr fim a uma diatribe de quase duas décadas entre os dois historiadores ingleses.

13

Pela Editora Brasiliense.

14

Publicado pela Livraria Editora Polis, tivemos acesso à edição de 1978, da coleção *Teoria e História*.

15

Obra organizada por José R. Lapa (et al.), publicada pela Editora Vozes.

16

Todas às críticas supracitadas, exceto a de Perry Anderson, apresentam como característica comum a rejeição do pensamento althusseriano. São críticas que datam da década de 1970 ao ano de 1980, realizadas por historiadores em resposta às proposições althusserianas sobre o marxismo e a produção de conhecimento histórico.

Na França, Henri Lefebvre publicou *Les paradoxes d'Althusser*¹⁷, em 1969. O historiador Pierre Vilar, em 1973, publicou o artigo “Histoire marxiste, histoire en construction: essai de dialogue avec L. Althusser”, nos *Annales*. A crítica de Vilar ao pensamento althusseriano foi mencionada por Hobsbawm (2011), por Anderson (1985) e citada, em nota, por Thompson (1981). Embora seja reconhecida, por esses historiadores, como uma contundente crítica a Louis Althusser, o texto não foi o primeiro a fazer referências ao filósofo nas obras de Pierre Vilar. Essas referências remontam à década de 1960, como observaremos no decorrer deste trabalho. O historiador francês também se envolveu em outras diatribes com autores como, Raymond Aron, Michel Foucault e Nicos Poulantzas.

Althusser teve grande influência nas Ciências Sociais, ultrapassando a área da Filosofia. Foucault (1993, p. 142-143), por sua vez, assinalou que era impossível “fazer história” sem conhecer Marx¹⁸. Nesse sentido, podemos nos perguntar: em que medida o pensamento de Althusser não se colocava naquele momento como algo incontornável? A quantidade de críticas e defesas de seu pensamento indicam a atração e a sensibilidade em torno de suas proposições teóricas. Em particular, de como suas formulações teóricas suscitaram críticas por confrontarem a prática historiográfica a partir da renovação do marxismo. Além das críticas, na historiografia francesa, podemos assinalar os encontros entre essa corrente teórica com o pensamento de Georges Duby, Maurice Godelier, Michel Vovelle, Jacques Le Goff e Guy Bois. Tais historiadores reconheceram a utilização de algumas das reflexões althusserianas em seu trabalho (BARROS, 2012, nota 219; DELACROIX, et al., 2012, p. 254-255; DOSSE, 2007a, p. 484; NIELD, SEED, 1979, p. 383).

A segunda metade do século XX foi tanto o momento da ascensão como do esquecimento de Pierre Vilar e de Louis Althusser. De maneiras distintas, tais autores, buscaram pensar o marxismo em uma conjuntura política e intelectual marcada por vários

Há também a crítica do filósofo Ruy Fausto (1987), entre outros intelectuais brasileiros. Para o estudo minucioso do impacto da teoria althusseriana entre os intelectuais brasileiros, consultar: Saes (2007).

17

Publicado na *L'Homme et la société*, em 1969, n. 13. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1969_num_13_1_1227>. Acesso em: 14/03/2018.

18

Cf.: FOUCAULT (1993).

acontecimentos que reverberaram na composição dos embates travados na teoria marxista daquele período, dentre os quais destacaremos o pós-1956¹⁹ e o pós-1968²⁰. Foi nesse itinerário comum, embora particular a cada um, que Vilar indagou Althusser e construiu um diálogo com o filósofo franco-argelino.

Havíamos mencionado diferentes tipologias de críticas ou encontros intelectuais, partiremos da compreensão de que Vilar estabeleceu um diálogo crítico com Althusser. Buscaremos demonstrar que Vilar conhecia o pensamento de Althusser e suas proposições, sem incorrer em uma crítica que visava destruir ou desconsiderar integralmente o pensamento do filósofo. Vilar reconhecia os avanços que o filósofo propôs para a teoria marxista, assim como se opôs e criticou o que estava em desacordo com sua própria concepção marxista da história. O encontro de Vilar e Althusser se deu na indagação que um historiador fez a um filósofo, mas foi marcado pela presença de um interesse comum: o desenvolvimento do materialismo histórico e a defesa do caráter científico do mesmo.

Nesse sentido, nossa proposição se aproxima a de Reis (2000, p. 184-187), ao abalizar que uma das leituras possíveis da relação entre os *Annales* e os marxistas é a de diálogo. Essa leitura não incorre nem em uma submissão de um autor para o outro e nem em uma oposição virulenta que impossibilite qualquer aproximação. A ideia de diálogo, para Reis, envolve simpatia e apreciação crítica sobre o outro pensamento, em um diálogo que centraliza o debate teórico e conceitual, se afastando de uma discussão ideológica ou de posicionamento político. Ao reconhecermos, ao lado de Reis, que há uma centralidade teórica, não queremos dizer que o diálogo não possuía fundamentos “políticos” (visto que ele ocupava um *lugar social*), mas que privilegia temas considerados teóricos, ainda que possuam implicações políticas.

Ao estabelecermos a relação de Vilar e Althusser como um diálogo crítico, entendemos ser esse um encontro marcado pela inquietação que percorre as obras de Vilar em torno das proposições do filósofo franco-argelino e pelo exame minucioso do pensamento de Althusser, desde 1960.

O filósofo franco-argelino já possuía grande influência e prestígio na década de 1960. Lecionando na *École Normale Supérieure* da rua d’Ulm, entre 1961 e 1962, Althusser

19

Período posterior à apresentação do relatório “Sobre o culto da personalidade e suas consequências”, por Krushev, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

20

Período posterior às greves e manifestações de estudantes e trabalhadores, em Maio de 1968, na França.

ministrou um seminário dedicado ao “Jovem Marx”. De 1962 a 1963, lecionou sobre as origens do pensamento estruturalista (Lévi-Strauss, Montesquieu e Foucault). Em 1964, iniciou a leitura coletiva de *O Capital*, que deu origem a publicação de *Lire le Capital*, em 1965. Seu pensamento já se lançava como abordagem teórica do pensamento de Marx, mas também como veículo para contestar a universidade tradicional e o próprio PCF, ao qual estava filiado (DELACROIX, et al., 2012, p. 253; DOSSE, 2007a, p. 377-380; VILAR, 2001, p. 112-113). Embora *Pour Marx* e *Lire le Capital* sejam obras teóricas, o filósofo franco-argelino não se restringiu a uma escrita para filósofos. Seu texto não compõe um trabalho interno de refinamento de uma disciplina (Filosofia), mas uma intervenção política na realidade francesa, portanto, buscava dialogar com comunistas ligados ao PCF e demais marxistas. Ao almejar o desenvolvimento da teoria marxista, o horizonte de apropriação de suas teses se expande, podendo ser utilizado pelas ciências sociais. É nessa expansão de horizonte que se aplica o alcance de suas teorias à disciplina histórica. Segundo Althusser (1979b, p. 16, grifos do autor),

(...) o marxismo devia ser não somente uma doutrina política, um “método” de análise e de ação, mas também, enquanto ciência, o *domínio teórico de uma pesquisa fundamental*, indispensável ao desenvolvimento não somente da ciência das sociedades e das diversas “ciências humanas”, mas também das ciências da natureza e da filosofia.

Desse modo, inseria o seu texto na conjuntura política e intelectual vivida. Isso se evidencia a partir do Prefácio de *Pour Marx*, do capítulo “De O Capital a filosofia de Marx” no volume I de *Lire le Capital* e do capítulo “O Objeto de O capital” do volume II de *Lire le Capital*. O caráter universalista do horizonte de sua escrita não anulava o lugar do qual escrevia; lugar destacado pelo próprio filósofo: “Ler *O Capital* como filósofo é precisamente questionar o objeto específico de um discurso específico, e a relação específica desse discurso com o seu objeto (...)” (ALTHUSSER, 1979b, p. 13, grifos do autor).

Em um contexto no qual muitos marxistas se viam sujeitos a restrições políticas de seu trabalho intelectual pelos Partidos Comunistas, Althusser escreveu em *Pour Marx* (1965):

Quantos, entre os jovens filósofos que alcançaram a idade adulta com a guerra ou o pós-guerra, eram usados em tarefas políticas esgotantes, sem que lhes deixassem tempo para o trabalho científico! (...) Numerosos cientistas, às vezes historiadores e alguns raros literatos, puderam dedicar-se a essas ocupações sem desgaste ou poupando-se. Para um filósofo não havia saída. Se falava ou escrevia filosofia na intenção do partido, estava votado aos comentários e às magras variações sobre as Célebres Citações para uso interno (ALTHUSSER, 1979a, p. 17).

Momento no qual, segundo Pianciola (1979, p. 12-13 apud MARTÍN, 2007, p. 100), “Partido Comunista Francés se atrinchere como una fortaleza asediada, cultivando el espíritu de partido y el conformismo ideológico”²¹. Althusser (1979a, p. 13) assinalou, ainda: “Escrevi estas linhas em meu nome, e como comunista, que não busca no passado senão o que pode esclarecer o nosso presente e, portanto, clarificar o nosso futuro”. Esses excertos indicam que o filósofo não negou o seu compromisso político. O confronto com o PCF buscava desenvolver a teoria marxista a partir de matrizes científicas que não tornassem o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético* reféns de uma ideologia política do partido.

Segundo Martuscelli (2015, p. 133-134), Althusser tentou publicar “*Théorique, pratique théorique et formation théorique. Idéologie et lutte idéologique*”, em 1965, na *Les Cahiers du Communisme*, revista ligada ao PCF, mas o artigo foi recusado. Na “Conferência de Choisy”, em 1966, a resolução do Comitê Central definiu a posição do Partido em favor das abordagens humanistas do marxismo. Posição que Althusser já havia criticado em *Pour Marx* e *Lire le Capital*. Em resposta a essa resolução, Althusser escreveu *Lettre aux Camarades du Comité Central du PCF*²², em março de 1966. Na ocasião, criticou às tomadas de posição do partido e delimitou sua posição teórica frente ao Comitê Central, na mesma medida em que defendeu o caráter científico da teoria marxista.

Althusser também foi crítico ao abandono da tese da ditadura do proletariado e a defesa do eurocomunismo pelo PCF, nos anos 1970. O filósofo franco-argelino foi, então, criticado pelo Comitê Central do PCF e por marxistas fora dele, por defender a “ruptura epistemológica” e o “anti-humanismo teórico” de Marx (MARTUSCELLI, 2014, p. 165-166). A influência de Mao Tsé-Tung em seu pensamento também era alvo de críticas pelo Partido, mas Althusser manteve seu referencial teórico, chegando a publicar um artigo sobre a revolução cultural, sem sua assinatura, no periódico *Cahiers marxistes-léninistes* que havia rompido com o PCF (DOSSE, 2007a, p. 368-369; MOTTA, 2012, p. 74-75). De acordo com Anderson (1985, p. 118), “La intervención de Althusser en los años 1961-62 iba dirigida,

21

Tradução nossa: “[O] Partido Comunista Francés se entrincheira como uma fortaleza sitiada, cultivando o espírito partidário e o conformismo ideológico”.

22

Título em português: Carta aos camaradas do Comitê Central do PCF. Tradução de Maria Leonor Loureiro publicada na revista *Crítica Marxista*, n. 41, 2015, pp. 135-151. Para mais informações sobre a carta, conferir o texto de Danilo Enrico Martuscelli, disponível no mesmo número da revista, pp. 131-134.

desde una posición de simpatía hacia los chinos, contra la línea soviética a nivel internacional y, a nivel nacional, contra gran parte de la cultura oficial del PCF”²³.

Podemos observar que *Pour Marx* e *Lire le Capital* são obras de conjuntura. Elas são respostas ao que Althusser (1979a, 1979b, 1980) entendia como sendo incompreensão teórica das obras de Marx e dos problemas econômicos e políticos vividos no contexto francês.

Para avançarmos na localização da produção intelectual de Vilar, devemos recuar temporalmente a fim de compreender o que eram os *Annales* e quais eram as tendências historiográficas daquele período.

A *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, foi criada em 1929, por Lucien Febvre e March Bloch, ambos historiadores franceses que naquele momento lecionavam na Universidade de Estrasburgo. A nova revista deveria concentrar combates por uma *história científica*. Ademais, se colocava em favor de uma necessária renovação da historiografia francesa contra as ideias de *falência da história* ou *inutilidade da história*²⁴, após a Primeira Guerra Mundial, momento no qual se discutia a legitimidade do discurso historiográfico. O nome do periódico indica a ênfase em uma história econômica e uma história social. Isso revelava o seu objetivo de integrar diversas ciências sociais sob a hegemonia da História, em especial as ciências do *tempo presente*: sociologia e economia (DELACROIX, et al., 2012, p. 143, 145, 151; REIS, 2000, p. 103).

Após a II Guerra Mundial, as ciências sociais cresceram ascendentemente. Houve investimento massivo do Estado, de empresas e sindicatos nessas áreas do saber, para que as mazelas sociais pudessem ser explicadas. Os cientistas sociais tornaram-se indispensáveis, disso decorreu uma forte ampliação das ciências sociais no espaço universitário com o crescimento de ingressos nas universidades e criação de centros de pesquisas. Diante da necessidade de pensar o social, a História parecia não atender a essas demandas, quando confrontada por outras ciências (DELACROIX, et al., 2012, p. 197-200; REIS, 2000, p. 103).

É esse risco que os historiadores querem evitar e é ele que provoca uma reação muito energética, seja institucional, seja com relação à definição da disciplina histórica. Essas ciências sociais em progresso suportam cada vez menos o domínio dessas disciplinas legítimas; a sociologia, em especial, espera libertar-se da tutela

23

Tradução nossa: "A intervenção de Althusser nos anos 1961-1962 foi dirigida, de uma posição de simpatia para com os chineses, contra a linha soviética em nível internacional e, em nível nacional, contra uma grande parte da cultura oficial do PCF".

24

Essa ideia consistia na ideia de que a História não havia sido capaz de prever a Guerra, não possuindo, então, uma utilidade social.

filosófica; a história vê-se novamente contestada como ciência maior do social (DELACROIX, et al., 2012, p. 200).

A hegemonia dos historiadores era desafiada por outras ciências, como a geografia e a sociologia. Essas ciências se propunham a responder os dilemas sociais e pareciam indicar maior possibilidade de êxito nessa tarefa. Em 1950, a sociologia foi institucionalizada nas universidades e passou a disputar arduamente esse espaço com os historiadores, pois focava no presente. Além disso, na mesma década, Claude Lévi-Strauss ganhou grande repercussão e sua proposta analítica baseada na antropologia estrutural passou a disputar os espaços de explicação do social (DELACROIX, et al., 2012, p. 142).

Em 1946, com a mudança do nome do periódico de *Annales d'Histoire Économique et Sociale* para *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, sob a direção de Braudel, o projeto de integrar diversas ciências sociais persistiu, aspirando garantir a hegemonia da História que seria a disciplina responsável pela síntese do social. A criação da 6ª. Seção da EPHE, junto a recursos da Fundação Rockefeller e a criação do centro de pesquisas e ensino de ciências sociais, *Maison des Sciences de l'Homme*²⁵, em 1963, com recursos da Fundação Ford, garantiram o domínio institucional dos historiadores (DELACROIX, et al., 2012, p. 216-219, REIS, 2000, p. 102-103). Fernand Braudel garantiu a expansão dos *Annales*, além de coordenar a 6ª seção, legada de Febvre, também coordenava o *Centre de Recherches Historiques da École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

O crescimento do espaço dos historiadores nas instituições universitárias e a ampliação dos investimentos em pesquisas levaram a consolidação e hegemonia da prática historiográfica dos *Annales*, a partir de 1949. Na década seguinte, começaram a ser produzidos estudos sobre os *Annales*, criando, como consequência, a *Escola dos Annales*²⁶. O predomínio institucional garantia a hegemonia dos historiadores e o financiamento de pesquisas.

O crescimento institucional dos historiadores e a consolidação dos *Annales*, após a Segunda Guerra Mundial, não os isolou dos diálogos necessários com outras correntes que se colocavam como “novos” paradigmas²⁷. Para os *Annales*, essa revisão do pensamento era

25

Tradução livre: *Casa das Ciências do Homem*.

26

Embora não haja um consenso sobre as “gerações” dos *Annales*, autores como José Carlos Reis (2000) e Peter Burke (1991) trabalham com a divisão por gerações.

27

Conforme Kuhn (1998), tal como especificado na Introdução deste trabalho.

necessária para a interlocução com outras ciências sociais. A necessidade de renovação da historiografia francesa, de crítica e assimilação de seu passado, não existia apenas em torno de um viés teórico-metodológico, mas também diante das novas ciências sociais e dos demais acontecimentos científicos. Ao colocarem-se como uma “renovação da historiografia francesa”, tornava-se necessário diferenciar-se de seus antecessores, isto é, os “metódicos” considerados positivistas pelos *Annales*. Logo, para garantir a hegemonia da disciplina nesse novo conjunto de ciências sociais, era necessário assimilar as questões teórico-metodológicas que surgiram no período, ou seja, tornava-se impossível ignorar o *estruturalismo* ou o *marxismo*.

Além das duas correntes supracitadas, a história econômica também era uma tendência que não poderia ser evitada, pois, possuía prestígio e legitimidade na França desde o início do século XX²⁸. A partir desse reconhecimento, os *Annales* propunham-se a estabelecer uma revista com uma nova concepção de história econômica na primeira metade do século XX. A história econômica mantinha sua legitimidade ligada ao quantitativo, o que Delacroix e et al. (2012, p. 236,305-306) denomina como “embriaguez estatística” do período, que dava a ideia de uma cientificidade incontestável (ibidem, p. 179, 181, 184). Mesmo com o predomínio da história econômica, encabeçada por Ernest Labrousse, em 1956, a 6ª. seção lançou como o seu novo objetivo científico as pesquisas em áreas culturais (ibid., p. 163, 202-216; DOSSE, 2007a, p. 247).

Nesse mesmo período, o método quantitativo encontrou seu auge com a demografia histórica²⁹. Assim, o quantificável expressava legitimidade científica para a História, em um quadro no qual o estruturalismo antropológico de Claude Lévi-Strauss se colocava como forte adversário. Dessa forma, a história econômica foi influenciada pelo marxismo, um “marxismo aberto”, e pelos *Annales*³⁰. Mais especificamente, na historiografia, o materialismo histórico constituía um meio para a defesa de uma história total/história global, pois propunha esquemas explicativos, não sendo incomum a tentativa de conciliar os *Annales* com o marxismo (DELACROIX, et al., 2012, p. 253).

28

De acordo com Certeau (2015, p. 59, nota 27), a tese *Paysans du nord de la France pendant la Révolution*, de 1924, de George Lefebvre, foi o marco da virada da história social para a história econômica.

29

La Catalogne du Languedoc du XVe au XVII siècle (1962), de Pierre Vilar, é uma obra representativa do predomínio da história econômica e demográfica (REIS, 2000, p. 109).

30

Outros estudos, além do econômico, são influenciados pelo marxismo na segunda metade do século XX.

Chamamos a atenção para o fato de que o marxismo e o estruturalismo não são tomados como similares, sendo que houve uma assimilação das proposições teóricas do marxismo pela historiografia. Foram Ernest Labrousse e François Simiand que introduziram o marxismo na historiografia francesa. Desde a década de 1930, Labrousse aglutinava pesquisadores em torno de teses regionais³¹, entre eles Pierre Vilar³² com a publicação de sua tese *La Catalogne l'Espagne moderne, recherches sur les fondements économiques des structures nationales*, em 1962 (ibid., p. 209-216; DOSSE, 2007a, p. 247).

Na década de 1950, o marxismo começou a se tornar uma corrente teórico-política forte. Segundo Reis (2000, p. 153, 176), a relação dos *Annales* com os marxistas oscilava no período. No periódico nunca houve uma adesão ao marxismo, embora, entre os intelectuais que compunham os *Annales*, houvesse interlocução com autores marxistas. Não era incomum que intelectuais ligados aos *Annales* entrassem e saíssem do PCF. Nas universidades havia um diálogo entre essas duas correntes, no entanto, entre os intelectuais, dos *Annales* ou marxistas ligados ao PCF, havia vários confrontos ideológicos (DELACROIX, et al., 2012, p. 184-185). Os encontros de pensadores franceses com o marxismo também ocorriam a partir da forte influência do PCF (ibid., p. 183, 188, 252). De acordo com Dosse (2007a, p. 318), foi sobre a proteção de Althusser e de Fernand Braudel que Lacan fundou uma unidade avançada da 6ª. Seção da *École Libre des Hautes Études* (EPHE), na *École Normale Supérieure* na mesma época.

Todos esses elementos indicam um contexto intelectual no qual os itinerários de Vilar e Althusser se entrecruzavam. O diálogo crítico de Vilar com Althusser não ocorreu exclusivamente pela apropriação do marxismo, mas também pela vivência comum de uma intelectualidade francesa, pela disputa em torno da legitimidade dos discursos de cientificidade que marcaram aquele período na França.

A principal crítica de Vilar a Althusser, “Histoire marxiste, histoire en construction: essai de dialogue avec Althusser”³³, foi publicada, em 1973, na Revista *Annales*, na seção

31

As teses regionais ambicionavam uma história global, ou seja, uma história total.

32

Em entrevista para D'Alessio (1998, p. 40), Vilar refere-se à Labrousse como “mestre”.

33

Artigo original publicado na *Annales*, vol. 28/1, 1973, p. 165-198. Disponível em <http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1973_num_28_1_293337>, acesso em: 22/12/2017. Na presente pesquisa, usaremos a tradução brasileira: VILAR, Pierre. *História marxista, história em construção*. In.: História: novos problemas. Org.: Jacques Le Goff e Pierre Nora. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 146 – 178.

“*Débats et Combats*”, revista que concentrava às principais discussões historiográficas na França. Logo após a publicação original, o artigo foi republicado na obra *Faire de l’histoire: Nouveaux problèmes*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, no ano de 1974, uma obra direcionada aos historiadores. O artigo de Vilar é singular no conjunto de críticas direcionadas a Althusser, pois, o que colocava em jogo não era necessariamente a interpretação dos textos de Marx, mas a definição de uma prática: a do historiador. É relevante observarmos que a publicação na *Annales* e, logo depois, na obra organizada por outros dois expoentes da historiografia francesa, indica um *lugar de fala* e um *público para essa interlocução*.

Talvez seja possível assumir que, ao publicar na *Annales*, seu texto tivesse como objetivo a difusão da relação entre história e marxismo para os próprios historiadores, visto que Vilar circulava em outras revistas expressamente ligadas aos estudos marxistas;=. Além disso, podemos supor que Vilar pretendia falar com uma nova geração de historiadores, entre a qual o pensamento marxista e a crítica circulavam. Vilar escreveu em 1973, após o XX Congresso do PCUS (1956) e o Maio de 1968 na França, em um contexto de crítica feroz ao marxismo anti-humanista. Foi nesse contexto que o historiador francês dialogou com Althusser, não para disputar uma leitura exata, mas para reafirmar a possibilidade de produzir um conhecimento histórico marxista, logo, científico.

Embora reconhecido, *Histoire marxiste, histoire en construction* não foi o único ensaio de Vilar direcionado para Althusser. Podemos encontrar no decorrer de outros ensaios a presença do diálogo com o filósofo franco-argelino. No presente estudo, selecionamos cinco textos de Pierre Vilar, durante a década de 1960 até ano de 1973, são eles: *Histoire sociale et philosophie de l’histoire* (1964)³⁴; *La méthode historique* (1968)³⁵; *L’histoire après Marx* (1969)³⁶; *Cours de méthodologie historique. Initiation au vocabulaire de l’analyse historique*

34

Utilizamos a tradução espanhola: Vilar (1983a) no livro *Economía, Derecho, Historia*. A versão original está disponível em: VILAR, Pierre. « Histoire sociale et philosophie de l’histoire » In: *L’histoire et les historiens*. Recherches et débats du centre catholique des intellectuels français. Cahier no 47. juin 1964. A. Fayard.

35

Utilizamos a versão espanhola: Vilar (1972).

36

Utilizamos a tradução espanhola: Vilar (1983b) no livro *Economía, Derecho, Historia*. A versão original está disponível em: VILAR, Pierre. L’histoire après Marx. In: *Revue de l’Enseignement supérieur*. n. 44-45, Paris, 1969. “L’histoire après Marx” e “Histoire sociale et philosophie de l’histoire” posteriormente foram publicados novamente em uma coletânea intitulada *Une histoire en construction: Approche marxiste et problématiques conjoncturelles*, em 1982 (França, Gallimard).

(1972-1973)³⁷; e *Histoire marxiste, histoire en construction: essai de dialogue avec L. Althusser* (1973)³⁸.

La méthode historique foi resultado do ciclo de debates organizados pelo *Cahiers du Centre d'Etudes Socialistes*, que concentraram debates em torno dos trabalhos de Althusser, de 18 de janeiro a 26 de abril de 1967. O resultado do primeiro debate foi compilado e publicado na França sob o título *Dialectique marxiste et pensée structurelle*, em 1968. A edição castelhana foi publicada, em 1972, sob o título *Althusser, método histórico e historicismo*. Essa obra inicia-se com o artigo de Vilar, seguido por um tópico de discussão no qual Nikos Poulantzas, Pierre Vilar, André Akoun, Marc Ferro, entre outros intelectuais participaram. *La méthode historique* e *Histoire marxiste, histoire en construction* são os únicos textos que explicitamente se dirigem a Althusser. Em 1973, Vilar escreveu sobre *um Althusser* que publicou na segunda metade da década de 1960, pois se remeteu, sobretudo a *Lire le Capital*, porém já havia sido publicado *Eléments d'autocritique*, a autocrítica que Althusser faz sobre seu próprio pensamento³⁹.

Sabemos que Althusser teria redigido uma resposta para Pierre Vilar, *Manuscrit d'une réponse à Pierre Vilar*⁴⁰, mas essa nunca chegou a ser publicada em vida, estima-se que tenha sido escrita por volta 1973⁴¹. A escrita dessa resposta teria sido parte de um momento de autocrítica que envolveu a publicação de *Eléments d'autocritique*⁴², escrita em junho de 1972

37

No desenvolvimento da pesquisa utilizamos a tradução espanhola: Vilar (1999). A versão original é: VILAR, Pierre. *Cours de méthodologie historique: Initiation au vocabulaire de l'analyse historique*. Paris: Centre de polycopie de l'Université de Paris 1, 1972-1973.

38

Utilizamos a tradução brasileira: Vilar (1976).

39

Apesar de destacarmos a publicação de *Eléments d'autocritique*, é importante observar que o pensamento de Althusser é marcado de uma autocrítica constante, como pode ser observado no corpo de seus textos.

40

A tradução da resposta a Vilar foi realizada por Martuscelli (2018), com o título: *Manuscrito de uma resposta a Pierre Vilar – Louis Althusser* (sem data, em torno de 1973).

41

A resposta foi publicada ineditamente pela *Revue Periode*, em 1 de agosto de 2016, com autorização de François Boddaert e Laurent de Sutter, graças a pesquisa de Selim Nadi e G.M. Goshgarian. Disponível em: <<http://revueperiode.net/inedit-althusser-et-lhistoire-essai-de-dialogue-avec-pierre-vilar/>>, acesso em: 22/12/2017. François Matheron havia afirmado que Althusser teria iniciado uma resposta, mas a mesma não havia sido publicada em 2003. Cf.: ALTHUSSER, Louis. *The Humanist Controversy and Other Writings* (1966-1967). Editado por François Matheron. Trad. G. M. Goshgarian. Londres: Verso, 2003, p. 18, nota 8.

42

Usaremos a tradução castelhana da edição francesa de 1974, pela *Librairie Hachette*: ALTHUSSER, Louis. *Elementos de auto-crítica*. Trad.: Miguel Barroso. Barcelona: Editorial Laia, 1975.

e do artigo *Réponse a John Lewis*, de 1972, no qual apresentava a filosofia como “luta de classes na teoria”.

Dentre às obras de Louis Althusser, *Manuscrit d'une réponse à Pierre Vilar* não é o único texto envolvido no diálogo, é uma resposta ao historiador francês, mas não é o local onde os pontos sensíveis desse debate ocorreram. O centro da discussão foram *Pour Marx* e *Lire Le Capital*, visto que são as principais expressões do pensamento althusseriano nas considerações de Vilar.

Pour Marx é uma coletânea de textos produzidos entre 1960 e 1964, publicados em revistas do Partido Comunista Francês. Em 1965, foram reunidos e republicados como um livro⁴³. *Lire le Capital* é resultado de exposições pronunciadas em um seminário de estudos dedicado a *O Capital* nos primeiros meses de 1965, na *École Normale*. A edição francesa dos dois volumes foi publicada em 1965. O primeiro volume da edição brasileira, de 1979, é tradução da edição francesa de 1975. Os autores indicam que essa é uma versão revista e corrigida, com inserção de trechos inéditos na colaboração de Étienne Balibar. Rey (1979, p. 96) aponta que na primeira edição, de 1965, era utilizado o conceito de *combinatório*, de inspiração estruturalista, para compreender o sistema de forças produtivas e relações de produção. Mais tarde, esse conceito foi substituído pelo de *combinação*, tal como havia usado o próprio Marx.

Rey (1979) também analisa outras retificações que ocorreram em torno da chave *forças produtivas-relações de produção*, contudo, entendemos que essas retificações não afetaram a composição dos textos no que diz respeito ao problema da produção de conhecimento, que são as partes que analisamos no presente estudo. No primeiro volume de *Lire le Capital* (ALTHUSSER, 1979b, p. 7-8), Althusser assume um “desvio teoricista” realizado em *Pour Marx*, obra na qual definia a filosofia como “teoria da prática teórica”. Também aponta o uso de terminologia própria ao *estruturalismo*, mas recusa que foi estruturalista. Essa “Advertência”, que abre o primeiro volume, foi escrita em 1975, após a publicação de sua autocrítica, em 1972 (ALTHUSSER, 1975).

Além dessas, torna-se fundamental o estudo de outras duas obras de Louis Althusser dentro do período estudado: *Eléments d'autocritique* de 1972⁴⁴; e, *Sur le travail*

43

Estamos usando as edições brasileiras no presente estudo, nela consta um prefácio aos leitores brasileiros de 1967. Cf.: Althusser (1979a e 2015).

44

théorique: difficultés et ressources, de 1967⁴⁵. A primeira obra diz respeito à autocrítica que Althusser publicou, retificando alguns pontos de sua teoria, em especial a concepção de filosofia. A segunda obra versa sobre o trabalho teórico e o processo de produção de conhecimento. Essas duas publicações, embora não tenham sido abordadas por Vilar, ajudam a compreender as concepções defendidas por Althusser, bem como o processo sempre inacabado de desenvolvimento da teoria marxista para o filósofo.

Infere-se disso, que a década de 1960 pode ser entendida como momento de encontro desses dois autores. Foi naquele período que ambos despontaram e se tornaram reconhecidos intelectualmente. No mesmo decênio encontramos textos ou participações de Pierre Vilar e Louis Althusser em revistas marxistas ligadas ao PCF. Existem publicações na *La Pensée: revue du rationalisme moderne*⁴⁶ e na *La Nouvelle critique: revue du marxisme militant*⁴⁷. O filósofo franco-argelino nunca chegou a publicar nos *Annales*, mas circulava nos periódicos ligados ao PCF em que Vilar também publicava. Destacamos as duas revistas supracitadas, como evidência de que Vilar não estava alheio a essa produção marxista em torno do PCF e das polêmicas suscitadas. Althusser, por sua vez, tampouco era indiferente às publicações dos historiadores, como podemos observar na menção a historiadores franceses em *Lire le Capital*.

Livro composto de dois artigos não publicados, um de 1972 e outro de 1970. A primeira edição francesa é datada de 1973, sendo que a edição castelhana (usada no presente estudo) foi traduzida da edição francesa de 1974. Por este motivo, já consta com uma nota de “Advertência” escrita por Althusser. Cf.: ALTHUSSER, L. *Eléments d'autocritique*. Paris: Hachette, 1972; e ALTHUSSER, Louis. *Elementos de autocrítica*. Trad.: Miguel Barroso. Barcelona: Editorial Laia, 1975.

45

Estamos usando a edição brasileira. Cf.: ALTHUSSER, L. *Sur le travail théorique: difficultés et ressources*. In.: *La Pensée*, n. 132, Paris: Abril de 1967; e, ALTHUSSER, Louis. *Sobre o trabalho teórico: Dificuldades e recursos*. Trad.: Joaquim José Moura Ramos. Portugal: Editorial Presença, 1978?.

46

Revista fundada em 1939. O periódico pode ser encontrado em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34348981h/date>> ou <<http://www.gabrielperi.fr/1197.html>>. Acesso em: 12/02/2018.

47

Revista fundada em 1948. Sua publicação foi interrompida por problemas financeiros em 1980. Nesse periódico, encontramos participações de Vilar na edição de 1961, n. 128, em um debate com John Desmond, intitulado “Quel avenir attend l'humanité?”; um artigo em 1967, n. 5, intitulado “Les mots et les choses dans la pensée économique”; uma entrevista a Antonie Casanova, em 1972, n. 50, intitulada “Problèmes théoriques de l'histoire”; e, textos de Louis Althusser no ano 1960, n. 121, artigo intitulado “Les “Manifestes philosophiques” de Feuerbach”; ano 1964, n. 152, ensaio intitulado “Problèmes étudiants”; ano 1964-1965, n. 161-162, artigo “Freud et Lacan”; ano 1965, n. 164, debate intitulado “Marxisme et humanisme” com Jorge Semprun e Francis Cohen; ano de 1966, n. 175, “Deux lettres sur la connaissance de l'art” com André Daspre. O periódico está disponível em: <[https://pandor.u-bourgogne.fr/ead.html?id=FRMSH021_00048#!{"content":\["FRMSH021_00048_e0000029",false,""\]}](https://pandor.u-bourgogne.fr/ead.html?id=FRMSH021_00048#!{)>. Acesso em: 12/02/2018.

La Pensée: revue du rationalisme moderne, ligada ao *Centre d'études et de recherches marxistes*, poderia ser entendida como ambiente comum para Althusser e Vilar, visto que ambos publicaram no periódico no decorrer da década de 1960. No editorial de janeiro/fevereiro, nº. 101, de 1962, da *La Pensée*, Ernest Labrousse e outros historiadores participaram de um debate intitulado “L’Historien face a son temps”. Tais publicações indicam uma circulação de debates em torno da historiografia no periódico. Podemos depreender disso, que ao escrever *Histoire marxiste, histoire en construction*, Vilar poderia ter optado por publicar em outros periódicos, como o *La Pensée*, revista multidisciplinar criada, em 1939, por intelectuais comunistas do PCF. Althusser contribuiu com este periódico, sem envolvimento editorial, na década de 1960 e Vilar publicou vários artigos, incluindo nos dois primeiros números da revista, em 1939⁴⁸. Contudo, como observamos, ele optou por publicar em *espaços* dedicados às obras de historiadores, reforçando a hipótese de que Vilar, talvez, pretendesse muito mais alcançar os historiadores do que propriamente Althusser. Outro ponto é o estabelecimento desses periódicos ligados ao PCF como um *espaço* comum aos dois intelectuais, que embora possuísem posicionamentos políticos diferentes com relação ao próprio partido, publicavam nesses ambientes de discussão da teoria marxista.

O comunismo internacional, que compreendia os partidos e os intelectuais marxistas, foi profundamente abalado, em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em tal congresso, Nikita Khrushchev apresentou o relatório *Sobre o culto da personalidade e suas consequências*. O impacto desse texto nos Partidos Comunistas europeus foi imenso, levando a um processo de desfiliação de vários intelectuais de seus respectivos partidos de acordo com sua circulação (que não foi homogênea e imediata) e alcançando, inclusive, o PCF (MEDVEDEV, 2006, p. 137-160; NETO, 2014, p. 11).

O pós-1956 foi marcado pela cisão sino-soviética⁴⁹ e pela retomada e valorização das *obras de juventude* de Marx, em favor de um *humanismo marxista* amplamente defendido e difundido nos Partidos Comunistas, incluindo o PCF que seguia a linha do PCUS (ALTHUSSER, 1979a, p. 6-7; ANDERSON, 1985, p. 120-121; MARTÍN, 2007, p. 17, 198-199).

48

Os textos publicados nos dois primeiros números da revista, em 1939, são: “Révolution française vue à travers les expositions historiques”, com Albert Soboul e “Histoires d’Espagne”.

49

Segundo Anderson (1985, p. 118), a obra de Althusser é situada no conflito sino-soviético, que é o verdadeiro plano de fundo político de *Pour Marx* e *Lire Le Capital*.

O período que se seguiu a 1956 foi uma época em que a maior parte dos marxistas ocidentais se viram obrigados a concluir que os regimes socialistas existentes, da União Soviética a Cuba e ao Vietnã, estavam longe de ser o que eles gostariam que fosse uma sociedade socialista ou uma sociedade dedicada ao progresso de construção do socialismo. A maioria dos marxistas foi forçada a retornar à situação dos socialistas em todas as partes do mundo antes de 1917. Mais uma vez tiveram de justificar o socialismo como uma solução necessária para os problemas criados pela sociedade capitalista, como uma esperança para o futuro, mas uma esperança só muito insatisfatoriamente ratificada pela experiência prática (HOBBSAWM, 2011, p. 317).

Foi um momento no qual o marxismo passou a ser criticado por não-marxistas e marxistas. Na França, a historiografia alemã tinha ruído após a Segunda Guerra Mundial e com o relatório de Khrushchev o marxismo passou a ser associado ao stalinismo (REIS, 2000, p. 111). Um exemplo do impacto da circulação desse relatório foi à revista *La Nouvelle critique*, um dos periódicos de debate de intelectuais comunistas, que teve seu comitê editorial quase completamente renovado entre 1958-1959, pois alguns membros ligados ao corpo editorial da revista passaram a recusar o PCF (ibidem).

Apesar da crise instalada, de acordo com Hobsbawm (2011, p. 327-334), após 1956 o marxismo passou por um processo de pluralização de suas abordagens. O marxismo tradicional em torno da União Soviética se dissolveu dando espaço a outras abordagens e novas preocupações: a Revolução Cubana (1959), a cisão sino-soviética e a Revolução Cultural (1966), a Guerra no Vietnã, as ditaduras militares na América Latina e o Maio de 1968, na França. Segundo Anderson (1985, p. 113, 166-167), esses acontecimentos passaram a monopolizar a preocupação de uma nova geração de marxistas. Na França, essa nova geração era profundamente marcada pelo entusiasmo em torno do maoísmo. Anderson (1985, p. 16) e Hobsbawm (2011, p. 327-334) indicam que abordagens que privilegiavam o teórico eram uma característica do marxismo no período.

A popularidade da corrente althusseriana, na década de 1960, acompanhava a expansão do marxismo graças à pluralização das abordagens do pensamento de Marx e de seu espaço no ambiente universitário. O pensamento de Marx passava a ser retomado em favor das “causas” das independências nacionais nos países, do então denominado, terceiro mundo. Para os marxistas, era necessário oferecer respostas para o social, assim como, resistir às críticas ao marxismo após 1956 (ANDERSON, 1985, p. 118-120; HIRST, 1979, p. 420; MARTÍN, s.d., p. 3-4; NETO, 2014, p. 12-15).

Além de Louis Althusser, Georg Lukács, a Escola de Frankfurt, Della Volpe e Jean-Paul Sartre eram amplamente citados por uma “nova geração de marxistas” que, segundo

Hobsbawm (2011, p. 330), possuía como característica o aprofundamento das relações entre o marxismo e a universidade. Nas décadas de 1960 e 1970, o marxismo tradicional da experiência soviética havia se dissolvido em diversas abordagens teóricas, redirecionando o debate marxista, haja vista que os partidos comunistas deixaram de ter o controle (ou monopólio) sobre as elaborações teóricas do marxismo (HOBBSAWM, 2011, p. 327-334).

De acordo com Dosse (2007b, p. 119-121), diante dos danos provocados por 1956, o PCF buscou consolidar sua influência com os intelectuais franceses, promovendo o diálogo com as questões latentes nas ciências humanas. Foi um momento no qual se discutia o *estruturalismo* e o *humanismo* como questões opostas no marxismo (ibid., p. 122-123).

Gostaríamos de abrir um breve parêntese para apresentar algumas questões em torno do estruturalismo. Vimos a importância do *estruturalismo* no embate entre as ciências sociais, em torno da defesa de uma legitimidade científica por parte de várias disciplinas, assim como na busca pela hegemonia de uma ciência sobre a outra. O *estruturalismo*, em especial o difundido a partir da obra de Claude Lévi-Strauss, ganhou grande popularidade no período por fornecer alguns critérios de cientificidade para esse conjunto de ciências sociais. A História resistiu ao ataque dos estruturalistas, que a acusavam de não ser científica, com a incorporação do conceito de estrutura à historiografia (DELACROIX, et al., 2012, p. 202-203; REIS, 2000, p. 103). O trabalho de Braudel expressava isso, como apontou Reis (ibidem) e Delacroix e et al. (2012, p. 224-230). Contudo, as obras de Vilar também são expressão da assimilação do conceito de *estrutura* na historiografia.

Os volumes da *História do Estruturalismo*, de François Dosse, são amplamente conhecidos entre os historiadores e neles Althusser é definido como um estruturalista. Dosse não é o único autor que o define dessa forma, muitos de seus críticos assim o fizeram. Em específico, para esse autor, o êxito dos althusserianos no período anterior ao Maio de 1968 devia-se a assimilação de uma nova leitura das obras de Marx⁵⁰, com o estruturalismo que dominava a intelectualidade francesa de então. A adesão à linguagem estrutural positivava a Filosofia, garantindo sua hegemonia sobre outras ciências sociais, e assegurava, ao mesmo tempo, seu poder de síntese do social na construção de seus conceitos. Ademais, outro aspecto de seu pensamento, dessa vez político, era a contestação ao PCF (DOSSE, 2007a).

Althusser permitia complexificar o marxismo, cruzar a sua aventura com a das ciências sociais em pleno desenvolvimento, e colher todos os frutos, dando-se como discurso dos discursos, a própria teoria das práticas teóricas. Ressuscitar um marxismo científico desembaraçado das escórias dos regimes que se valem dele é o desafio estimulante que Louis Althusser apresentava a uma geração militante, temperada nos combates anticolonialistas (DOSSE, 2007a, p. 384).

Segundo Dosse (2007a, p. 14), o estruturalismo foi uma ferramenta para que as ciências sociais se libertassem da Filosofia, garantindo um estatuto científico. Althusser teria se valido da noção de estrutura para projetar um “programa unitário” a todas as ciências sociais na década de 1960. Esse teria sido o seu êxito.

Ainda, de acordo com esse autor, foram em periódicos como *La Nouvelle Critique* e *Les Lettres françaises* – ambos mais afastados do Comitê Central do PCF –, que o estruturalismo era discutido, nos anos de 1967 e 1968. Em *La Nouvelle Critique*, historiadores ligados aos *Annales* encontraram espaço para publicar, visto que a “nova” historiografia francesa apresentava-se naquele momento como uma via intermediária entre a aceitação e a rejeição do estruturalismo (DOSSE, 2007b, p. 130-131).

Segundo Dosse (2007a), essa pretensão a um “programa unitário” era característica de Althusser e dos *Annales*. Ainda que por caminhos diferentes, ambos buscavam garantir certa hegemonia dentro desse conjunto das ciências sociais. A terceira geração dos *Annales* também teria se valido de um estruturalismo historicizado, “o estruturalismo terá sido a *Koiné* de toda uma geração intelectual, mesmo que não exista solidariedade de doutrina e menos ainda de escola ou de combates entre seus diversos representantes” (DOSSE, 2007a, p. 26, grifos do autor). De acordo com Delacroix e et al. (2012, p. 253-254), o estruturalismo foi uma ferramenta de contestação de autoridades, “Althusser somava a esse paradigma estruturalista um Marx revisitado (...)”.

Segundo Dosse (2007b, p. 159-165), aquele período garantiu o triunfo do estruturalismo, pois havia uma necessidade de renovação das universidades e essas novas cátedras foram ocupadas por estruturalistas. Foi um momento também de grande proliferação de ideias que contestavam a hegemonia das humanidades clássicas como a Filosofia e a História. Diante desse cenário essas disciplinas precisaram se renovar. A assimilação do estruturalismo era comum naquele momento e os historiadores também tiveram que enfrentar o desafio estruturalista. Embora na 6ª seção predominassem os cursos de história econômica, entre eles o de Fernand Braudel e de Pierre Vilar, após o Colóquio de Sant-Cloud, em 1965, houve uma guinada para o estudo da história cultural, mais ligada à antropologia, resultado do

triunfo do estruturalismo (DELACROIX, et al., 2012, p. 218-219, THIOLENT, 1998, p. 87).

De acordo com Dosse (2007b, p. 145-153), o prestígio que o estruturalismo gozava sofreu um grande impacto com as greves e as manifestações de Maio de 1968. Os estudantes recusavam o anti-humanismo estruturalista, retomando Sartre e as obras do Jovem Marx em favor do humanismo. Tal postura confrontava o pensamento althusseriano, que passou por um momento de acentuada crítica nas universidades. Althusser também foi criticado pelos maoístas da esquerda proletária por permanecer no PCF, quando o Partido não apoiou às manifestações de 1968 (DOSSE, 2007b, p. 156-157). Além disso, depois dessas manifestações, Jacques Rancière, discípulo de Althusser e autor presente na primeira edição de *Lire le Capital* (1965), rompeu com o filósofo franco-argelino⁵¹.

Passado Maio de 1968, período de rejeição total ao estruturalismo, essa corrente foi retomada. Segundo Le Goff (1980 apud DELACROIX, et al., 2012, p. 264), ao falharem em “fazer a história” no maio de 1968, muitos estudantes buscaram compreender melhor a história, entendida como um conhecimento em favor da transformação social.

A estrutura triunfa então sobre o evento quando este refluí e se vê retomado pelo antigo. O fracasso é sentido como a expressão da força inexpugnável da estrutura, e a opção estruturalista se vê, portanto, duplamente alimentada pela explosão de maio e por seu “fracasso”, pelo menos como ruptura global e radical (DOSSE, 2007b, p. 170).

As discussões em torno da centralidade do “evento” e da “estrutura” na produção do conhecimento histórico, deram espaço ao desenvolvimento da noção de uma “estrutura aberta” na qual a história pudesse ser inserida. Ao garantir a incorporação do conceito de estrutura na historiografia, os historiadores ganharam prestígio e reconhecimento após Maio de 1968 (ibidem).

De acordo com Delacroix e et al. (2012, p. 264, 267), os historiadores se adaptaram a um contexto no qual os meios de comunicação em massa valorizavam a comunicação oral, levando os historiadores a novos campos de pesquisa. Isso consolidou a perda de espaço da história econômica para a história cultural. Para Delacroix e et al. (ibidem), a conjuntura pós-1968 impactou a historiografia francesa e sua relação com o marxismo. A absorção do conceito de estrutura garantiu, para alguns, uma saída do viés marxista, garantindo, pois, a

51

Em 1974, Rancière publicou *La Leçon de Althusser*, pela Gallimard. Também foi publicada na Argentina, pelo Editorial Galerna, em 1975, com o título *La Lección de Althusser*. Uma entrevista foi realizada por Gianni Carta, na qual Rancière fala sobre Maio de 1968 e sobre Althusser. Cf: Rancière (2014).

legitimidade científica a partir de modelos quantitativos. Vilar defendeu, naqueles anos, a história econômica e o marxismo como corrente teórica no período em que as duas abordagens começaram a perder espaço na historiografia.

No fim da década de 1960, sob o duplo efeito de fôlego do programa estruturalista, que privilegiara sobretudo os processos sincrônicos, e do acontecimento representado por maio de 1968, os historiadores conhecem um momento que pode ser considerado uma idade de ouro, pelo sucesso de que se beneficiam junto a um público cada vez mais numeroso, que descobre, ávido, uma produção de trabalhos a que se dará o qualificativo de “nova história”, mas, na verdade, não é senão a herança da escola dos *Annales*. Os historiadores desse momento particularmente fasto tiram as lições de sucesso do estruturalismo. Seu eco está ligado à capacidade de historicizar o processo dele e assim conciliar interrogações sobre as permanências, as resistências à mudança, com a preocupação renovada desde 1968 em relação ao impacto diferencial da duração (DELACROIX, et al., 2012, p. 261).

Para Delacroix e et al. (2012, p. 266), “O primeiro efeito dessa fecundação estrutural do discurso do historiador é muito evidentemente uma desaceleração da temporalidade, que se torna quase estacionária”. Devido à convulsão de 1968, os historiadores passaram a falar em “estruturalismo aberto”, sendo defendido, em 1971, pelos *Annales* um estruturalismo para historiadores. Essa estruturalização da história, pelos *Annales*, criou uma síntese das ciências sociais com hegemonia da História. Observa-se, portanto, que o soldo de Maio de 1968 foi à busca acentuada de um rigor científico nas ciências sociais, o estruturalismo garantia isso. De acordo com Dosse (2007b, p. 167), esse foi o período da “febre cientista”, na qual o modelo estrutural garantia a interdisciplinaridade.

A década de 1970 foi o momento de declínio desse paradigma nas ciências sociais e sua queda esteve associada à desilusão em torno do marxismo. Em Agosto de 1968, ocorreu a invasão da Tchecoslováquia e foram publicados relatos dos dissidentes da URSS, como *Histórias de Kolyma*, em 1969, de Varlam Chalamov ou *O Arquipélago Gulag*, em 1974, de Soljenitsyn na França. A Guerra do Vietnã acabou em 1975. Todos esses acontecimentos, ligados ao relatório Khrushchev e as denúncias sobre a ditadura stalinista por Leon Trotsky, na década de 1920, foram a origem de uma oposição entre “democracia” e “totalitarismo” que levou a uma nova crise no marxismo. A análise global da sociedade e da história desapareceu, junto com ela o estruturalismo (DOSSE, 2007b, p. 329-334). De acordo com Dosse (2007b, p. 338), “Com o refluxo da onda althusseriana, foi a esperança de uma ciência unitária do homem que desapareceu por volta de 1975”.

Toda a atmosfera de inovação vivida após o Maio de 1968, foi substituída por um retorno ao interior das próprias disciplinas e a um período de austeridade nas universidades francesas. Segundo Dosse (2007b, p. 339):

Se a capacidade para inovar pôde ser um trunfo para se obter um lugar na universidade ao longo dos anos 60, a partir de 1975 é a capacidade para obedecer às normas que se torna o critério de recrutamento. Aqueles que, no momento da onda estruturalista, retraíram-se podem reerguer agora a cabeça e considerar que o parêntese foi finalmente fechado; e também podem, daí em diante, retornar sem sentir vergonha aos valores canonizados de suas respectivas disciplinas, que tinham sido momentaneamente esquecidos.

Ainda de acordo com Dosse (2007b, p. 323, 449), a pretensão a uma “história total” e o “estruturalismo aberto” dos *Annales* foram substituídos por uma “História em migalhas” na segunda metade da década de 1970. Além disso, o *historicismo também foi* retomado. O retorno aos cânones disciplinares deslocou o foco de um modelo que garantia a interdisciplinaridade, como o estruturalismo ou o marxismo, para a reflexão das premissas próprias de cada ciência. Na década de 1970, se multiplicaram as críticas a Althusser.

Dosse (2007a, 2007b) e Delacroix e et al. (2012) ajudam-nos a compreender vários movimentos daquele período que envolveu a eclosão do Maio de 1968 e sua relação com o estruturalismo. Os dois fenômenos foram atrelados pelo fio explicativo de um combate teórico dentro das ciências sociais. Dito isso, gostaríamos de atentar para a dificuldade de definir um autor como estruturalista. Para nos inspirarmos em Vilar (1999): falar em “estrutura” não é o mesmo que ser estruturalista. Assim sendo, o uso de um vocabulário próximo ao utilizado por algum autor estruturalista, não deve definir um pensamento como estruturalista. Ademais, gostaríamos de destacar que o estruturalismo (ou talvez os estruturalismos) é oposto ao marxismo.

Não é insignificante o fato de que apenas nos periódicos mais afastados do PCF discutia-se o estruturalismo, em um momento no qual o PCF adotava a defesa de um humanismo marxista. Assim como não é irrelevante que no mesmo momento Althusser fosse acusado de estruturalista. Isso ocorria dados os conflitos internos do partido, em especial a oposição de Althusser ao defender que nem todas as obras de Marx eram marxistas, bem como a existência de um anti-humanismo teórico em Marx.

Em *Lire le Capital*, Althusser (1979b, p. 8) afirma que “o marxismo não é um estruturalismo”. De acordo com o filósofo, seus críticos concordavam com isso, mas explicavam essa distinção a partir da primazia do processo sobre a estrutura, sem reconhecer

que esse mesmo processo também poderia ser formalista. Para Althusser (1975, p. 42-43), o que garantia a distinção do marxismo com o estruturalismo era o “primado da contradição sobre a estrutura”. Esse primado garantia que o marxismo fosse revolucionário na política, na ciência e na filosofia. Althusser reconhecia que fazia uso de uma terminologia próxima ao estruturalismo, mas negou que fossem estruturalistas em mais uma de uma ocasião (ibidem, 1979b, p. 8; 1975, p. 37-42).

Avaliamos como extremamente problemática a definição de Althusser como estruturalista, rótulo que provocou muito mais um estigma do que a análise crítica de seu pensamento. Consideramos que há duas razões para a sustentação desse estigma: a) *teórica*: rotulá-lo como estruturalista foi uma forma de negá-lo enquanto marxista, gerando um descarte quase que completo de suas proposições acerca das obras de Marx (PANACH, 1971, p. 85); b) *política*: estabelecia uma oposição entre marxismo e *anti-humanismo*, logo, a defesa de um anti-humanismo teórico em Marx realizada por Althusser foi colocada em um campo oposto ao marxismo⁵².

Ainda que o filósofo franco-argelino seja tomado por muitos autores como um autor estruturalista, não analisamos seu pensamento partindo desse pressuposto. Consideramos necessário um estudo minucioso para concluir isso, pois o uso de um vocabulário próximo não resulta na adoção de uma determinada corrente teórica. Nosso interesse, portanto, está na análise de seu pensamento sem enquadrá-lo previamente a qualquer rótulo preestabelecido.

Concebemos o pós-1956 e o pós-1968 como marcos importantes para localizar o diálogo estudado. O marxismo foi profundamente abalado pelas denúncias dos crimes de Stalin, exigindo um posicionamento dos partidos comunistas diante das experiências soviéticas. Nesse interim, o PCF passou a defender um humanismo marxista, ainda que continuasse seguindo uma linha soviética. Althusser se opôs teoricamente a várias tomadas de posição do partido naquele momento, defendendo, em suas principais obras, que existia uma diferença entre as obras de juventude de Marx (que eram utilizadas para defender o humanismo marxista) e as obras de maturidade. Nas obras de maturidade, escritos científicos de Marx, existia um anti-humanismo teórico. Esse imbróglio colocava o filósofo franco-

52

Agradeço ao Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves, que foi fundamental para que eu pudesse pensar sobre o estigma de estruturalista colocado sobre Althusser. Os desenvolvimentos ou uso que faço sobre esse tema são de minha inteira responsabilidade.

argelino na contramão do PCF. Diante da crise instaurada no marxismo, assim como as críticas que surgiam não só de não marxistas, mas também entre os próprios marxistas, o filósofo franco-argelino travava suas batalhas filiado ao PCF. Vilar, que nunca foi filiado ao partido, defendia o marxismo como uma corrente teórica importante para a historiografia, pois fornecia meios para escrever uma *História total*.

Vimos que esse desejo de produzir uma História total, que aqui vamos definir apenas como uma historiografia capaz de atentar para todos os âmbitos da vida social, era algo presente nos *Annales*, pelo menos até Braudel. Depois, esse tipo de historiografia perdeu espaço para uma *história em migalhas*, sendo o Maio de 1968 um marco para pensar essa transição entre formas de escrita da história.

A relação entre os *Annales* e os marxistas não era livre de tensão. Como apontamos, o marxismo era rejeitado como uma doutrina pelos historiadores, mas isso não impedia uma assimilação crítica dessa corrente. Vale notar que alguns, inclusive, chegaram a se filiar ao PCF. Há, pois, dois pontos interessantes de serem trabalhados:

a) O marxismo era “malvisto” pelos historiadores, porque era entendido como uma doutrina, sendo necessário, portanto, uma apropriação crítica do pensamento de Marx. Isso ocorria, em primeiro lugar, porque o afastamento da esfera política era necessário para a produção de conhecimento científico, sendo o marxismo muito associado à militância. Essa apropriação se dava de forma muito diversa entre os historiadores. O marxismo não poderia ser ignorado, mas era necessário ter cuidado com essa aproximação. Contudo, Vilar escrevia em espaços voltados para os historiadores e sempre se assumiu como marxista. Estabelecia uma especificidade da sua apropriação, mas nunca deixou de defender essa corrente teórica como necessária para a análise histórica. Se por um lado esse era o cenário dos historiadores, Althusser como filósofo não passava por essa questão. Assumia-se como filósofo e comunista, atentava para o impacto político das formulações teóricas e não estava alheio às questões postas no âmbito do Partido.

b) Como tratado anteriormente⁵³, alguns historiadores se valeram das proposições teóricas de Althusser em suas pesquisas. Isso revela certa especificidade dos encontros entre a corrente teórica marxista (e suas inúmeras interpretações) com os *Annales* (e a singularidade do trabalho de cada historiador que posteriormente foi alocado nesse grupo). Dada as divergências entre a relação de teoria e prática entre os historiadores e os marxistas que se

53

Conferir página 25 deste trabalho.

assumiam como comunistas, incluindo Althusser, essa aproximação seguia um viés teórico. Logo, a centralidade estava em conceitos e formulações teóricas⁵⁴ (não em debates políticos). Isso pode ser observado no diálogo Vilar-Althusser.

O período que antecedeu o Maio de 1968 estava marcado por essa crise no marxismo em torno da experiência soviética e uma necessidade de tomada de posição diante do pensamento de Marx. Paralelo a isso, o estruturalismo triunfava no âmbito das ciências sociais, como uma corrente teórica capaz de garantir critérios de cientificidade. O Maio de 1968 pôs abaixo todo esse ordenamento dentro das ciências, questionando, sobretudo, o estruturalismo e reivindicando o humanismo. Os althusserianos, que gozavam de grande popularidade na década de 1960, sofreram inúmeras críticas. Passado esse período, o estruturalismo foi requisitado novamente para explicar o social, exigindo das ciências sociais um posicionamento. As teses althusserianas seguiram sendo duramente criticadas no decorrer do decênio de 1970.

Como assinalamos no início deste capítulo, existiram inúmeras tipologias de críticas ou diálogos ao pensamento althusseriano. Isso, por um lado, demonstrava a polêmica que as proposições althusserianas geravam, assim como a vivacidade desse pensamento. Uma coisa é certa, independente da característica assumida pelo imbróglio, as diatribes em torno do althusserianismo mantinham vivo o pensamento de Marx. Dentro desse conjunto de críticas da década de 1970, escolhemos o diálogo crítico de Pierre Vilar, pois, entendemos que a especificidade desse diálogo revela muito sobre diferentes formas de apropriação do marxismo para compreender a produção de conhecimento histórico.

2.1 O MARXISMO PARA PIERRE VILAR

Pierre Vilar, que é comumente destacado como membro da segunda geração dos *Annales*, apontou em entrevista:

A palavra “Escola” parece significar que há uma doutrina ensinada e imposta por mestres. Ora, não foi, de forma alguma, o que se passou em torno da revista dos *Annales*. Essa revista simplesmente pediu aos historiadores – dentro do espírito da síntese histórica, já inaugurado no início do século – que se ocupassem das sociedades em geral, tanto de suas bases materiais quanto de seu coroamento intelectual, sentimental e ideológico, e que olhassem se existem, entre esses três

54

Lembramos que isso não quer dizer que a teoria não seja influenciada pela política e por outras disputas da vida social, contudo, isso aparece no texto como apropriações ou discussões de conceitos.

níveis, relações a estabelecer, problemas a resolver. Jamais uma recomendação foi feita pelos *Annales* para que se tratasse dessa ou daquela maneira um problema colocado. Havia, é verdade, grandes mestres. (...) tive com eles apenas contatos esporádicos. Quando precisavam do meu trabalho, pediam-me contribuições sobre um tema ou outro: no início a geografia, depois a história conjuntural, a história dos preços. No fundo, eu fui antes de tudo um seguidor de Ernest Labrousse, Simiand por intermédio de Labrousse, enfim, pessoas que a revista não considerava como mestres apesar de acompanhar tudo o que produziam.

Ocorre que os *Annales* foram conhecidos, sobretudo, por suas exclusões. (...) Houve, portanto, um espírito dos *Annales*, mais que uma escola; e, sobretudo, jamais existiram “capelas” (D’ALESSIO, 1998, p. 64, grifos da autora).

Vilar não fala de si mesmo como pertencente a uma Escola dos *Annales*, refere-se à revista e às contribuições que fez. O espírito de síntese é destacado como um “espírito daquele tempo”, iniciado antes dos *Annales* e perpetuado pelo grupo. Além disso, Vilar entende que existe um “parentesco” entre os *Annales* e o marxismo (ibid. p. 66). Reconhece sua dívida com Labrousse que, como destacamos anteriormente⁵⁵, foi um dos responsáveis pela introdução do marxismo na historiografia francesa. Seu relato é indício de um aspecto muito importante de seu pensamento: a adoção do marxismo em favor da produção historiográfica. Há, em Vilar, uma preocupação severa com seu ofício, o marxismo serve a esse propósito. De acordo com D’Alessio (1998, p. 17), “O respeito às fontes e a eleição da história como referencial de verdade colocam Vilar na herança da luta dos historiadores da Escola Metódica contra as generalizações abstratas das filosofias da história”⁵⁶.

Em *Histoire sociale et philosophie de l’histoire*, escrito originalmente em 1964, Vilar (1983a, 142-144) defende que Marx propôs uma “teoria geral das sociedades em movimento”. Em que consiste essa definição? Para o historiador o marxismo não devia ser entendido como uma doutrina ou uma filosofia da história, mas como uma “recusa da filosofia pela filosofia”, que erige a História como uma ciência. Ainda, segundo Vilar (ibid., p. 145), Marx estabeleceu que o objeto das ciências humanas é a *história total*.

De acordo com o historiador, o marxismo é a relação entre *prática* e *teoria*. No texto de 1964, declarou: “El marxista establece un lazo (...) entre una actitud militante y una actividad global donde se inserta por naturaleza su actividad profesional. Eso sólo puede

55

Conferir página 31 e 45 deste trabalho.

56

Os Metódicos são um grupo de historiadores organizados em torno da revista *Revue Historique*, fundada em 1876. Cf: D’Alessio (2011, p. 43). Os metódicos foram chamados de positivistas pelos *Annales*.

regular-se según las preferencias personales y el temperamento de cada cual” (VILAR, 1983a, p. 159)⁵⁷. E ainda,

Es raro que el historiador erudito, el historiador vocacional, pueda conciliar su labor cotidiana con una acción militante. (...) el marxista está bien situado: en el sentido de que cree favorecer el movimiento progresista de la humanidad en la medida en que piensa correctamente la historia, y ese movimiento hacia delante de la humanidad (...) es para él una lección permanente de historia. No puede haber contradicción entre su actitud científica y su compromiso, precisamente el compromiso consiste en la actitud científica (VILAR, 1983a, p. 160)⁵⁸.

Os trechos supracitados indicam como Vilar resolve a relação entre teoria e prática em seu pensamento. Para o historiador o exercício de seu *ofício* conciliava *prática* e *teoria*. Se considerarmos o político em seu sentido mais abrangente, o de tomada de posição, podemos reconhecer que o historiador francês percebe a exigência de um comprometimento político como marxista. Todavia, não adere a essa definição, na medida em que o exato exercício de seu *ofício* constitui para ele sua contribuição para a humanidade.

Ser marxista no es fácil. Personalmente, pienso que siempre se intenta serlo, mucho más de lo que se consigue. Pero es ese combate *para transponer al estudio del pasado el choque vivo y creador de la teoría y la práctica* lo que me parece una actitud particularmente fecunda en el oficio de historiador (VILAR, 1983a, p. 147)⁵⁹.

Ao reconhecer-se como historiador marxista, Vilar (1983a) busca evitar ser taxado como seguidor de uma doutrina. Expressa sua profunda admiração por Marx (ibid., p. 153, 155). Retorna a ele para pensar uma história marxista (ibid., p. 149), mas desloca o marxismo para o papel de aparato teórico-metodológico.

Como “teoria geral das sociedades”, o marxismo de Vilar (1983a, p. 144, 147, 151) ambiciona uma “história total” que abarque todas as dimensões do social. Essa corrente é apropriada teoricamente pelo historiador. Ele a compreende como “conceitos bases” e

57

Tradução nossa: “O marxista estabelece um vínculo (...) entre uma atitude militante e uma atividade global onde está inserida por natureza sua atividade profissional. Isso só pode ser regulado de acordo com as preferências pessoais e o temperamento de cada um”.

58

Tradução nossa: “É raro que o historiador erudito, o historiador vocacional, possa conciliar seu trabalho diário com uma ação militante. (...) O marxista está bem situado: no sentido de que ele acredita em favorecer o movimento progressivo da humanidade na medida em que ele pensa corretamente a história, e esse movimento de avanço da humanidade (...) é para ele uma lição permanente de história. Não pode haver contradição entre a sua atitude científica e o seu compromisso, precisamente o compromisso consiste na atitude científica”.

59

Tradução nossa: “Ser marxista não é fácil. Pessoalmente, penso que sempre tenta-se ser, muito mais do que se consegue. Mas é esse combate para transpor para o estudo do passado o confronto vivo e criativo de teoria e prática que me parece uma atitude particularmente frutífera no ofício de historiador”.

“modelos” que devem ser testados na prática historiográfica, retificados se necessário, para então produzirem um conhecimento científico sobre o passado. A relação entre teoria e prática, para Vilar, se dá exclusivamente no âmbito de seu ofício.

Essa perspectiva é reforçada em *La méthode historique*, texto original de 1968, fruto de um ciclo de debates em torno do pensamento de Althusser, onde Vilar (1972, p. 12-23) reforça que o marxismo fornece *hipóteses* ou pontos de partida, que a investigação histórica caminha no sentido das orientações de Marx. Para o historiador, Marx tornou a história em uma “história raciocinada”⁶⁰. De acordo com Vilar (1983b, p. 161), “Pésimo historiador sería aquel que no se plantease si la materia de su investigación y la manera de abordar su análisis llevan de alguna manera el signo de Marx”⁶¹. Essa concepção do marxismo como modelo permanece em *L’histoire après Marx*, publicação de 1969 (VILAR, 1983b, p. 161).

Em *Histoire marxiste, histoire en construction*, de 1973, sua admiração pelo fundador do materialismo histórico é reiterada. Também reafirma-se a relação entre a aplicação do marxismo em sua prática historiográfica e um compromisso para com a humanidade, ainda que não fosse amparado na militância junto a um partido. No texto, o autor assinala “(...) pensar *politicamente* exato é pensar exato *historicamente*” (VILAR, 1976, p. 148, grifos do autor) e “*Tudo pensar historicamente*, eis aí o marxismo” (ibid., p. 178).

Para o historiador francês, o marxismo é uma ferramenta para a produção de conhecimento histórico, um modelo a ser experimentalizado em confronto com a história real, “(...) *da teoria ao ‘caso’*” ou “*Da pesquisa à teoria*” (VILAR, 1976, p. 175). Existe, em Vilar, uma apropriação do pensamento de Marx a partir da compreensão de um modo de produção de conhecimento. Essa concepção envolve: 1) um horizonte a ser alcançado, a “história total”; 2) recursos a serem utilizados, a história econômica, métodos quantitativos e estatísticos, conceitos e hipóteses elaboradas por Marx e 3) uma premissa, o uso de fontes e documentos históricos.

No período de 1972-1973, ao escrever *Cours de méthodologie historique. Initiation au vocabulaire de l’analyse historique*, todas essas formulações elaboradas no decorrer da década de 1960 são reforçadas pelo historiador. Marx aparece como um modelo de historiador que

60

Essa noção foi traduzida no espanhol como “historia razonada” (VILAR, 1972, p. 12). A noção original em francês é “*histoire raisonnée*” (VILAR, 1973, p. 198).

61

Tradução nossa: “Péssimo historiador sería aquele que não refletisse se a matéria de sua investigação e a maneira de abordar sua análise leva, de alguma maneira, ao signo de Marx”.

“talvez” tenha lançado o único projeto de um tratado de história (VILAR, 1999, p. 9) e como “maior sociólogo” (ibid. p. 8). Todas essas qualificações podem indicar que Vilar entende que Marx foi capaz de realizar em seu pensamento uma verdadeira síntese das ciências sociais (história, sociologia e economia). Tudo isso a partir de uma filosofia que é crítica de si mesma, como já havia definido em 1964.

Se o marxismo é modelo teórico, capaz de fornecer hipóteses, ele o faz justamente a partir da fundamentação de uma história científica na qual Marx se afastou do positivismo (VILAR, 1999, p. 7-8). A cientificidade da história é uma ideia defendida em todos os textos estudados. Em *Cours de méthodologie historique* (ibid., p. 40), Vilar aponta a convergência da historiografia de Simiand e Labrousse com a história global/história total proposta por Marx.

Outro ponto que retorna no texto de 1972-1973, é a relação entre *prática e teoria*:

La existencia de formas de historia no científicas no autoriza a pensar que sea imposible o inútil llegar a un conocimiento y a una interpretación justa de las sociedades pasadas. Al contrario, en la medida en que el pasado humano es mal conocido, mal interpretado, los hombres, y los grupos de hombres, tienen una visión incorrecta de su presente y de su futuro. Y, como es natural, esto tiene también un alcance práctico (VILAR, 1999, p. 28)⁶².

No trecho anterior, vemos novamente a evocação de uma interpretação correta/justa e o alcance prático desse conhecimento. Em outro trecho, Vilar (1999, p. 83) reconhecia que ao se preocupar com as causas o historiador também se preocupava com as consequências do passado. Observamos um compromisso científico com a verdade. Esse compromisso intelectual, tal como esboçado por Vilar, é em si um compromisso político, na medida em que a História não é meramente narração. Isso porque a disciplina possui um compromisso *pedagógico*⁶³, uma tarefa para com o *presente* e para com o *futuro*, em suas palavras: “La historia debe enseñarnos, en primer lugar, a leer un periódico” (VILAR, 1999, p. 12)⁶⁴.

62

Tradução nossa: “A existência de formas não científicas da história não nos permite pensar que é impossível ou inútil chegar a um conhecimento e uma interpretação justa das sociedades do passado. Pelo contrário, na medida em que o passado humano é mal conhecido, mal interpretado, os homens, e os grupos de homens, têm uma visão incorreta de seu presente e de seu futuro. E, como é natural, isso também tem um alcance prático”.

63

A história possui uma função social de instruir o presente a partir do conhecimento do passado. Ver sobre essa questão em: Luna (2007) e Ortiz (2007).

64

Tradução nossa: “A história deve nos ensinar, em primeiro lugar, a ler um jornal”.

Em suma, para Vilar, o marxismo constitui um arsenal de hipóteses e estruturas para a produção de conhecimento, ou seja, é um *método de análise*⁶⁵. O marxismo positiviza o método histórico, conciliando uma estrutura teórica sólida com métodos de investigação já consolidados, em especial a história econômica e quantitativa. Vilar não busca esmiuçar a obra de Marx em uma disputa por sua interpretação, mas operacionaliza sua leitura em suas pesquisas.

2.2 O MARXISMO PARA LOUIS ALTHUSSER

Althusser estava disputando a leitura da obra de Marx com vertentes interpretativas homogêneas pelo PCF. Como já abordamos, a partir da Conferência de Choisy, em 1966, a abordagem de um marxismo humanista foi adotada pelo partido. O marxismo humanista⁶⁶ consiste em uma leitura integral dos textos de Marx, que recorre, sobretudo, aos textos de juventude para defender: a existência de uma essência universal do homem; que essa essência é uma característica de indivíduos isolados, de “sujeitos reais” e a universalidade dessa essência humana (MORAES, 2005, p. 31).

Segundo Althusser (1979a, p. 196, grifos do autor):

(...) trata-se não de contestar a realidade que o conceito de humanismo socialista está encarregado de designar o valor *teórico* desse conceito. Ao dizer que o conceito de humanismo é um conceito ideológico (e não científico) afirmamos ao mesmo tempo que ele designa antes de tudo um conjunto de realidades existentes, mas que, diferentemente de um conceito científico, não dá o meio de conhecê-los.

E ainda (ALTHUSSER, 2002, p. 48, grifos do autor),

O exame ao qual vou proceder é puramente *teórico*. Não proponho examinar a natureza e a função do Humanismo como *ideologia*, nem, portanto, questionar o “direito” à existência do Humanismo como *ideologia*. Proponho-me apenas examinar, do ponto de vista *teórico*, os *títulos* em nome dos quais os ideólogos do Humanismo teórico (o jovem Marx, nossos modernos etc.) pretendem *fazer* com que noções *ideológicas* como Homem, Gênero Humano etc. desempenhem um papel teórico.

65

Fontana (2007, p. 20), também assinala que Vilar vê o marxismo como “um conjunto de instrumentos de análise a ser ainda utilizado”.

66

Além de ser um tema central em *Pour Marx e Lire le Capital*, esse tema também aparecerá nos textos *A Querela do Humanismo* I e II, originalmente publicados em 1960 e 1967. Posteriormente foram traduzidos pela revista *Crítica Marxista* e publicados em 1999 e 2002 e na entrevista concedida a Fernanda Navarro (1988). Sobre esse tema também podem ser conferidos: Domesgue (1967) e Martuscelli (2016).

O XX Congresso do PCUS foi um fator determinante para o retorno às obras de juventude de Marx e a defesa de um humanismo marxista. O humanismo era uma forma de se opor ao ocorrido na União Soviética. Para Althusser, o humanismo teórico era uma crítica direitista do stalinismo, que reduzia a análise do ocorrido às ações de Stalin. De acordo com Moraes (2005), a crítica ao humanismo teórico agride o senso comum do marxismo, pois, opera na contramão do que parece ser um ideal a ser realizado. Ignora, ademais, que essa ideologia é utilizada como justificativa para atos de desumanidade, como o imperialismo liberal⁶⁷.

De acordo com Martuscelli (2016, p. 216), ao propor uma nova leitura das obras de Marx, Althusser indicava uma ruptura em seu pensamento. Nesse sentido, para o filósofo franco-argelino:

(...) é possível entrever uma “mudança de terreno”, uma ruptura nos alicerces teóricos. Se nos textos de juventude, as análises de Marx são orientadas pela pergunta “O que é o homem?” e, com isso, ganham relevância noções como alienação, ser genérico, essência humana, emancipação humana; os textos de maturidade passam a ser condicionados por uma nova questão “O que é história?”, advindo daí a formulação de novos conceitos, tais como: modo de produção, forças produtivas, relações de produção, luta de classes e revolução social (ibidem p. 216).

Essa “mudança de terreno” é demarcada pelo conceito de *ruptura epistemológica*, que separa a obra de um *Marx ideológico* e de um *Marx científico*⁶⁸. Althusser propõe uma nova leitura das obras de Marx que está profundamente vinculada à fundamentação do anti-humanismo teórico. Em *Pour Marx*, o filósofo franco-argelino estabeleceu a divisão do itinerário intelectual de Marx como: “Obras da Juventude (1840-1844)”; “Obras de cesura (1845)”; “Obras da maturação (1845-1857)”; “Obras de maturidade (1857-1883)”. Cada *momento* de seu pensamento é caracterizado por uma *problemática*⁶⁹ que alimentava um conteúdo ora ideológico, ora científico. São nas obras de maturidade que o pensamento de Marx abandona as *problemáticas* ideológicas que sustentaram suas obras de juventude.

67

Anderson (1985, p. 20) também indica as consequências direitistas desse humanismo socialista.

68

As terminologias “Marx ideológico” e “Marx científico” são empregadas por Moraes (2016, p. 134).

69

Althusser se vale do conceito de *problemática* elaborado por Jacques Martin. Por *problemática* Althusser entende a estrutura concreta que sustenta um pensamento, que determina as questões que serão propostas, os objetos que serão analisados, os conceitos que serão mobilizados e a relação entre eles. Enfim, a *problemática* é a unidade profunda de um texto (ALTHUSSER, 1979a, p. 55). Em Martuscelli (2016), há contribuições para a compreensão desse conceito e sua relação com o conceito de *ruptura epistemológica*. Abordaremos mais sobre esse conceito no terceiro capítulo.

Essa ruptura epistemológica não era um corte abrupto, mas um processo progressivo que indicava o abandono de uma problemática idealista por outra de cunho científico. Para Althusser (1979a, p. 27), “Não se rompe de vez com um passado teórico, porque em todo o caso precisa-se de palavras e conceitos para se romper com palavras e conceitos, e amiúde são as antigas palavras que estão encarregadas do protocolo da ruptura, enquanto dura a pesquisa das novas”. De acordo com o filósofo, o conceito de *ruptura epistemológica* é necessário para indicar um rompimento de Marx com seus antecessores e com sua própria pré-história. Indica uma concepção de conhecimento que prima pelas *descontinuidades*. É possível afirmar que ao não considerar os textos de Marx como um bloco indivisível, Althusser reconhece os limites e as contradições da formulação de um pensamento, indicando assim o necessário contínuo desenvolvimento do marxismo.

Althusser aponta em *Pour Marx*: “(...) como um *momento* da formação do pensamento de Marx, o qual, como todos os momentos de um desenvolvimento intelectual, define decerto um futuro, mas delimita também um *presente singular* e irreduzível” (ALTHUSSER, 2015, p. 128, grifos do autor). A juventude de Marx não é o gérmen do Marx maduro, essa leitura seria a projeção de um pensamento consolidado na maturidade que busca suas origens na juventude. Assim como, o Marx maduro não surgiu do vazio, mas surge das sucessivas *rupturas* em seu pensamento. Para o filósofo, o que vale não é o fetichismo em torno da assinatura, da autoridade do autor, mas a *problemática* que sustenta cada obra. É, nesse sentido, que fala em textos *pré-marxistas*⁷⁰ e textos *marxistas*⁷¹ (ALTHUSSER, 1978?, p. 85-88).

Para Althusser (1978b, p. 13, 47), as ideologias que o precederam e marcaram suas obras de juventude constituem-se como *pré-história* dessa *nova ciência*. Por isso, Marx não seria inversão de Hegel, nem continuidade da Economia Política. Seria, sim, o fundador de uma descoberta científica sem precedentes: “Marx fundou uma nova ciência: a ciência da história das ‘formações sociais’. Mais precisamente, eu diria que Marx ‘abriu’ ao conhecimento científico um novo ‘continente’ – o da História” (ALTHUSSER, 1979a, p. 8, grifos do autor). Essa *nova ciência*, só surgiu mediante rompimento com as ideologias que a precediam, sendo este um corte contínuo.

70

Textos de Marx anteriores a 1845.

71

Textos de Marx após 1845.

Começamos a conceber essa história [história do conhecimento] como assinalada por descontinuidades radicais (por exemplo, quando uma ciência nova se destaca sobre o fundo das formações ideológicas anteriores), por remanejamentos profundos, que, se respeitam a continuidade da existência das regiões do conhecimento (e ainda nem sempre é o caso), inauguram em sua ruptura o reino de uma lógica nova, que, longe de ser o simples desenvolvimento, a “verdade” ou a “inversão” da antiga, *toma literalmente o seu lugar* (ALTHUSSER, 1979b, p. 46, grifos o autor).

Segundo Althusser, o *materialismo histórico* é uma ciência que se distingue de outras ideologias do conhecimento. Possui um potencial explicativo da realidade social e produz conhecimento sobre as relações estruturais do modo de produção capitalista. É a defesa da cientificidade do *materialismo histórico*, do reconhecimento do trabalho intelectual como *prática*, que legitima o conhecimento produzido. A crítica ao humanismo teórico exige o conceito de *ruptura epistemológica*. Esse conceito dialoga com o conceito de *prática teórica*⁷².

Veremos mais sobre a concepção de *prática teórica* no capítulo três, cabe agora apenas destacar que *prática teórica*, para Althusser, *é o processo de transformação de uma matéria-prima em conhecimento científico* (ALTHUSSER, 1979a). De acordo com Althusser (idem, p. 143-146), existem diferentes práticas: a prática política, a prática ideológica e a prática teórica. A definição dessas, não indica uma separação estanque entre as práticas, consiste na compreensão que o marxismo exige a relação entre prática teórica e prática política. A primeira é essencial à segunda, para que a mesma não caia ante aos problemas que a realidade social coloca, nem retroceda em seus avanços. Essa divisão é teórica. Existe, portanto, uma relação necessária entre teoria e política em seu pensamento, sendo que os avanços da teoria marxista podem ser decorrentes de avanços teóricos ou da prática política que retifica a teoria.

Por fim, o conceito de *prática teórica* valorizava o trabalho intelectual, em um contexto no qual, “(...) a *pesquisa* do pensamento *filosófico* de Marx, [era] indispensável para sair-se do impasse teórico a que a história nos tinha jogado” (ALTHUSSER, 1979a, p. 11, grifo do autor). Para Althusser, a prática dos partidos tem impacto no desenvolvimento da teoria. Talvez por isso sua permanência no PCF mesmo frente a oposição de suas teses com as adotadas pelo partido.

72

De acordo com Moraes (2016, p. 135), o conceito de *prática teórica* se modifica na década de 1970. Isso ocorre ao passo em que Althusser modifica também sua concepção de filosofia de “teoria das práticas teóricas” para “luta de classes na teoria”.

Há uma diferenciação entre abordagem teórica e abordagem política, necessária para destacar o conteúdo científico da obra de Marx. Segundo Althusser (1979b, p. 139, grifos do autor),

(...) mesmo a nossa própria experiência pode lembrar de que se pode ser “comunista” sem ser “marxista”. Requerer-se essa distinção para se evitar cair na *tentação política* de confundir, então, as tomadas de posição *teóricas* de Marx por suas tomadas de posição *políticas* e de legitimar as primeiras pelas segundas.

Para o filósofo franco-argelino, tanto a prática teórica como a prática política são concretas. Elas devem manter uma relação permanente, contudo, cada uma delas possui *autonomia* em relação à outra, não devendo assim confundir tomadas de posições políticas com tomada de posições teóricas. Ao proclamar sua autonomia, ele evitava que a teoria marxista fosse utilizada para quaisquer fins políticos ou ideológicos que impedissem seu desenvolvimento.. Evitando, portanto, a ideia de que a tomada de posição do PCF ou seu proselitismo em torno do marxismo da União Soviética deveriam ser às únicas leituras possíveis ou corretas de Marx. A prática teórica difere da prática política, mas todo conhecimento marxista deveria se prestar à revolução (ALTHUSSER, 1980, p. 151-152).

Quando o filósofo utilizava a metáfora da descoberta de um novo continente, Althusser (1979a, p. 8) estava indicando a magnitude da descoberta de Marx, que fundou a ciência da História, o materialismo histórico. Boito Jr. (2016, p. 153), afirma que para o filósofo franco-argelino o marxismo é uma ciência social, uma ciência da sociedade. Nesse sentido, retomemos um trecho já citado:

(...) o marxismo devia ser não somente uma doutrina política, um “método” de análise e de ação, mas também, enquanto ciência, o *domínio teórico de uma pesquisa fundamental*, indispensável ao desenvolvimento não somente da ciência das sociedades e das diversas “ciências humanas”, mas também das ciências da natureza e da filosofia (ALTHUSSER, 1979a, p. 16, grifos do autor).

O marxismo, para Althusser, não está restrito a uma função meramente metodológica, que o instrumentaliza para a análise do social. O marxismo, no que diz respeito ao materialismo histórico, é um domínio científico com potencial de explicar a realidade social.

De acordo com Boito Jr. (2016, p. 155), ao definir o marxismo como uma ciência das sociedades e da história, a concepção de materialismo histórico de Althusser se afastava da de Gramsci que via o marxismo como uma *filosofia para a ação* ou uma *filosofia crítica*, desta maneira, o marxismo era reduzido a um método de análise do social e da história. Para o

filósofo franco-argelino, o historicismo gramsciniano reduzia o conceito ao período de sua produção, impedindo que fossem formulados conceitos gerais no marxismo.

O historicismo é um dos principais alvos da crítica de Althusser. No plano da epistemologia da ciência, o motivo dessa crítica é a concepção que a corrente historicista oferece da produção de conhecimento. Se tal produção fosse inseparável do período histórico no qual ela se dá, seria impossível pensar o marxismo como ciência da história, posto que a ciência, seus conceitos e teses têm de transcender o momento e as condições, fortuitas ou necessárias, de sua própria produção (BOITO JR., 2016, p. 159).

Sua crítica a Gramsci foi formulada mais extensamente no volume dois de *Lire le Capital*. A crítica ao historicismo, contudo, está presente em todas as obras estudadas do autor, sendo um dos principais elementos apontados em seu manuscrito de uma resposta a Pierre Vilar (ALTHUSSER, 2018, n.p.). As críticas ao humanismo e ao historicismo caminharam juntas e só foram possíveis a partir de uma nova leitura das obras de Marx que considerava a *ruptura epistemológica*. Nas palavras de Althusser (1979a, p. 24):

Foi ao fundar a teoria da história (materialismo histórico) que Marx, com um só e único movimento, rompeu com a sua consciência filosófica ideológica anterior e fundou uma nova filosofia (materialismo dialético) (...) Que uma nova filosofia tenha nascido da fundação de uma ciência, e que essa ciência seja a teoria da história.

O momento de fundação da ciência marxista da História, o *materialismo histórico*, foi também o momento da fundação de uma nova filosofia, o *materialismo dialético*. Essa fundação não devia aos seus antecessores, pois iniciava uma nova problemática que seria uma leitura científica da história e da sociedade.

O marxismo, para Althusser, resulta da dessacralização de Marx e da renovação de seu pensamento ao dialogar com o que havia de novo nas Ciências Sociais. Essas novas tendências deveriam ser submetidas à crítica marxista, para serem incorporadas na problemática marxista (BOITO JR., 2016, p. 154). O marxismo, para os althusserianos, é uma ciência da história e das sociedades com potencial para transformar essa realidade, embora não esteja submetida à prática política. Além disso, o materialismo histórico deve atentar ao anti-humanismo teórico, a necessária crítica ao historicismo e ao empiricismo, partindo da premissa de que nem todas as obras de Marx são científicas.

2.3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS EM TORNO DO MARXISMO

Os principais pontos de convergência entre Pierre Vilar e Louis Althusser são: o reconhecimento da magnitude do pensamento de Marx; a defesa de uma leitura não doutrinária; o reconhecimento da cientificidade da História; e o reconhecimento do marxismo como lugar de síntese das Ciências Sociais.

Vilar, em 1964, reconheceu a contribuição de Althusser para o marxismo, assim como a necessidade de desenvolvimento dessa corrente para uma historiografia científica. Os textos que escreveu em seu diálogo com Althusser foram justamente a tentativa de demonstrar que, apesar do pouco reconhecimento do filósofo franco-argelino, os princípios marxistas de investigação histórica tinham sido aplicados e desenvolvidos na pesquisa histórica (VILAR, 1972; 1976).

Delacroix et al. (2012, p. 257-258) dedica um pequeno texto ao “debate Vilar *versus* Althusser”. Indicou que alguns modernistas da escola dos *Annales*, como Vovelle, Robert Mandrou e Vilar, buscaram o desenvolvimento e aprimoramento conceitual do marxismo. Althusser dedicou toda a sua produção, após tornar-se marxista, ao desenvolvimento da teoria marxista. Esse é um ponto de encontro entre Pierre Vilar e Louis Althusser, isto, porque é comum a ambos a crença no potencial explicativo dessa corrente teórica.

Ambos tentaram se afastar de uma leitura doutrinária do marxismo. Vilar desviou de qualquer envolvimento político e deslocou o marxismo como aparato teórico-metodológico para pensar a História dentro de uma matriz disciplinar. Althusser dessacralizou Marx, questionou o seu pensamento a partir da teoria marxista e confrontou o PCF ao valer-se do pensamento de Mao Tsé-Tung quando o partido seguia uma linha soviética. Vilar e Althusser localizaram o marxismo como a corrente teórica a partir da qual era possível operacionalizar a síntese das Ciências Sociais. Isso, tendo em vista um momento no qual se disputava lugares de privilégio no conjunto dessas ciências e se tinha um “grande modelo” que se propunha a realizar tal síntese, o estruturalismo.

Entre os pontos em que divergem, podemos destacar aqueles sobre os quais ambos discutiram mais longamente. São eles: a concepção de marxismo e o historicismo. Antes de falar desses dois pontos, porém, é necessário esclarecer outras duas questões: humanismo e a divisão da obra de Marx.

Se para Althusser era fundamental a centralidade do estudo das obras de Marx, em Vilar não observamos esse mesmo foco. Em 1960, o historiador, em poucas palavras, indicou uma possível “divisão” do pensamento de Marx. Assumiu que ela ocorria a partir de 1840,

quando Marx encontrou a Economia política (VILAR, 1983b, p. 166). Essa concepção, que não foi formalmente desenvolvida, desapareceu em 1972-1973, quando Vilar abalizou que era necessário submeter à juventude de Marx à crítica da história, pois a divisão acarretaria na concepção de algo “morto” ou “superado” (VILAR, 1980, p. 25). Não vamos dar ênfase nessa divergência, pois, embora fosse algo muito importante para Althusser, não constituiu o cerne da crítica de Vilar a Althusser. Por isso, retomaremos o assunto na medida em que for necessário para compreender o próprio pensamento de Althusser.

A outra questão diz respeito ao humanismo ou ao anti-humanismo teórico. Novamente temos uma questão central no pensamento de Althusser, mas um tema que Vilar não deu muita atenção. Segundo Vilar (1976, p. 178, grifos do autor), “*Tudo pensar historicamente*, eis aí o marxismo. Que seja ou não, após isso tudo, um ‘historicismo’, trata-se (como para o humanismo) de querela de palavras. Tenho desconfiança somente das negações apaixonadas”. No diálogo crítico, havia uma ênfase muito maior na questão do historicismo que, como já vimos⁷³, estava associado à tese do anti-humanismo teórico para Althusser. Essa ênfase justificou a atenção à diatribe em torno do historicismo, sendo que, a análise das questões concernentes ao anti-humanismo teórico foram realizadas quando necessárias para elucidar o pensamento de Althusser.

Tendo esclarecido esses dois pontos, voltemos aos aspectos centrais de divergência: a concepção de marxismo e o historicismo. Em relação ao historicismo, para Althusser (2018, n.p.), ele confunde o *ser* com o *pensamento*⁷⁴. Em seu *Manuscrito de resposta*, reiteirou:

Para resumir, podemos ter a tendência de considerar que se o marxismo é um anti-historicismo, ele só pode afastar-se da história, ou pode tratar a história apenas reduzindo-a às estruturas abstratas, incapazes de explicar o devir histórico, as lutas históricas, etc. Mas é exatamente o contrário que é verdade, mas com *uma* condição, que a tese do anti-historicismo do marxismo seja destinada a colocar em evidência. Qual é essa condição? A distinção entre história vivida e conhecimento da história, a distinção entre as representações ideológicas da história e as categorias e análises científicas que levam ao conhecimento da história (ALTHUSSER, 2018, n.p., grifos do autor).

Por outro lado, Vilar defendeu uma abordagem historicista. Para ele, o historicismo consistia na ideia central de que *tudo* remetia à história. Observamos essa ideia em sua crítica de 1973 (VILAR, 1976). Em entrevista para Dosse (2007b, p. 449), Vilar teria recordado de

73

Conferir a página 54 deste trabalho.

74

Esta questão será detalhada no segundo capítulo.

uma diatribe com Poulantzas, que o tinha acusado de cair no historicismo. Na ocasião, ele teria respondido: “Não tenho necessidade de cair nele. Estou e aceito estar nele”. O abandono do historicismo significaria o abandono do marxismo para o historiador francês.

O outro ponto de divergência fundamental é que Pierre Vilar considerava o marxismo como um *método de análise* que apoiava a sua prática historiográfica, ou seja, dialogava com outros métodos consolidados na disciplina. O marxismo fornecia um *modelo* que auxiliava a pesquisa empírica do historiador. Para Althusser, o materialismo histórico era a ciência da história, ou seja, não uma *ferramenta* ou um *método* para a análise, mas a própria forma de produzir conhecimento sobre o real.

Se Vilar e Althusser se encontram em alguns aspectos, eles divergem profundamente em outros. Os capítulos seguintes acompanham tais divergências no que diz respeito ao *processo de produção de conhecimento* e a *matéria-prima* desse processo.

3 CONCEITOS MOBILIZADOS

Neste capítulo, destacamos alguns conceitos chaves para compreender o pensamento de cada um dos autores estudados. Embora tenhamos realizado uma divisão inicial, alguns conceitos só serão completamente explorados após a leitura dos três subitens. A primeira parte do capítulo aborda a concepção de *história raciocinada* para Pierre Vilar e de *problemática* para Louis Althusser. Na segunda parte, discutimos o que era a *matéria-prima* da produção de conhecimento para cada um dos autores. Por fim, abordamos as definições de *ciência* e *história* para o historiador francês e para o filósofo franco-argelino. Este capítulo é importante, pois, introduz aspectos do debate em torno do problema da produção de conhecimento histórico para os dois intelectuais.

3.1 HISTÓRIA RACIOCINADA E PROBLEMÁTICA

Devemos discutir, antes de avançar em nossa análise, as definições de *história raciocinada*⁷⁵ (*histoire raisonnée*) desenvolvida por Pierre Vilar e de *problemática* por Louis Althusser. Em uma leitura desatenta, esses conceitos poderiam nos fazer crer que se referem a mesma coisa, isto é, a um *problema* ou *questão* que nortearia uma pesquisa. O objetivo deste subtítulo é justamente colocar a prova essa impressão inicial, destacando a complexidade desses conceitos no pensamento dos dois autores.

Definir o que era *história raciocinada*⁷⁶ (*histoire raisonnée*) para Pierre Vilar é ao mesmo tempo, a busca do conteúdo deste conceito e a reflexão sobre sua relação com a noção de *história-problema*. De acordo com Barros (2012, p. 306, 312), a *história-problema* proposta pelos fundadores dos *Annales* era: “interpretativa”; “problematizada”; “apoiada em

75

O conceito original é *histoire raisonnée*. Na tradução em castelhano encontramos “historia razonada” (VILAR, 1999, p. 12) e no texto de Congost (2007) a tradução do conceito foi realizada como “história racional” e “história raciocinada”. Em nosso trabalho, operaremos com a tradução “história raciocinada”, pois compreendemos que ela exprimiria melhor o conteúdo do conceito. O conceito remete a uma história pensada e problematizada, expressa o potencial do historiador para pensar sua matéria e construir sentidos.

76

Congost (2007, p. 69) assinala que, em Vilar, existe a defesa de uma *história racional* (1960), de uma *história em construção* (1973) e de um *pensar historicamente* (1987), nos ateremos as duas primeiras. Para a autora, esses modelos não existiram de forma linear, eles conviveram no pensamento do historiador. Já em 1973, Vilar (1976, p. 178, grifos do autor) afirmava: “*Tudo pensar historicamente*, eis aí o marxismo”.

hipóteses”; capaz de realizar o procedimento científico de recortar seu objeto. Era também capaz de problematizar o próprio processo. Estabelecia-se como oposição a um modo de pesquisa (história factual), a um modo de reflexão e exposição (história narrativa) e um campo temático (história política). Esse movimento não era exclusivo nos *Annales* (Febvre e Bloch), mas já vinha sendo indicado por outros autores, entre eles Simiand que, como abordamos anteriormente⁷⁷, foi uma importante influência para Vilar. Em suma, a *história-problema* valorizava o trabalho do historiador, visto que, como definia Bloch (2001), os documentos não falam ou contém a verdade em si, o historiador deveria saber interrogá-los.

Nos escritos de Pierre Vilar, selecionados para esta pesquisa, não existe explicitamente uma defesa do conceito de *história-problema*. O historiador faz algumas referências a necessidade de existir um *problema* para a escrita da história científica. O recurso ao conceito de *história-problema* é indicativo⁷⁸, como podemos observar no trecho citado abaixo:

No obstante, por lo menos en Francia, la batalla pareció ganada. Lucien Febvre, que desconfiaba de la teoría, pero a quien gustaba, lo mismo que a Marx, hacer brillar su pensamiento en la crítica y la polémica, osó proponer a los jóvenes historiadores de nuestra generación, si no la esperanza inmediata de una historia-ciencia constituida sobre unos «modelos», si al menos el ejercicio continuado de una historia-inteligencia centrada alrededor de unos *problemas*. No era coincidir con Marx ni hacerle referencia. Era quitar de un medio un montón de tabúes contra el razonamiento en historia. Proclamar el derecho del historiador a una *hipótesis de trabajo*, era autorizarle a pensar dentro de un Marx *teórico*. Era, de cualquier forma, otorgar a lo histórico una racionalidad penetrable (VILAR, 1983b, p. 168-169, grifos do autor)⁷⁹.

Observamos que o conceito de *história-problema* é reconhecido por Vilar em sua convergência com o pensamento de Marx. Desse encontro, construído em seu pensamento, o conceito é apropriado como *premissa* e *conteúdo* do conceito de *história raciocinada*. Este sim, veio a tornar-se o conceito que Vilar defendeu arduamente em seus escritos.

77

Conferir página 31, 45 e 48 deste trabalho.

78

Aparece de forma prática na obra de Vilar, ou seja, indica uma necessidade.

79

Tradução nossa: “No entanto, pelo menos na França, a batalha parecia vencida. Lucien Febvre, que desconfiava da teoria, mas que gostava, assim como Marx, de fazer brilhar seu pensamento na crítica e na polêmica, atreveu-se a propor aos jovens historiadores de nossa geração, senão a esperança imediata de uma história-ciência constituída sobre alguns «modelos», senão pelo menos o exercício continuado de uma inteligência-histórica centrada em torno de alguns problemas. Não foi para coincidir com Marx nem fazer referência a ele. Foi para remover de um meio de muitos tabus contra o raciocínio na história. Proclamar o direito do historiador a uma hipótese de trabalho, era autorizá-lo a pensar dentro de um Marx teórico. Era, de alguma forma, dar ao histórico uma racionalidade penetrável”.

Compreendemos que a fundação e defesa do conceito de *história raciocinada*, na obra de Vilar, foi resultado da absorção do conceito de *história-problema* e de seu encontro com outras abordagens teórico-metodológicas como o materialismo histórico. Em suma, esse conceito expressava a particularidade do pensamento de Vilar, embora não o tenha definido com o intuito de estabelecer um *conceito de história*⁸⁰. Compreendemos que *história raciocinada* expressava, para Vilar, um conceito capaz de pensar a produção de história-conhecimento, ou seja, capaz de refletir a produção de conhecimento histórico.

De acordo com Congost (2007, p. 55), para Vilar, a *história raciocinada* (*histoire raisonnée*) era um modelo de trabalho inspirado pelo economista Schumpeter. A concepção de *história em construção* foi inspirada por Labrousse e apareceu pela primeira vez em *Histoire marxiste, histoire en construction*, texto de 1973. Esses dois modelos coexistiam na obra de Vilar, sendo que o historiador francês nunca abriu mão do conceito de *história raciocinada*.

Ao defender que a história estaria sempre por fazer-se (*história em construção*), Vilar não negava suas formulações anteriores em torno do conceito de *história raciocinada*, pelo contrário, ele às mantinha em paralelo. A noção de *história em construção* parece-nos surgir não tanto da construção de uma nova fundamentação teórica acerca da produção de conhecimento, pois, possuía caráter indicativo. Essa noção nasceu em seu diálogo com Althusser, mas sinalizava um acúmulo de críticas feitas pelo historiador francês às apropriações do trabalho de historiadores por intelectuais de outras áreas, em especial da Filosofia. Em *Histoire marxiste, histoire en construction*, o historiador francês reclamava da forma que Althusser se referia ao trabalho historiográfico sem reconhecer os avanços realizados pelos historiadores no desenvolvimento de seu ofício. O historiador veio a ressaltar esse aspecto também em uma entrevista realizada em 1992:

Constatava que Althusser dizia: “Marx inventou o continente história”, sem se perguntar: “Como os historiadores escutaram esta lição?” Em particular, eu o acusava de falar sobre história tendo simplesmente citado Febvre, Labrousse e Braudel entre aspas, como pessoas de quem talvez fosse conveniente falar. Tudo isso me parecia muito superficial (VILAR, 1998a, p. 284).

Vilar (1999, p. 11, grifos do autor) abalizou: “¿Es posible construir el «concepto de historia»? No voy a discutir aquí esta cuestión. Pero sí se puede, más modestamente, tratar de reflexionar, a partir del oficio de historiador, sobre el contenido de la palabra historia”. Tradução nossa: “É possível construir o «conceito de história»? Não vou discutir essa questão aqui. Mas é possível, mais modestamente, tentar refletir, a partir do ofício de historiador, sobre o conteúdo da palavra história”.

Parece-nos que essa noção não tratava de proclamar uma grande ampliação ou mudança frente ao conceito de história raciocinada. Na realidade, pretendia reafirmar que a construção de uma ciência era contínua e que a História, como ciência, também estava propensa a esse processo de incessante retificação. Sendo assim, era impróprio apropriar-se de discursos historiográficos de forma generalizante e sem considerar suas especificidades e seus processos contínuos de desenvolvimento teórico-metodológico. Por essa razão, consideramos que a noção visava esboçar um processo que Vilar julgava estar sendo ignorado por aqueles que pretendiam dizer algo sobre a historiografia.

Por outro lado, o conceito de *historia raciocinada* é central para pensar a obra de Vilar, não apenas como um “modelo”, mas como um conceito com fundamentos próprios e capaz de mobilizar e relacionar-se com outros conceitos. Nesse sentido, Vilar (1983a, p. 143) assinala: “Buscar el por qué, ciertamente, presenta sus riesgos. No investigar el por qué es renunciar a pensar”⁸¹; “(...) *pensarla teóricamente* [a história real] (en vez de dejarnos llevar empíricamente por ella)” (VILAR, 1983a, p. 147, grifos do autor)⁸²; e “La historia-conocimiento se convierte en ciencia en la medida en que descubre procedimientos de análisis originales adecuados a esta materia particular” (VILAR, 1999, p. 27)⁸³. Ao defender uma *historia raciocinada*, Vilar estava defendendo um *conceito de história*. Em outras palavras, defendia uma história-conhecimento racionalizada, na qual o historiador mais do que descrever fatos era capaz de pensá-los, esse conceito expressava sua crítica a uma historiografia empiricista ou positivista (VILAR, 1983b, p. 163). O colocava lado a lado às críticas elaboradas por Febvre e Bloch.

De acordo com Vilar (1999, p. 43-44):

(...) debido a una continua interacción, los elementos de las economías (hombres, bienes), de las sociedades (relaciones sociales más o menos cristalizadas en instituciones), y de las civilizaciones (conjunto de las actitudes mentales, intelectuales, estéticas (...)). El historiador habrá de distinguir muy pronto entre los hechos de evolución muy lenta (estructuras geográficas, mentalidades religiosas,

81

Tradução nossa: “Buscar o porquê, certamente, apresenta seus riscos. Não investigar o por quê é renunciar a pensar”.

82

Tradução nossa: “(...) pensá-la teoricamente [a história real] (em vez de nos deixarmos levar empiricamente por ela)”.

83

Tradução nossa: “A história-conhecimento converte-se em ciência na medida em que descobre procedimentos de análise originais adequados a esta matéria particular”.

grupos lingüísticos), los ritmos espontáneos («ciclos» coyunturales de la economía), y los simples acontecimientos, cuya importancia deberá valorar.⁸⁴

A partir dos trechos supracitados podemos elencar alguns elementos que constituem esse conceito para Vilar. Primeiramente, a produção do discurso historiográfico é um exercício de reflexão sobre uma matéria, ou seja, constrói-se a partir de um modelo no qual se pode pensar (compreender) a realidade. Esse processo envolve um trabalho teórico, não há em Vilar a negação da teoria ou de sua relevância para a historiografia, sua existência e necessidade evita o empirismo ou o positivismo. Nega, pois, a extração de dados puros da realidade e reforça a existência de um modo de racionalidade na produção de conhecimento histórico. Ademais, em seu ofício o historiador busca compreender o passado, tal prática expressa-se a partir do encontro do passado com o presente, mas também a partir de uma noção de causalidade histórica (sentido) que se apresenta não na realidade, mas no exercício de compreensão do processo real.

O encontro entre passado (evidências) e presente (motivações e questionamentos) pode ser observado neste trecho, já citado, da década de 1960, no qual Vilar (1983a, p. 147, grifos do autor) afirmava: “(...) ese combate *para transponer al estudio del pasado el choque vivo y creador de la teoría y la práctica* lo que me parece una actitud particularmente fecunda en el oficio de historiador”⁸⁵. Essa relação entre passado e presente, explicitada por Vilar, também era um elemento importante na definição de uma *historia-problema*. Segundo Barros (2012, p. 318), a partir da concepção de *historia-problema*, o *fato histórico* deixava de ser um dado objetivo. Ele tornava-se um objeto construído que tensionava o passado e o presente no trabalho do historiador, que sempre partiria das motivações e grandes problemas postos pelo presente para interrogar o passado. Para além disso, como vimos, a negação de uma historiografia dita positivista ou empiricista, já negada por Febvre e Bloch (ibidem), também estava presente na concepção vilariana de história, visto que resgata o lugar da teoria na produção de conhecimento histórico (VILAR, 1983a, p. 147).

84

Tradução nossa: “(...) devido a uma interação contínua, os elementos das economias (homens, bens), das sociedades (relações sociais mais ou menos cristalizadas nas instituições) e das civilizações (conjunto das atitudes mentais, intelectuais, estéticas) (...) O historiador terá que distinguir imediatamente entre os eventos de evolução muito lenta (estruturas geográficas, mentalidades religiosas, grupos lingüísticos), os ritmos espontâneos (‘ciclos’ conjunturais da economia) e os acontecimentos simples, cuja importância deverá valorizar”.

85

Tradução nossa: “(...) esse combate para transpor para o estudo do passado o confronto vivo e criativo de teoria e prática que me parece uma atitude particularmente frutífera no ofício de historiador”.

De acordo com Vilar (1999, p. 8, grifos do autor),

*La teoría es entonces programa de estudio, hipótesis de trabajo. Lo que no es legítimo es creer que se ha dicho lo suficiente sobre un problema antes de haber confrontado la línea de reflexión elegida con un análisis profundo de las realidades, complejas en el espacio y cambiantes en el tiempo.*⁸⁶

O resgate de um lugar da teoria na prática historiográfica foi feito não apenas para negar qualquer empiricismo ou positivismo, mas para reclamar o lugar de uma teoria geral na construção da compreensão da história e na produção de uma *historia raciocinada*. Percebemos claramente o caráter programático dessa concepção para Vilar. Para o historiador, era impossível abster-se do uso da teoria para a produção de conhecimento, teoria que é compreendida como hipóteses e conceitos que são mobilizados pelo pesquisador. Contudo, junto a essa necessidade, caminhava a obrigatoriedade do trabalho com o real-concreto, com as fontes. Para Vilar, o conhecimento histórico é resultante dessa relação. Nesse sentido, uma *historia raciocinada* compreendia um modo de racionalidade que envolvia a relação entre *teoria e real* e entre *passado e presente*. Era uma busca rigorosa para compreender a história real a partir de relações de causalidade.

Observamos em *Histoire marxiste, histoire en construction*, texto no qual anuncia o conceito de *historia em construção*, que os critérios para a produção de uma história raciocinada permaneciam vigentes, principalmente no que concernia a necessária relação entre teoria e real. Vilar (1976, p. 163, grifos do autor) aponta: “A ‘verdadeira história’ pode assim surgir de uma *prática* e de uma *crítica*, não de um ‘rigor’ afetado, mas de uma *justeza* manifesta, pela ausência de *qualquer contra-senso*”. E prossegue:

Uma ‘verdadeira’ história marxista para se construir deve, pelo contrário, ser ambiciosa. E isso é possível para ela – indo sem cessar de uma pesquisa ao mesmo tempo paciente e ampla a uma teoria que não recua diante de qualquer rigor, mas também indo *da teoria ao ‘caso’*, a fim de não permanecer como saber inútil (VILAR, 1976, p. 175, grifos do autor).

Vilar exigia uma verificabilidade erigida pela adequação entre real e teoria, elemento que já estava presente nos textos anteriores. Nesse texto, o historiador defendia novamente uma necessária relação entre teoria e real. A teoria marxista ocupava um lugar privilegiado nessa equação, visto que forneceria hipóteses e conceitos bases para a produção de

Tradução nossa: “A teoria é então um programa de estudo, uma hipótese de trabalho. O que não é legítimo é acreditar que já foi dito o suficiente sobre um problema antes de ter confrontado a linha de reflexão escolhida com uma análise profunda das realidades, complexas no espaço e mudando ao longo do tempo”.

conhecimento (as tensões e os desdobramentos dessa concepção de conhecimento serão observados no capítulo três).

Conforme vimos sustentando, o conceito de *história raciocinada* parece-nos expressar de fato um conceito de história, na medida em que concentra em si a definição de fundamentos e premissas que alicerçam a produção de conhecimento histórico para Pierre Vilar. Propor uma história raciocinada era propor uma forma de construir conhecimento histórico, de se apropriar de sua matéria a partir de princípios do ofício. Para Vilar, havia dois princípios que não poderiam ser negligenciados: a causalidade e a História total.

A causalidade era uma premissa importante para conceber uma história raciocinada, isto, porque, a noção vilariana de causalidade não residia na realidade, mas era construída na investigação do historiador. Uma pesquisa orientada por hipóteses construía um fato histórico a ser estudado, ou seja, recortava a realidade de acordo com um problema a ser investigado. De acordo com Vilar (1983a, p. 158, grifos do autor),

Ese medio es considerar cualquier fenómeno histórico (o sea, cualquier fenómeno social en pleno cambio) de tres maneras sucesivas: considerarlo primero *como signo*, para proceder a las constataciones y los análisis; considerarlo luego *como resultado*, mirando hacia atrás; y finalmente considerarlo *como causa*, mirando hacia adelante.⁸⁷

E ainda,

Pero si el hecho pasado – que hay que establecer, pero que, una vez establecido, se convierte en *dato* – se estima por adelantado rebelde a mi análisis, si se me niega la esperanza de reconstruir sus mecanismos, ya sea que llame *azar* o *libertad* a esa barrera que se me enfrenta, renuncio a trabajar científicamente. Coleccionaré acontecimientos, o incluso retratos. Describiré instituciones. Contaré. No intentaré *comprender*. En cuanto intente comprender, es que supongo que *la historia tiene un sentido*. Este postulado no es una «filosofía de la historia». Es la *condición de una ciencia histórica* (VILAR, 1983a, p. 143, grifos do autor).⁸⁸

Esse *fato histórico construído* e entendido como *resultado* e *causa* era colocado em um *lugar* na racionalização do processo histórico. Esse *lugar* não era no real, pois, essa

87

Tradução nossa: “Isso significa considerar qualquer fenômeno histórico (isto é, qualquer fenômeno social em plena mudança) de três maneiras sucessivas: primeiro considerá-lo *como signo*, para proceder com as constatações e as análises; considerá-lo, logo, *como resultado*, olhando para trás; e finalmente considerá-lo como causa, olhando para frente”.

88

Tradução nossa: “Mas se o evento passado – que tem que se estabelecer, mas que, uma vez estabelecido, se torna um fato – é avaliado de *antemão* [como rebelde a minha análise, se me é negada a esperança de reconstruir seus mecanismos, quer eu chame *azar* ou *liberdade* a essa barreira que me enfrenta, [eu] desisto de trabalhar científicamente. Colecionarei acontecimentos, ou até retratos. Descreverei instituições. Contarei. Não tentarei *compreender*. Quando tento entender, suponho que *a história tenha um significado*. Este postulado não é uma «filosofia da história». É *a condição de uma ciência histórica*”.

construção se dava no processo de apropriação da matéria (real). Quem estabelecia aquele fenômeno histórico como *causa* e *resultado* era o historiador. Isso ocorria dentro de um fio condutor (teoria geral, hipóteses, modelos etc.) que tanto envolvia essa matéria e a construía, como era testado por ela. De acordo com o historiador, “La investigación permanece en la cumbre pero, en la base, debe situarse la búsqueda del mecanismo *característico*, característico de un *sistema* puesto a estudio” (VILAR, 1972, p. 18, grifos do autor)⁸⁹. Logo a causalidade não era algo descartável ao historiador, visto que constituía esse horizonte de realização da investigação historiográfica.

Não nos esqueçamos que, para Vilar (1976, p. 163), o conhecimento histórico surgia da prática que revelava um conhecimento ausente de contrassenso (pelo menos até aquele momento da história do conhecimento científico). Segundo Vilar (1983a, p. 143), “Admito la dificultad de alcanzar los puntos de necesidad em los procesos de la historia humana. Admito la fragilidad de nuestra noción de causa. Admito que en cualquier momento, un mismo problema histórico puede comportar varias soluciones distintas”⁹⁰. O reconhecimento dessas dificuldades eram ao mesmo tempo um indicativo da complexidade deste conceito para a história, bem como o caráter de permanente desenvolvimento da historiografia.

Para o historiador,

El sentido *esencial* de la investigación causal del historiador consiste en dibujar los grandes rasgos del relieve histórico, gracias a los cuales la incertidumbre *aparente* de los acontecimientos particulares se desvanece ante la *información global* de la que carecían sus contemporáneos, y que nosotros podemos tener... (VILAR, 1999, p. 23, grifos do autor)⁹¹.

A busca pela causalidade ou sentido do processo histórico é condição para a construção de uma ciência histórica (VILAR, 1983a, p. 143; *ibidem*, 1999, p. 12). Existe uma determinada ideia de *télos* no pensamento vilariano (*ibidem*, 1983a). Tal ideia, contudo, não remetia a busca de um sentido existente do real em si, mas sim a um sentido construído pelo

89

Tradução nossa: “A investigação continua no topo mas, na base, deve se situar a busca pelo mecanismo característico, característico de um sistema posto para estudar”.

90

Tradução nossa: “Admito a dificuldade de alcançar os pontos de necessidade nos processos da história humana. Admito a fragilidade da nossa noção de causa. Eu admito que a qualquer momento, [que] um mesmo problema histórico pode envolver várias soluções diferentes”.

91

Tradução nossa: “O significado *esencial* da investigação causal do historiador consiste em traçar as grandes características do relevo histórico, graças aos quais a *aparente* incerteza dos eventos particulares se desvanece diante da *informação global* que seus contemporâneos não possuíam, e que podemos ter...”.

historiador ao tomar o fato histórico como *resultado* de algo e *causa* de outros fenômenos. A existência desse sentido era, para o historiador, o que permitia a compreensão da história, ou seja, a capacidade de racionalizá-la.

Por fim, no trecho supracitado, percebemos a relação entre o conceito de causalidade e o de História total. Esse encontro consiste na ideia de que a partir do presente temos acesso a informações mais amplas sobre um dado fato estudado. O historiador pode, assim, estabelecer laços de causalidade que são complexos, ou seja, não podem ser simples relações unilaterais de determinação como em leituras economicistas, por exemplo. É por ter acesso a essa informação mais abrangente sobre o passado que o historiador pode localizar um fenômeno como resultado e causa.

Segundo Vilar (1976, p. 176, grifos do autor),

(...) que seria de uma teoria que não ajudaria o historiador a melhor entender *um* país, *um* tempo, *um* conflito, que inicialmente são para ele apenas o caos? E que não ajudaria o homem de ação (e não importa qual homem, pois todos são interessados) a melhor entender *seu* país, *seu* tempo, *seus* conflitos?

E ainda, de acordo com Vilar (1983a, p. 158, grifos do autor),

La recomendación dialéctica de Marx es mucho menos ambiciosa y mucho más aprovechable. Consiste en practicar el análisis, sin olvidar que la síntesis del conjunto no será nunca una simple suma de las partes analizadas; en practicar la abstracción, en utilizar la «teoría», incluso el esquema, pero sin olvidar nunca que lo real es complejo y que es siempre, en cierta medida, particular; en fin, en no utilizar nunca la noción de *causa* más que luchando obstinadamente contra cualquier tentación de unilateralidad, de explicación universal, de acción sin interacción.⁹²

Para o historiador, a causalidade estabelece-se como um marco para pensar a história não como um *caos*, mas como uma rede de fenômenos complexos que podem ser apreendidos e explicados. Essa concepção exige a relação entre teoria e real (matéria) para a construção de um conhecimento adequado. A complexidade da história real, anunciada como objetivo a ser alcançado pelo historiador, logo, como horizonte de qualquer investigação histórica, é a premissa do conceito de História total⁹³.

92

Tradução nossa: “A recomendação dialética de Marx é muito menos ambiciosa e muito mais aproveitável. Consiste em praticar a análise, sem esquecer que a síntese do todo nunca será uma simples soma das partes analisadas; ao praticar a abstração, usar a «teoria», até mesmo o esquema, mas nunca esquecendo que o real é complexo e que é sempre, em certa medida, particular; em suma, nunca usar a noção de causa mais do que lutando obstinadamente contra qualquer tentação de unilateralismo, de explicação universal, de ação sem interação”.

93

Abordaremos esse conceito no subitem 2.3, deste capítulo.

Percebamos que o conceito de história raciocinada constituiu o cerne de um conceito de história para Vilar. Em outras palavras, serviu como definição de um modo de compreender a produção de conhecimento histórico. Estabeleceu, ainda, vínculos entre diferentes conceitos (causalidade e História total), que mobilizam um aparato teórico-metodológico (marxismo como teoria geral, história-problema dos *Annales*, métodos quantitativos, por exemplo) e que atentam para uma forma de produzir conhecimento (adequação entre teoria e real⁹⁴). Nesse sentido, compreendemos que Vilar mobilizou o conceito de história-problema para propor algo que lhe era próprio, um conceito que expressaria sua forma particular de compreender a produção de conhecimento histórico.

Existem elementos similares entre história-problema (Febvre e Bloch) e história raciocinada (Vilar). Podemos citar a rejeição a uma história positivista; o estabelecimento da busca de uma História total como combate de uma história puramente política ou economicista, assim como de uma história narrativa ou descritiva⁹⁵; a necessidade de mobilizar problemas e hipóteses na produção de conhecimento histórico e a relação entre passado e presente no estabelecimento de uma investigação. Contudo, nos parece que Vilar queria particularizar sua compreensão historiográfica nesse conceito. Ele defendeu a ideia de causalidade para pensar a história; a necessidade de pensar teoricamente (na relação entre teoria e real) a produção de conhecimento histórico, não como algo que paira no ar ou fruto apenas do pensamento, mas que possui uma materialidade que não poderia ser rejeitada por quaisquer que fossem as abordagens que pretendiam versar sobre uma teoria da história.

Para Vilar (1999, p. 8, 11, 17), o passado não falava por si mesmo, a ciência da história construía *problemas* a partir do momento vivido (explicitava a diferença entre real e teoria porque era uma forma teórica de apropriar-se desse real-concreto), pois esse *problema* visava compreender e racionalizar a história ao indagar “quando”, “como” e “por que”⁹⁶ (ibidem, p. 43-44) um dado fenômeno ocorreu. A partir disso, entendemos que para Vilar a construção do conhecimento histórico precisava *datar* (quando), *especificar* (como) e

94

Abordaremos esse aspecto com mais profundidade no capítulo três.

95

Vilar inspira-se em Marx para estabelecer esse princípio, em suas palavras: “Mas Marx despreza bastante a erudição quando ela se arrisca a substituir a explicação” (VILAR, 1976, P. 149).

96

Vilar (1999, p. 43, grifos do autor) afirma: “Ante la compleja materia histórica, el historiador plantea cuestiones, resuelve *problemas*: cuándo, por qué, cómo, en qué medida... (...)”. Tradução nossa: “Perante a complexa questão histórica, o historiador levanta questões, resolve *problemas*: quando, por que, como, até que ponto... (...)”.

compreender (porque). A compreensão estava intimamente relacionada ao estabelecimento de relações de causalidade. O fenômeno entendido como causa era também resultado, logo, esse fenômeno possuía um *lugar*, pois existia dentro de um processo (ibidem, 1972, p. 17). Segundo Vilar (ibidem), “La causalidad es siempre interacción y también difusión de procesos”⁹⁷. Dessa maneira, a noção de causa em essência era uma crítica a uma historiografia descritiva, reclamava uma potencialidade interpretativa e criativa para o ofício do historiador, sem que o real-concreto fosse negligenciado (VILAR, 1976, p. 177).

O conceito de *problemática* é central para compreender o pensamento de Althusser. Para o filósofo, a *problemática* era uma *modalidade de reflexão* e a *estrutura de um pensamento* (ALTHUSSER, 1979a; 1980).

Segundo Althusser (1979a, p. 23), esse conceito foi “emprestado” de Jacques Martin⁹⁸ e referia-se a uma “(...) unidade específica de uma formação teórica”. Ele era necessário para compreender outro conceito muito caro ao filósofo, o conceito de *ruptura epistemológica* (*coupure épistémologique*). Tal conceito foi originalmente desenvolvido por Gaston Bachelard⁹⁹ e permitia “(...) pensar a mutação da *problemática* teórica contemporânea da fundação de uma disciplina científica” (ibidem) ou, em outras palavras, refletir sobre o momento fundador de uma ciência que a diferencie das ideologias que a antecederam.

O conceito de *problemática* é, para Althusser (1979a, p. 55), o fundamento mais íntimo e perdurável que sustenta uma forma de se conceber o processo de produção de conhecimento. Ao referir-se a um pensamento ideológico singular, Althusser (ibidem, grifos do autor) aponta:

(...) usando o conceito de *problemática* é permitir que seja posta em evidência a *estrutura sistemática típica*, que unifica todos os elementos do pensamento, é, portanto, descobrir nessa unidade um *conteúdo determinado*, que permite simultaneamente conceber o *sentido* dos “elementos” da ideologia considerada, e *relacionar essa ideologia com os problemas legados ou colocados a todo pensador pelo tempo histórico que ele vive*.

A *problemática*, para o autor, não refere-se a uma questão necessariamente, pois, é entendida como um conjunto de elementos mobilizados na produção de conhecimento. Isso

97

Tradução nossa: “Causalidade é sempre interação e também difusão de processos”.

98

Desconheço citação de fonte precisa, ela não foi informada por Althusser.

99

Cf.: Balibar (1991).

inclui conceitos, problemas, hipóteses e quaisquer outros elementos legitimados pela problemática vigente. Para Althusser (1980, p. 30; 1979a, p. 36), os conceitos não existem isolados, eles precisam de uma *problemática* que os suporte, assim como existem na medida em que mantêm relações com outros conceitos da mesma problemática. Por exemplo: os conceitos elaborados por Marx relacionam-se entre si e são condição de existência um do outro, eles fazem sentido dentro da problemática fundada por Marx¹⁰⁰. Para o filósofo, a *problemática* não é uma forma abstrata de compreender um pensamento, mas a atenção a uma *estrutura concreta*¹⁰¹ que determina um pensamento.

Segundo Althusser (1979a, p. 53),

É essa relação que precisa ser pensada, a relação da unidade (interna) de um pensamento singular (em cada momento do seu devir) com o campo ideológico existente (em cada momento do seu devir). Mas para pensar essa relação é preciso, no mesmo movimento, pensar os termos dela.

Podemos observar que, para o filósofo, uma *problemática* é resultado do encontro de um pensamento singular com um campo ideológico¹⁰² que o acomoda. Para Althusser (2018, n.p.), todo pensamento se dá a partir de uma *problemática*, esta, por sua vez, pode ser científica ou ideológica, assim como, pode o intelectual estar consciente ou não (filosofia espontânea¹⁰³) da *problemática* da qual está se valendo em seu trabalho. A produção de conhecimento é sempre orientada por uma problemática, mesmo que esta não esteja explícita.

Como abordamos anteriormente, de acordo com Althusser (1979a, p. 168-169; 1980, p. 94-95), a *ruptura* com uma problemática ideológica marca a fundação de uma ciência. Essa ruptura é abordada como uma revolução, pois cria algo novo, um *novo objeto*. Para pensar esse novo objeto é necessário uma nova terminologia (conceitos), já que, para o filósofo, todo conceito pertence a uma *problemática* que delimita a relação entre *objeto*, *conceitos* e *sistema*

100

Destacamos que nos referimos aqui às obras de maturidade de Marx e aos conceitos elaborados a partir daí, para sermos fidedignos à leitura de Althusser. O filósofo, como abordamos no capítulo um, entende que há uma *ruptura epistemológica* no pensamento de Marx. Isso distingue a *problemática* das obras de juventude da *problemática* das obras de maturidade (que são consideradas científicas para o filósofo).

101

Entende-se por estrutura concreta: condições reais de longa duração que sustentam um pensamento.

102

Grandes correntes filosóficas antagônicas, ou mesmo, a filosofia dominante em um dado momento histórico (ALTHUSSER, 2018, n. p.).

103

Althusser trata especificamente da filosofia espontânea praticada pelos cientistas em: *Philosophie et philosophie spontanée des savants* (1967), Maspero, 1974.

teórico ou conceitual. Com a fundação de um novo objeto, não só os conceitos utilizados mudam, mas também o sistema de relações entre eles.

Em um momento de transição entre uma problemática e outra, pode ocorrer de que alguns conceitos vinculados à problemática anterior ainda sejam utilizados até que se estabeleçam novos conceitos próprios a nova problemática. A *prática teórica* opera nesse intermim ao explicitar a inadequação desses conceitos a nova problemática, bem como na elaboração de novos conceitos mais adequados (ALTHUSSER, 1980, p. 94-95, 99).

Com isso, colocamo-nos diante desse fato, peculiar à própria existência da ciência: ela só pode formular problemas no terreno e no horizonte de uma estrutura teórica determinada, sua problemática, que constitui a condição de possibilidade determinada absoluta, e, pois, a determinação absoluta das *formas de colocação de todo problema*, num momento considerado da ciência (ALTHUSSER, 1979b, p. 24, grifos do autor).

Para o filósofo, os problemas científicos existem a partir de uma *problemática* que os sustenta como legítimos. A *problemática* (seja ela científica ou ideológica) delimita e orienta o desenvolvimento desses problemas e sua legitimidade. Althusser (1979b, p. 51-74) concebe a ciência como um círculo aberto. Essa concepção de ciência tem como pilares os conceitos de *problemática* e *ruptura epistemológica*. Uma ciência se constitui ao romper com formas ideológicas de conhecimento que a antecederiam. Ainda que seja esse um processo contínuo, há o estabelecimento de um novo objeto que exige uma nova *problemática*. Essa ciência irá se desenvolver a partir dessas rupturas, no entanto, no período de manutenção de uma determinada *problemática*, os critérios de crítica e refinamento conceitual pertencem também aquela *problemática*. Por exemplo, para o filósofo, o desenvolvimento do *materialismo histórico* e do *materialismo dialético* operava-se através dos conceitos e problemas fundados por Marx. Isso não significava que conceitos externos ao marxismo não pudessem ser apropriados por essa corrente teórica, isso pode ocorrer desde que o conceito externo seja retificado e inserido na problemática marxista. Do mesmo modo, novos conceitos podem ser formulados ou antigos conceitos criticados dentro dessa problemática. Para Althusser (ibidem), a ciência é um círculo aberto justamente porque existe esse horizonte de possibilidade que é a *problemática*. Ela delimita e estabelece a coesão do pensamento, mas não é um sistema fechado em si mesmo.

De acordo com Althusser (1979a, p. 57, grifos do autor), “(...) a *problemática* de um pensamento não se limita ao domínio dos objetos de que seu autor tratou, porque não é a abstração do pensamento como totalidade, mas a estrutura concreta e determinada de um

pensamento, e de *todos os pensamentos possíveis desse pensamento*”. Como podemos observar, o conceito de *problemática*, para o filósofo, não se trata de um *problema* no sentido rigoroso, é muito mais amplo, pois envolve um *sistema conceitual*. Esse sistema conceitual, como indicamos, diz respeito a um objeto, questões, conceitos, hipóteses e métodos. A *problemática* representa a essência desse sistema, ou seja, o que garante a inter-relação necessária entre todos os elementos. Para o filósofo, nenhum conhecimento é produzido sem uma *problemática*, esteja ela explicitada ou não.

É visível todo o objeto ou problema que se situa no terreno, e no horizonte, isto é, no campo estruturado definido da *problemática* teórica de determinada disciplina teórica. Impõe-se-nos tomar essas palavras ao pé da letra. A visão já não é então o fato de uma pessoa individual, dotada da faculdade de “ver” a qual é exercida quer na atenção, quer na distração; a vista é o fato de suas condições estruturais, a vista é a relação de reflexão imanente do campo da *problemática* sobre *seus* objetos e *seus* problemas. A visão perde então seus privilégios religiosos da leitura sagrada: ela nada mais é que a reflexão da necessidade imanente que liga o objeto ou o problema às suas condições de existência, que têm a ver com as condições de sua produção. A rigor, não é mais o olho (olho do espírito) de uma pessoa que *vê* o que existe no campo definido por uma *problemática* teórica: é esse próprio campo que *se vê* nos objetos ou nos problemas que ele define, sendo a visão apenas a reflexão necessária do campo em seus objetos (...) (ALTHUSSER, 1979b, p. 24-25, grifos do autor).

O conhecimento, para o autor, não é resultado da genialidade de um indivíduo, uma vez que um intelectual só será capaz de “ver” aquilo que a *problemática* na qual está inserido permite enxergar. Logo, a *problemática teórica* delimita o que pode ser “visto” e o que não pode ser conhecido. Para exemplificar isso, o autor se vale de uma metáfora que busca explicar que aquilo que é invisível (está nas sombras) não é aquilo que não existe, mas sim aquilo que não pode ser colocado como objeto ou problema a partir da *problemática* vigente. O que é “visível” é algo que uma determinada *problemática* permite conhecer por meio do objeto e problemas colocados a partir dela.

É o campo da *problemática* que define e estrutura o invisível como o excluído definido, *excluído* do campo da visibilidade, e *definido* como excluído, pela existência e pela estrutura própria do campo da *problemática*; como o que interdita e recalca a reflexão do campo sobre seu objeto, isto é, o relacionamento necessário e imanente da *problemática* a algum de seus objetos (ALTHUSSER, 1979b, p. 25, grifos do autor).

O invisível em um dado momento de uma ciência torna-se visível a partir da mudança de *problemática*. Ou seja, com uma “mudança de terreno” no qual se passa a ter um novo objeto e um novo sistema conceitual, somente ao se alterar a *problemática*, é possível identificar as lacunas teóricas da *problemática* anterior (ALTHUSSER, 1979b, p. 27). São

esses momentos críticos (que exigem mudança) que garantem o contínuo desenvolvimento das ciências (ibidem, 1980, p. 104).

De acordo com Althusser (1980, p. 102, grifos do autor), “Na história das revoluções de uma ciência, toda subversão da problemática teórica corresponde a uma transformação da definição do objeto, e portanto de uma diferença localizável no próprio *objeto* da teoria”. Ademais:

(...) a teoria de uma ciência em dado momento de sua história é tão-só a *matriz teórica do tipo de questões* que a ciência propõe a seu objeto (...). Toda teoria é, pois, em sua essência, uma problemática, isto é, a matriz teórico-sistemática da colocação de todo problema referente ao objeto da teoria (ALTHUSSER, 1980, p. 102, grifos do autor).

Uma nova *problemática* só se instaura quando se estabelece um novo objeto. Esse estabelecimento mobiliza a necessidade de um novo sistema conceitual e de problemas para pensá-lo. Essa *problemática* não é fruto de um pensamento individual. Conforme assinalamos, ela é o encontro de um pensamento particular com as condições de existência da produção de conhecimento em um dado momento. Para o filósofo, toda teoria depende de uma *problemática*, pois apresenta um objeto específico e um horizonte de problemas e conceitos que lhe são particulares.

Segundo Althusser (1979a, p. 58; 1980, p. 32; 2018), a mudança de terreno teórico (de *problemática*) permite visualizar as *problemáticas* anteriores. Ao tomar o pensamento de um determinado intelectual, só é possível estabelecer se houve uma ruptura com o campo ideológico por meio do cotejamento entre a *problemática* do pensamento individual com as *problemáticas* do campo ideológico. É necessário estabelecer essa diferença para reconhecer se houve de fato uma ruptura epistemológica. Podemos perceber que, para o filósofo, um pensamento está sempre inserido em um campo ideológico no qual coexistem diversas *problemáticas*, sendo que, entre elas uma pode ser dominante sobre as demais.

Althusser (1979a, p. 25) operacionaliza todas as suas reflexões sobre *problemática* a partir das obras de Marx e ao tentar definir a *ruptura epistemológica* entre ciência e ideologia. Para ele, Marx fundou uma nova *problemática* teórica na teoria da história (*materialismo histórico*) e na teoria da Filosofia (*materialismo dialético*). Por conta dessa leitura, o filósofo não considera que toda a obra de Marx seja uma unidade, pois entende que há uma *ruptura epistemológica* em seu pensamento. Não é o “autor” que determina a unidade de um pensamento, pois essa unidade é expressa na *problemática* (ibidem, 1979a, p. 43-49). Logo, a

nova *problemática* fundada por Marx exigia a construção de um “conceito de história” que não estivesse em dívida com as *problemáticas* anteriores (ibidem, 1980, p. 35-36).

Tanto o conceito de *história raciocinada*, como o de *problemática* potencializam as condições para pensar a produção de conhecimento histórico. Vilar como historiador desenvolveu o conceito de *história raciocinada* como resultado de seu ofício, esse conceito revelou um entendimento que o autor possuía sobre a relação entre teoria e real. Estabeleceu um lugar para esses elementos no processo de produção de conhecimento e buscou combater uma determinada forma de se fazer historiografia. Vimos também que esse conceito nunca foi negado e caminhou paralelamente a outras formulações realizadas pelo historiador para pensar a escrita da história. Talvez esse seja o conceito central, o que mais se aproxima de um conceito de história construído pelo autor. *História raciocinada* é a síntese do encontro de *história-problema* com o *materialismo histórico*. Tem como mérito estabelecer a necessidade de uma teoria geral para pensar a história e de conciliar e relacionar em si os diferentes conceitos mobilizados por Vilar.

Para Althusser, o conceito de *problemática* representa o elo mais profundo de um pensamento, reflete a conexão de um objeto, de conceitos e das relações entre esses conceitos que compõem um dado sistema conceitual. A *problemática* é a unidade de um pensamento, resultado do encontro entre um pensamento singular com as condições de existência da produção de conhecimento em um dado momento. De acordo com o filósofo, esse conceito indica os horizontes de problemas que podem ser postos dentro de uma determinada *problemática*, apenas com a *ruptura epistemológica* novos problemas podem ser colocados. Althusser aplicou esses conceitos no pensamento de Marx a partir da dessacralização do conjunto de sua obra, que não era mais visto como uma unidade, pois, para o filósofo, haviam *problemáticas* distintas. Os conceitos de *problemática* e *ruptura epistemológica* não foram direcionados para pensar a historiografia, eles tinham um caráter geral de uma filosofia das ciências que foi aplicado ao pensamento de Marx. Contudo, justamente por terem esse caráter geral, possibilitavam pensar o desenvolvimento desses conceitos nas mais diferentes ciências, incluindo a História.

Ao defender que há diálogo entre o conceito de *história-problema* e *problemática*, Schöttler (1993, p. 92) assinala:

In different ways from Febvre, but no less provocatively, Althusser devoted himself from 1960 onwards to contesting a writing of the history of Marxism in the "future anterior". At a time when the end of Stalinist dogmatism was issuing in an overvaluation of the "early works" and a reading of the old Marx through the "spectacles" of the young, Althusser was able to demonstrate in this case the harmful effects of any philosophico-historical reading. Inversely, he could also demonstrate (arguably with rather less success) the potential of a historical-epistemological analysis in the case of the discontinuities, the unevenness and the real ruptures which punctuate the history of the theoretical formation known as "Marxism".¹⁰⁴

Os conceitos de *problemática* e *ruptura epistemológica* foram mobilizados para dessacralizar a obra de Marx. Desse intento, para o autor, Althusser mostrava o potencial de uma análise *histórico-epistemológica* que atentasse para as descontinuidades dentro da história do pensamento. Esse conceito althusseriano não era completamente estranho às pretensões de Febvre e, posteriormente, dos *Annales*. Eles também tentavam problematizar a produção de conhecimento e explicitar o processo como produto da prática de sujeitos em determinadas condições de existência. Sabiam que um intelectual, ao tomar um pensamento como objeto, não deveria impor ao passado de um autor o que se sabia que ele viria a tornar-se no futuro.

Segundo Althusser (1979a, p. 58, grifos do autor),

Por certo, sabemos que o Jovem Marx tornar-se-á Marx, mas não queremos viver mais rápido do que ele, não queremos viver em seu lugar, romper ou descobrir por ele. Não o esperamos de antemão no término da corrida, para sobre ele jogar, como a um corredor, o manto do repouso, porque afinal terminou e ele já chegou. (...) A arte da crítica histórica consiste também em saber perder bastante tempo para que os jovens autores se tornem grandes. Esse tempo perdido não é mais que o tempo que nós lhe damos para viver. É a necessidade da sua vida que *escandimos* por nossa inteligência das suas dificuldades, viravoltas e das suas mutações. Talvez não haja, a esse propósito, maior alegria do que assistir, numa vida nascente, uma vez destronados os Deuses das Origens e dos Fins, à gênese da necessidade.

Podemos dizer que, tanto para Vilar como para Althusser, Marx de fato havia iniciado algo novo e algo com um potencial imenso para produzir conhecimento. Contudo, tanto o conceito de *história racionalizada* como o par *problemática/ruptura epistemológica* permitiam, ainda que de forma distinta, dessacralizar o pensamento de Marx. Enfatizava-se que ainda havia muito por ser feito no campo de uma teoria marxista, fosse ela para o uso da

Tradução nossa: "De maneiras diferentes de Febvre, mas não menos provocativamente, Althusser dedicou-se de 1960 em diante a contestar uma escrita da história do marxismo no 'futuro anterior'. No momento em que o fim do dogmatismo stalinista resultava em uma sobrevalorização dos 'primeiros trabalhos' e uma leitura do velho Marx através dos 'óculos' do jovem [Marx], Althusser foi capaz de demonstrar, nesse caso, os efeitos nocivos de qualquer leitura filosófica-histórica. Inversamente, ele também pôde demonstrar (talvez com muito menos sucesso) o potencial de uma análise histórico-epistemológica no caso das descontinuidades, do desnível e das rupturas reais que pontuam a história da formação teórica conhecida como 'marxismo'".

historiografia, como o é para Vilar, ou para o desenvolvimento do *materialismo dialético* e do *materialismo histórico*, como era para Althusser.

Por fim, gostaríamos de assinalar que apesar de cada um desses conceitos possuir uma especificidade em sua conceitualização e diferenças profundas, ambos destacavam a importância do trabalho do intelectual na produção de conhecimento. O trabalho intelectual não era entendido puramente como extração de algo dado em seu objeto, mas um trabalho de criação.

3.2 A MATÉRIA-PRIMA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Neste tópico discorreremos sobre o que é a *matéria-prima* da produção de conhecimento para Vilar e Althusser. Nossa questão é: Para cada um dos autores, qual é o *objeto* de um processo de produção de conhecimento? Vilar parte da produção de conhecimento histórico e Althusser estava refletindo a respeito do processo de produção de conhecimento a partir do *materialismo histórico*¹⁰⁵. Ao investigarmos a definição de *matéria-prima*, buscamos entender o que cada um dos autores designou como *objeto de uma ciência*. Logo, não se trata da identificação de um objeto (matéria-prima) tomados pelos autores em suas pesquisas.

De acordo com Vilar (1999, p. 43, grifos do autor), “El objeto de la ciencia histórica es la *dinámica de las sociedades humanas*. La *materia histórica* la constituyen los *tipos de hechos* que es necesario estudiar para dominar científicamente este objeto”¹⁰⁶. E completa, “La historia no puede ser un simple *retablo* de las instituciones, ni un simples *relato* de los acontecimientos, pero no puede desinteresarse de estos hechos que vinculan la vida cotidiana

105

Com isto queremos dizer que Vilar se apropria do marxismo dentro de um campo disciplinar institucionalizado, com suas regras de legitimação do discurso e paradigmas de conhecimento consolidados. Não obstante, Althusser também está lidando com o campo disciplinar da Filosofia, quando ele faz essa reflexão (sobre a produção de conhecimento). Ele certamente está partindo de questões filosóficas consolidadas, assim como a insurgência desses temas dentro de uma *filosofia das ciências* e diatribes teóricas/políticas no PCF. No nosso entendimento, o que os distingue é o que eles almejavam com essas discussões. Para nós, Vilar se apropriava do marxismo para o desenvolvimento da historiografia e Althusser estava se servindo dessas discussões filosóficas para desenvolver o *materialismo histórico* como a ciência marxista da história. Nesse sentido, o filósofo não possuía como referência a disciplina História, mas sim uma “ciência marxista”. Ambos estão se apropriando de uma leitura possível de Marx, com finalidades diferentes.

106

Tradução nossa: “O objeto da ciência histórica é a *dinâmica das sociedades humanas*. A *matéria histórica* constitui os *tipos de fatos* que são necessários estudar para dominar científicamente esse objeto”.

de los hombres a la dinámica de las sociedades de las que forman parte”¹⁰⁷ (VILAR, 1999, p. 43, grifos do autor). Quando tomamos esses dois excertos parece que Vilar estabeleceu uma sutil diferença entre *objeto da ciência* e *matéria histórica*. A matéria histórica¹⁰⁸ (matéria) seria entendida como fatos históricos que estão localizados no real e o *objeto da ciência histórica* como “a dinâmica das sociedades humanas”. Ou seja, não um dado puro apresentado na objetividade do real, mas uma *lógica de sentido histórico* que é *construída* pelo historiador.

Em seu célebre texto de crítica a Althusser, Vilar (1976, p. 147) afirma que “(...) a matéria histórica é estruturada e passível de ser pensada, cientificamente penetrável como qualquer outra realidade”. Então complementa que “(...) não existe acontecimento que não seja uma particularidade histórica” (ibidem, p. 157). Nesses excertos, o historiador novamente reforçava que a *matéria histórica* é o real, uma particularidade histórica. Declarava o real como condição de possibilidade da produção de conhecimento histórico.

Para Vilar, a “História total” mantinha-se como um horizonte da produção de conhecimento histórico, esse horizonte manifestava-se na ambição do conhecimento do real, como *matéria complexa*. Não tratava-se de escrever tudo sobre tudo (uma história completa), mas sim, de conseguir produzir um conhecimento mais *idêntico* a essa matéria. Nesse sentido, se o real é rico e complexo, o conhecimento que se produz a partir dele deve buscar todos os elementos que se encontram e que constituem esse real tal como é. Era um apelo pela não fragmentação da história em setores.

Vilar (1999, p. 26) estabeleceu uma relação entre *história-objeto* e *história-conhecimento*, ou seja, cada matéria particular exigia uma *forma* de conhecê-la. Essa relação é muito significativa, pois aponta que, para o historiador, a *matéria* existe independente das condições de conhecimento estabelecidas, mas que sua existência está atrelada a uma forma de conhecimento. Para exemplificar seu pensamento, o historiador divide esses pares (*história-objeto* e *história-conhecimento*) em três. Para além de tal divisão, chama-nos atenção o fato de que isso ocorreu em *Initiation au vocabulaire*, seu tratado sobre a História que tinha como intuito sistematizar um *ofício*. Ao estabelecer diferentes tipos de matéria e formas de apropriação, Vilar estava distinguindo uma historiografia científica de outras formas de conhecimento histórico.

107

Tradução nossa: “A história não pode ser um simples retábulo de instituições, nem um simples relato de acontecimentos, mas não pode se desinteressar desses fatos que ligam a vida quotidiana dos homens à dinâmica das sociedades das quais fazem parte”.

108

Doravante nos referiremos a *matéria histórica* como *matéria*, entendemos que Vilar se referia a história real. Cabe ressaltar que isso só se aplica ao pensamento de Vilar.

O primeiro par apresentado por Vilar (1999, p. 26) é a relação entre passado e “erudição”: “1) Para muchos, la materia de la historia es cualquier cosa pasada, y «saber historia», para algunos eruditos y para los juegos televisivos, consiste en memorizar el mayor número posible de estos hechos dispares”¹⁰⁹. O autor aponta que há uma forma de conceber o conhecimento histórico como erudição, pelo acúmulo de fatos e acontecimentos históricos. Essa forma de conhecer considera qualquer vestígio do passado como matéria. O historiador francês se referia, por exemplo, a uma história escrita por antiquários.

Assim como o primeiro, o segundo par também é uma forma não-científica de conhecer a história. Ele é definido como:

2) Para otros, la materia histórica queda un poco mejor definida. Es el terreno de los hechos «destacados», conservados por la «tradición», el «recuerdo colectivo», los relatos oficiales, debidamente controlados por los documentos y aureolados por el prestigio y el testimonio de los monumentos y de los textos, de «las artes y las letras», como se decía antaño. Conocimiento ya más elaborado, ni omisible ni depreciable, pero fundado en una elección de los hechos que no tiene nada de científica, y asaltado inconscientemente por los prejuicios morales, sociales, políticos o religiosos, capaz en el mejor de los casos de proponer un placer estético a unas minorías y, en el terreno de los acontecimientos, de «hacernos revivir una incertidumbre» (VILAR, 1999, p. 26)¹¹⁰.

O segundo modelo consiste em uma escrita da história que valoriza os grandes acontecimentos, buscando na história aqueles que deveriam ser destacados ou que foram conservados na memória coletiva. Para Vilar, essa é uma escrita da história tendenciosa, que se dá ante os juízos de quem a escreve. O historiador francês se referia a “História política”, tão criticada pelos *Annales*, tal como a qualquer escrita da história com outro fim que não fosse o conhecimento.

O terceiro par é definido como:

3) Para otros, finalmente, la materia de la historia es también el conjunto de los hechos pasados, pero no sólo de los hechos «curiosos» o «destacados», puesto que, si bien se mira, los grandes rasgos de la evolución humana han dependido sobre todo

109

Tradução nossa: “1) Para muitos, a matéria da história é qualquer coisa passada, e ‘conhecer a história’, para alguns eruditos e para os jogos de televisão, consiste em memorizar o máximo possível desses fatos dispares”.

110

Tradução nossa: “2) Para outros, a questão histórica é um pouco melhor definida. É o terreno dos fatos ‘notáveis’, preservados pela ‘tradição’, pela ‘memória coletiva’, pelos relatos oficiais, devidamente controlados pelos documentos e aureolados pelo prestígio e pelo testemunho dos monumentos e dos textos, ‘das artes e das letras’, como foi dito antigamente. Conhecimento já mais elaborado, nem omisso nem depreciável, mas fundado em uma escolha de fatos que não tem nada de científico, e assaltado inconscientemente por preconceitos morais, sociais, políticos ou religiosos, capazes de, na melhor das hipóteses, propor um prazer estético para algumas minorias e, no campo dos acontecimentos, para ‘nos fazer reviver uma incerteza’.

del *resultado estadístico de los hechos anónimos*: de aquellos cuya repetición determina los movimientos de población, la capacidad de la producción, la aparición de las instituciones, las luchas secretas o violentas entre las clases sociales – *hechos de masas* todos ellos que tienen su *propia dinámica*, de entre los que no se deben eliminar, pero sí resituar, los hechos más clásicamente llamados «históricos»: incidentes políticos, guerras, diplomacia, rebeliones, revoluciones. Este enorme conjunto es *susceptible de análisis científico como cualquier otro proceso natural*, a la vez que presenta unos rasgos específicos debido a la intervención humana. La historia-conocimiento *se convierte en ciencia* en la medida en que descubre *procedimientos de análisis originales* adecuados a esta materia particular. ¿Es ya una ciencia? ¿Los ha descubierto ya? (VILAR, 1999, p. 26, grifos do autor)¹¹¹.

Nesse par, abordado por Vilar, é o *passado* em sua completude e *procedimentos de análise científica* (em destaque a estatística). O primeiro ponto que gostaríamos de explorar é a afirmação, já citada, “La historia-conocimiento *se convierte en ciencia* en la medida en que descubre *procedimientos de análisis originales* adecuados a esta materia particular”¹¹² (ibidem). Para Vilar, não é a teoria ou o método de análise que determina a *matéria* da produção de conhecimento. Ao contrário, é a matéria que determina o procedimento teórico-metodológico que será empregado em sua análise. Diante disso e da multiplicidade de características que uma *fonte* pode possuir no ofício de um historiador, essa *fonte*, como *matéria* da produção de conhecimento histórico, indicaria uma série de caminhos a serem adotados pelo historiador.

Quando declara que “Este enorme conjunto es *susceptible de análisis científico como cualquier otro proceso natural*, a la vez que presenta unos rasgos específicos debido a la intervención humana” (ibidem, grifos do autor)¹¹³, para Vilar, a *matéria* da produção de conhecimento histórico é, tal como “qualquer outro processo natural”, uma realidade dada que pode ser submetida a um processo de análise científica. Ainda que essa *matéria* possa sofrer

111

Tradução nossa: “3) Para outros, finalmente, a matéria da história é também o conjunto de eventos passados, mas não apenas dos fatos ‘curiosos’ ou ‘notáveis’, pois, embora se olhe para isso, as grandes características da evolução humana têm dependido sobretudo do *resultado estadístico dos fatos anônimos*: aqueles cuja repetição determina os movimentos de população, a capacidade de produção, o surgimento de instituições, as lutas secretas ou violentas entre as classes sociais - *atos de massa*, todos eles têm sua *própria dinâmica*, entre aqueles que não devem ser eliminados, mas sim ressituar, os fatos mais classicamente chamados de ‘históricos’: incidentes políticos, guerras, diplomacia, rebeliões, revoluções. Este enorme conjunto é *suscetível a análises científicas como qualquer outro processo natural*, enquanto apresenta características específicas devido à intervenção humana. A história-conhecimento *converte-se em ciência* na medida em que descobre *procedimentos de análise originais* adequados a esta matéria particular. *Já é uma ciência? Você já descobriu eles?*”.

112

Excerto já citado. Tradução nossa: “A história-conhecimento *converte-se em ciência* na medida em que descobre *procedimentos de análise originais* adequados a esta matéria particular”.

113

Excerto já citado. Tradução nossa: “Este enorme conjunto é *suscetível a análises científicas como qualquer outro processo natural*, enquanto apresenta características específicas devido à intervenção humana”.

com “intervenções humanas”, em sua produção, ela ainda se apresenta como um dado real-concreto que pode ser apreendido por um sujeito cognoscente. Esse excerto indica a *separação entre objeto (real) e sujeito (cientista)*, revela-se uma concepção de produção de conhecimento que buscará a *adequação entre pensamento e real*¹¹⁴ (VILAR, 1999, p. 53).

Por fim, ao definir que esse conjunto de fatos passados, sejam eles anônimos ou destacados pela memória coletiva, têm uma dinâmica própria e é esse o *objeto de uma ciência histórica*. Parece-nos que Vilar admitia o predomínio da natureza da matéria sobre os processos de conhecimento, sendo que a justa adequação entre *matéria histórica* e pensamento produziria um novo *objeto da ciência histórica*. A matéria histórica não seria algo completamente submisso a teoria, impunha sobre todo o processo de conhecimento sua singularidade. Vilar estabelecia a necessária correlação entre real e pensamento, para que se alcançasse o conhecimento dessa dinâmica histórica (seja por relações de causalidade, seja pela busca incessante de uma História total). Sendo o *real* a *matéria* da história-conhecimento, bem como é esse real complexo, cabe ao pensamento ser capaz de exprimir essa complexidade. Logo, esse *objeto da ciência histórica* era resultado do processo de adequação entre real e pensamento.

Segundo Vilar (1999, p. 29-30, grifos do autor),

Lo que hace posible la historia es la *coexistencia* y la *combinación* del testimonio *subjetivo* que nos cuenta lo que pretendían hacer los actores de la historia política, con el *documento objetivo* (no sólo restos y objetos, sino cifras conservadas, escritos redactados por razones prácticas y no para ilustrar a una minoría dirigente). Puesto que a través de esta combinación podemos aspirar a confrontar los *acontecimientos* y las *intenciones* -la historia «externa», aparente- a los *hechos de masas* -historia «interna» de las sociedades, mundo de las necesidades subyacentes-¹¹⁵.

Para Vilar, a *matéria* do conhecimento histórico compreende toda realização humana. Não só os grandes feitos históricos ou registros objetivos da história, mas também crônicas e relatos de acontecimentos (ibidem). Essa aspiração de considerar diferentes formas de registros históricos corresponde também a sua ambição de uma História total e indica a

114

O processo de produção de conhecimento, para Vilar e Althusser, será explorado no capítulo três.

115

Tradução nossa: “O que torna a história possível é a *coexistência* e a *combinação* de testemunhos subjetivos que nos dizem o que os atores da história política pretendiam fazer, com o *documento objetivo* (não apenas restos e objetos, mas figuras preservadas, escritas por razões práticas e não para ilustrar uma minoria dominante). Posto que através dessa combinação podemos aspirar a confrontar os *acontecimentos* e as *intencões* - a história ‘externa’, aparente - os *eventos de massa* -história ‘interna’ das sociedades, o mundo das necessidades subjacentes-”.

centralidade ocupada pela *fonte histórica* como *matéria* da produção de conhecimento histórico.

Segundo Vilar (1999, p. 51), “(...) propuse definir la investigación histórica como investigación de los mecanismo que vinculan la sucesión de los acontecimientos a la dinámica de las estructuras (...)”¹¹⁶. O autor complementa:

Además, el aparato científico se apodera cada vez más de las disciplinas que conciernen al hombre. ¿Por qué no otorgarle al historiador lo que se atorgaría al sociólogo, o al economista? Porque los sociólogos y los economistas, en el fondo, siguen considerando la historia terreno de lo particular, de lo accidental, de los «acontecimientos», en suma, el residuo de las estructuras y las regularidades de lo que ellos entienden por su campo? Pero ¿dónde, que no sea en la historia, podrán buscar una sociología o una economía no puramente teóricas, una información lo bastante amplia? Estoy lejos de negar la utilidad y el interés de una búsqueda de las estructuras más generales o de los ritmos más repetidos. Pero la historia es el *cambio* de ritmo, el *cambio* de estructura. Y la búsqueda de una explicación a esos cambios... (VILAR, 1983a, p. 144, grifos do autor)¹¹⁷.

Podemos observar que embora a *matéria* da História seja o real, para Vilar, busca-se sempre estabelecer uma *lógica de sentido histórico* na produção historiográfica (procura entender diferentes ritmos, mudanças e permanências que constituem a dinâmica das sociedades humanas em sua complexidade). Essa defesa aparece nos textos estudados, assim como a necessária adequação entre real e teoria. Sendo a *matéria* algo dinâmico, o seu conhecimento também deveria sê-lo. Aqui chegamos a um ponto importante, Vilar almeja conhecer a *totalidade* da *matéria* da história, o real, mesmo que esteja consciente de que isso não se realize plenamente em uma investigação. É o contínuo processo de adequação que garantirá avanços.

À questão: o que é a história? Não se poderia responder apenas a partir da teoria de maneira mais satisfatória do que apenas a partir da prática. Por outro lado, pode-se tentar fazê-lo, à maneira de Marx, pela dupla inclinação de “fazer sua” uma matéria complexa, o que exige sempre um mínimo teórico, e de “construir” o objeto de pensamento que lhe corresponde, o que por sua vez exige tanto escapar da matéria

116

Tradução nossa: “(...) propus definir a investigação histórica como investigação dos mecanismos que ligam a sucessão de eventos à dinâmica das estruturas (...)”.

117

Tradução nossa: “Além disso, o aparato científico apreende cada vez mais as disciplinas que dizem respeito ao homem. Por que não dar ao historiador o que se atribuiria ao sociólogo ou ao economista? Porque os sociólogos e os economistas, no fundo, continuam a considerar a história [como o] terreno do particular, do accidental, dos ‘eventos’, enfim, do resíduo das estruturas e das regularidades do que eles entendem por seu campo? Mas onde, se não na história, eles podem buscar uma sociologia ou uma economia que não sejam puramente teóricas, uma informação suficientemente ampla? Estou longe de negar a utilidade e o interesse de uma busca pelas estruturas mais gerais ou pelos ritmos mais repetidos. Mas a história é a *mudança* de ritmo, a *mudança* de estrutura. E a busca por uma explicação para essas mudanças...”.

quanto conservá-la “presente”. Não há pesquisa sem teoria – e a pouca exigência teórica do historiador irrita, legitimamente, o filósofo. Mas não há teoria sem pesquisa, ou o teórico será rapidamente acusado, como o foi recentemente o economista, de manusear apenas “caixas vazias” (VILAR, 1976, p. 158).

Se podemos dizer nesses termos, a “riqueza do real” não deveria ser submetida a uma teoria (como aplicação de leis explicativas), pois, os conceitos usados pelo historiador deveriam se atentar para a particularidade de sua matéria. O trecho supracitado é bastante elucidativo da necessária relação de adequação entre real e teoria para Vilar. Tal modelo é atribuído a Marx, embora não tenhamos uma indicação precisa de qual texto o autor se valeu para essa leitura. Entende-se que, para o historiador francês, a historiografia não poderia dispensar da concretude do real como matéria, assim como não poderia abrir mão da teoria. Isso certamente era o que garantia a cientificidade ao discurso historiográfico para Vilar, talvez fosse também o elemento que possibilitava uma leitura materialista da história.

Nosotros la observamos, y somos nosotros quienes, a partir de esta observación, *construimos* un «modelo» reflejando el mayor número posible de características del objeto, en todo caso, de sus rasgos fundamentales. La prueba del éxito de esta operación la constituye la capacidad de acción sobre el objeto que nos da la construcción del modelo¹¹⁸ (VILAR, 1999, p. 53, grifos do autor).

(...) el espíritu humano no puede *actuar* sobre las cosas (y ha demostrado que era capaz de hacerlo) más que en la medida en que es capaz de reconstruir y de expresar en un *lenguaje lógico* «cómo están hechas las cosas». Si las cosas fueran «de cualquier manera», si cambiaran de forma incoherente entre una observación y la siguiente, la ciencia no hubiera existido y el hombre no habría llegado a la luna (VILAR, 1999, p. 51, grifos do autor)¹¹⁹.

A primazia do real sobre a teoria é uma premissa para Vilar. Com isso, o historiador tenta localizar o trabalho científico na investigação da dinâmica das sociedades ou no sentido do desenvolvimento da história. A *matéria* da história é o real e ao mesmo tempo em que ela não contém a verdade em si, sem necessidade de crítica nenhuma, ela permanece como ponto de partida. O trabalho de produção do historiador está na reconstrução ou atribuição de sentido para essa *matéria*. Nesse sentido, segundo o autor, o real não é um caos absoluto, existe uma lógica no mundo histórico e essa lógica pode ser alcançada pelo trabalho

118

Tradução nossa: “Observamos isso, e somos nós que, a partir dessa observação, *construímos* um ‘modelo’ que reflete o maior número possível de características do objeto, em qualquer caso, de suas características fundamentais. A prova do sucesso desta operação é a capacidade de ação sobre o objeto que nos dá a construção do modelo”.

119

Tradução nossa: “(...) o espírito humano não pode *atuar* sobre as coisas (e mostrou que era capaz de fazê-lo), mais que na medida em que é capaz de reconstruir e expressar em uma *linguagem lógica* ‘como as coisas são feitas’. Se as coisas fossem ‘de qualquer forma’, se elas mudassem incoerentemente entre uma observação e a seguinte, a ciência não teria existido e o homem não teria alcançado a lua”.

intelectual. Quando Vilar (1983a, p. 158) aponta que um fenômeno histórico pode ser considerado como “signo” (indicativo de algo), “resultado” (resultado de um processo) e “causa” (“origem” de um desencadeamento histórico), ele estava justamente destacando esse lugar de produção a partir de uma matéria real. Assim, o dado é objetivo, mas a lógica de explicação histórica é trabalho do historiador. É, sobretudo, um trabalho de produção de um “novo” *objeto científico* que deve ser adequado a sua *matéria histórica*.

La ciencia es la adecuación -en continuo progreso- de la *imagen construida* que nos hacemos de la realidad misma. Claro está que la realidad no es *cada objeto concreto*. Es el conjunto de las características fundamentales de un determinado *tipo* de objeto, y el conocimiento «estructural» del conjunto nos permitirá manejar mejor cualquier objeto de este tipo, por comparación con el «modelo» ideal¹²⁰ (VILAR, 1999, p. 53, grifos do autor).

Embora, para o historiador, qualquer fenômeno do mundo humano se apresente como uma *matéria histórica*, a construção de *objeto científico da História* exige recortes e seleções do que se apresenta no real como *matéria*. Tal processo científico de produção de um objeto (seleção da *matéria*), não nega seu conteúdo que segue sendo o real-concreto, mas é esse *objeto científico* que será a *matéria-prima* da produção de conhecimento histórico.

Podemos dizer que opera no pensamento de Vilar uma distinção entre *matéria histórica* e *objeto científico*. É necessário que tenhamos em conta as particularidades dessa relação que existe por meio da diferença, a saber:

- a) A *matéria histórica* é o real-concreto, abarca qualquer fenômeno histórico.
- b) O *objeto científico* é em si a seleção de uma *matéria*. Ainda que a produção desse *objeto científico* seja fruto do trabalho intelectual do historiador, ele não perde seu conteúdo, ou seja, continua sendo resultado de uma *adequação entre pensamento e real*. Não deixa, portanto, de ser reflexo do real-concreto.
- c) O *objeto científico* determina um processo teórico-metodológico de produção de conhecimento, bem como pode contribuir para a produção de novos modelos teóricos de modo a pensar um dado tipo de *objeto científico*.
- d) O *objeto científico* deve ser submetido a problematização de sua própria construção, sendo que: não contém a verdade em si e exige “um mínimo teórico” (VILAR, 1976, p. 158) para a sua construção. Será necessário retomar um excerto já citado anteriormente,

120

Tradução nossa: “A ciência é a adaptação – em progresso contínuo – da *imagem construída* que fazemos da realidade em si. Naturalmente, a realidade não é *cada objeto concreto*. É o conjunto de características fundamentais de um determinado tipo de objeto, e o conhecimento ‘estrutural’ do conjunto nos permitirá lidar melhor com qualquer objeto deste tipo, em comparação com o ‘modelo’ ideal”.

Ante esta compleja materia histórica, el historiador plantea cuestiones, resuelve *problemas*: cuándo, por qué, cómo, en qué medida... se modifican, *debido a una continua interacción*, los elementos de las *economías* (hombres, bienes), de las *sociedades* (relaciones sociales más o menos cristalizadas en instituciones), y de las *civilizaciones* (conjunto de las actitudes mentales, intelectuales, estéticas (...)). El historiador habrá de distinguir muy pronto entre los hechos de evolución muy lenta (estructuras geográficas, mentalidades religiosas, grupos lingüísticos), los ritmos espontáneos («ciclos» coyunturales de la economía), y los simples acontecimientos, cuya importancia deberá valorar (VILAR, 1999, p. 43-44, grifos do autor)¹²¹.

Considerando todos esses aspectos, talvez seja possível assumir que, para Vilar, a História é uma ciência do *real-concreto*, porque o real permanece como paradigma que garante a cientificidade. Segundo o autor (VILAR, 1999, p. 53, grifos do autor)¹²², o historiador produz o seu *objeto científico* ao apropriar-se dessa *matéria histórica*. Contudo, esse *objeto* exige um processo de adequação entre *real* e *pensamento*. O *real-concreto* nunca deixa de estar presente no processo e é a *totalidade*¹²³ que se almeja alcançar com a produção de conhecimento¹²⁴. De acordo com Vilar, a *matéria-prima* da produção de conhecimento histórico, o que será tomado como *objeto* de investigação, não é a *matéria histórica* em sua objetividade (como dado puro), mas o *objeto científico*.

Althusser (1979a, p. 185; 1979b, p. 44) define *matéria-prima* como *objeto que será submetido a um processo de transformação em um produto* (um novo conhecimento). Para o autor, existem diferentes *práticas* (prática teórica, prática técnica e prática política, por exemplo). Elas determinam sua *matéria-prima*, ou seja, o exercício de transformação (prática determinada) que será realizado, traz consigo uma concepção de *matéria-prima* definida a ser submetida ao processo de produção de um produto¹²⁵. O estágio de uma ciência também pode

121

Tradução nossa: “Diante desta matéria histórica complexa, o historiador levanta questões, resolve problemas: quando, por que, como, em que medida... se modificam, *devido a uma interação contínua*, os elementos das *economias* (homens, bens), das *sociedades* (relações sociais mais ou menos cristalizadas nas instituições) e das *civilizações* (conjunto das atitudes mentais, intelectuais, estéticas (...)) O historiador terá que distinguir imediatamente entre os eventos de evolução muito lenta (estruturas geográficas, mentalidades religiosas, grupos linguísticos), os ritmos espontâneos (‘ciclos’ conjunturais da economia) e os acontecimentos simples, cuja importância deverá valorizar”.

122

Conferir subitem 3.2 deste trabalho.

123

As relações que compõem o real; as múltiplas temporalidades e todas as características que construíram um dado fenômeno histórico.

124

A concepção da produção de conhecimento histórico como uma *investigação* revela a necessária primazia do real como paradigma, pois consiste na análise de algo que está fora do pensamento.

125

impactar na constituição de uma *matéria-prima*. Segundo Althusser (1979a, p. 150), se uma ciência encontra-se em um estágio inicial, com fundamentos não muito delimitados, sua *matéria-prima* pode possuir um conteúdo mais ideológico. Se, por outro lado, trata-se de uma ciência estabelecida, o conteúdo dessa matéria pode ser mais científico¹²⁶.

Uma *prática* não define apenas sua *matéria-prima*, mas também os *meios de produção* e as *relações sócio-históricas* que compõem a *prática* e o seu produto (o conhecimento) (ALTHUSSER, 1979b, p. 62). Por exemplo: em um mesmo momento histórico, a *prática teórica* possui sua *matéria-prima*, seus *meios de produção* e se apropria das *relações sócio-históricas* de uma determinada forma. O exercício da *prática política* pode partir de uma mesma conjuntura histórica, mas a apropriação das *relações sócio-históricas*, seus *meios de produção* e sua *matéria-prima* serão próprias a tal *prática*. Abordaremos apenas a definição da *matéria-prima* da *prática teórica* para Althusser.

Segundo Althusser, a *matéria-prima* da *prática teórica*, será um *objeto de conhecimento*. Antes de avançarmos na compreensão do que é esse *objeto de conhecimento*, é necessário que esclareçamos a diferença entre *objeto real* e *objeto de conhecimento* para o filósofo.

Em *Sur le travail théorique*, Althusser (1978?, p. 53, grifos do autor) afirma:

Diremos que, no sentido exacto do termo *não existem* senão objectos reais e concretos, singulares. Diremos, simultâneamente, que todo discurso teórico tem por razão de ser última o conhecimento «concreto» (Marx) destes objectos reais e concretos, singulares. É assim que a história abstracta ou a história em geral não existem (no sentido exacto do termo), mas apenas a história real, concreta, desses objectos concretos que são as formações sociais concretas, singulares, cuja existência podemos observar na experiência acumulada da humanidade.

E em *Lire le Capital* (vol. 1) sustentou que:

Ao passo que o processo de produção de determinado objeto real, de certa totalidade concreto-real (por exemplo, uma nação histórica dada), se passa inteiramente no real, e se efetua segundo a ordem real da gênese *real* (a ordem de sucessão dos momentos da gênese *histórica*), o processo de produção do objeto do conhecimento se passa inteiramente no conhecimento, e se efetua segundo *uma outra ordem*, em que as categorias pensadas que “reproduzem” as categorias “reais” não ocupam *o mesmo lugar* que ocupam na ordem da gênese histórica real, mas lugares inteiramente diversos que lhes são atribuídos por sua função no processo de produção do objeto de conhecimento (ALTHUSSER, 1979b, p. 42, grifos do autor).

Ressaltamos que essa breve explicação sobre o processo de produção de conhecimento será aprofundado no capítulo três.

Cabe dizer, para Althusser uma ciência nunca rompe completamente com a ideologia, ela está sempre em um processo constante de estabelecer uma linha de demarcação entre ciência e ideologia.

Os trechos selecionados permitem explorar a definição de *objeto real*¹²⁷ para Althusser. Esse conceito diz respeito a realidade em si, em sua objetividade e complexidade. Sua ordem de desenvolvimento é própria à lógica do real. Segundo o filósofo, sua existência é incontestável, independente do conhecimento que se tenha sobre ela. Essa seria a definição do conceito de *objeto real*. Esse objeto não é uma *matéria-prima* para a produção de conhecimento. Ele é definido, por Althusser, para *destacar a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento*.

Althusser (1979a, p. 142-148) ressalta que o *objeto de conhecimento* é resultado da apreensão pelo pensamento do real. Essa apreensão *não é externa*, ou seja, *não é* resultado de um processo de adequação entre real e conceito. Para o filósofo, temos acesso a uma apropriação de representações ou discursos sobre esse real, que se materializam na forma de *conceitos, categorias e noções* sobre a realidade. A natureza do *objeto de conhecimento* é geral, pois, esses conceitos ou discursos produzidos acerca do real são considerados como a *matéria-prima da produção de conhecimento*. A definição de *objeto de conhecimento* foi inspirada pela *Introdução à crítica da Economia Política*, na definição de Marx sobre o *concreto de pensamento*, que pode ser observada nos trechos destacados abaixo:

O concreto é concreto por ser uma concentração (*Zusammenfassung* = concentração, síntese) de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo. Eis a razão por que aparece no pensamento (*im Denken*) como processo de concentração (síntese), como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real e, assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação (*der Ausgangspunkt der Anschauung und der Vorstellung*) (MARX, 2010, p. 111, grifos do tradutor)¹²⁸.

No excerto, segundo a leitura de Althusser, Marx evidenciava que o *concreto* não se encontra no real, como um dado objetivo. O *concreto* se apresentava no *pensamento* como *síntese*, ou seja, ele era apropriado e tomado como *resultado* dessa apropriação que existe através da distinção entre *objeto real* e *objeto de conhecimento*. Em outras palavras, é a existência de tal linha de demarcação que permitiria compreender a *singularidade* do *objeto de conhecimento*. Isso ocorreria não como um processo de extração de uma essência do real, visto que esse real (*concreto-real*) não é acessível (embora exista independente do

127

Segundo Althusser (1979b, p. 42), a definição de *objeto real* corresponde a definição de *concreto-real* de Marx, presente na *Introdução à crítica da Economia Política*.

128

As citações realizadas a obra de Marx (2010) não são excertos mencionados por Althusser (1979a, 1979b, 1980). Esses trechos foram selecionados por nós como meio para ilustrar e desenvolver melhor a leitura que o filósofo possui sobre o *objeto de conhecimento*. Althusser cita outra parte do mesmo texto (MARX, 2010), contudo, optamos por selecionar outros exemplos que nos pareceram mais explícitos, visto que, Althusser estabelece a relação de identidade entre *objeto de conhecimento* e *concreto de pensamento* (Marx).

conhecimento que tenhamos dele). O que se tem acesso é o *resultado* dessa apreensão do real pelo pensamento, da *síntese* do que pode ser conhecido em um dado momento da história de uma ciência (problemática vigente) e das relações sócio-históricas colocadas.

Althusser (1979b, p. 24-25) se vale de metáforas sobre luz/sombras e visível/invisível para exemplificar a existência irrefutável do *objeto real* e que a constatação da existência não é o mesmo que conhecimento acerca desse objeto. Tais metáforas buscam ilustrar que o real não é acessível em sua totalidade a um sujeito cognoscente, ele se mostra parcialmente (que é o visível, que está iluminado), logo, parte dele não é acessível (aquilo que é invisível ou está nas sombras). Para o filósofo, essa constatação não nega a existência do real como um todo. Ela apenas indica que nos apropriamos do real a partir de determinadas condições de produção (problemáticas e relações sócio-históricas, por exemplo) que tornam “visíveis” alguns elementos do real apropriados pelo pensamento. Cabe dizer, ainda, que não se trata de um pensamento desgarrado ou a-histórico. Para Althusser (1979b, p. 24, grifos do autor), “A visão já não é então o fato de uma pessoa individual, (...) a vista é o fato de suas condições estruturais, a vista é a relação de reflexão imanente do campo da problemática sobre *seus* objetos e *seus* problemas”. Ou seja, o pensamento é “concreto”, *existe no mundo e é parte dele*, não é algo separado.

Destacaremos outro excerto¹²⁹ da *Introdução à crítica da Economia Política* que nos ajuda a compreender a definição de *objeto de conhecimento* para Althusser (1979b, p. 48), que assinalou: “O texto (...) que distingue rigorosamente o objeto real do objeto de conhecimento, distingue também seus processos e, o que é fundamental, põe em evidência uma diferença de ordem na gênese desses dois processos”.

(...) a totalidade concreta é tomada como totalidade pensada, como um concreto pensado, *in fact*, como um produto do pensamento, do conceito. De modo algum, porém, como produto de um pensamento alheio à intuição e à representação ou que se lhes sobreponha, como produto de um conceito que, pensando, a si mesmo se gera (ein Produkt... des... denkenden sich selbst gebärenden Begriffs), mas como produto da elaboração conceitual da intuição e da representação (*der Verarbeitung von Anschauung und Vorstellung in Begriffe*). O todo, tal como ele na cabeça aparece – um todo de pensamento –, é o produto de uma cabeça pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível e que difere dos modos de apropriação do mundo que são o artístico, o religioso ou o do espírito prático. Enquanto a cabeça procede de modo somente especulativo, isto é, teoricamente, o

129

Não se trata de uma citação direta de Marx feita por Althusser, mas o destaque de excertos que nos ajudam a entender às proposições do filósofo franco-argelino, dado que o próprio autor ressaltou a importância da *Introdução à crítica da Economia Política* para explicitar a distinção entre *objeto de conhecimento* e *objeto real*.

sujeito real (*das reale Subjekt*), tanto antes como depois, subsiste, em sua independência, fora dela. Assim, no método teórico também, é preciso que o sujeito, a Sociedade (*das Subjekt, die Gesellschaft*), esteja sempre presente enquanto pressuposição (MARX, 2010, p. 113-114, grifos do tradutor).

Na leitura de Althusser (1979b, p. 48-49; 1980, p. 20), quando tratamos da produção de conhecimento de uma ciência, não se busca conhecer a totalidade do real em si, mas a totalidade do *objeto de conhecimento* que é sua *matéria-prima*. O excerto citado de Marx ajuda a entender essa proposição althusseriana. Para o filósofo franco-argelino há duas dimensões dessa distinção¹³⁰:

1) Não existe uma distinção entre o que está no mundo (real) e o pensamento, como se fossem duas coisas separadas. As impressões, representações ou formulações conceituais que o pensamento faz do real são, em si, apropriações desse real. Portanto, o “real-concreto” não é *matéria-prima* do materialismo histórico. A “totalidade pensada” resulta da apropriação do real pelo pensamento, ela está imersa em condições de existência e produção complexa, sendo o que Althusser define como *objeto de conhecimento*. Ademais, essa “totalidade pensada” é “concreta” porque existe e sua existência não nega o real, mas justamente indica que apenas “partes” desse real podem ser apreendidas. Logo, uma ciência como *conhecimento sistemático de seu objeto* deve buscar conhecer a totalidade do *objeto de conhecimento* que é sua *matéria-prima*.

2) A distinção entre *objeto real* e *objeto de conhecimento* é uma *operação teórica* que explicita a singularidade desses objetos para que não se confunda a *ordem do real* e a *lógica do conhecimento*. Segundo Althusser (1979b, p. 48, grifos do autor),

(...) Marx declara que a ordem que rege as categorias *pensadas* no processo do conhecimento, não coincide com a ordem que rege as categorias *reais* no processo da gênese histórica real. Essa distinção toca de perto, evidentemente, uma das questões mais debatidas de *O Capital*: a questão de saber se há identidade entre a *ordem dita “lógica”* (ou ordem de “dedução” das categorias em *O Capital*) e a *ordem “histórica” real*. Os intérpretes, em maioria, não chegam a “sair” verdadeiramente dessa questão, dado que não concordam em *estabelecê-la* em seus termos adequados, isto é, no campo da *problemática* exigida por essa questão.

Para o filósofo, essa diferença (entre *objeto real* e *objeto de conhecimento*) estava em Marx e colocava em questão uma concepção de produção de conhecimento pautada na *adequação entre real e pensamento* (relação externa entre pensamento e real). Ou seja, reconhecia-se a diferença, mas buscava-se uma verossimilhança. Como aponta Althusser,

130

Agradeço ao Diego Lanciote por chamar a atenção para este excerto e seu significado no pensamento de Althusser. Os usos e as interpretações que faço dele são minha inteira responsabilidade.

Ora, a maioria dos intérpretes [de Marx] situa essa questão no campo de uma problemática empirista, ou (sua “inversão”, no sentido estrito) no campo de uma *problemática hegeliana*, procurando provar, no primeiro caso, que a ordem “lógica”, sendo por essência idêntica à ordem real, existente *na* realidade da ordem real como sua própria essência, só pode acompanhar a ordem real; no segundo caso, que a ordem real sendo por essência idêntica à ordem “lógica”, a ordem real, que não passa então de existência real da ordem “lógica”, a ordem real, que não passa então de existência real da ordem lógica, deve acompanhar a ordem lógica. Em ambos os casos, os intérpretes são obrigados a violentar certas respostas de Marx, que manifestamente contradizem suas hipóteses. Proponho estabelecer essa questão (esse problema) não no campo de uma problemática ideológica, mas no campo da problemática teórica marxista da distinção entre o objeto real e o objeto do conhecimento, fazendo notar que essa distinção dos objetos acarreta, por um lado, a distinção radical entre a ordem de aparecimento das “categorias” no conhecimento e, por outro, na realidade histórica. Basta colocar o pretense problema da *relação* entre a ordem da gênese histórica real, e a ordem de desenvolvimento dos conceitos no discurso científico, no campo dessa problemática (distinção radical dessas duas ordens), para concluir que estamos diante de um problema *imaginário* (ALTHUSSER, 1979b, p. 48-49, grifos do autor).

Em tal excerto o autor deixa claro que, para ele, a *problemática* marxista não lida com qualquer concepção de conhecimento que busque de alguma forma *adequar* real e pensamento, pois, essa busca demonstraria, na verdade, a confusão entre *objeto real* e *objeto de conhecimento*. Para Althusser, essa confusão leva a concepções ideológicas de produção de conhecimento. A saber: no *empirismo* a *verdade* está contida no real, o trabalho intelectual não seria mais do que a extração de uma verdade que está na realidade. No caso da inversão da problemática hegeliana, ocorre o oposto, a verdade está com o sujeito (no pensamento), sendo o real nada mais do que a manifestação dessa verdade. Esses dois *modelos* são entendidos como formas *exteriores* de produzir conhecimento, a *diferença* existe na medida em que reafirmaria a busca de *adequação* entre os dois polos.

É na conceitualização do *objeto de conhecimento* como apropriação do real pelo pensamento, que Althusser busca destacar não só a materialidade do pensamento, mas defender que o processo de produção de conhecimento não é resultado da *diferença como externalidade*¹³¹, mas sim um *processo interior* de apropriação do real¹³².

(...) *matéria-prima*, isto é, matéria já elaborada, já transformada, precisamente pela imposição da estrutura complexa (sensível-técnico-ideológica) que a constitui como *objeto do conhecimento*, mesmo o mais falho – como objeto que ele vai transformar, cujas *formas* ele vai modificar, durante o seu processo de desenvolvimento, para

131

Para o filósofo, não se trata de uma relação entre sujeito e objeto real, na qual a verdade está ou no real (empirismo) ou no pensamento (inversão da problemática hegeliana).

132

O real é apropriado pelo pensamento, como a “síntese de múltiplas determinações”.

produzir conhecimentos incessantemente *transformados* (...) (ALTHUSSER, 1979b, p. 44, grifos do autor).

E ainda,

(...) o conhecimento tem a ver com o mundo real, através do seu modo de apropriação específica do mundo real: com isso está precisamente colocado o problema do modo pelo qual se exerce, e, pois, *do mecanismo* que assegura, a função de apropriação do mundo real pelo conhecimento, isto é, por esse processo de produção de conhecimentos que, *embora*, ou antes, *dado que ele* se passa *inteiramente no pensamento* (no sentido que já esclarecemos), efetua no entanto essa tomada (do conceito: Begriff) no mundo *real* chamada sua apropriação (Aneignung) (ALTHUSSER, 1979b, p. 57, grifos do autor).

O *objeto de conhecimento*, que é a *matéria-prima* da prática teórica. É sempre um *objeto já elaborado*, ou seja, ele não é a extração de uma verdade contida no real, nem uma criação abstrata que é imposta ao real. É um produto da apropriação do real que possui particularidades e uma totalidade que se expressa a partir do conjunto de elementos que o constrói¹³³ (ALTHUSSER, 1979a, p. 193; 1980, p. 50, 119). A elaboração do *objeto de conhecimento* de uma ciência é contínua, pois, ela será constantemente submetida a um processo de transformação que envolve o próprio processo de produção de conhecimento. Tal ponto é importante, visto que, para o filósofo, nunca se chegará a um *conceito completo*, capaz de nos fazer compreender plenamente o real. A *matéria-prima* não é uma apreensão *pura* do real, que é *neutra*, ela é sempre *atravessada pelo próprio processo de apropriação do real*. A ciência está sempre em confronto com a ideologia, buscando diferenciar-se permanentemente. Althusser (1979b, p. 51) fala em “(...) tipo de cientificidade existente (...)”, para chamar atenção para “(...) as normas de validade teórica admitidas pela ciência, em sua própria prática, como *científicas*” (ibidem, grifos do autor).

Por fim, gostaríamos de destacar dois excertos que nos parecem bastante elucidativos sobre como a divisão entre *objeto real* e *objeto de conhecimento* constituiu o ponto mais sensível entre Althusser e Vilar. Esse é um elemento que aparece destacado no ensaio de uma resposta produzido pelo filósofo, mesmo sendo um texto inacabado, dentre todas as críticas que o historiador francês fez ao seu pensamento, esse foi o ponto que o autor havia começado a escrever (ALTHUSSER, 2018, n.p.). Em *Pour Marx*, apontou:

O imperialismo, Lênin o encontra na sua prática política, sob a modalidade da existência *atual*: em um presente concreto. O teórico da história ou o historiador o encontram sob outra modalidade, a da inatualidade e da abstração. O objeto próprio

133

Abordaremos o *lugar do real* no processo de produção de conhecimento e o conceito de *Aneignung* (apropriação) no capítulo três.

da prática política pertence, portanto, à história sobre a qual tratam também o teórico e o historiador; mas é *outro* objeto (ALTHUSSER, 1979a, p. 155, grifos do autor).

E complementa,

(...) um historiador – isto é, de um homem de ciência que reflete necessariamente sobre o fato consumado da necessidade; como se se pudesse confundir a prática teórica de um historiador clássico, que analisa o passado, com a prática de um dirigente revolucionário que reflete no presente sobre o presente (...) (ALTHUSSER, 1979a, p. 156).

Percebamos que os dois excertos ilustram como, para o filósofo, diferentes *práticas* se apropriam de *diferentes* matérias. Além disso, ao assinalar que o historiador “analisa o passado” ou que o passado é encontrado no presente como “inaturalidade” e “abstração”, entendemos que a *prática teórica* toma como matéria-prima o *objeto de conhecimento*. Para Althusser, esse *objeto de conhecimento* é sempre previamente formulado (produto da apropriação do mundo). Logo, o *passado* quando apropriado pelo historiador aparece também como um produto da apropriação do mundo, ou seja, como um *discurso sobre o real* que será tomado como *matéria-prima* da produção de conhecimento histórico. Dessa maneira, ele será transformado em *objeto de conhecimento*.

Talvez, se pudéssemos ir além e extrapolar esta interpretação, seria por essa razão que Althusser (1980, p. 51-53) afirma que a História não é uma ciência do *concreto*. Na sua leitura, o *real-concreto* (real vivido que pode ser apropriado pela *prática política* no presente, por exemplo) não seria sua *matéria-prima*, porque não seriam “*dados objetivos*” de uma história vivida (quantidade de mortes, registros financeiros, entre outros dados históricos que se mostrariam em sua objetividade), o *objeto* da produção de conhecimento. Pelo contrário, a matéria-prima da produção de conhecimento é definida como um *objeto de conhecimento* que resulta da apropriação desses *dados* que, embora se mostrem como objetividade, são *discursos sobre o real* (apropriação daquele real naquele dado momento histórico).

Quando consideramos os dois autores, confrontamos pensamentos que possuem matrizes muito distintas. Quando cotejados, defrontamo-nos com mais diferenças do que propriamente diálogos no que diz respeito ao item analisado.

Segundo Schöttler (1993, p. 87-88),

In defining the science of history as a history of problems which does not start from facts encountered, but which must on each occasion construct its research object, Lucien Febvre in his own way formulates an epistemological thesis which must on each occasion construct its research object, Lucien Febvre in his own way formulates an epistemological thesis which exactly coincides (on this particular

point) with Althusser's anti-positivist and anti-empiricist conception of scientific work. (...) What is important is that Althusser's plea for a theoretical history, or rather a history oriented in theoretical fashion, upholds the same perspective as Febvre's plea for "another kind of history." Thus, in apparently paradoxical fashion, the anti-empiricism of Reading Capital, which has so often been understood as a declaration of war on all empirical research - even by some so-called "Althusserians" (...) - could well be read as a philosophical contribution to aiding a historical science at once open to the empirical and oriented towards theoretical problems¹³⁴.

Ao analisar Febvre e Althusser, o autor considerou que o conceito de *história-problema* não estava tão distante do conceito de *problemática*. Do mesmo modo, a necessidade de construção de um *objeto*, para a produção de conhecimento científico, coincidia. Schöttler realiza uma leitura que busca destacar pontos de encontro entre um dos principais expoentes da historiografia francesa e a corrente althusseriana, demonstrando que, apesar das diferenças, buscava-se uma nova forma de escrita da história. O autor chega a levantar a hipótese de que talvez Gaston Bachelard e outros filósofos da ciência tenham criado condições tanto para a distinção entre *objeto real* e *objeto de conhecimento* (tese althusseriana) quanto para a diferença entre descrição de fatos e história problematizada (defendida pelos *Annales*). Tal hipótese, todavia, não foi explorada (ibidem). Contudo, a partir de nossas fontes, parece-nos certo que existia um movimento para pensar uma história teorizada, não nos moldes de uma filosofia da história, mas considerando de fato como se constrói, dentro da defesa de uma ciência História, a relação entre *real* e *teoria*, sem incorrer no positivismo e no empiricismo.

Por outro lado, explicitar às diferenças entre Althusser e Vilar, longe de negar qualquer diálogo, permite que possamos compreender os pontos de sensibilidade que se construíram como barreiras. *Ambos defendem a produção de um objeto*, para Vilar é o *objeto científico* e para Althusser é o *objeto de conhecimento*. No limite, as duas concepções de *objeto* como produto do trabalho intelectual são consideradas a *matéria-prima* da produção de

134

Tradução nossa: "Na definição da ciência da história como uma história de problemas que não começar a partir de fatos encontrados, mas que deve, em cada ocasião construir o seu objeto de pesquisa. Lucien Febvre, à sua maneira, formula uma tese epistemológica que deve [o historiador], em cada ocasião, construir seu objeto de pesquisa. Lucien Febvre, à sua maneira, formula uma tese epistemológica que coincide exatamente (com esse ponto específico) com a concepção antipositivista e anti-empirista de Althusser do trabalho científico. (...) O importante é que o argumento de Althusser para uma história teórica, ou melhor, uma história orientada de maneira teórica, defende a mesma perspectiva do pedido de Febvre por 'outro tipo de história'. Assim, de forma aparentemente paradoxal, o anti-empirismo do *Ler o Capital*, que tem sido muitas vezes entendido como uma declaração de guerra contra toda pesquisa empírica - mesmo por alguns chamados 'althusserianos' (...) - poderia muito bem ser lido como uma contribuição filosófica de ajudar a ciência histórica ao mesmo tempo aberta para o empírico e orientada em direção a problemas teóricos".

conhecimento. No entanto, o enunciado geral não basta, se nos atentarmos as premissas que sustentam às concepções de *objeto científico* e *objeto de conhecimento*, percebemos que os autores encontraram caminhos distintos para desenvolver uma ideia que tinha um objetivo muito semelhante: uma nova forma da escrita da história. No que tange à questão da *matéria-prima* da produção de conhecimento, existem diferenças que não podem ser ignoradas.

A primeira diferença aparece quando Vilar estabelece que a matéria determina o modelo teórico-metodológico a ser adotado. Althusser, por outro lado, estabelece que a *prática teórica* determina a construção do *objeto de conhecimento*. Outra distinção é que Vilar defende a busca de uma totalidade que se expressa no *real-concreto*, enquanto, para Althusser, a totalidade está no *objeto de conhecimento*. Por fim, a diferença mais acentuada entre o historiador francês e o filósofo franco-argelino está na própria concepção de produção de conhecimento, que segundo Vilar é *adequação* e de acordo com Althusser é *apropriação*. A especificidade de tais objetos, *objeto científico* e *objeto de conhecimento*, gera consequências nas concepções de produção de conhecimento, como exploraremos no capítulo três.

3.3 CIÊNCIA E HISTÓRIA

Neste tópico, analisamos quais são às concepções de *ciência* e de *história-conhecimento* para Pierre Vilar e Louis Althusser. Antes de avançarmos, gostaríamos de estabelecer previamente uma distinção entre *ciência* e *disciplina*, tal como utilizamos em nossa pesquisa. Definimos *disciplina* como a reunião de várias ciências na constituição de um saber que pode ser ensinado. Logo, é um conhecimento institucionalizado, que conta com uma infinidade de parâmetros internos que delimitam sua especificidade. Entendemos que uma *ciência* também pode dialogar com outras ciências, contudo, não necessariamente ramifica-se para o ensino. Uma disciplina pode ser também uma ciência, mas uma ciência, não necessariamente é uma disciplina.

O segundo ponto que devemos delimitar, diz respeito ao uso dos conceitos *objeto* e *matéria-prima*. Sabemos que o conceito de *objeto*, talvez mais do que o de *matéria-prima*, é amplamente utilizado e significado por várias ciências. Durante esta pesquisa, utilizamos esses conceitos como sinônimos, visto que a questão que nos colocamos diz respeito às implicações que a definição do conceito de *matéria-prima* (como *objeto* que será ponto de partida da investigação científica) acarreta na concepção de produção de conhecimento.

Durante a discussão abordada neste subitem, todavia, em caráter de exceção, o conceito de *objeto* será utilizado com referência a outro problema. Ou seja, não estamos nos questionando qual é a definição do conceito de *objeto* (*matéria-prima*) de uma investigação científica para Vilar e para Althusser. Perguntamo-nos, em particular: qual era o *horizonte teórico* e o *objeto* (aquilo que se tornava alvo de investigação e questionamento) para Vilar, na construção do diálogo com Althusser? Quando Althusser construía sua releitura das obras de Marx, qual era o seu *objeto* e qual era o seu *horizonte teórico*? Percebamos que: a designação do conceito de *objeto/matéria-prima* permanece a mesma, ou seja, “algo” que será apropriado para a investigação (um ponto de partida do processo de produção de conhecimento). Contudo, o que estamos nos questionando aqui, não é a visão que ambos os autores possuíam sobre o processo de conhecimento em si, mas justamente, quando olhamos diretamente para nossas fontes, o que era tomado como objeto pelos autores.

No pensamento de Pierre Vilar, separar o conceito de *ciência* do conceito de *história* é um empreendimento pouco produtivo do ponto de vista teórico. Isso redundaria mais em uma simplificação forçada do que na compreensão dos elos que ligam sua concepção de *ciência histórica*. Nesse caso, priorizamos a construção da noção de uma *ciência histórica* e os princípios mobilizados para sustentá-la.

Para Althusser, essa divisão é um pouco mais estabelecida, uma vez que o filósofo traça uma linha de demarcação entre *ciência* e *ideologia*. Por essa razão, ele permite uma abordagem mais especificada, ainda que relacionemos *ciência* e *história*.

Essa dessemelhança, apreendida na análise, pode ser considerada como um sintoma da especificidade do lugar de produção de cada um dos intelectuais estudados. Vilar estava pensando a ciência histórica como um historiador e Althusser realizava suas reflexões acerca do materialismo histórico como um filósofo. A implicação mais profunda dessa divisão, que a princípio pode parecer simplista, é justamente a importância da “defesa da história” presente nas obras do historiador francês, diante dos “ataques” dos filósofos. De igual modo, observamos a “facilidade” com a qual o filósofo franco-argelino realizava suas críticas aos historiadores, não se detendo a uma análise mais minuciosa do trabalho destes.

Vilar (1976, p. 161) protestou em sua famosa crítica a Althusser: “Uma crítica em dez linhas, três nomes entre parênteses (Febvre, Labrousse, Braudel): isso é suficiente para situar a ‘prática histórica’ contemporânea (...)”. E prossegue: “Quando Fernand Braudel, após trinta

anos de prática, atreve-se a teorizar, o filósofo exclama: eis que *começa a se* fazer perguntas. Mas não! Braudel, em 1958, *acaba* por fazer perguntas *aos outros*, impaciente, senão irritado com sua indiferença às inovações dos historiadores” (ibidem, p. 167, grifos do autor). Esses dois excertos referiam-se a *Lire le Capital*, obra central do pensamento de Althusser (1980, p. 35-36).

Em seu manuscrito de uma resposta, Althusser reconheceu que teria se precipitado ao falar da prática dos historiadores. Ainda assim, considerava que não havia se equivocado sobre as proposições realizadas acerca da “categoria filosófica de história”.

Com efeito, penso que a pretensão da filosofia marxista de dizer uma palavra sobre o trabalho dos historiadores é, em princípio, fundamentada. Por uma primeira razão muito simples: existe na história, como em qualquer ciência, uma ideologia dos praticantes, que denominei, seguindo Lênin, de sua filosofia espontânea. E essa filosofia espontânea, que à primeira vista parece estar limitada ao círculo restrito da relação entre o praticante e sua prática, sempre se refere, de fato, a temas filosóficos desenvolvidos, para além dessa prática, pelas grandes filosofias antagônicas, digamos, pelas filosofias dominantes e por aquelas que contestam essa dominação (ALTHUSSER, 2018, n.p.).

Em *Pour Marx*, Althusser (1979a, p. 156, grifos do autor) reconheceu que o historiador era “(...) um homem de ciência que reflete necessariamente sobre o fato consumado (...)”. Atentemos que o filósofo tentou delimitar a particularidade do discurso científico de um historiador e a apropriação filosófica que ele fez sobre a “prática dos historiadores”.

Existe, em ambos, uma convergência no que diz respeito a separação de ciência e filosofia, fato apontado por Schöttler (1993). Essa distinção foi posta quase como uma disputa em torno da *autoridade de fala* sobre a ciência História. Segundo Vilar (1972, p. 7, grifos do autor), “(...) lo que es revolucionario son *las ciencias*. Para progresar *las ciencias* no han esperado nunca contar con la bendición de los epistemólogos”¹³⁵. E complementa,

Cuando más tarde Althusser reclamó la construcción del concepto de historia y denunció «las hermosas secuencias de la crónica oficial», partía de esta ignorancia, de este malentendido en torno a una palabra, que descubría en los otros y en sí mismo y cuya superación tan solo Marx le prometía (VILAR, 1999, p. 10-11, grifos do autor)¹³⁶.

135

Tradução livre: “(...) o que é revolucionário são as ciências. Para progredir, as ciências nunca esperaram ter a bênção dos epistemólogos”.

136

Tradução nossa: “Quando mais tarde Althusser reivindicou a construção do conceito de história e denunciou «as belas sequências da crônica oficial», partiu dessa ignorância, desse mal-entendido em torno de uma palavra, que ele descobriu em outros e em si mesmo e cuja superação somente Marx prometia”.

O historiador francês concordava com Althusser ao reconhecer que Marx fundou uma ciência, a História, mas se opunha a ideia de que essa ciência necessitasse de uma *epistemologia*, como se os historiadores fossem incapazes de pensar as próprias diretrizes dessa ciência. Aqui, não se tratava de uma oposição ao uso da filosofia pelos historiadores, mas à forma pela qual os filósofos se apropriavam da historiografia. Vale assinalar que essa crítica também se estendia aos economicistas “puros” ou sociólogos que consideravam os textos historiográficos como um grande “banco de dados” de informações não refletidas pelos próprios historiadores (VILAR, 1999, p. 8-11).

A outra face desta crítica é justamente a defesa da utilização da teoria marxista para a escrita de uma história científica. Conforme abordamos no capítulo anterior, é possível que Vilar não estivesse dialogando apenas com Althusser, mas com uma “nova” geração de historiadores. Por essa razão, era necessário não só a defesa do marxismo, mas de uma forma de historiografia marxista que se afastasse do dogmatismo, mantendo como horizonte alguns princípios caros aos historiadores.

Nesse sentido, ao construir seu diálogo com Althusser, Pierre Vilar tomou as obras do filósofo como *objeto*¹³⁷, sendo seu *horizonte teórico* a historiografia francesa e o marxismo. Por outro lado, Althusser tomou como *objetos*¹³⁸ o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético*. O filósofo tinha como *horizonte teórico* as obras marxistas, de Marx e de seus intérpretes, assim como de outras propostas teóricas, desde que apropriadas e ressignificadas pela teoria marxista¹³⁹.

Sustentamos que Vilar escreve ancorado em uma *disciplina* consolidada, ou seja, em parâmetros internos que legitimavam o discurso científico dos historiadores. Ele possuía, portanto, regras bem delimitadas do que viria a constituir-se como um discurso historiográfico. Podemos apontar como um desses regulamentos a linha de demarcação traçada entre ciência e política, um aspecto que estava enunciado nas obras do historiador francês. Separa-se, assim, o historiador do militante, sendo que os resultados de seu ofício poderiam ser utilizados por “homens de ação”.

137

No sentido que indicamos no início deste subitem.

138

Ibidem.

139

Reforçamos que essas afirmações dizem respeito apenas às obras e textos analisados.

Em contrapartida, não observamos o mesmo em Althusser. Embora seja filósofo de formação, existe outra dimensão em sua escrita: a política. Suas intervenções, ainda que tratem de temas teóricos, estavam dialogando com as questões postas no PCF e no marxismo internacional. Embora não possa ser negado que seu discurso não destoava de outros trabalhos filosóficos, esses dois espectros convivem em sua produção. Quando Althusser escreveu sobre a prática dos historiadores, ele o fez com um olhar panorâmico, pois não estava inserido nas regras que regulavam o *ofício*. O filósofo franco-argelino discorreu sobre o *materialismo histórico* como uma ciência marxista e não como a disciplina História.

Vilar compreende por ciência um conhecimento produzido que possui certo grau de verificabilidade com o *real*. Esse *real* é a base material do conhecimento, é também o que garante que a produção não caia em uma armadilha idealista ou estruturalista, por exemplo. O real, embora não contenha a verdade em si, é aquele cuja existência é irrefutável. Seu lugar no processo de produção é tanto daquele que *será interrogado*, como daquele *que interroga* a teoria. O que é colocado sob suspeita *não é a princípio o real*, mas sim a *teoria geral* que se propõe compreender esse *real*. Esse *duplo papel* realizado pelo *real* não eximia o historiador do processo de crítica às fontes (VILAR, 1999, p. 22).

Merece la pena recordar que todas las ciencias se han elaborado a partir de interrogantes dispares, a los que se fue dando sucesivamente respuestas *cada vez más científicas*, con puntos de partida, saltos hacia adelante y retrocesos, pero nunca, como se dice hoy en día con demasiada frecuencia bajo la influencia difusa de Bachelard y Foucault, con «cortes» absolutos entre las respuestas no científicas y las respuestas científicas (VILAR, 1999, p. 27, grifos do autor)¹⁴⁰.

O historiador francês sustentava que o desenvolvimento das ciências ocorria a partir de um processo de superação através da conservação¹⁴¹, ou seja, resultava em uma continuidade que continha em si às superações dos estágios anteriores (VILAR, 1999, p. 27). Percebamos que, para Vilar, o progresso científico revelava-se como uma *continuidade*, visto que as mudanças coexistiriam com as permanências.

140

Tradução nossa: “Vale lembrar que todas as ciências foram desenvolvidas a partir de questões díspares, que cada vez mais foram dadas sucessivamente respostas *cada vez mais científicas*, com pontos de partida, avanços e retrocessos, mas nunca, como dizem hoje em dia muitas vezes sob a influência difusa de Bachelard e Foucault, com «cortes» absolutos entre as respostas não científicas e as respostas científicas”.

141

De acordo com Vilar (1999, p. 27), essa concepção do desenvolvimento das ciências estava de acordo com Paul Ricoeur (filósofo francês).

A premissa da continuidade das descobertas científicas, indicava a relação entre ciência e ideologia no pensamento de Vilar. Não há uma teoria sobre ideologia nas obras do historiador francês, todavia, existe uma ideia da negação da ideologia pela ciência.

Mas a antiga historiografia dá testemunho de todo um tempo. Ela própria faz parte de sua história. Descobri-la como ideologia é dar um passo no sentido da ciência. É impossível renunciar ao exame, através de “casos” nacionais, do conjunto das modificações do mundo. É necessário somente pensá-los, situá-los em relação a elas (VILAR, 1976, p. 177).

Esse excerto evidencia a concepção vilariana de ciência como um processo contínuo. Destarte, a ideologia antecederia a ciência, pois, essa seria a sua superação contínua a partir de novas descobertas. Todavia, essas superações conservariam em si o gérmen do passado, sendo Marx resultado e superação do progresso da Economia política. Paralelamente, a historiografia contemporânea era entendida como resultado da crítica e assimilação de seu passado. O maior exemplo disso era a crítica a *Escola Metódica* realizada pelos *Annales*.

Segundo Vilar (1976, p. 173, grifos do autor),

(...) nada desejei negligenciar daquilo que pode servir à ciência no sentido marxista do termo, num tratamento interdisciplinar do social, sendo todo estruturalismo, como todo empirismo, *ideológico* apenas na medida em que aspira seja à universalização no imobilismo, seja à solidão no desmembramento.

Existem aspectos importantes que o historiador francês nos indica no trecho supracitado: uma relação entre ciência e marxismo; a “riqueza” do *real* e a adequação entre *real* e teoria. O marxismo garantia uma forma de cientificidade que era defendida por Vilar, logo, quando se referia a uma ciência no sentido marxista, o autor referia-se a uma historiografia científica no sentido marxista. Vilar também concebia o social (*real-concreto*) como um conjunto de camadas que exigiam um tratamento interdisciplinar. Por conseguinte, a História (disciplina) tornava-se a mais adequada para entender o social, uma vez que não se deteria apenas na análise econômica ou política. Percebemos, que, tal como buscava os *Annales*, esse lugar privilegiado dentre às ciências sociais também é resguardado para a História nas obras do historiador francês. Como consequência, essa “riqueza” do *real* exigia uma adequação entre *real-concreto* e teoria. A ideologia era, então, todo discurso que não cumprisse essa exigência.

Em seu tratado sobre a História, Vilar (1999, p. 28) discorreu: “La existencia de formas de historia no científicas no autoriza a pensar que sea imposible o inútil llegar a un

conocimiento y a una interpretación justa de las sociedades pasadas¹⁴². Infere-se disso que, para o historiador francês, a distinção entre formas científicas e não científicas dos discursos historiográficos seguia os princípios defendidos por ele, de uma ciência em contínuo desenvolvimento.

Os exemplos usados pelo autor para definir um discurso ideológico (como estruturalismo e empirismo, por exemplo), denotam que, talvez, o princípio central que distinga uma ciência de uma ideologia, fosse, justamente, a *adequação entre real e teoria*. Chama-nos a atenção que, dessa forma, não é o estudo do objeto *real-concreto* que garante a cientificidade de um discurso, mas sim a modalidade dessa relação ou, em outras palavras, a capacidade de verificabilidade dessa adequação entre real e teoria.

El objetivo de la historia *no es* «hacer revivir el pasado», sino *comprenderlo*. Para esto hay que desconfiar de los documentos brutos, de las supuestas experiencias vividas, de los juicios probables y relativos. Para hacer un trabajo de historiador *no basta* con hacer revivir una realidad política, sino que debe someterse un momento y una sociedad a un análisis de tipo científico (VILAR, 1999, p. 22, grifos do autor)¹⁴³.

Essa análise de tipo científico, para o historiador, é aquela que atendia aos critérios estabelecidos pela disciplina histórica, quando se tratava da escrita historiográfica. Percebemos em seu pensamento a tentativa de demonstrar que, tal como outras ciências exatas e naturais, a História era uma ciência. Segundo Vilar (1972, p. 19), “No olvidemos que al igual que en la medicina y la biología, cuando pasamos de la historia a la política, debemos siempre aplicarnos no a lo abstracto sino a un caso; por tanto es imprescindible poder pasar del caso a la generalidad, de la generalidad al caso”¹⁴⁴. Esse trecho refletia a busca, vivida naquele período, de um prestígio científico para às Ciências Sociais. Embora já se compreendesse que as Ciências Sociais possuíam um estatuto de cientificidade distinto de outras ciências.

142

Excerto já citado. Tradução nossa: “A existência de formas não científicas da história, não nos permite pensar que é impossível ou inútil alcançar um conhecimento e uma interpretação justa das sociedades do passado”.

143

Tradução nossa: “O objetivo da história *não é* ‘reviver o passado’, mas *entendê-lo*. Para isso, devemos tomar cuidado com os documentos brutos, com as supostas experiências vividas, com os juízos prováveis e relativos. Para fazer um trabalho como historiador, *não é suficiente* reviver uma realidade política, mas deve-se submeter um momento e uma sociedade a uma análise científica”.

144

Tradução nossa: “Não vamos esquecer que, assim como na medicina e na biologia, quando nos movemos da história para a política, devemos sempre aplicar-nos não ao abstrato, mas a um caso; portanto, é essencial poder passar do caso para a generalidade, da generalidade para o caso”.

Conforme assinalamos anteriormente, para Vilar, o marxismo era concebido como um modelo de cientificidade para a escrita historiográfica.

Uma “verdadeira” história marxista para se construir deve, pelo contrário, ser ambiciosa. E isso é possível para ela – indo sem cessar de uma pesquisa ao mesmo tempo paciente e ampla a uma teoria que não recua diante de qualquer rigor, mas também indo *da teoria ao “caso”*, a fim de não permanecer como saber inútil (VILAR, 1976, p. 175, grifos do autor).

Também assinalou que “Eso es precisamente lo que hace que el marxismo responda a la definición misma de la ciencia: intentar la experimentación según la teoría, y modificar la teoría en la medida en que la práctica obliga a ello”¹⁴⁵ (ibidem, 1983a, p. 146). Esse modelo de cientificidade era garantido pelo materialismo que, segundo Vilar, referia-se à adequação entre teoria e *real*, no que concerne à produção historiográfica. Isso posto, esse era um critério que legitimava o discurso historiográfico como científico. Em outros termos, a relação de adequação entre *universal/abstrato* e *particular/histórico*. Ao assumir o marxismo como *teoria geral*, o historiador francês admitia que a adequação entre *real* e *teoria* era um *critério de verdade científica*. Em suas palavras: “La práctica científica es un diálogo continuo entre lo concreto y lo abstracto, entre lo real y lo racional” (ibidem, 1983b, p. 173)¹⁴⁶.

A relevância de uma justeza entre teoria e real também é ressaltada quando Vilar (1976, p. 150) define o *métier* dos historiadores como a *investigação de uma matéria*.

En estos análisis pueden distinguirse las *informaciones estáticas*, las *informaciones dinámicas*, a cada *nivel* de la realidad estudiada (economía, derecho, política, ideología), y las investigaciones sobre las *relaciones recíprocas entre estos niveles*. Los instrumentos de las informaciones estáticas son la *tabla*, el corte; los instrumentos de las informaciones dinámicas son las *curvas*; las investigaciones sobre las relaciones entre los niveles de estructura pueden tener como instrumento el *modelo*, pero a menudo nos hemos de contentar con tratarlas como *problemas* (VILAR, 1999, p. 73, grifos do autor)¹⁴⁷.

145

Tradução nossa: “Isso é precisamente o que faz com que o marxismo responda à própria definição de ciência: tentar a experimentação de acordo com a teoria e modificar a teoria na medida em que a prática a compele”.

146

Tradução nossa: “A prática científica é um diálogo contínuo entre o concreto e o abstrato, entre o real e o racional”.

147

Tradução nossa: “Nessas análises, podemos distinguir *informações estáticas*, *informações dinâmicas*, em cada *nível* da realidade estudada (economia, direito, política, ideologia) e as investigações sobre as *relações recíprocas entre esses níveis*. Os instrumentos das informações estatísticas são a *tabela*, o corte; os instrumentos das informações dinâmicas são as *curvas*; as investigações sobre as relações entre níveis de estrutura podem ter como instrumento o *modelo*, mas muitas vezes temos que nos contentar em tratá-los como *problemas*”.

No excerto, o autor reconheceu que a realidade podia ser estudada a partir de diversos níveis (economia, direito, por exemplo) e que a relação entre esses níveis poderia ser realizada de duas formas: estática ou dinâmica. O historiador francês opunha uma abordagem descontínua e que se valia de um modelo teórico a uma abordagem contínua¹⁴⁸, na qual o *problema* possuía centralidade. Vilar confrontava uma historiografia dogmática (economicista, estruturalista, etc.) com uma *história raciocinada* que requeria um problema historiográfico.

Para Vilar (1983a, p. 146), diferente de outras ciências, a história não era uma ciência experimental¹⁴⁹. Sua matéria era particular e irreproduzível, ela era uma ciência investigativa que através da crítica das fontes e do processo de adequação entre teoria e *real* obtinha um estatuto científico. A verificabilidade garantida pela reprodução do experimento nas ciências exatas e naturais era substituída pela existência irrefutável do *real* e sendo a sua natureza particular e não reproduzível, apenas a adequação de um conhecimento produzido com esse *real* garantiria a cientificidade desse discurso.

O historiador francês almejava a:

(...) construção de uma ciência dessas sociedades que seja ao mesmo tempo *coerente*, graças a um esquema teórico sólido e comum, *total*, capaz de não deixar fora de sua jurisdição qualquer campo de análise útil, *dinâmica*, pois na medida em que nenhuma estabilidade é eterna, nada é mais útil de descobrir que o princípio das mudanças (VILAR, 1976, p. 147-148, grifos do autor).

Para Vilar, o marxismo, como instrumento teórico-metodológico, se unia a outros métodos consolidados na historiografia francesa para construir um esquema “teórico sólido e comum” que constituía e amparava a ciência histórica. Percebemos que não existia uma oposição a teoria, ela aparecia como necessária na construção da relação de adequação com o *real*. Essa relação era externa porque a matéria (*real*) seria exterior ao pensamento e colocava sob exame às formulações teóricas. Por conseguinte, a natureza dessa *matéria* da história é a mutabilidade. Tal característica é passada como princípio para a *história-conhecimento* que também deve ser dinâmica.

148

A ideia de curva, proposta por Vilar, faz alusão a ideia de um processo (com início, meio e fim). O recurso da curva como análise de gráficos recorre a linhas que exemplificam esse processo.

149

Em ciências experimentais é possível a universalização dos resultados, que se reproduzidos sob as mesmas condições apresentam o mesmo resultado. Por exemplo: Física, Biologia, entre outras.

Em suma, para o historiador francês, a ciência História possui como princípios a exigência de um *problema* e a necessária *adequação entre conhecimento produzido e o real-concreto* analisado. Assim sendo, os historiadores valer-se-iam de modelos teóricos (teoria geral, acervo de hipóteses e conceitos) que ajudassem em suas investigações. Essa relação é externa ao pensamento, visto que envolve uma realidade cuja existência não pode ser contestada.

No pensamento althusseriano a definição de ciência exigia a de ideologia. Esse par conceitual passou por retificações durante o período estudado. Em sua autocrítica, Althusser (1975) reconheceu que, em *Pour Marx* e em *Lire le Capital*, associava ciência a “verdade” e ideologia a “erro”. Essa conceitualização era considerada teoricista, uma vez que operava com o par verdade/erro de inspiração racionalista. Pensar a relação entre ciência e ideologia a partir desse binômio não auxiliava na compreensão da realidade vivida. Essa posição foi retificada junto a sua definição de filosofia.

Nas obras de 1965, a filosofia era entendida como “Teoria da prática teórica”. A partir de 1972, em sua *Réponse a John Lewis*, Althusser reconheceu seu equívoco e definiu que a filosofia não era “Teoria da prática teórica” e sim “Luta de classes na teoria”. Sobre essa retificação conceitual, gostaríamos de assinalar dois pontos: tal mudança reafirmava o caráter político das obras do filósofo franco-argelino, ressaltando a importância da Luta de classes na teoria marxista e, em seu processo de autocrítica do conceito de filosofia, Althusser (1975) assumiu que havia tratado a Filosofia como uma ciência, sendo ela um domínio distinto.

Nos textos da década de 1960 até a sua autocrítica, em 1972, Althusser almejava o desenvolvimento do *materialismo histórico* e do *materialismo dialético*. Em vista disso, defendia que era necessário separar às descobertas científicas, operadas no pensamento de Marx, dos conceitos ou obras influenciados por outras correntes filosóficas ideológicas. Isto posto, os impactos da redefinição do conceito de filosofia reverberaram na concepção do *materialismo dialético* e sua função. Na primeira conceitualização, a filosofia como “Teoria da prática teórica”, entendemos que o papel ocupado pela filosofia é quase o de conduzir a prática teórica (prática científica). Na segunda definição, a de “Luta de classes na teoria”, Althusser defendia que no seio da teoria marxista o *materialismo dialético* confrontava outras filosofias dominantes. Logo, a filosofia não era apenas influenciada pela política, mas a política, a ciência e outras práticas sociais como um todo, eram influenciadas pela filosofia

(ALTHUSSER, 1973?, p. 16-18). Inferimos disso que, apesar das mudanças sofridas em torno do *materialismo dialético*, a existência de uma relação entre ciência e filosofia permaneceu em seu pensamento (ibidem, 1975, p. 68).

De acordo com Althusser (1979a, p. 24),

Foi ao fundar a teoria da história (materialismo histórico) que Marx, com um só e único movimento, rompeu com a sua consciência filosófica ideológica anterior e fundou uma nova filosofia (materialismo dialético) (...) Que uma nova filosofia tenha nascido da fundação de uma ciência, e que essa ciência seja a teoria da história.

A relação entre o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético*, no pensamento de Althusser, ocorre a partir da primazia da ciência sobre a filosofia (SAES, 2007, p. 17). Isto, porque, o filósofo franco-argelino compreendeu que a fundação da ciência marxista antecedeu a de uma filosofia marxista. O surgimento de uma ciência forçaria a formulação de uma “nova” filosofia, capaz de dar corpo teórico às transformações empreendidas, bem como a recusa de outras teorias filosóficas.

A filosofia e a ciência possuíam espaços distintos no pensamento de Althusser (1978?, p. 82, 92; 1980, p. 137-138)¹⁵⁰. Ainda que a ciência antecederse a filosofia, a ciência não existiria independente de uma filosofia – mesmo que ela encontre-se apenas em estado prático (não enunciado). Para o filósofo franco-argelino, quando Marx fundou o *materialismo histórico*, o *materialismo dialético* existia em um estado prático (não teorizado). A tarefa de formular esse *materialismo dialético* havia ficado a cargo dos marxistas e, para que isso ocorresse, era necessário discriminar a filosofia marxista das demais filosofias. Nesse sentido, o nascimento de uma nova ciência, sempre antecederia o nascimento de sua filosofia. Infere-se disso que o *materialismo dialético* é a teoria filosófica do *materialismo histórico*, sendo que coube a ela fundamentar e evidenciar a revolução operada por Marx.

Depreende-se disso que: sendo a relação entre *filosofia* e *ciência* necessária, o *materialismo dialético* tornou-se a ferramenta capaz de especificar a descoberta de Marx (o *materialismo histórico*) possibilitando, dessa maneira, seu contínuo desenvolvimento. Se nos detivermos exclusivamente na segunda concepção althusseriana de filosofia como “Luta de classes na teoria”, o *materialismo dialético* poderia ser entendido como aquele que interpelaria conceitos e outras teorias filosóficas a partir do marxismo. Nesse sentido, ele absorveria e ressignificaria aquilo que poderia contribuir com o desenvolvimento da teoria

150

Conferir também: Saes (2007, p. 17).

marxista, combatendo conceitos ou teorias ideológicas. Destarte, o avanço do *materialismo histórico* exigiria o aperfeiçoamento contínuo do *materialismo dialético*.

Segundo Althusser (1980, p. 77), o conhecimento científico nunca deixa de desenvolver-se, todavia, nasce no momento em que rompe com a ideologia que o antecede. Defendeu que “(...) toda ciencia comienza. Por supuesto, tiene siempre una prehistoria” (ibidem, 1975, p. 19-20)¹⁵¹ e que “Sale de la prehistoria em sentido ordinário: entendemos que no nace de la nada, sino de todo um *trabajo* de gestación, complejo, múltiple, plagado de lagunas y a veces oscuro y ciego, pues «él» no sabe a dónde tende, ni siquiera donde acabará por desembocar”(ibidem, p. 20, grifos do autor)¹⁵².

Sabemos que, para o filósofo franco-argelino, a ciência relaciona-se com a filosofia (seja esse um processo consciente e refletido, ou não). Essa relação não nega que se tratam de domínios distintos. Percebamos, nos excertos citados, que existe uma distinção entre ciência e ideologia, visto que, embora o conhecimento científico esteja em contínuo desenvolvimento, ele nasce a partir da demarcação de sua diferença¹⁵³ com a ideologia.

Para Althusser (1975, p. 77; 1979a, p. 126-132, 205-208), a ideologia não deveria ser definida como falsa consciência do mundo. Em contrapartida, estabelecia que: nenhuma sociedade vive sem sua *representação de mundo* (ideologia), nem mesmo uma sociedade sem classes e que ela se impõe sobre homens e mulheres como estrutura, dando coesão a suas experiências e atribuindo uma *função social* para eles e elas. Destarte, a ideologia é definida como representação, como inconsciência, sem com isso negar sua existência material. Desse modo: “A ideologia não é, pois, uma aberração ou uma excrescência contingente da História: é uma estrutura essencial à vida histórica dessas sociedades” (ibidem, 1979a, p. 205).

151

Tradução nossa: “(...) toda ciência começa. Por suposto, tem sempre uma pré-história”.

152

Tradução nossa: “Sai da pré-história no sentido comum: entendemos que não nasce do nada, mas de todo um trabalho de gestação, complexo, múltiplo, atormentado por lacunas e às vezes obscuro e cego, porque «ele» não sabe para onde está indo, nem mesmo onde acabará”.

153

A delimitação dessa ideia, no pensamento althusseriano, ocorre a partir da mobilização dos conceitos de *ruptura epistemológica* e de *problemática*. Em poucas palavras, o conceito de *ruptura epistemológica* diz respeito a um processo de mudança radical de *problemática*. É o momento no qual a antiga *problemática* (ideológica) é substituída por uma nova *problemática* científica. O conceito de *problemática*, aqui, refere-se ao elo mais profundo de um pensamento, é composto não só por questões, mas conceitos e um conjunto de ideias que sustenta a inter-relação necessária dos componentes que particularizam um pensamento. É a *modalidade de reflexão* que estabelece o elo mais profundo da produção de conhecimento e relaciona a matéria-prima ao problema posto, é a *estrutura concreta e determinada de um pensamento* (ALTHUSSER, 1979a e 1980).

É na ideologia que homens e mulheres viveriam a relação de *adequação-inadequação* com o mundo. Para o filósofo franco-argelino, a ideologia é “ativa”, atua na construção das classes, pois fortalece ou altera a relação de homens e mulheres com seu mundo (ibidem, p. 208). Segundo Althusser (ibidem, p. 131-132, nota 6), “(...) a ideologia não cessa nunca, por essência, de ser o lugar de uma contestação ou de um combate onde repercutem surdamente ou brutalmente o ruído das lutas políticas e sociais da humanidade”.

Finalmente, a ideologia acomoda funções sociais, mas não possui como objetivo o conhecimento. Na concepção althusseriana, ela existe e possui um papel histórico. Todavia, sendo um sistema de representação, ela não possibilita a consciência de suas condições de existência, pois, para a ideologia a *aparência* é o *ser* (ibidem, p. 203-204; 1980, p. 93-102).

Em contrapartida, Althusser (1979a, p. 205-207) definiu a ciência como “ação refletida” sobre o mundo. Se a ideologia é inconsciência, a ciência é consciência do mundo e, nesse sentido, teria como objetivo produzir conhecimento sobre a realidade. A ciência possuía como finalidade produzir conhecimento sobre as condições de existência, as estruturas, a lógica e o papel prático dos múltiplos níveis ideológicos de uma dada sociedade.

Para o filósofo franco-argelino, *a priori*, um conceito científico possuía como função a contestação, ele não era correspondente ou uma descrição da realidade. Apesar disso, um conceito científico não negaria a existência das representações da realidade (ibidem, p. 203-204). A diatribe em torno do humanismo é o principal exemplo disso. Althusser (ibidem, p. 204, grifos do autor) apontou: “O *anti-humanismo* teórico de Marx, não suprime, pois, de nenhum modo a *existência* histórica do humanismo”. Com isso, o filósofo reconhecia que um conceito científico deveria confrontar o real tal como ele se apresentava (representação do mundo), tendo em vista a produção de conhecimento sobre a realidade, todavia, o conhecimento de algo não erradicaria sua existência. Consequentemente, o humanismo poderia existir como ideologia. Poderia mesmo ser apropriado na luta política, no entanto, não deveria ser utilizado pela prática teórica (prática científica) e na produção de conhecimento sobre o *real*.

Nesse cenário, apesar do PCF defender um humanismo marxista, como forma de tentar enfrentar as consequências do XX Congresso do PCUS, Althusser (1979a, p. 11-21) defendia que a teoria marxista não poderia se valer dos conceitos oriundos dessa abordagem ideológica para produzir conhecimento científico. O avanço da teoria marxista ocorria a partir do enfrentamento de suas dificuldades teóricas, não devendo ceder ante pressões políticas.

Um intelectual marxista não poderia se eximir da prática política, contudo, para o filósofo franco-argelino, a ciência não deveria ser refém da política, ela deveria ser capaz de confrontar a experiência para produzir conhecimento científico. Apesar da defesa de certa autonomia da ciência frente a prática política, Althusser (ibidem, p. 53), reconhecia que um intelectual se relacionava com a ideologia de seu mundo, que seu pensamento estabelecia relações abstratas entre sua prática teórica e as determinações materiais.

Segundo Althusser (ibidem, p. 168-169, grifos do autor),

(...) não se obtém uma ciência invertendo uma ideologia. Obtém-se uma ciência com a condição de abandonar o domínio em que a ideologia acredita ter relações com o real, isto é, abandonando a sua problemática ideológica (a pressuposição orgânica dos seus conceitos fundamentais, e, com esse sistema, a maior parte desses próprios conceitos) para fundar “*em um outro elemento*”, no campo de uma nova problemática, científica, a atividade da nova teoria.

Na concepção althusseriana, não existe uma ciência pura, livre completamente da ideologia. Todavia, essa cisão, ou mudança de terreno, é o objetivo do próprio processo de luta contra a ideologia na prática teórica (prática científica), que deveria estabelecer a distinção entre *objeto real* (realidade) e *objeto de conhecimento* (matéria-prima da prática teórica) (ibidem, p. 142, 147-148). O trabalho teórico é definido como o exercício de distinção entre ciência e ideologia (ibidem, p. 142-144). Para o filósofo franco-argelino, a ciência deve romper continuamente com a ideologia, contudo, existe um momento em que há uma ruptura que provoca uma mudança radical e o nascimento de uma nova ciência¹⁵⁴. Segundo Althusser (1979b, p. 46-47), quando uma ciência rompe com a ideologia, ocorre uma mudança de *problemática* e a fundação de um novo *objeto*. Cria-se um ponto de não retorno, ainda que essa “nova” ciência opere inicialmente através da retificação de conceitos ideológicos, até que novos conceitos científicos sejam criados.

É nessa lógica que Althusser (1979a) defendia a ideia de que Marx operou essa *ruptura epistemológica* nas suas obras. Considerava que Marx não foi sempre marxista, bem como, a problemática vigente nos textos de maturidade era radicalmente distinta da problemática existente nas obras de juventude. Além disso, considerava que Marx não devia a Hegel ou a outros pensadores na constituição de seu pensamento, pois ele teria inaugurado algo “novo”.

154

O conceito de *ruptura epistemológica* é mobilizado no pensamento althusseriano para explicar essa mudança de terreno e o nascimento de uma nova ciência.

Dessa maneira, de acordo com a concepção althusseriana, a ciência não é *verdade* da ideologia. *O conhecimento científico compreende a ideologia e seus mecanismos internos que dão coesão a uma dada representação de mundo* (ibidem, p. 66-68, notas 40 e 45; 1980, p. 77). Infere-se disso que há uma distinção bem delimitada entre ciência e ideologia no pensamento de Althusser. Se a ideologia é inconsciência, a ciência é a consciência de sua *problemática*, das condições de sua produção e de seus objetivos. Segundo Althusser (1980, p. 66) “A ciência é ciência porque é consciência desse presente, ou seja, é ‘verdadeira autocrítica’ desse presente”.

Isto posto, vimos que a ciência e a filosofia marxista possuem autonomia relativa frente à prática política (lembramos que Althusser não nega as determinações materiais de sua produção). Todavia, o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético* são domínios distintos da teoria marxista, sendo que a filosofia possui relações teóricas com a ciência (ibidem, 1973?; SAES, 2007, p. 17). Em suma, entendemos que as relações entre ciência, filosofia e política, na corrente althusseriana, são complexas. Não existe uma determinação unilateral entre as partes, não podendo, por exemplo, a filosofia ser considerada puramente efeito da política ou o oposto. O conceito que pode melhor explorar essa relação, talvez, seja o de *sobredeterminação*¹⁵⁵.

No pensamento de Althusser, esse conceito propunha a existência de múltiplas determinações entre os níveis que compunham o “todo” social (político, econômico, por exemplo), sendo uma determinação sempre resultado de uma *sobredeterminação* de outras determinações. Compreendemos que o reconhecimento da condição dessa relação como *sobredeterminada* possui três consequências: rejeita qualquer contextualismo como explicação da produção de um pensamento; recusa a atribuição de “genialidade” a um determinado autor, pois reconhece às condições materiais de produção de um pensamento; e valoriza o trabalho intelectual ao defini-lo como o exercício de confronto da ideologia vivida,

155

De acordo com Althusser (1979a, p. 86-89), a *sobredeterminação* denuncia às múltiplas camadas de contradição que compõe uma totalidade. Nesse sentido, uma formação social não seria resultado simplesmente da determinação da infraestrutura sobre a superestrutura, seria resultado de múltiplas contradições com uma dominante. O conceito de *sobredeterminação* exige a autonomia da superestrutura e da infraestrutura, impedindo assim qualquer forma de economicismo. Esse conceito refere-se a uma relação desigual do desenvolvimento dessas instâncias. Assim, não é possível pensar uma causalidade simples ou uma análise unilateral da história real, porque as estruturas que compõem o todo “implicam-se reciprocamente” e de forma desigual (possui uma dominância) (ALTHUSSER, 1979a, p. 93, 99; SAES, 1994, p. 44-45). Sobre esse conceito, consultar também: Saes (2007).

ainda que contínuo, garante a ciência o atributo de ser capaz de explicar e compreender a condições de existência.

Na análise althusseriana, cada ciência rege o critério de legitimidade de seu discurso. Lembramos, para o filósofo, o *materialismo histórico* é uma ciência. Marx não devia ser entendido como um “gênio” ou gerar qualquer relação doutrinária, pois, o *materialismo histórico* e o *materialismo dialético* só poderiam avançar mediante o esforço contínuo dos marxistas para encontrar e desenvolver suas falhas e lacunas teóricas. Ao dividir às obras de Marx, Althusser dessacralizava o seu pensamento (ALTHUSSER, 1979a, p. 71-72;).

[O marxismo deve ser objeto de sua teoria] isso é, de fato, necessário para uma teoria que se define dialeticamente não apenas como ciência da história (materialismo histórico) como também, e ao mesmo tempo, como filosofia, capaz de dar conta da natureza das formações teóricas e de sua história, portanto capaz de dar conta de si, tomando-se a si mesma como objeto (ALTHUSSER, 1979a, p. 29, grifos do autor).

Em *Pour Marx*, o *materialismo histórico* é definido como a “(...) ciência marxista do desenvolvimento das formações sociais” (ALTHUSSER, 1979a, p. 145). Pedimos desculpas de antemão pelas longas citações que seguem. O conceito de formação social,

(...) [designa] a articulação de diferentes modos de produção em tempo e espaço determinados; vale dizer a imbricação de elementos pertencentes às estruturas de diferentes modos de produção particulares. Impõe-se igualmente que esse conceito indique o caráter necessário – e não contingente – de um certo modo de relacionamento entre modos de produção no processo histórico real: a dominação de algum modo de produção, através de suas estruturas, sobre outro (s) modo (s) de produção, igualmente considerados em suas diversas estruturas, em tempo e espaço determinados (SAES, 2007, p. 47).

Entenda-se, portanto, que o conceito de “formação social”, antes de indicar uma “sociedade” concreta, em sua existência histórica, especifica o modo de realização do conceito de “modo de produção” no processo histórico real: articulação, em tempo e espaço determinados, de diferentes modos de produção particulares, sob a “direção” de um deles. Essa dupla função teórica do conceito de “formação social” – a de “conceito abstrato” e a de “conceito empírico” – é apontada explicitamente por Balibar. Não se pode, assim, esquecer que a análise althusseriana de “formações sociais concretas” (“formação social” no sentido “empírico”) é sempre instruída pelo referido modelo de realização do conceito de “modo de produção” no tempo e no espaço (SAES, 2007, p. 48).

Ao definir que o materialismo histórico é a ciência das formações sociais, Althusser estabelece que o marxismo possui como objetivo conhecer sociedades *reais-concretas* e que sua ciência trabalhava com *conceitos* que são *objetos de conhecimento*, logo, distintos da realidade. Nesse sentido, podemos afirmar que, o materialismo histórico possui como objetivo conhecer formações sociais *reais-concretas*, mas o faz a partir do conceito *abstrato-formal* de

formação social. São esses conceitos abstratos que possibilitam a produção de conhecimento acerca de *objetos reais, concretos e singulares* (formações sociais concretas) (SAES, 2007, p. 48). Todavia, para conhecer formações sociais concretas, para a corrente althusseriana, não bastava apenas o conceito de *formação social*, exigia-se também os conceitos de *modo de produção geral* e de *modos de produção particulares*.

De acordo com Saes (2007, p. 52, 70), para a corrente althusseriana, os objetos da ciência marxista da história são: *modo de produção em geral, modos de produção particulares e formações sociais concretas*. O conceito de *modo de produção em geral* causou uma enorme polêmica com outros marxistas, algo que foi abordado rigorosamente por Saes (ibidem). Cabe aqui destacar que esse conceito era o mais abstrato e geral formulado pela corrente e correspondia ao “(...) modelo geral de funcionamento das sociedades humanas” (ibidem, p. 24). Os modos de produção particulares seriam aqueles explorados pelos marxistas, como o modo de produção capitalista, socialista e assim por diante. O modo de produção geral possuía existência nos *modos de produção particulares*, sendo esse último também um conceito *abstrato-formal*.

Isto posto, o conceito de *formação social* foi concebido, pela corrente althusseriana, como algo mais “concreto”, isso incorre na compreensão de que ele era mais particular ou especificado do que os conceitos anteriormente citados. *Formação social* refere-se à configuração total de uma sociedade concreta (infraestrutura e superestrutura) localizada no tempo e no espaço. Uma *formação social* contém em si a coexistência de vários *modos de produção particulares*, sendo um dominante. Por exemplo: em uma dada *formação social* considerada capitalista, é possível que em determinados níveis desse “todo” social existam “resíduos” de outros modos de produção, contudo, naquela dada *formação social*, o *modo de produção dominante* é o capitalista. Para os althusserianos, a análise de *formações sociais concretas* é sempre orientada a partir do conceito de *formação social* (“modelo de realização do conceito de ‘modo de produção’ no tempo e no espaço” (ibidem, p. 48)).

Outro aspecto que precisamos destacar é a “nova” conceitualização de modo de produção. Os problemas oriundos dessa ampliação conceitual foram abordados com profundidade por Saes (2007), cabe aqui anunciar a definição desse conceito que passava a designar não só a infraestrutura (relações de produção, forças produtivas), mas também a superestrutura (Estado, direito, ideologia dominante) (SAES, 1994, p. 44).

Ademais, Althusser (1978?, p. 50-51) também reconhecia que, além de conceitos, uma ciência precisava lidar com palavras de uso corrente. Todavia, deveria atribuir *significado conceitual* a essas palavras na medida em que fossem utilizadas em relação a outros conceitos. Uma das funções da ciência era estabelecer com *precisão conceitual* as palavras e conceitos utilizados. A ciência era considerada como um exercício sistemático e rigoroso de trabalho conceitual: uma *prática teórica*.

Lembramos que o trabalho intelectual (científico) é definido como uma *prática teórica*. Bem como, o conceito de filosofia, na obra de Althusser, possui uma primeira e uma segunda conceitualização. Na primeira concepção de filosofia, o filósofo franco-argelino a definia como “Teoria da prática teórica”, ou seja, criava essa ideia de que a filosofia tutelava de alguma forma a *prática teórica*. Com a retificação do conceito de *filosofia*, observamos que manteve-se a relação necessária entre *materialismo histórico* e *materialismo dialético*, todavia, com um caráter muito mais próximo a uma articulação do que propriamente de tutoria.

De acordo com Balibar (1978), Althusser inspirou-se na descrição de Marx sobre o trabalho para definir o conceito de *prática*. Em *Pour Marx*, o filósofo franco-argelino define:

Por *prática* em geral entenderemos todo processo de *transformação* de uma determinada matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um determinado trabalho humano, utilizando meios (“de produção”) determinados. Em toda prática assim concebida, o momento (ou o elemento) *determinante* do processo não é nem a matéria-prima nem o produto, mas a prática em sentido estrito: o momento do próprio *trabalho de transformação*, que põe em ação, em uma estrutura específica, homens meios e um método técnico de utilização dos meios (ALTHUSSER, 1979a, p. 144, grifos do autor).

Uma *matéria-prima* determinada, *meios de produção* e como resultado um *produto*. Essa trilogia descrevia o processo de *produção de conhecimento* para Althusser (MORFINO, 2014, p. 105-106). Por *meio de produção* o filósofo entendia uma determinada *prática*, no caso da produção de conhecimento científico, tratava-se da *prática teórica*. Destarte, a *prática teórica* é o *trabalho* de transformação de um *objeto de conhecimento* em um *novo conhecimento* (ibidem, 1979b, p. 44).

A teoria é uma prática específica que se exerce sobre um objeto próprio e conduz a seu *produto* próprio: um *conhecimento*. Considerado em si mesmo, todo trabalho teórico supõe, portanto, uma matéria-prima dada e os “meios de produção” (os conceitos da “teoria” e o seu modo de emprego: o método). A matéria-prima tratada pelo trabalho teórico pode ser muito “ideológica”, se se trata de uma ciência nascente; se se trata de uma ciência já constituída e desenvolvida, pode ser uma matéria já elaborada teoricamente, conceitos científicos já formulados (ALTHUSSER, 1979a, p. 150, grifos do autor).

Para Althusser (1980, p. 102), uma ciência é a sistematização e o aprofundamento desses conceitos iniciais com *mais* ou *menos* teor científico. Tal processo leva a uma contínua “concretização” desses conceitos, ou seja, eles tornam-se cada vez menos gerais e passam a ser mais específicos e sistematizados. Enfatizamos: o “concreto” não se refere ao *real-concreto*, mas a um conceito especificado e elaborado teoricamente.

Em *Pour Marx*, Althusser (1979a, p. 143) define que a *prática teórica* (prática científica) deveria romper continuamente com a ideologia. Essa definição antagoniza *prática teórica* e *ideologia*. Tal como sustenta Balibar (1978, p. 226), estabelece-se uma relação de externalidade. Althusser (1979a, p. 145) assinala que “A prática teórica de uma ciência distingue-se sempre claramente da prática teórica ideológica da sua pré-história: essa distinção toma a forma de uma descontinuidade ‘qualitativa’ teórica e histórica (...)”. Essa descontinuidade é designada pelo conceito de *ruptura epistemológica*. Esse conceito, de inspiração bachelardiana, refere-se não só a uma mudança radical na teoria, mas a uma fissura histórica que marca a criação de conceitos completamente inconciliáveis com a ideologia vigente (BALIBAR, 1978). Dessa maneira, o conceito de *ruptura epistemológica* nunca cessa, caracteriza um processo que nunca tem fim (*ibidem*).

Por conseguinte, de acordo com Althusser (1975, p. 24, grifos do autor), “Política y teoricamente no podemos prescindir de estas palabras [ciência e revolução]: porque salvo prueba en contra en el horizonte de las prácticas existentes, *no tenemos otras y no tenemos nada mejor*”¹⁵⁶. O filósofo complementa:

Así pues no se puede defender la teoría y la ciencia marxista más que desde posiciones materialistas-dialécticas, esto es, no-especulativas y no-positivistas, intentando pensar esta realidad absolutamente *inaudita* y sin precedentes: la teoría marxista como ciencia *revolucionaria* (ALTHUSSER, 1975, p. 24, grifos do autor)¹⁵⁷.

Além de reforçar a relação entre *materialismo histórico* e *materialismo dialético*, o autor enfatizava a necessidade de defender a teoria e a ciência marxista. Essa era uma luta política e teórica, tinha relação com o confronto da ideologia nas formulações teóricas

156

Tradução nossa: “Política e teoricamente não podemos prescindir dessas palavras [ciência e revolução]: porque a menos que haja evidências contra o horizonte das práticas existentes, não temos outras e não temos nada melhor”.

157

Tradução nossa: “Assim, pois, não se pode defender a teoria e a ciência marxista mais do que a partir de posições materialistas-dialéticas, isto é, não-especulativas e não-positivistas, tentando pensar essa realidade absolutamente *inaudita* e sem precedentes: a teoria marxista como uma ciência *revolucionária*”.

marxistas, assim como, na disputa dos lugares de reprodução e produção de conhecimento. Em uma conjuntura na qual várias ciências sociais disputavam a proeminência entre si e onde o estruturalismo se colocava como uma corrente teórica que fornecia critérios científicos, Althusser reivindicava a necessária relação entre ciência marxista e filosofia marxista. Nesse sentido, se colocava na contramão da tendência de recusa da filosofia pelas ciências.

Segundo Thiollent (1998, p. 71), na França, antes de 1968, não era comum a presença do marxismo nos programas de ensino superior nas Ciências Sociais e Economia. Louis Althusser e outros intelectuais eram exceções ao ministrar cursos sobre o marxismo. A leitura althusseriana era seguida por vários estudantes marxistas ou ligados à *filosofia da ciência* (GUTTING, 2001, p. 40). Vilar ocupava um lugar similar, ao assumir-se marxista entre os historiadores que mantinham relações acauteladas com essa corrente teórica.

O *processo de produção de conhecimento*, para Althusser, era resultado do encontro entre a ciência marxista e a filosofia marxista. Parece-nos que essa combinação atribuía autonomia ao marxismo e o colocava acima de qualquer *disciplina*, pois, suas premissas eram formuladas e reguladas por essa relação. Em contrapartida, para Vilar, acontecia o oposto. O marxismo não era compreendido como uma ciência a parte, mas uma corrente teórico-metodológica que auxiliada a disciplina histórica na produção de conhecimento. Esse *lugar* ocupado pela teoria marxista não assegurava necessariamente a relação entre *materialismo histórico* e *materialismo dialético*.

Sustentamos que Vilar partia de um campo disciplinar consolidado e que isso impactava a relação que estabelecia com o marxismo (como proposta teórico-metodológica). Por outro lado, Althusser abordava a relação do *materialismo histórico* e do *materialismo dialético* a partir de uma concepção de ciência marxista. Destarte, os pilares que cerceavam ou permitiam o desenvolvimento de suas reflexões estavam no próprio marxismo ou na apropriação de contribuições externas (de outras disciplinas ou ciências) ressignificadas. Isso demonstra que, apesar de ambos defenderem o marxismo, havia uma particularidade marcada pelo lugar de produção de cada um dos intelectuais. Consequentemente, podemos concluir que, embora sejam autores marxistas, eles estão propondo duas leituras marxistas distintas.

Como Schöttler (1993) defendeu, há uma convergência entre os *Annales* e Althusser quando se trata da distinção entre ciência e filosofia. Contudo, acreditamos que seja possível

ir além. Não se trata de uma simples convergência nesse ponto, pois, quando trabalhamos sobre o diálogo de Pierre Vilar e Louis Althusser precisamos considerar:

a) Althusser diferencia *ciência* e *filosofia*, mas essa distinção se dá também através de sua *necessária relação* na construção de uma ciência. Suas citações e críticas a historiadores, geram um enorme mal-estar, pois, associadas ao enunciado de que o *materialismo histórico* é a ciência da história, criou-se uma ideia de que existia um ataque à História (disciplina). Seus postulados sobre uma teoria do conhecimento começaram a serem apropriados como anti-historicistas, como se houvesse um verdadeiro desprezo para com a história real e a prática dos historiadores (ALTHUSSER, 2018, n.p.).

b) A distinção entre *ciência* e *filosofia* também está posta para Vilar, que reafirma essa oposição aos “epistemólogos” em suas obras. Ao mesmo tempo em que o historiador assegura o espaço disciplinar de construção e de consolidação de uma ciência, inclusive no que se refere aos seus critérios de cientificidade, não se opõe a teoria ou a filosofia. Sua tentativa de diálogo com Althusser demonstra isso. Embora seu mais conhecido texto, que compõem esse diálogo (VILAR, 1976), possa ser entendido como uma crítica fervorosa sobre o pensamento de um “filósofo estruturalista”, ele é justamente o oposto. O texto é literalmente uma tentativa de dialogar com Althusser, de postular essa distinção entre como um historiador e um filósofo pensam a *ciência História*. Ademais, aponta a autonomia dessa ciência e de seus praticantes diante da Filosofia. Schöttler (1993, p. 81) afirmou: “And it is significant that Vilar formulated no philosophical or marxist-philological objections to Althusser's theses, but (...) compared them with the practice and methodological ‘standards’ of the latest historical science”¹⁵⁸.

Quando tratamos exclusivamente do diálogo entre Vilar e Althusser, de fato, há uma convergência na descontinuidade entre *filosofia* e *ciência*, como defendeu Schöttler (1993), mas essa distinção exige a relação entre os dois domínios. Em Vilar, esse encontro se dá no âmbito do desenvolvimento e da consolidação de uma *disciplina* e do próprio marxismo. Para Althusser, essa relação torna-se necessária a fim de evitar a produção ideológica de conhecimento, bem como para a crítica às filosofias idealistas. Com isso, percebemos que existe de fato uma tensão entre Filosofia e História no diálogo de Pierre Vilar com Louis

158

Tradução nossa: “É é significativo que Vilar não formulasse objeções filosóficas ou marxista-filológicas às teses de Althusser, mas (...) em comparação com a prática e os ‘padrões’ metodológicos da ciência histórica mais recente”.

Althusser. Contudo, ela não é originária desse debate, mas faz parte de um acúmulo de críticas abstratas e gerais feitas por filósofos à prática dos historiadores e da suspeita dos historiadores contra os filósofos (VILAR, 1976, p. 178).

Em *Histoire marxiste, histoire en construction*, a queixa de que Althusser partiria de uma concepção desatualizada ou equivocada sobre o ofício dos historiadores não deve ser negligenciada, pois, ela indica um estado que caracteriza a relação entre esses campos de saber. De acordo com Schöttler (1993, p. 85, 88-89), Febvre e Bloch lançaram a revista *Annales* com o objetivo de ser crítica a uma história positivista (Seignobos, Langlois, entre outros), mas também contra as filosofias da história que exploravam a historiografia sem qualquer cuidado com o ofício.

Essa oposição entre História e Filosofia era postulada, naquele momento, para destacar a distinção entre ciência e filosofia. Nesse sentido, Schöttler (1993, p. 85, 88-89), chama-nos atenção para algo sintomático: a publicação de um artigo intitulado *Qu'est-ce que l'histoire*, em 1950, nos *Annales*, no qual Febvre questionava qual era a relação entre a história *feita* por historiadores e a história *pensada* pelos filósofos. Aos historiadores dos *Annales* interessava a produção de uma teoria que partisse de sua prática e de sua investigação, sendo qualquer “teoria do conhecimento” um “trabalho de filósofo”. Para os *Annales*, o ofício do historiador deveria construir-se não mais a partir de uma grande filosofia da história, mas a partir de sua própria prática.

Tratam-se de duas *práticas* distintas: a do historiador e a do filósofo. Essa distinção se alimentou, e foi reforçada, a partir da segmentação do conhecimento em disciplinas. A *história* da qual Althusser falava, não era a *história* praticada por Vilar. O filósofo se referia a um *conceito* e o historiador a um *ofício*. Existe, portanto, uma diferença substancial entre o que constitui a *prática filosófica* e o que constitui a *prática historiográfica*.

De acordo com Schöttler (1993, p. 84, grifos do autor),

Secondly, it is important to avoid a misunderstanding which Vilar's text implies throughout (probably as a result of the "self-evidence" of a "continent of Marxism" - a notion supported at this time by the Althusserian definition of Marxism as the "science of history"): namely that philosophy and historical science have a common "object" regarding which they use a common language, the language of "Marxism"; or even that they might "work" in common. (...) In reality, there are numerous problems of "translation" between the specific discourses of philosophy and history, which are bound to be reflected when people are *apparently* speaking about the same object (social formations, modes of production, ideologies, etc.). Normally, this kind of problem is thematized with the help of the abstract/concrete opposition, which merely reproduces the false obviousness of common sense. What is required, instead, is reflection on the different "viewpoints," i.e., the different *practices*, of

philosophy and (historical) science. Here again, in his theses on philosophy and the spontaneous philosophy of the scientists, Althusser has contributed some important pointers¹⁵⁹.

O autor destaca uma confusão que também existe no diálogo estudado: a crença de que, por serem marxistas, Vilar e Althusser estão falando sobre a mesma coisa. Esse mal-entendido, segundo Schöttler, pode ser sanado por meio da distinção das *práticas*. Nesse sentido, a oposição entre *concreto/abstrato*, tendo como plano de fundo o marxismo, não permitiria avançar no diálogo da historiografia com Althusser. Existe uma prática filosófica¹⁶⁰ e uma prática científica (História). A forma pela qual essas duas práticas constroem seu objeto e tratam essa matéria é distinta, logo, o marxismo ao tornar-se objeto, para Vilar e para Althusser, assumia características distintas.

Podemos destacar ainda que, para Vilar, a ciência deveria superar a ideologia, mas essa superação não ocorria através de um corte, o presente de uma ciência era resultado de permanências e mudanças em sua trajetória. Althusser, por sua vez, via a história das ciências através da descontinuidade, embora a *ruptura* de uma ciência com as ideologias que a precedem fosse contínua. Há, para o filósofo, um ponto determinante que marca a *ruptura* de uma ciência com sua pré-história (um ponto de não retorno).

Por fim, segundo Vilar, a ciência é uma *prática externa* (busca adequação entre real e pensamento) com um viés metodológico. Em Althusser, percebemos a concepção de ciência como uma *prática interna* (ao pensamento). Sua matéria já é um objeto previamente formulado e enfatiza a *prática teórica* se afastando de um modelo metodológico (que instrumentalizava a teoria).

159

Tradução nossa: “Em segundo lugar, é importante evitar um mal-entendido que o texto de Vilar implica ao todo (provavelmente como resultado da ‘auto-evidência’ de um ‘continente do marxismo’ - uma noção apoiada neste momento pela definição althusseriana do marxismo como ‘ciência da história’): ou seja, que a filosofia e a ciência histórica têm um ‘objeto’ comum em relação ao qual eles usam uma linguagem comum, a linguagem do ‘marxismo’; ou até mesmo que eles possam ‘trabalhar’ em comum. (...) Na realidade, há numerosos problemas de ‘tradução’ entre os discursos específicos da filosofia e da história, que devem ser refletidos quando as pessoas estão *aparentemente* falando sobre o mesmo objeto (formações sociais, modos de produção, ideologias, etc). Normalmente, esse tipo de problema é tematizado com a ajuda da oposição abstrato/concreto, que meramente reproduz a falsa obviedade do senso comum. O que é necessário, em vez disso, é a reflexão sobre os diferentes ‘pontos de vista’, ou seja, as diferentes *práticas*, da filosofia e da ciência (histórica). Aqui, novamente, em suas teses sobre filosofia e filosofia espontânea dos cientistas, Althusser contribuiu com alguns indicadores importantes”.

160

Ressalto aqui: tanto a prática filosófica como a prática historiográfica não são homogêneas. Ambas possuem tradições teóricas diversas e formas de produção de conhecimento que disputam entre si a legitimidade dentro do campo.

Apresentamos algumas características que definem a ciência histórica para Vilar e a ciência para Althusser. O ponto do qual gostaríamos de partir é: para ambos o marxismo garantia uma *objetividade científica*, embora isso fosse aplicado de forma distinta, visto que partiam de *lugares próprios e possuíam objetivos específicos*. Essa *objetividade científica* era atravessada pela relação entre *teoria* e *real*. Essa relação será abordada no capítulo três deste trabalho, todavia, precisamos evocar esse par para pensar um dos pontos de divergência entre Vilar e Althusser no que concerne a definição de uma história científica.

Acentuamos que quando falamos de uma história científica para Vilar, estamos nos referindo à *disciplina histórica* e seus parâmetros científicos tal como aparecem para o historiador. Não nos equivocamos ao estabelecer que, em Althusser, também há uma história científica, todavia, ela possui outro sentido. Saes (2007) salienta vários aspectos de uma teoria da história marxista althusseriana, essa teoria só é possível, pois, para Althusser o *materialismo histórico* é uma ciência da história. Quando assume isso, o filósofo franco-argelino não se reporta a uma disciplina História, ele está pensando estritamente em uma ciência marxista da história ou, em outras palavras, uma ciência que objetive produzir conhecimento acerca de formações sociais concretas. Althusser faz referência a trabalhos de historiadores em *Lire le Capital*, contudo, não entendemos que ele estivesse disputando com os historiadores a autoridade sobre sua disciplina. Era quase como se propusesse que, apesar de todas as ciências sociais com seus objetos particulares que visam compreender o social, o *materialismo histórico* (como uma ciência marxista da história) coloca-se hegemonicamente acima das divisões disciplinares.

Em Vilar encontramos a defesa de uma *História total*, de uma *história raciocinada* e da ideia de um *télos*. São três premissas da produção de conhecimento histórico para o autor. Em sua famosa crítica à Althusser, Vilar escreve: “E devo confessar a Louis Althusser minha estupefação decepcionada quando vi suas proposições sobre a ‘concepção marxista da totalidade social’ concluírem-se não apenas sobre a ‘possibilidade’, mas sobre a ‘necessidade’ de voltar a cortar a história em várias ‘histórias’” (VILAR, 1976, p. 156). E prossegue: “[Marx] Concibió la historia a nivel *macroscópico*, a nivel de una realidad global pero, por eso mismo, fácil de dominar al principio”(ibidem, 1983a, p. 145, grifos do autor)¹⁶¹. Esses

161

Tradução nossa: “[Marx] concebeu a história em um nível macroscópico, no nível de uma realidade global, mas, por isso mesmo, fácil de dominar no começo”.

trechos revelam a ambição de compreender a história como totalidade. Tal totalidade é construída na própria prática do historiador que, em sua pesquisa, não analisa apenas uma “história política” ou uma “história econômica”, mas sim o máximo de condições reais que determinem o *fato histórico*.

Como atesta Schöttler, essa ambição já estava presente nos fundadores dos *Annales*:

With their conception of "total history", which matches the anti-historicist approach of the *histoire-problème*, they devised a project that would be supported by all the human sciences, and which explained all problems in a *complex* and *reciprocal* relationship of efficacy. As the great works of social history by Febvre, Bloch and Braudel show, it was clearly not a question (despite what the adjective "total" might suggest) of naive and vain attempts at "complete" histories, but, on the basis of a certain "theoretical" problematic, of interrelating *all* the conditions, *all* the possible and concealed determinants characteristic of a historical process – from geomorphology to mentalities, from agrarian structures to the class struggle (SCHÖTTLER, 1993, p. 93-94, grifos do autor)¹⁶².

Para o autor, a proposta de *História total* aproximava-se das críticas ao historicismo realizadas por Althusser, porque também localizava a formulação de um problema como determinante para estabelecer às relações que seriam apresentadas na pesquisa. Logo, não se trataria da tentativa de escrever uma história completa, ou seja, que abordasse completamente esse real. De acordo com Pereira, para Vilar:

(...) devemos concentrar-nos na articulação entre os diferentes níveis de análise, nunca se devendo isolar a história econômica da história social, da cultura, das mentalidades, do político. História e economia deveriam ser complementares. A história total, conceito que lhe era muito caro, permanecia como um objetivo sempre presente, apesar de longínquo e utópico (PEREIRA, 2007, p. 222).

A *História total* surgia como um horizonte historiográfico, sendo o processo de investigação aquele que estabeleceria os limiares dessa busca. Nesse sentido, o lugar ocupado pelo marxismo, no pensamento do historiador francês, explicava em parte a relevância da história econômica, associada ao privilégio dessa vertente na França. Se o marxismo é uma teoria geral para pensar a história, o econômico não poderia ser deixado de lado na análise do social e assim suscetivamente.

162

Tradução nossa: “Com sua concepção de ‘história total’, que coincide com a abordagem anti-historicista da *histoire-problème*, eles elaboraram um projeto que seria apoiado por todas as ciências humanas e que explicava todos os problemas em uma relação *complexa* e *recíproca* de eficácia. Como as grandes obras da história social de Febvre, Bloch e Braudel mostram, claramente não era uma questão (apesar do que o adjetivo ‘total’ poderia sugerir) de tentativas ingênuas e vãs de histórias ‘completas’, mas, com base em certa problemática ‘teórica’, de inter-relacionar *todas* as condições, *todos* os determinantes possíveis e ocultos característicos de um processo histórico – da geomorfologia às mentalidades, das estruturas agrárias à luta de classes”.

Esse ponto é destacado por Vilar (1998b, p. 36), em entrevista, na qual o historiador assumiu que, apesar das especialidades exigidas em cada tipo de pesquisa, ainda sim era necessário olhar para a história a partir de um “método geral”. Na mesma medida em que a *História total* se colocava como horizonte da pesquisa histórica, era ela submetida a um “método geral” ou uma “teoria geral” que estariam envolvidas na construção do problema de uma determinada investigação. Nessa mesma entrevista (ibidem, p. 40), afirmou: “(...) Labrousse orientava, a história de um departamento no século XIX, história total, quer dizer, a partir da demografia, economia, estruturas sociais e, obviamente, os sentimentos de grupo e as diferentes psicologias”.

Quando Vilar (1976, p. 156) declarava que havia ficado “decepcionado” com a concepção de “totalidade social” de Althusser, essa crítica se deu pela defesa da necessidade de ter como horizonte uma *História total*. Essa necessidade talvez seja oriunda da ideia de uma *riqueza do real frente a teoria*, tendo-se reconhecido que não é possível conhecer uma “história completa”, justamente, porque a produção de conhecimento é a busca de adequação entre pensamento e real. Todavia, como seria esse real – muito mais rico que a teoria – o que se almeja conhecer, a *História total* devia permanecer como horizonte.

Talvez possamos avançar nessa questão ao considerarmos a presença de um *télos* no pensamento do historiador francês. Para isso, destacamos novamente o excerto, já citado, de *Histoire sociale et philosophie*, de 1964: “En cuando intente comprender, es que supongo que *la historia tiene un sentido*. Este postulado no es una «filosofía de la historia». Es la *condición de una ciencia histórica*”¹⁶³ (VILAR, 1983a, p. 143, grifos do autor). E complementa: “Pero en fin, puesto que por definición *se ocupa del pasado*, reconoced que el historiador dispone de cortafuegos. Porque cuando dice: «la historia va por ese lado...» *es que ya lo ha hecho*. Buscar el por qué, ciertamente, presenta sus riesgos. No investigar el por qué es renunciar a pensar”¹⁶⁴ (ibidem, grifos do autor). Em seu tratado sobre a história, de 1972-1973, essa ideia continua presente, conforme podemos observar: “Comprender el pasado es dedicarse a definir los factores sociales, descubrir sus interacciones, sus relaciones de fuerza, y a descubrir, tras

163

Tradução nossa: “Quando tento entender, suponho que a história tenha um significado. Este postulado não é uma «filosofia da história». É a condição de uma ciência histórica”.

164

A última parte desse excerto já foi citada anteriormente. Tradução nossa: “Mas, finalmente, uma vez que, por definição, lida com o passado, reconheço que o historiador dispõe de corta-fogo. Porque quando diz: «a história vai por esse lado...» é que já fez isso. Buscar o porquê, certamente, apresenta seus riscos. Não investigar o porquê é renunciar a pensar”.

los textos, los impulsos (conscientes, inconscientes) que dictan los actos”¹⁶⁵ (VILAR, 1999, p. 12).

A ideia de uma *História total*, a princípio, parece remeter exclusivamente a consideração dos diferentes domínios envolvidos na pesquisa histórica. Ao investigar determinado acontecimento histórico, orientado por um problema que é norteado por uma teoria geral, o historiador não deveria considerar apenas o econômico ou apenas as mentalidades, mas tentar refletir como esses domínios se inter-relacionam e permitem compreender o acontecimento estudado. Essa ideia guarda como premissa a busca de um “por quê” e fundamenta-se na ideia de causalidade histórica que entende que é possível encontrar fatores que acarretam desfechos históricos. Tal ideia é apresentada nos trechos supracitados.

No pensamento de Vilar existe uma noção de *sentido histórico* que está associada à ideia de uma história real que pode ser pensada. Ou seja, o real não seria puramente um caos a partir do qual o historiador produziria significados. Segundo Vilar (1983a, p. 143, grifos do autor), “Y siempre me he preguntado qué es lo que harán con su oficio de historiadores quienes creen que la historia *no tiene sentido*. ¿Le dedican su vida a una materia impensable?”¹⁶⁶. Para o historiador francês, a *História total* concebe uma gama múltipla de determinantes que compõe um fato histórico, que é real. Esse mesmo fato pode ser causa ou consequência de um outro conjunto que compõe (ou compôs) um outro fato histórico.

El sentido esencial de la investigación causal del historiador consiste en dibujar los grandes rasgos del relieve histórico, gracias a los cuales la incertidumbre aparente de los acontecimientos particulares se desvanece ante la información global de la que carecían sus contemporáneos, y que nosotros podemos tener... (VILAR, 1999, p. 23)¹⁶⁷.

E ainda,

La recomendación dialéctica de Marx es mucho menos ambiciosa y mucho más aprovechable. Consiste en practicar el análisis, sin olvidar que la síntesis del conjunto no será nunca una simple suma de las partes analizadas; en practicar la

165

Tradução nossa: “Compreender o passado é dedicar-se a definir os fatores sociais, descobrir suas interações, suas relações de força e descobrir, para além* [tras los*] dos textos, os impulsos (conscientes, inconscientes) que ditam os atos”.

166

Tradução nossa: “E sempre me perguntei o que é que farão com seu ofício de historiadores aqueles que acreditam que a história não tem sentido. Dedicam sua vida a uma matéria impensável?”.

167

Excerto já citado. Tradução nossa: “O significado essencial da investigação causal do historiador consiste em traçar as grandes características do relevo histórico, graças aos quais a aparente incerteza dos eventos particulares se desvanece diante da informação global que seus contemporâneos não possuíam, e que podemos ter...”

abstracción, em utilizar la «teoría», incluso el esquema, pero sin olvidar nunca que lo real es complejo y que es siempre, en cierta medida, particular; en fin, en no utilizar nunca la noción de *causa* más que luchando obstinadamente contra cualquier tentación de unilateralidad, de explicación universal, de acción sin interacción (VILAR, 1983a, p. 158, grifos do autor)¹⁶⁸.

Nos excertos, de 1964 e de 1972-1973, observamos que a *causa* existe como resultado do exercício da prática do historiador que estabelece relações de causalidade para explicar um fenômeno real complexo. Para o historiador francês, essa *causa* nunca será unívoca, mas nasce do encontro de diferentes domínios da história real. Reflete, portanto, essa completude do real que se coloca ao mesmo tempo como *dado* (não pode ser negado) e como *horizonte* (precisa ser buscado pelo historiador).

Quando Vilar (1983a, p. 158), defende que um fenômeno histórico poderia ser considerado como *signo*, como *resultado* e como *causa*, o historiador cruzava diferentes temporalidades em um mesmo fenômeno. Nesse encontro entre passado (fonte) e presente (momento da pesquisa), um fenômeno histórico é analisado a partir do que significa no presente (tido como *causa*), do que significava no momento do seu registro histórico (*resultado* de um processo que o antecedeu) e como símbolo de um desenrolar histórico (*signo* que expressa uma causalidade). Esse triplo processo de análise permitiria ao historiador estabelecer laços de causalidade sem incorrer em uma verificação unilateral. Visa também evitar o “ídolo das origens”, denunciado por Bloch. Nesse sentido, abaliza: “Seamos, pues prudentes en nuestra búsqueda de los orígenes. Pero no seríamos historiadores si nos olvidábamos de anotar, evitando a la vez cuidadosamente todo anacronismo, cada paso adelante del conocimiento” (VILAR, 1999, p. 35)¹⁶⁹.

Percebamos que, se a defesa de uma *História total* possui relações com a defesa de um *história com sentido*, a noção de *história raciocinada* será justamente o ponto de convergência dessas duas premissas apresentadas.

168

Excerto já citado. Tradução nossa: “A recomendação dialética de Marx é muito menos ambiciosa e muito mais aproveitável. Consiste em praticar a análise, sem esquecer que a síntese do todo nunca será uma simples soma das partes analisadas; ao praticar a abstração, usar a «teoria», até mesmo o esquema, mas nunca esquecendo que o real é complexo e que é sempre, em certa medida, particular; em suma, nunca usar a noção de causa mais do que lutando obstinadamente contra qualquer tentação de unilateralismo, de explicação universal, de ação sem interação”.

169

Tradução nossa: “Sejamos, então, prudentes em nossa busca pelas* [de los*] origens. Mas não seríamos historiadores se nos esquecêssemos de pontuar, evitando cuidadosamente todo anacronismo, cada passo adiante no conhecimento”.

Em *Histoire marxiste, histoire em construction*, o historiador apontou que “Em todos os níveis a história marxista encontra-se por fazer. E é história e nada mais. Nesse sentido, toda ‘história verdadeira’ seria uma história ‘nova’. E toda história ‘nova’ privada de ambição totalizante é uma história de início envelhecida” (VILAR, 1976, p. 178, grifos do autor). Dificilmente essa seria uma crítica apenas a Althusser. Naquele momento, vivia-se a ascensão da *história fragmentada* (que François Dosse veio a chamar *História em migalhas*), bem como um profundo descrédito do potencial do marxismo para a historiografia. Reassegurar o caráter de contínua construção de uma historiografia marxista era colocá-la em um lugar oposto ao de uma *doutrina* e reafirmá-la enquanto abordagem científica.

Para além disso, há um último aspecto que envolveu a fórmula *história em construção*, lançada em *Histoire marxiste, histoire em construction*. Quando Vilar realizou sua defesa, ele se opunha a uma ideia de desenvolvimento da ciência por *rupturas* ou descontinuidades radicais, como entendia ser a proposta de Althusser. Como já abordamos antes, para o historiador francês, uma ciência é resultado do acúmulo de críticas progressivas. A ciência estaria sempre por fazer-se.

Historia razonada, por el momento, creo que ese es nuestro terreno, ciertamente modesto, y admito todas las discusiones sobre el detalle de los procedimientos, sobre la legitimidad de los razonamientos. Por el contrario, lo que me parece indiscutible es la legitimidad del principio mismo de razonar la historia (VILAR, 1972, p. 12-13, grifos do autor)¹⁷⁰.

O modelo de uma *história racional*, como destacou Congost (2007, p. 58), foi reivindicado por Vilar nos anos 1960. Provinha da definição de ciência como discurso refletido e rigoroso. Como vimos, esse conceito dialogava com a necessidade de uma *históriaproblema*, defendida por Febvre. Tal modelo tirava a História do papel de uma disciplina acessória que deveria fornecer matéria-prima para outras ciências. Para Vilar, a História não era catalogação de dados, mas a necessária reflexão sobre o passado, suas relações de causalidade, seus domínios e seus desafios. Era uma ciência capaz de pensar sua matéria. De acordo com Congost (2007, p. 57, grifos da autora),

Quais são os pontos que essas duas fórmulas – história racional e história em construção, vindas à luz com vários anos de intervalo – têm em comum?

170

Tradução nossa: “*História raciocinada* [razonada], no momento, acho que este é o nosso terreno, certamente modesto, e admito todas as discussões sobre os detalhes dos procedimentos, sobre a legitimidade dos raciocínios. Pelo contrário, o que me parece indiscutível é a legitimidade do próprio princípio de pensar [razonar] a história”.

Responderemos sem hesitar: primeiro e acima de tudo, uma disposição para o trabalho sério, rigoroso e científico. Por trás da reivindicação da história racional, oculta-se o afã de trabalhar cientificamente. Desde cedo, ao fim dos anos 1930, esse estudioso resolveu abandonar a geografia para fazer-se historiador, porque, conforme ele explica na introdução de sua tese *La catalogne dans l'Espagne moderne*, aquela ciência lhe parecia cada vez mais uma simples técnica de informação, útil mas insuficiente para uma análise profunda e científica da realidade.

A história é racionalizável porque sua matéria pode ser pensada. Tal matéria deve ser analisada sempre tendo em conta as múltiplas relações que a determinam e a constroem, sendo todo fato histórico resultado do encontro de vários domínios da história vivida que devem ser considerados pelo historiador. Para Vilar, a valorização dos métodos quantitativos caminhava lado a lado com a defesa desse modelo de pensar a história. Caminhava ao lado da exigência de um *método positivo*, em convergência com a *problematização* da história, com a busca de uma causalidade que não fosse unilateral e, logo, em conformidade com a ambição de uma *História total*. A defesa de que o conhecimento histórico era produto da reflexão do historiador, bem como de uma pesquisa rigorosa com suas fontes, foi algo que permaneceu com Vilar (1976; 1999) e que ele nunca recusou.

Podemos concluir que, para Vilar, a historiografia sempre foi uma forma de refletir a história vivida. Em *Histoire marxiste, histoire em construction*, o historiador retomou o caráter de contínuo desenvolvimento de uma ciência ao conceitualizá-la como *história em construção*. Nos textos estudados, as formulações do historiador francês são marcadas pela permanência e homogeneidade de suas ideias. Isso é fruto de um incontestável trabalho como historiador, assim como de um aparato disciplinar sólido, não só no que tange à influência dos *Annales*, mas principalmente da reconhecida influência de Labrousse. Quando o historiador reafirmava que a História era uma ciência, ele enfatizava a importância de uma *história raciocinada*, concepção essa que sustentava a defesa da cientificidade. Ao estabelecer a pesquisa histórica como uma investigação, Vilar dava centralidade à relação entre matéria-prima e teoria/método. Ele entendia, pois, que o real ao mesmo tempo em que deveria ser submetido à crítica do historiador, colocava sob suspeita a teoria e o método, que por sua vez alimentava todo esse processo com hipóteses e conceitos.

A crítica de Vilar (1976, p. 156) era de que a concepção de totalidade althusseriana voltava a desmembrar a história em vários setores. Quando Althusser propôs que a totalidade que o materialismo histórico deveria buscar era a do *objeto de conhecimento*, colocou-se um impasse. Isso por que, na concepção vilariana, a *História total* (como horizonte) era uma

exigência indispensável para a escrita da história e ela buscava, justamente, apreender a totalidade da história vivida. Podemos relacionar essa crítica à publicação de *Pouvoir politique et classes sociales*¹⁷¹ (1968), por Nikos Poulantzas, com quem Vilar já tinha agastado-se em torno de questões teóricas. Nesse livro, uma importante obra de um reconhecido seguidor de Althusser, Poulantzas procurou desenvolver uma teoria regional do político.

No nosso entendimento, havia um desencontro entre como Vilar compreendeu a noção de totalidade de Althusser e o que o próprio filósofo formulou. Parece-nos que o historiador entendia às proposições althusserianas como um desmembramento da história vivida em vários segmentos que seriam estudados de forma estática e isoladamente. Essa compreensão não parece coincidir com as formulações do filósofo franco argelino.

Posto isso, de acordo com Althusser (1980, p. 20, grifos do autor), “É ciência uma teoria sistemática, que abranja a totalidade de seu objeto (...)”. Lembramos: o objeto (*matéria-prima*) da ciência, para Althusser, não é o *real*, mas sim o que ele denomina como *objeto de conhecimento*. É a totalidade desse objeto que é buscada e não a da *realidade-concreta*. A ordem real é distinta da lógica de conhecimento para esse filósofo. A primeira ocorre na gênese histórica ou o que poderíamos designar como história vivida. A segunda ocorre exclusivamente no pensamento e refere-se a um modo de apropriação da realidade, processo que abordaremos com detalhe no capítulo três.

O que nos importa, nesse momento, é estabelecer que o filósofo franco-argelino não operava com a ideia de uma *riqueza do real* em oposição a *pobreza da teoria*. Consequentemente, concebia que o real existia independente do conhecimento que pudéssemos ter dele, mas a produção de conhecimento não buscava uma totalidade presente no *real-concreto*. Cabe ressaltar, ainda, que isso não entra em contradição com o objetivo de produzir conhecimento sobre formações sociais concretas.

Por conseguinte, no pensamento althusseriano, o “*todo*” social comportava a infraestrutura, a superestrutura e seus diferentes níveis ou instâncias (político, econômico, por exemplo). Os conceitos de *dominância*, *determinação em última instância*, *autonomia relativa* e *sobredeterminação* se propunham a dar conta da complexidade desse “*todo*” social. Segundo Althusser (1980, p. 36-37, grifos do autor),

171

Foi publicada uma tradução brasileira em 1971. Cf.: Poulantzas (1971).

(...) [o todo marxista] é constituído por certo tipo de *complexidade*, a unidade de um *todo estruturado*, comportando o que podemos chamar de níveis ou instâncias distintas e “relativamente autônomas”, que coexistem nessa unidade estrutural complexa, articulando-se uns com os outros segundo os modos de determinações específicas, determinadas em última instância pelo nível ou instância da economia.

Na leitura althusseriana, só é possível conceber relações *não* mecanicistas ou economicistas do “*todo*” social (todo estruturado complexo) a partir do reconhecimento de uma *autonomia relativa* de cada uma das instâncias. A consequência imediata desse conceito é o reconhecimento de um papel ativo da superestrutura, que deixaria de ser entendida como simples *efeito* das determinações da infraestrutura. Se cada instância possui uma *autonomia relativa*, nenhum nível é puramente efeito das determinações de outro. Assim sendo, não existiria, na concepção althusseriana, uma determinação unilateral ou uma causalidade linear. Segundo Saes (1994, p. 44),

(...) a relação entre as instâncias do “todo” social não obedece a um mecanismo de “determinação simples”, e sim a um mecanismo de “determinação em última instância”. Ou seja, a estrutura econômica – representada fundamentalmente pelas relações de produção – é, para os althusserianos, a instância determinante dentro do “todo” social; mas o é apenas “em última instância”. Isso significa que o lugar e a função de cada instância dentro do “todo” social são determinados pela instância econômica, o que não quer dizer que tais lugar e função sejam necessariamente, “subalternos”(...).

O conceito de *determinação em última instância pelo econômico* pretende atentar para a relevância do econômico na determinação da organização do “*todo*” social. Nesse sentido, busca corresponder a tese do primado econômico do marxismo clássico. Esse conceito exige o conceito de *dominância*, pois, segundo sua definição, a estrutura econômica determinaria o *lugar* e a *função* das demais instâncias. A *determinação em última instância pelo econômico* seria uma característica invariável, independente do modo de produção vigente (ibidem).

Althusser compreende que qualquer “*todo*” estruturado é um conjunto de níveis com *um dominante*. Assim, essa totalidade *desigual*, uma das estruturas que a compõe (não necessariamente a econômica), ocupa o *lugar* e a *função* dominante sobre as demais. Isso permite pensar formações sociais em que outras estruturas possuem mais relevo na configuração do “*todo*” social do que o econômico, por exemplo.

Que uma contradição domine as outras, supõe que a complexidade em que ela figura seja uma unidade estruturada, e que essa estrutura implique a relação dominação-subordinação assinalada entre as contradições. (...) A dominação não é um simples *fato* indiferente, é um *fato essencial* à própria complexidade. É por isso que a complexidade implica a dominação como essencial a si: faz parte da sua estrutura. (...) a unidade a que se refere o marxismo é a *unidade da própria complexidade*, que o modo de organização e de articulação da complexidade constitui precisamente a

sua unidade. É afirmar que o todo complexo possui a *unidade de uma estrutura articulada com dominante*. É essa estrutura específica que fundamenta, em última instância, as relações de dominação existentes entre as condições e entre os seus aspectos, que Mao descreve como essenciais (ALTHUSSER, 1979a, p. 177-178, grifos do autor).

A existência de uma estrutura dominante em um “*todo*” social (estrutura articulada com dominante) indica a complexidade das relações estabelecidas entre seus níveis, essas relações são *desiguais* e *contraditórias*. A existência de uma dominante em uma totalidade social é um aspecto invariável, contudo, a estrutura dominante pode variar. Cabe aqui definir o que Althusser entende por *estrutura*. Segundo Saes (2007, p. 30, grifos do autor), “(...) ‘estrutura’ é um ‘conjunto particular de valores’ que orienta um certo tipo de atividade social, fixando os *limites* (valorativos) nos quais se desenvolvem as ações sociais desse tipo. Noutras palavras, a estrutura é um padrão valorativo seguido pelas práticas sociais de um certo tipo”.

Sabemos que, para os althusserianos, existiam várias *práticas sociais*, entre elas a *prática teórica* e a *prática política*, por exemplo. Tais práticas eram definidas como processo de transformação e se constituem como atividades sociais específicas que se perpetuavam como um “*conjunto de valores*” criando um padrão. Essa unidade constitui uma estrutura. Vimos que a estrutura social total (“*todo*” social) é composta por vários níveis. Segundo Saes (2007, p. 30-36), a corrente althusseriana compreendia a totalidade social a partir de uma tríade composta pela estrutura econômica, ideológica e a jurídico-política. Essas três estruturas são níveis, no entanto, outros níveis que compõem essa estrutura social total, como o científico e o artístico, por exemplo, não são consideradas estruturas (ibidem).

Althusser define que a “essência” do *materialismo dialético* é a *sobredeterminação*. Esse conceito distinguiria a teoria marxista da proposta hegeliana de contradição. Isto, por que, entende que a contradição hegeliana possui um centro expressivo que determina o restante (uma essência), algo que definiu como uma contradição simples. Propõe, em oposição, que a totalidade marxista deveria ser definida pela *implicação recíproca* (*sobredeterminação*) de seus níveis.

É preciso então ir até o fim, e dizer que essa *sobredeterminação* não se atém às situações aparentemente singulares ou aberrantes da história (por exemplo, a Alemanha), mas que ela é *universal*, que jamais a dialética econômica age *em estado puro*, que jamais na história se vê essas instâncias que são as superestruturas etc. afastar-se respeitosamente quando elas realizaram a sua obra ou dissipar-se como o seu puro fenômeno para deixar avançar no caminho real da dialética Sua Majestade a Economia porque os Tempos teriam chegado. Nem no primeiro nem no último instante, a hora solitária da “última instância” jamais soa (ALTHUSSER, 1979a, p. 99, grifos do autor).

Percebamos que, para Althusser, a *sobredeterminação* rejeita qualquer unilateralidade das determinações entre as estruturas que compõem a totalidade social. Esse conceito indica a existência de implicações interdependentes entre as estruturas que constroem a estrutura geral do todo. Nesse sentido, as implicações não são isoladas, mas constituem o “*todo*” social e são implicadas pela composição total da estrutura geral. A implicação recíproca entre os níveis, na concepção althusseriana, seria o que delimita a contradição marxista como complexa. Não possuindo um centro, ela ressalta o caráter desigual e não linear da constituição de uma totalidade social.

O filósofo franco-argelino concebe uma totalidade social como um *complexo sobredeterminado* que possui sobrevivências e rupturas. A análise dessa estrutura geral não deveria buscar uma “origem”, ela existe em sua complexidade e desigualdade. As implicações recíprocas não existem pelo acaso, mas pela necessidade do conjunto. De acordo com Saes (1994, p. 47), a infraestrutura e a superestrutura se encontram em uma relação de *dependência* ou condicionamento à medida em que a existência de uma determina a reprodução da outra. Segundo Althusser (1979a, p. 188, grifos do autor), “(...) a *determinação em última instância* pela economia se exerce, segundo os estágios do processo, não de modo acidental, não por razões exteriores e contingentes, mas essencialmente por razões interiores e necessárias, por permutações, deslocamentos e condensações”.

Postas às definições desses quatro conceitos que compõem a teoria da história¹⁷² althusseriana, devemos destacar que, segundo Saes (1994, 2007), esses conceitos não são compatíveis. *Determinação em última instância pelo econômico e dominância* confrontam a *sobredeterminação*. De acordo com esse autor, a corrente althusseriana não conseguiu operacionalizar plenamente esses conceitos. Saes (1994, p. 58-59) propõe a necessidade da,

(...) formulação de leis distintas para ordens distintas de processo social. A lei da interconexão sem determinação – ou da implicação recíproca – entre estruturas de um modo de produção é aplicável na análise dos processos sociais de curto prazo, ou seja, dos processos de funcionamento reprodutivo das sociedades humanas. E a lei do caráter em última instância determinante do “fator econômico” (mais exatamente, do desenvolvimento das forças produtivas) é aplicável na análise dos processos sociais de longo prazo, que implicam a transformação qualitativa das sociedades humanas: são os processos de transição de um modo de produção a outro.

O autor sugere que o conceito de *determinação em última instância* seja desenvolvido para pensar uma teoria da transição, momento singular no qual a economia poderia ter um

172

Lembramos: não diz respeito a disciplina historiográfica.

papel definitivo. Desse modo, em uma totalidade complexa em reprodução operaria a implicação recíproca (*sobredeterminação*) dos níveis. Em suma, esses conceitos seriam operados em temporalidades diferentes. Todavia, esse não era o único problema teórico enfrentado pela corrente. Saes (2007) aponta que ao assumir a ideologia como uma estrutura, os althusserianos contestavam a defesa da causalidade estrutural (metonímica) empreendida pela corrente. Ademais, o conceito de *determinação em última instância pelo econômico* expressava uma relação de causalidade que acabava caindo no economicismo criticado pelos althusserianos (SAES, 1994, p. 46). Essas dificuldades mostram, acima de tudo, que a proposta althusseriana não era um sistema fechado de ideias, mas que estava tentando desenvolver uma nova leitura do marxismo que possuía contradições internas a serem superadas.

Finalmente, os althusserianos rejeitaram uma concepção linear de causalidade, pois consideravam que ela gerava uma leitura mecanicista dos fenômenos históricos, além de perpetuar uma busca equivocada por origens. Propuseram, em contrapartida, o conceito de *causalidade estrutural* (metonímica). Saes (2007, p. 32), Panach (1971) e Morfino (2014) sustentam que a *causalidade estrutural* indica que a estrutura (causa) só existe através de seus efeitos. Saes (ibidem) comenta, por exemplo, que “As estruturas que compõem a ‘totalidade social’ só existem concretamente, portanto, através de práticas, na medida em que é nas ações humanas que se corporificam – ou seja, se materializam – os valores estruturais (imateriais)”. A causa era ausente para a *causalidade estrutural*, visto que as estruturas só existiam concretamente nas práticas sociais. Se a causa estava ausente, não se buscava qualquer origem. O que se podia ter acesso acerca da existência de uma estrutura era intrínseco às práticas sociais que a materializavam.

Se, para a corrente althusseriana, as práticas eram a ação de transformar uma determinada matéria-prima em um novo produto, isto é, uma ação humana que materializa a existência de uma estrutura, de acordo com Saes (2007, p. 32-33), as estruturas são nebulosas para os seus agentes. A *prática teórica* (prática científica) teve como objetivo produzir conhecimento sobre essas estruturas (ibidem).

Segundo Morfino (2014, p. 108-109), a causalidade estrutural remete à existência da estrutura nos seus efeitos (a eficácia de sua ausência). Por sua vez, Panach (1971, p. 95) sustenta que o conceito de *sobredeterminação* era fundamental para pensar esse tipo de causalidade marcada pela desigualdade e descentralização das múltiplas determinações que

operam sobre os efeitos das estruturas. O autor assinala que “Un objeto está sobredeterminado si para pensarlo hay que utilizar los conceptos de la eficacia de varios niveles de la estructura (...)” (ibidem)¹⁷³. Isto posto, para compreendermos essas definições é necessário que façamos uma breve digressão.

Sabemos que Althusser designa como *matéria-prima* da produção de conhecimento o *objeto de conhecimento*. Essa *matéria-prima* será submetida à *prática teórica* (prática científica) para a produção de conhecimento, um *novo conceito* mais elaborado teoricamente. O *produto* desse processo de transformação, um conceito científico, deve ser capaz de compreender as condições reais de existência de homens e mulheres. Para usarmos um conceito familiar aos historiadores, mas que Althusser (2018, n.p.) também faz referência em seu manuscrito de uma resposta¹⁷⁴, na *história vivida* homens e mulheres reproduzem diversas práticas sociais que possuem relações com os diferentes níveis da totalidade social complexa.

Observemos que, nem todos os níveis são estruturas, mas para a corrente althusseriana existem três estruturas: econômica, ideológica e jurídico-política. Essas três estruturas são imanentes às mais diversas práticas sociais e são vividas por homens e mulheres sem *consciência* dos mecanismos e múltiplas determinações que regem tais práticas. Se cada estrutura e nível do “*tudo*” social é resultado dessas múltiplas determinações – que não são ocasionais, mas necessárias para a reprodução da *totalidade social* –, cada prática social (que são efeitos dessas estruturas) encarna essa causa ausente (estrutura). Os conceitos científicos devem ser capazes de explorar os mecanismos de constituição das condições de existência e da ideologia. Desse modo, aquilo que era vivido de forma opaca, passa a ser explorado cientificamente (e progressivamente, pois a ciência segue em desenvolvimento contínuo desde que sejam exploradas suas falhas e lacunas).

Quando Panach (1971, p. 95) afirmou que a *causalidade estrutural* era marcada pela desigualdade, descentralização e multiplicidade de determinações, ele estava assinalando que os efeitos da estrutura materializam não só a imanência das estruturas, mas também a sua relação *sobredeterminada* com outros níveis e estruturas do *tudo*. Isto posto, quando um *objeto de conhecimento* é estabelecido, ele é *sobredeterminado*, pois para pensá-lo é

173

Tradução nossa: “Um objeto está/é sobredeterminado se para pensá-lo temos que utilizar os conceitos da eficácia de vários níveis da estrutura (...)”.

174

Refere-se ao *Manuscrit d'une réponse à Pierre Vilar* (VILAR, 2016).

necessário considerar que ele não é produto de uma causalidade linear¹⁷⁵, mas da eficácia *sobredeterminada* de vários níveis da estrutura. Segundo Panach (1971, p. 87), a estrutura só é apreensível a partir de seu conceito, os “preços, salários, máquina, necessidades sociais, luta de classes ...” (ibidem, p. 95) são a existência (efeitos) *sobredeterminada* da estrutura. Esses efeitos reais da estrutura são contraditórios, uma vez que sobre eles operam múltiplas determinações de níveis desajustados (articulação de múltiplas temporalidades¹⁷⁶) (ibidem).

Depreendemos disso que Althusser compreende que a totalidade social é composta de vários níveis que se articulam entre si, não sendo o *todo* meramente a soma das partes. Isso, por que, não só as partes se implicam reciprocamente, como a existência do *todo* é condição para essas múltiplas determinações. Por consequência, o conceito de *sobredeterminação* na teoria althusseriana da história implica que qualquer elaboração conceitual deve considerar a implicação recíproca das estruturas de uma totalidade social. É impossível, portanto, produzir conhecimento de um nível isolado, visto que a eficácia das estruturas materializam-se em seus efeitos de maneira *sobredeterminada*. Ademais, um nível do *todo social* ou uma prática social é sempre resultado dessa implicação recíproca que condiciona todos esses elementos a serem necessários para a reprodução dos demais. Podemos dizer que, no nível da existência histórica, Althusser reconhece a complexidade que constitui essas relações. Também podemos dizer que o filósofo franco-argelino defende que a produção de conhecimento deve dar conta dessa articulação *sobredeterminada* que compõe todos os níveis e elementos de uma totalidade social.

O imbróglio com Vilar ocorre, a nosso ver, como reflexo das concepções distintas de produção de conhecimento que os dois autores possuem (algo que abordaremos com detalhe no capítulo três). O enredo desse debate tem início na definição do que seria a *matéria-prima* desse processo. Cabe aqui destacar que a querela em torno do historicismo explica o mal-entendido em torno da pretensa fragmentação da história.

Toda a crítica de Althusser (1979a, 1979b, 1980, 2018) ao historicismo remete a uma

175

De um tempo empírico, pelo contrário, a causalidade estrutural é articulação de múltiplas temporalidades referentes aos diversos níveis *sobredeterminados* de uma totalidade social. Em relação à especificidade da temporalidade na obra de Althusser, consultar: Morfino (2014) e Saes (2007, p. 65-68).

176

Segundo Saes (2007, p. 66, grifos do autor): “(...) cada nível [da totalidade social] se desenvolve segundo um *ritmo* próprio, torna-se impossível atribuir *um tempo histórico único* ao modo de produção”. Para a corrente althusseriana, o tempo empírico ou cronológico não dá conta da complexidade da totalidade social. É necessário construir um conceito de tempo que dê conta da articulação dessas múltiplas temporalidades não contemporâneas. Para mais informações sobre o assunto, conferir o trabalho de Morfino (2014).

questão: a confusão entre a ordem do real (gênese histórica) e a lógica de conhecimento (pensamento). Para o filósofo franco-argelino, o conhecimento científico não pode confundir esses dois domínios. O conhecimento não deve ser reflexo do real, mas sim, condição para conhecer às relações de determinam a existência dessa forma social. Do lado oposto, Vilar defende que o conhecimento científico deve ser *adequado* ao real (ter algum grau de verificabilidade). Para o historiador, isso não quer dizer que o conhecimento seja *idêntico* ao real, pois ele é *pensado* a partir de determinadas condições históricas, todavia, algum grau de *adequação* é exigido como *critério de verdade científica*.

Como consequência, quando Althusser estabelece como operação científica a possibilidade da formulação de *teorias regionais*, como na obra de Nicos Poulantzas, parece-nos que Vilar se apropria disso a partir de sua concepção de totalidade. Como vimos, essa concepção vilariana primava por uma riqueza do real frente a teoria e exigia uma adequação entre teoria e real. Tal proposta era explicitamente recusada pelo filósofo franco-argelino.

Novamente voltamos para a relevância do campo disciplinar no qual Vilar está inserido, que legitima e exige essa *adequação* entre teoria e real como uma parte substancial do procedimento científico. Althusser, por outro lado, não lida com essa exigência e pensa os critérios de cientificidade a partir da leitura que realiza das obras de Marx.

Finalmente, há um ponto em que os dois intelectuais convergiram: a produção de conhecimento não poderia ser pautada em uma leitura economicista. Cada um, ao seu modo, recusou uma determinação unilateral da história pelo econômico.

4 A *VEXATA QUAESTIO*: COMO PRODUZIR CONHECIMENTO A PARTIR DE UM VIÉS MARXISTA?

Quando observamos o diálogo de Vilar com Althusser, se atentarmos-nos à fronde, é possível estabelecer que, para ambos, o conhecimento científico é produto de um *pensamento sistematizado* que se relaciona com a teoria. Contudo, se sondamos às radículas, conseguiremos notar que existe uma diferença crucial no pensamento dos dois autores: a definição de *matéria-prima* da produção de conhecimento. No capítulo 2, subitem 2.2, vimos que ambos trabalhavam com a ideia de um *objeto* que é produto do pensamento, todavia, existem as particularidades, que exploramos, entre o *objeto científico* de Vilar e o *objeto de conhecimento* de Althusser.

O estabelecimento dessas concepções reverberou profundamente na percepção do processo de produção de conhecimento. Vilar defendeu que existe uma *adequação* entre *teoria* e *real*, algo que já estava lançado em sua definição de *objeto científico*. Althusser sistematizou sua compreensão sobre o *modo de produção teórico*, que centralizava o conceito de *prática teórica* como determinante no processo de produção de conhecimento. A definição de *objeto de conhecimento* como distinto do *objeto real*, todavia, é uma premissa que não pode ser ignorada.

Neste capítulo, abordaremos a particularidade da concepção de produção de conhecimento para cada um dos autores estudados.

Pierre Vilar (1999, p. 27), em *Initiation au vocabulaire*, dissertou sobre as etapas da história como *modo de conhecimento*. Ao definir a historiografia como um *modo de conhecimento*, o historiador francês se afastava de quaisquer conceitualizações em torno de teorias do conhecimento, enfatizando uma *prática científica*. Esse *ofício* é definido, em outra obra, como: “La práctica científica es un diálogo continuo entre lo concreto y lo abstracto, entre lo real y lo racional” (VILAR, 1983b, p. 173)¹⁷⁷. Para Vilar, essas são as duas extremidades de um *modo de conhecer o histórico*. De um lado o *real-concreto* e do outro a *teoria*. A separação desses elementos é resultado de uma concepção de conhecimento que prima pela *adequação entre pensamento e real* (ibidem, 1972, p. 10).

177

Excerto já citado. Tradução nossa: “A prática científica é um diálogo contínuo entre o concreto e o abstrato, entre o real e o racional”.

A ausência do *real-concreto* resulta, para Vilar (1976, p. 164), na ausência da própria história: “Por aí tomar Marx como guia, Althusser nem sempre nos ajuda claramente: abandonar as ‘variedades’ pelas ‘variações’, as ‘interferências’ pelos ‘entrelaçamentos’ continua sendo verbal se não possuímos exemplo (...)”. Para o historiador francês, a análise científica baseia-se na *observação*. Tal modelo é inspirado em Marx que, ao escrever *O Capital*, teria realizado uma extensa pesquisa histórica (ibidem, 1976, p. 149; 1999, p. 9). Sem *observar* o *real-concreto* seria impossível produzir conhecimento histórico, pois, estaria ausente a *matéria* desse conhecimento (ibidem, 1972, p. 10).

Essa *observação*, para Vilar (1976, p. 162), não é um trabalho *de abstração* (extração de algo contido puramente no real), mas *na abstração* (modo de racionalizar o real). Quando define a *observação* como um elemento da prática do historiador, Vilar (ibidem, p. 164) considera que só é possível conceitualizar ou tratar teoricamente um *objeto* atentando para a primazia do real. Os conceitos teóricos não surgiriam desatrelados da realidade observada, visto que seria essa *matéria* que asseguraria a construção de um *objeto científico*.

Observar o real como modo de produção de conhecimento, na concepção vilariana, não resultava em uma abordagem *positivista* da história, no sentido de “escrever sobre os eventos tal como ocorreram”. Essa era, na verdade, uma abordagem contrária à definição de *história raciocinada* (VILAR, 1999, p. 20). Segundo Vilar (1999, p. 17), o passado não falava por si só, ele precisava ser questionado pelo historiador de ofício, a matéria histórica precisava ser *pensada*. A recusa ao *positivismo* também estava associada à rejeição de uma historiografia direcionada a outras finalidades que não o próprio conhecimento científico, como: juízos morais, interesses políticos ou religiosos (ibidem, 1999, p. 25).

Segundo Vilar (1999, p. 25),

Pero Althusser ha señalado en otra parte el peligro –ciertamente serio en muchos escritos marxistas– que supondría considerar la historia en sí misma, la Historia con H mayúscula, como una especie de personaje mítico emitiendo sus propios juicios, con lo que se podría prescindir de todo tipo de análisis. (...) Althusser invoca también la necesidad de una historia-conocimiento, no «inmediata» sino «pensada», la misma sobre la que Marx habría dado no la verdad absoluta sino «los principios de la inteligencia científica»¹⁷⁸.

Tradução nossa: “Mas Althusser apontou em outro lugar o perigo – certamente grave em muitos escritos marxistas – que supunham considerar a história em si, a História com um H maiúsculo, como uma espécie de personagem mítico emitindo seus próprios julgamentos, com o que se poderia dispensar todos os tipos de análise. (...) Althusser também invoca a necessidade de uma história-conhecimento, não ‘imediate’ e sim ‘pensada’, a mesma sobre a qual Marx havia dado não a verdade absoluta, mas «os princípios de uma inteligência científica»”.

Para o historiador, a realidade histórica não contém a verdade em si, como se bastasse ao pesquisador acessar à matéria histórica para conhecer “verdadeiramente” o que aconteceu. Pelo contrário, a produção de conhecimento histórico exige a *racionalização da matéria histórica*. O primeiro passo para isso, ocorre a partir da construção do *objeto científico*. Todavia, Vilar (ibidem, p. 18) não rejeitava que escritas da história descritivas poderiam contribuir na criação de *modelos teóricos*, necessários para *pensar o real-concreto*.

Segundo Vilar (1999, p. 45, grifos do autor), “Merece la pena disponer de un *modelo teórico* que exprese esta lógica de funcionamiento, aunque sólo sea para ver hasta qué punto refleja el mayor número de hechos observados”¹⁷⁹. Um *modelo teórico* era resultado da observação da realidade, da sistematização e da racionalização da matéria (*real-concreto*). Resulta na construção de uma *lógica* capaz de explicar o real. Vilar (ibidem, p. 46) reconhece que esse *modelo teórico* não poderia ser aplicado a todas as sociedades e que nem sempre a observação empírica estaria de acordo com um modelo. Nesse sentido, ainda que um *modelo teórico* nasça da *observação empírica*, ele não é idêntico ao real e nem mesmo pode ser tomado como um modelo universal a-histórico, aplicável a qualquer sociedade. De acordo com Vilar (1999, p. 207), “¿Qué es, pues, en teoría, «el modo de producción capitalista»? Insistamos en el concepto «en teoría», porque, en concreto, no existe una sociedad conforme a un modelo puro. Pero sólo el modelo nos revela el fundamento de un mecanismo existente”¹⁸⁰.

Quando Vilar fala em um *modelo teórico*, ele está se referindo ao *conjunto de hipóteses* guiado por uma teoria geral. Conforme abordamos anteriormente¹⁸¹, para o historiador francês, a *matéria histórica* é o *real-concreto*. Essa matéria, no entanto, não é tomada em si para o processo de produção de conhecimento, pois, o historiador constrói um *objeto científico* a partir dela. Nesse sentido, o historiador a mantém presente, mas realiza uma seleção que está pautada tanto por um problema que será investigado, como por um referencial teórico-metodológico ou modelo teórico.

179

Tradução nossa: “Vale a pena dispor de um modelo teórico que expresse essa lógica de funcionamento, embora, somente para ver em que medida ela reflete o maior número de fatos observados”.

180

Tradução nossa: “O que é, então, em teoria, ‘o modo de produção capitalista’? Insistimos no conceito ‘em teoria’, porque, concretamente, não há uma sociedade de acordo com um modelo puro. Mas apenas o modelo revela o fundamento de um mecanismo existente”.

181

Cf.: Subitem 2.2.

Sobre una visión global, rápida, de los modos de transformación observados en estructuras pasadas –evoluciones y revoluciones– *operó unas previsiones y lanzó unas experiencias*. Los resultados pueden muy bien diverger de las primeras hipótesis. Eso es precisamente lo que hace que el marxismo responda a la definición misma de la ciencia: intentar la experimentación según la teoría, y modificar la teoría en la medida en que la práctica obliga a ello (VILAR, 1983a, p. 146, grifos do autor)¹⁸².

Esse *objeto científico*, que é construído pelo historiador, pode ser direcionado por hipóteses iniciais, mas o que o determinará como científico é a busca da *adequação* entre objeto e matéria (*real-concreto*). Os elos explicativos ou a lógica intrínseca do processo histórico são construídos pelo historiador, não como algo criado, mas como racionalização de um processo real que se desdobrou efetivamente na história. Segundo Vilar (1983a, p. 147, grifos do autor) ,

(...) sin duda la mejor manera, no de escapar (pues nunca se puede escapar) a la presión de la historia, sino de *dominarla obedeciéndola*, es en primer lugar tener *plena conciencia* de ella. Después, esforzarse en *pensarla teóricamente* (en vez de dejarnos llevar empíricamente por ella)¹⁸³.

O *real-concreto* (matéria), para Vilar, nunca está ausente. Ele permanece como vestígio material, tanto como *ponto de partida* quanto como *ponto de chegada* do processo de conhecimento, isto é, como matéria que constitui um *objeto científico*. Também está presente como finalidade, pois, se almeja um conhecimento capaz de explicar esse *real* e que seja o mais verossimilhante possível. Segundo Vilar (1976, p. 150), o trabalho de um historiador é um trabalho de investigação, de “(...) penetração direta na matéria histórica”.

É possível depreender que, para Vilar, a *fonte histórica*, independente de sua particularidade, é um *objeto científico*. Logo, não uma expressão imediata do *real* tal como ele é, mas resultado do trabalho intelectual sobre a materialidade que a constrói como objeto de pesquisa.

À questão: o que é a história? não se poderia responder apenas a partir da teoria de maneira mais satisfatória do que apenas a partir da prática. Por outro lado, pode-se

182

A última parte deste excerto já foi citada. Tradução nossa: “Numa visão global, rápida, dos modos de transformação observados nas estruturas do passado – evoluções e revoluções – *exploro algumas previsões e lanço algumas experiências*. Os resultados podem muito bem divergir das primeiras hipóteses. É precisamente isso que faz o marxismo responder à própria definição da ciência: tentar a experimentação de acordo com a teoria e modificar a teoria na medida em que a prática a compele”.

183

Tradução nossa: “Sem dúvida, a melhor maneira de não escapar (porque você nunca pode escapar) da pressão da história, mas de *dominá-la, obedecendo-a*, é antes de tudo estar *plenamente consciente* disso. Então, tente *pensar isso teoricamente* (em vez de nos deixarmos levar empiricamente por isso)”.

tentar fazê-lo, à maneira de Marx, pela dupla inclinação de “fazer sua” uma matéria complexa, o que exige sempre um mínimo teórico, e de “construir” o objeto de pensamento que lhe corresponde, o que por sua vez exige tanto escapar da matéria quanto conservá-la “presente”. Não há pesquisa sem teoria –e a pouca exigência teórica do historiador irrita, legitimamente, o filósofo. Mas não há teoria sem pesquisa, ou o teórico será rapidamente acusado, como o foi recentemente o economista, de manusear apenas “caixas vazias” (VILAR, 1976, p. 158).

A construção desse *objeto científico* ocorre a partir dos problemas que o historiador se propõe a investigar. Esses problemas não são resultados de interesses individuais. Vilar (1999, p. 27, grifos do autor) afirma: “Merece la pena recordar que todas las ciencias se han elaborado a partir de interrogantes dispares, a los que se fue dando sucesivamente respuestas *cada vez más científicas*, con puntos de partida, saltos hacia adelante y retrocesos (...)”¹⁸⁴. Essa citação permite identificar que, para o historiador francês, os problemas são colocados dentro do quadro de uma ciência e se desenvolvem na medida em que esse campo de saber progride.

Assim como os problemas *pertencem* a uma ciência, portanto, possuem especificidade e dizem respeito a um *tipo* de objeto científico, existe um *vocabulário* que é particular a cada ciência. Para Vilar (1999, p. 12), a historiografia possui um corpo de conceitos que a compõe como uma ciência, mas a existência de tais conceitos não pode tornar a matéria ausente. Como vimos, ao estabelecer a História como uma ciência ligada à observação e à investigação, o historiador francês estava traçando uma concepção de ciência pautada na primazia do *real*.

Essa *matéria (real-concreto)* determina e exige um aparato teórico-metodológico (VILAR, 1999, p. 27, 44). Segundo Vilar,

Nosotros la observamos, y somos nosotros quienes, a partir de esta observación, *construimos* un «modelo» reflejando el mayor número posible de características del objeto, en todo caso, de sus rasgos fundamentales. La prueba del éxito de esta operación la constituye la capacidad de acción sobre el objeto que nos da la construcción del modelo (ibidem, p. 53, grifos do autor)¹⁸⁵.

La ciencia es la adecuación –en continuo progreso– de la *imagen construida* que nos hacemos de la realidad misma. Claro está que la realidad no es *cada objeto concreto*.

184

Tradução nossa: Vale lembrar que todas as ciências foram elaboradas a partir de questões díspares, às quais sucessivamente *cada vez mais respostas científicas* foram dadas, com pontos de partida, saltos para frente e retrocessos (...).

185

Excerto já citado. Tradução nossa: “Observamos isso, e somos nós que, a partir dessa observação, *construimos* um ‘modelo’ que reflete o maior número possível de características do objeto, em qualquer caso, de suas características fundamentais. A prova do sucesso desta operação é a capacidade de ação sobre o objeto que nos dá a construção do modelo”.

Es el conjunto de las características fundamentales de un determinado *tipo* de objeto, y el conocimiento «estructural» del conjunto nos permitirá manejar mejor cualquier objeto de este tipo, por comparación con el «modelo» ideal (ibidem, grifos do autor)¹⁸⁶.

Quando o historiador francês afirmou que o modelo teórico *reflete* às características comuns do objeto, ele assumia que a singularidade do *objeto científico* exige uma especificidade do modelo de análise (hipóteses e repertório teórico-metodológico). A adequação entre modelo de análise e *objeto científico* permitiria a construção de conhecimento. Essa adequação¹⁸⁷ ocorria pela capacidade de produzir conhecimento a partir daquele dado objeto, sendo que a inadequação entre modelo de análise e objeto científico não permitiria a produção de conhecimento científico.

Esse modelo de produção de conhecimento, pautado em uma *história raciocinada*, caminhava lado a lado com a defesa de métodos quantitativos. De acordo com Vilar (1999, p. 36), “Sabemos hoy que este tipo de investigaciones –los hechos masivos, sometidos a un cálculo de probabilidades y estadísticamente observables– constituyen, si no toda la materia histórica, cuando menos sus bases, sus fundamentos”¹⁸⁸. A estatística era definida como uma *técnica*, capaz de estabelecer uma forma de apropriação da *matéria (real-concreto)* que analisasse fatos históricos destacados e fatos anônimos, em especial registros objetivos da história vivida (como registros de nascimentos, mortes, por exemplo) (ibidem, 1976, p. 157; 1999, p. 44).

A estatística não era o único método utilizado para “penetrar na matéria histórica”. O exercício de “*datar*”, localizar temporalmente um fato histórico, era outra tarefa que não poderia ser negligenciada pelos historiadores. Para o historiador francês (ibidem, 1999, p. 159, grifos do autor), “(...) *a consciência das sucessões no tempo e das proporções nas durações é o contrário de um dado ingênuo*”. *Datar* equivaleria a localizar um fato histórico na sucessão temporal. Era, ainda, uma etapa necessária na construção do *objeto científico* da historiografia.

186

Excerto já citado. Tradução nossa: “A ciência é a adaptação - em progresso contínuo - da *imagem construída* que fazemos da realidade em si. Naturalmente, a realidade não é *cada objeto concreto*. É o conjunto de características fundamentais de um determinado *tipo* de objeto, e o conhecimento ‘estrutural’ do conjunto nos permitirá lidar melhor com qualquer objeto deste tipo, em comparação com o ‘modelo’ ideal”.

187

Nesta frase com o sentido de: o modelo de análise tem que ser *apropriado* ao objeto científico.

188

Tradução nossa: “Sabemos hoje que este tipo de pesquisa – eventos de massa, sujeitos a um cálculo de probabilidades e estatisticamente observável – constitui, se não toda a matéria histórica, pelo menos suas bases, seus fundamentos”.

Em *Histoire marxiste, histoire en construction*, Vilar (1976, p. 178) defendeu que “A história se pensa no espaço, como no tempo”. Essa sentença reforça um importante princípio para a produção de conhecimento: a exigência de uma *história raciocinada* (pensada), que possa ser localizada temporal e espacialmente. Tal busca indica a especificidade do conhecimento histórico frente a outras formas de conhecer a matéria social, deslocando uma história descritiva para uma história problematizada.

Existia, no pensamento vilariano, um otimismo em torno da estatística como uma técnica capaz de sistematizar e tornar objetivo uma vasta gama de informações. Contudo, reconhecia-se que por si só essa técnica não era suficiente. Era necessário pensar a *matéria* e, para isso, o historiador não poderia abrir mão da teoria. Segundo Vilar (1999, p. 45), uma das formas que permitia passar do levantamento de dados para uma *história raciocinada* era conhecer o *modo de produção dominante*¹⁸⁹ do período observado. Percebemos que, para o historiador, tal como a matéria indica e estabelece um *modelo teórico*, o modelo teórico é pressuposto, *a priori*, na construção do *objeto científico*.

Conforme dito, compreendemos que as *fontes*, para a historiografia, são consideradas como *objetos científicos* no pensamento vilariano. Isto, por que, não referem-se ao *real* em si (dado em sua objetividade), mas a construção do objeto a partir da seleção e do recorte dos vestígios do passado. Além disso, *implica* e é *implicada* na escolha de um *modelo teórico* para análise. De acordo com Vilar (1999, p. 44, 47), o que o historiador se propõe a investigar (problema) delimita uma eleição de fontes e de críticas. Ademais, são necessárias diferentes *técnicas* de análise (análise estrutural, análise do conteúdo de textos, entre outras), que exigem que o historiador possua conhecimento em outras áreas, como geografia, estatística, economia e assim por diante. Nesse sentido, o autor considera que o método historiográfico desenvolvido pela então denominada Escola Metódica¹⁹⁰, estava sujeito à crítica, mas não era completamente descartável (ibidem, 1972, p. 20). Esse ponto também é assinalado por D’Aléssio (1998, p. 17): “O respeito às fontes e a eleição da história como referencial de verdade colocam Vilar na herança da luta dos historiadores da Escola Metódica contra as generalizações abstratas das filosofias da história”.

189

Destacamos que, essa definição, se aproxima muito da concepção althusseriana. Cf.: subitem 2.3.

190

Representada pelos trabalhos de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos.

Observamos que, no pensamento de Vilar (1972, p. 12, 20; 1983b, p. 167; 1999, p. 82), há tanto a valorização da matematização do histórico pela estatística (como técnica útil), quanto a exigência de estabelecer os vínculos entre o que podia e o que não podia ser calculado. Esse exercício, em si, constituía uma forma de racionalizar a história, ao buscar elos entre o objetivo e o subjetivo, entre o dado e o potencial interpretativo e problematizador do historiador ao investigar suas fontes. Quando Vilar (ibidem, 1983a, p. 158) afirmou que qualquer fenômeno histórico poderia ser tomado como *signo, causa e resultado*, ele determinou a explicação histórica como produto do trabalho do historiador ao estabelecer vínculos explicativos a partir de suas *fontes*. Ainda que um *modelo teórico* pudesse orientar a produção de um objeto científico, a materialidade das fontes (como objeto científico) prevalecia durante todo o processo, assegurando a cientificidade do conhecimento produzido. O historiador francês tentava evitar que um único modelo teórico fosse considerado uma teoria geral que submeteria a matéria a uma explicação preconcebida.

Segundo Vilar (1972, p. 11), “(...) una objetivación en los hechos que constituye, precisamente, la racionalidad, la necesidad de la historia, y que hace entrar todo lo humano, en el espacio y en el tiempo, en el campo del posible análisis científico”¹⁹¹, todo fenômeno humano pode ser racionalizado. Com isso, o historiador francês entendia que ao submeter um objeto científico a hipóteses (inseridas em um marco teórico), era possível sistematizar e compreender a história *real* (ibidem, 1972, p. 10). Não de forma a subordinar esse objeto a uma teoria geral, mas de testar tanto a teoria quanto o objeto científico mutuamente, a fim de construir um conhecimento verossímilhante ao real.

Se pudermos sistematizar o processo de produção de conhecimento para Vilar, de modo a localizar as etapas que o autor explora em suas obras de forma disseminada, talvez possamos organizar da seguinte forma: a) localização do problema e identificação de um marco teórico; b) elaboração de um objeto científico (observação); c) cotejamento entre teoria e real (experimentação); d) novo conhecimento. Essas etapas devem ser compreendidas dentro de alguns princípios defendidos por Vilar no decorrer de suas obras: a historiografia é uma forma de racionalizar a matéria histórica; a teoria é necessária para a produção de conhecimento e é entendida, sobretudo, como *hipótese*; o *real-concreto* nunca está ausente; o

191

Tradução nossa: “(...) uma objetivação nos fatos que constitui, precisamente, a racionalidade, a necessidade da história, e que traz tudo o que é humano, no espaço e no tempo, para o campo da possível análise científica”.

cotejamento entre teoria e real ocorre pelo processo de adequação e o historiador deve se valer de uma gama ampla de técnicas e métodos para analisar suas fontes.

Vimos anteriormente¹⁹² que Vilar assimilou a defesa de uma História-problema no conceito de *historia racionalizada*. Logo, estabeleceu-se como princípio que a escrita da história deveria partir de problemas a serem investigados: “(...) el historiador plantea cuestiones, resuelve *problemas* (...)”¹⁹³ (VILAR, 1999, p. 43). Observamos também que esses problemas não são apenas uma escolha puramente individual, para o historiador francês, eles são legitimados por uma ciência (ibidem, p. 27). Eles exprimem, em si, *hipóteses* teóricas que são reconhecidas pelos historiadores.

Estabelecido o *problema* a ser investigado, o historiador se depararia com a necessidade de construir seu *objeto científico*. Tal elaboração ocorre a partir da apropriação da *matéria histórica (real-concreto)* em sua manifestação material. O *objeto científico* expressa uma *seleção* dessa matéria orientada pelo problema. Nesse momento, as *fontes de pesquisa*, passam a ter o estatuto de *objeto científico*, visto que são resultados da operação intelectual sobre uma dada matéria, que a sistematiza previamente como *objeto da pesquisa*. Para Vilar (1976, p. 153), o real não está ausente no *objeto científico*, pois, ainda que esse objeto seja resultado do trabalho intelectual do historiador, ele se preserva como fragmento do *real-concreto*, mesmo que deva ser submetido à crítica das fontes¹⁹⁴ (que já era exigida pelos historiadores anteriormente) (ibidem, 1972, p. 19-20; 1999, p. 44, 47).

Segundo Vilar (1999, p. 11-12, grifos do autor),

*Lo que quería era afirmar que no habría elegido el oficio de historiador si hubiera creído que tan sólo iba a parar a unas verdades dudosas, o inútiles. En cambio, si este oficio me ayuda a definir y a penetrar una materia aún mal explorada, la materia social, ¿por qué no puedo llamarlo «ciencia», como si las otras «ciencias», sobre otras materias, procedieran de modo diverso?*¹⁹⁵

192

Cf.: Subitem 2.1.

193

Excerto já citado. Tradução nossa: “(...) o historiador levanta questões, resolve problemas (...)”.

194

Não discorreremos em particular sobre o processo de crítica às fontes, pois, essa é uma questão colocada por Vilar, mas que não foi explorada pontualmente. Por essa razão, não possuímos subsídios para explorar esse ponto com o devido cuidado. Contudo, entendemos que essa ausência (dos processos de verificação de procedência, materialidade e preservação de uma fonte) não acarreta em um prejuízo para a análise desenvolvida ao longo do capítulo, uma vez que estamos tentando compreender o processo de produção de conhecimento a partir da relação de adequação entre teoria e real.

195

Tradução nossa: “O que queria, era afirmar que não teria escolhido o ofício de historiador, se acreditasse que só iria terminar [em] algumas verdades duvidosas ou inúteis. Por outro lado, se esse ofício me ajuda a

E complementa, “Lo que no es legítimo es creer que se ha dicho lo suficiente sobre un problema antes de haber confrontado la línea de reflexión elegida con un análisis profundo de las realidades, complejas en el espacio y cambiantes en el tiempo”(ibidem, p. 8)¹⁹⁶. Percebamos que, a partir do estabelecimento das *fontes* como *objeto científico*, ou seja, não como matéria dada, mas sim como uma matéria previamente trabalhada (produzida), prevalecia a defesa do modelo de *observação* como princípio investigativo. Nesse momento, Vilar (1999, p. 53) indicou a necessidade de buscar dados comuns e de se apropriar do *objeto científico* (que não deixa de ser *real-concreto*) a partir da elaboração de um modelo teórico adequado para esse fim. A especificidade do *objeto científico* exige um determinado modelo de análise que seja adequado a ele. Ocorre, portanto, um processo de seleção de técnicas e métodos que permitam a sistematização das informações encontradas nas *fontes*, bem como o cotejamento entre *modelo teórico* (hipóteses) e *real-concreto* (expressado no *objeto científico*).

Aqui nos reunimos a Althusser. O conceito central, o todo coerente, o objeto teórico de Marx é o modo de produção, como estrutura determinada e determinante. Mas sua originalidade não é a de ser um objeto teórico. É a de ter sido, e continuar sendo, o primeiro objeto teórico a exprimir um *todo especial*, enquanto os primeiros esboços de teoria, nas ciências humanas, se limitavam ao econômico e tinham visto nas relações sociais dados imutáveis (a propriedade da terra para os fisiocratas) ou condições ideais a serem preenchidas (liberdade e igualdade jurídicas para os liberais) (VILAR, 1976, p. 154-155, grifos do autor).

Observamos que, para o historiador francês, a teoria expressa o *real-concreto* e isso ocorre pelo processo de *adequação* que Vilar (1976, p. 153) credencia a Marx e a sua *Introdução à crítica da Economia Política*, de 1857¹⁹⁷. Essa lógica é destacada no trecho supracitado, quando o historiador afirma que “modo de produção” é um “objeto teórico” que exprime um “todo especial” (o *real-concreto* em sua totalidade e complexidade). Existe, no pensamento vilariano, uma correlação entre teoria e real, de modo que a primeira parte deve expressar a segunda como exigência da produção de conhecimento científico. Isso não

definir e penetrar uma matéria ainda pouco explorada, a matéria social, por que não posso chamá-la de ‘ciência’, como se as outras ‘ciências’, em outras matérias, procedessem de maneira diferente?”.

196

Excerto já citado. Tradução nossa: “O que não é legítimo é acreditar que já foi dito o suficiente sobre um problema antes de ter confrontado a linha de reflexão escolhida com uma análise profunda das realidades, complexas no espaço e mudando ao longo do tempo”.

197

Mesmo texto referenciado por Althusser para explorar o processo de produção de conhecimento a partir de um viés marxista.

negaria, em absoluto, as dificuldades de produzir conhecimento histórico, mas dentro do que ele entendia como sendo uma *ciência em construção* que possuía como matéria a história real vivida por homens e mulheres. A exigência dessa adequação garantiria uma objetividade científica para a historiografia.

Uma “verdadeira” história marxista para se construir deve, pelo contrário, ser ambiciosa. E isso é possível para ela – indo sem cessar de uma pesquisa ao mesmo tempo paciente e ampla a uma teoria que não recua diante de qualquer rigor, mas também indo *da teoria ao “caso”*, a fim de não permanecer como saber inútil. *Da pesquisa à teoria*: percebemos vários problemas teóricos mal resolvidos para não distinguir um primeiro caminho aberto ao historiador: *a história comparada a serviço de problemáticas teóricas* (VILAR, 1976, p. 175, grifos do autor).

A exigência de *adequação* entre o *real* (expressado nas fontes como objeto científico) e a teoria (conceitos e hipóteses explicativas) ocorre, para Vilar, a partir de um viés metodológico ou experimental. Nela, os fundamentos teóricos ou conclusões históricas devem ser confrontados com o *real-concreto* (ibidem, p. 163-164).

Antes de explorarmos essa definição de “viés metodológico”, gostaríamos de destacar mais um excerto, no qual Vilar (1976, p. 153, grifos do autor), afirma:

Admito de bom grado e, mais que Althusser, admito como uma *evidência* que o objeto construído por Marx em *O capital* é um “objeto teórico”. Admito que convém não confundir o pensamento com o real e nem o real com o pensamento, que o pensamento não estabelece com o real senão uma “relação de conhecimento” (e poderia fazer outra coisa?), que o processo de conhecimento tem lugar inteiramente no pensamento (e onde, diabos, teria lugar?), e que existe uma ordem e uma hierarquia das “generalidades” sobre as quais Althusser fez proposições de alcance maior.

Nesse trecho, Vilar explicita um importante elemento de sua concepção de produção de conhecimento: *a divisão entre real e pensamento*. Esse elemento retorna em vários momentos. O historiador francês define, por exemplo, a observação como parte da prática historiográfica. Ele ressalta que a história é uma ciência que adequa teoria e real, assim como quando afirma que o processo de conhecimento ocorre indo da “teoria ao caso” do “caso a teoria”.

A divisão entre pensamento e real aparece por meio do par *sujeito e objeto*, pois, Vilar compreende que cabe ao sujeito (intelectual) estabelecer os elos entre *teoria/método* (função cognoscente do sujeito) e o *objeto científico*. Esses elos explicativos (*história raciocinada*) devem ser capazes de explicar uma realidade histórica do passado. Os conceitos, nesse caso, expressam a realidade histórica. Um conceito histórico deve expressar a lógica real, logo, se o real é mutável, qualquer conceito teórico deve expressar essa dinâmica ou ser substituído por

outro que expresse a natureza de tal matéria. Podemos observar esse critério nos excertos destacados a seguir:

Si las leyes económicas que captaron los clásicos no son universales, ni en el tiempo ni en el espacio, ello se debe a que se ejercen en el seno de un marco técnico, institucional, de un marco psicológico que es lo bastante estable como para constituir una estructura, pero que no es eterno (VILAR, 1972, p. 11)¹⁹⁸.

La necesidad de elaborar este esquema estructural es la de todas las ciencias: se trata de poner de manifiesto la lógica interna de un sistema que queda difuminada por la observación empírica, sea cual sea, por otra parte, la imagen empleada para expresar esta lógica oculta («andamiaje», «patrón», «anatomía», red de comunicación, etc.) (VILAR, 1999, p. 68, grifos no autor)¹⁹⁹.

A adequação entre teoria e objeto (operada por um sujeito) existe como resultado do trabalho intelectual (racionalização da matéria) e da observação empírica. Embora o conhecimento seja decorrente do pensamento, ele se dá em referência ao real, sem que a realidade histórica deixe de estar presente em qualquer momento do processo de conhecimento. Nesse sentido, qualquer conceito ou categoria teórica irá sempre ocupar o lugar de *instrumento de análise* para conhecer a matéria histórica (ibidem, 1999, p. 60).

Para evitar qualquer “empirismo” ou “idealismo”, Vilar (1983a, p. 156) assinala: “Lo principal es pensar firmemente que lo objetivo y lo subjetivo están permanentemente creándose, recíproca, dialécticamente, porque esa misma es la relación que une materia y espíritu”²⁰⁰. E prossegue:

La conciencia de los elementos objetivos que determinan la subjetividad del historiador, por el ejercicio de su oficio, tiene que darle capacidad para penetrar en la subjetividad de los hombres del pasado, para desembocar en una concepción objetiva de las relaciones entre lo objetivo y lo subjetivo, etapa suprema de la unión entre ciencia y filosofía (ibidem, grifos do autor)²⁰¹.

198

Tradução nossa: “Se as leis econômicas que capturaram os clássicos não são universais, nem no tempo nem no espaço, isso ocorre porque elas são exercidas dentro de um marco técnico, institucional, de um marco psicológico que é bastante estável para constituir uma estrutura, mas que não é eterna”.

199

Tradução nossa: “A necessidade de elaborar este esquema estrutural é a de todas as ciências: se trata de revelar a lógica interna de um sistema que é obscurecido pela observação empírica, seja ela qual for, por outro lado, a imagem usada para expressar essa lógica oculta (‘andaime’, ‘padrão’, ‘anatomia’, rede de comunicação, etc.)”.

200

Tradução nossa: “O principal é pensar firmemente que o objetivo e o subjetivo estão se criando permanentemente, reciprocamente, dialeticamente, porque essa mesma é a relação que une matéria e espírito”.

201

Tradução nossa: “A consciência dos elementos objetivos que determinam a subjetividade do historiador, pelo exercício de seu ofício, deve dar-lhe a capacidade de penetrar na subjetividade dos homens do passado, para

O historiador francês considera que uma abordagem idealista é incapaz de ver a dinâmica existente entre o pensamento e o real, enxergando apenas o conceito. Por outro lado, uma apreciação empiricista não realiza a distinção entre real e pensamento, buscando um raciocínio no concreto (como se o real explicasse-se por si só) (ibidem, 1999, p. 57). Para Vilar (ibidem), a história não pode abrir mão do elemento material. Ela também não pode ignorar que, no processo de produção de conhecimento, existem elementos de representação do pensamento que são responsáveis por verificar a adequação dos conceitos e das categorias com a realidade observada. A *verdade científica*, não uma verdade eterna, mas sim uma verdade que pode ser refutada, que se mostra a partir de um conhecimento produzido, expressa a reflexão e sistematização realizada pelo historiador. Portanto, não uma verdade contida no real, mas produzida por um sujeito e que possui verossimilhança com esse real. Um produto de uma prática científica.

A *verdade científica* era colocada como resultado dessa operação intelectual. Desse modo, não era criada pelo pensamento, mas fincada na observação da realidade concreta e capaz de ser racionalizada por um sujeito cognoscente. Em outro texto, ao referir-se ao trabalho de Febvre, Vilar (1976, p. 162-163, grifos do autor), abalizou:

O historiador teve de demonstrá-lo *contra* a ideologia de seu próprio tempo, de seus senhores. Se conseguiu foi porque *inicialmente* “fez sua” a sociedade do século XVI, *em todos os seus níveis*, e porque a conservou “presente” através de uma pesquisa *concreta, mas não empírica*, na medida em que que[sic.] sistematizada por sua luta pela problemática contra o positivismo historicizante, pelo fato maciço contra o fato exato, pelo escrúpulo verdadeiro contra a falsa erudição. Essa luta freqüentemente produz o mesmo som que os maus humores de Marx.

O modelo de racionalização do observado (*real-concreto*) prevalece como ideal. Tal modelo expressa uma forma de compreender o processo de *apropriação* como *modo de produção de conhecimento*. Para Vilar (ibidem, p. 154), a apropriação do real ocorre a partir da aplicação de métodos sobre a matéria, que potencializam a capacidade de racionalizá-la. Como vimos, não apenas métodos quantitativos são capazes de racionalizar a matéria histórica, mas também o cotejamento dos dados observados com hipóteses teóricas (explicativas) e a busca por mecanismos de explicação da dinâmica social (ibidem, 1983b, p. 163; 1999, p. 46). Segundo Vilar (1972, p. 15, grifos do autor), o historiador “(...) debe buscarse no son sólo las estructuras, sino la dinámica de las estructuras, los *principios* y los

levar a uma concepção objetiva das relações entre o objetivo e o subjetivo, etapa suprema da união entre ciência e filosofia”.

procesos de sus cambios”²⁰² e “Comprender el pasado es dedicarse a definir los factores sociales, descubrir sus interacciones, sus relaciones de fuerza, y a descubrir, tras los textos, los impulsos (conscientes, inconscientes) que dictan los actos”²⁰³ (ibidem, 1999, p. 12).

Percebemos que Vilar busca estabelecer a produção de conhecimento histórico em um lugar particular, sob o título de *historia raciocinada*. O autorreclama a relevância do trabalho do historiador ao produzir conhecimento por meio de um *objeto científico* que é construído pelo próprio. Tenta afastar-se do empirismo ao propor que a verdade não está na matéria, sendo ela produzida pelo historiador ao confrontar teoria e real. Distancia-se do positivismo ao indicar que existe um problema e um marco teórico no processo de produção do *objeto científico* que, apesar de não deixar de ser um fragmento do *real-concreto*, é resultado de um processo de seleção do historiador. Por fim, ele busca apartar qualquer idealismo que se expresse tanto pela produção de conhecimento a partir de “caixas vazias”, ou seja, sem relação nenhuma com o *real-concreto* quanto por meio dos *usos* da historiografia com finalidades externas ao próprio conhecimento em si.

Vilar consolida em seu pensamento a possibilidade de apropriar-se da matéria histórica que permanecerá como referencial absoluto da produção de conhecimento histórico. Para o autor, longe de ser uma pretensão ingênua, esse seria o âmago do ofício do historiador. Para ele, o historiador deveria observar o passado e buscar as *causas* e *consequências* de um fato histórico (ibidem, 1999, p. 83), explicitando não só um modo de racionalizar a história (a partir de uma teoria geral), mas o referencial absoluto desse pensamento: o próprio *real-concreto*.

Como vimos, o historiador francês reconhece a diferença entre modelo teórico e *real-concreto*. Além disso, podemos compreender que há, em seu pensamento, uma distinção clara entre *objeto científico* e teoria (conceitos e categorias) (ibidem, 1976, p. 153-155). Essa distinção reside da especificidade de cada um desses elementos. O *objeto científico* não perde sua materialidade, continua sendo compreendido como parte do *real-concreto* e a teoria é tida como instrumental para conhecer esse objeto científico.

202

Tradução nossa: “(...) deve-se buscar não apenas as estruturas, mas a dinâmica das estruturas, os princípios e os processos de suas mudanças”.

203

Excerto já citado. Tradução nossa: “Compreender o passado é dedicar-se a definir os fatores sociais, descobrir suas interações, suas relações de força e descobrir, para além [tras los] dos textos, os impulsos (conscientes, inconscientes) que ditam os atos”.

Ao compreender conceitos e categorias como instrumental, ambos são tomados como aparato teórico-metodológico pelo historiador. Conforme vimos no primeiro capítulo, o marxismo é apropriado por Vilar, como uma teoria geral (hipóteses, conceitos e categorias) que servem ao seu ofício. Esse arranjo diz muito mais do que o *lugar* ocupado pelo marxismo no pensamento do historiador francês, visto que revela uma forma de pensar a partir da qual se compreenderá o processo de produção de conhecimento.

Quando afirmamos que existe em Vilar um *viés metodológico*, queremos atentar justamente para a configuração que estrutura o processo de produção de conhecimento para o autor. Isto é, *um sujeito cognoscente* (historiador) *capaz de penetrar uma matéria* (tal como ela se constitui enquanto objeto científico) *se valendo de instrumentos teóricos e metodológicos*.

Essa lógica revela a distinção entre real (objeto) e pensamento (sujeito). O conhecimento, por sua vez, é o resultado da *mediação* realizada pelo sujeito ante a teoria e o objeto científico, buscando adequar técnicas metodológicas de sistematização desse objeto com hipóteses teóricas explicativas e conceitos ou categorias que explicitem uma lógica de desenvolvimento (um sentido) para o processo histórico real. Dizemos *mediação*, pois, o conceito de *história raciocinada* demonstra a importância dada por Vilar a faculdade de *pensar a história real*.

Além disso, observamos a busca por uma história problematizada que se afastasse do empirismo e do positivismo, forjada na complexificação do processo de conhecimento histórico. Isso ocorreria, não como um processo de extração vertical de uma verdade contida no real, mas sim da busca de um conhecimento que, sendo capaz de explicar esse real, fosse também expressão da realidade (adequado). A maior evidência disso, no pensamento vilariano, foi estabelecer a historicidade dos conceitos e categorias para demonstrar que a singularidade da matéria histórica (diferentes de outras ciências mais teóricas) não permite o estabelecimento de leis gerais. Logo, o historiador deveria sempre estar em busca de modelos teóricos mais “adequados” a análise de seu objeto científico. Necessidade tão bem explorada na ideia de uma *história em construção* (VILAR, 1976).

No que concerne a compreensão de Althusser sobre o processo de conhecimento, é necessário, antes de adentrarmos no exame de seus textos, abordar alguns elementos para localizar o próprio recorte da análise aqui empreendida. Não poderíamos, portanto, deixar de

citar dois textos que buscaram sistematizar a proposta de uma teoria da história althusseriana, são eles: *Marxismo e História* (1994) e *O Impacto da Teoria Althusseriana da História na Vida Intelectual Brasileira* (2007), ambos de Décio Saes. Retomaremos brevemente, a princípio, alguns temas que abordamos no tópico *Ciência e História*, deste trabalho.

Nesses dois textos, Saes (1993 e 2007) buscou sistematizar a proposta althusseriana de uma teoria da história, ou seja, a leitura acerca do *materialismo histórico*. Para isso, ele recorre tanto aos textos de Althusser, como aos de Étienne Balibar que foi, ao lado de Nicos Poulantzas, um dos mais notáveis intelectuais althusserianos daquele período. Saes aborda a proposta althusseriana a partir do problema da transição histórica de um modo de produção ao outro, tema que coube, sobretudo a Balibar, em *Lire le Capital*. Explora, ainda, a ampliação do conceito de *modo de produção* na corrente althusseriana, que passava a referir-se não apenas a infraestrutura, mas também a superestrutura, ampliando o escopo do conceito comparado ao marxismo clássico (ibidem, 1993, p. 44; 2007, p. 37). A ampliação desse conceito rejeitava qualquer leitura economicista da história, na qual a superestrutura era entendida apenas como *efeito* da infraestrutura e exigia os conceitos de *determinação em última instância pelo econômico* e de *dominância* (ibidem).

De acordo com Saes (1994, 2007), os althusserianos estabeleceram como objeto da teoria da história a “totalidade social complexa”, ou seja, o conceito de *modo de produção* deveria servir à análise das sociedades concretas (formações sociais). Ademais, o conceito de *modo de produção* referia-se a um modelo de funcionamento das sociedades humanas, sendo, portanto, um objeto formal e abstrato (ibidem, 2007, p. 20-21, 47). Para o autor, tal corrente teórica propunha a elaboração de um *modo de produção geral* a partir do qual se poderia desenvolver os conceitos de *modos de produção particulares* (ibidem, 1994, p. 46-47; 2007, p. 21-22, 47-52).

A retificação do conceito de *modo de produção* (como infraestrutura e superestrutura simultaneamente) caminhava ao lado da definição do conceito de *formação social*. Em *Pour Marx* e *Lire le Capital*, Althusser (1979a, 146-151; 1980, p. 126) afirmou que o conceito de *formação social* era mais “concreto” que o conceito de *modo de produção*. Com isso o autor estava defendendo que ele era mais *especificado teoricamente*.

Observamos anteriormente que, para Saes (2007, p. 47-48), na corrente althusseriana tanto o conceito de *modo de produção* como o de *formação social* são *formais-abstratos*. Tinham por objetivo compreender os mecanismos gerais que determinam e constituem uma

formação social singular e concreta (localizada no espaço e no tempo). Com isso, estabelece-se como o *objetivo* do *materialismo histórico*: compreender as formações sociais concretas e singulares cuja existência independe do conhecimento que se tenha acerca delas. Todavia, em termos de produção de conhecimento, o que é tomado enquanto *objeto* são esses conceitos *formais-abstratos* (ibidem, p. 90).

Os *objetos de conhecimento* do *materialismo histórico* para a corrente althusseriana, de acordo com Saes (ibidem, p. 70), são: *modo de produção geral*; *modos de produção particulares e formações sociais*. Nesse sentido, o *materialismo histórico* é uma teoria que abarca a *reprodução* de um *modo de produção*, bem como a *transição* de um *modo de produção* para o outro (ibidem, p. 21-22, 69). Posto isso, lembramos que, para a corrente althusseriana, em uma determinada formação social concreta e singular coexistem vários *modos de produção* com um *dominante* (ibidem, p. 67).

De acordo com Saes (ibidem, p. 41-43, 113-114), segundo a corrente althusseriana, existiriam duas matrizes para pensar uma teoria da história. Há uma “*oficial*”, na qual a totalidade social é “(...) articulada de múltiplas estruturas relativamente autônomas, determinada pela estrutura econômica, que atribui variavelmente a uma das estruturas (inclusive a si mesma) o papel dominante” (ibidem, p. 113-114). E uma matriz “*alternativa*”, na qual a totalidade social é “(...) articulação das múltiplas estruturas, não em termos hierárquicos, e sim em termos de ‘implicação recíproca’ ou ‘condicionamento recíproco’” (ibidem, p. 114).

Na primeira matriz (“*oficial*”), observa-se a combinação dos conceitos de *determinação em última instância pelo econômico* e de *dominância*, isto implica na concepção de totalidade social como um *todo* articulado hierarquizado com *dominante*. Em outras palavras, para a corrente althusseriana, a estrutura social é composta por níveis ou instâncias (jurídico-política, ideológica, econômica, por exemplo) que estabelecem relações a partir da dominância de uma instância e subordinação das demais. A dominância de uma estrutura sobre as demais é determinada pela instância econômica (determinação em última instância) que pode atribuir a qualquer estrutura a dominância em um determinado modo de produção, assim como a si mesma. Nesse primeiro modelo, as estruturas possuem uma *autonomia relativa* (nenhuma estrutura é meramente o efeito das determinações de outra, como no caso do economicismo) (ALTHUSSER, 1979a, p. 188-189; ibidem, 1980, p. 36-39; SAES, 2007, p. 41-43, 113-114).

A segunda matriz (“*alternativa*”), de acordo com Saes (ibidem), não diz respeito a uma relação de *subordinação-dominação*. A tese que a sustenta é a de que as estruturas que compõe um determinado modo de produção relacionam-se a partir da *implicação recíproca* ou condicionamento recíproco. Essa condição é nomeada pelo conceito de *sobredeterminação*, indicando que a superestrutura é condição de existência da infraestrutura na reprodução de um todo estruturado. Desse modo, na reprodução de um modo de produção todas as estruturas determinam e são determinadas mutuamente (ALTHUSSER, 1979a, p. 86-89). O filósofo franco-argelino (ibidem, p. 98-99) concebe que o conceito de *sobredeterminação* identifica a *autonomia relativa* das estruturas da superestrutura frente a infraestrutura. Tal princípio é colocado aqui ao lado do reconhecimento de uma temporalidade diferencial, característica de todas as instâncias que compõe um todo estruturado (a tese de temporalidade diferencial recorre ao reconhecimento de múltiplas temporalidades que dizem respeito aos diferentes níveis de cada estrutura²⁰⁴).

Vimos também que as estruturas só possuem existência em seus efeitos, nas práticas sociais, processo definido a partir do conceito de causalidade estrutural (SAES, 2007, p. 32). Destarte, no pensamento althusseriano, a *diferença* entre *materialismo histórico* e *materialismo dialético* é fundada na sua necessária relação, sendo, a ciência marxista um combate contínuo da ideologia (representações vividas). Depreendemos disso que nenhum aspecto da vida social (práticas sociais) está fora da ideologia. Consequentemente, mesmo a prática científica (defendida pelas mais diversas disciplinas) pode reproduzir o discurso ideológico dominante. Sendo o *materialismo histórico* uma teoria científica revolucionária, como compreende Althusser, por meio da *ruptura epistemológica* (que nunca tem fim) é possível que a *prática teórica* (prática científica) rompa continuamente com a ideologia vivida.

A proposta de uma causalidade estrutural desenhava uma nova *espacialidade*. Não se tratava mais de uma causalidade linear (muitas vezes ligada a distribuição do tempo cronológico). Também não se tratava da “*espiral*” hegeliana, oriunda do conceito de *Aufhebung* (*superação, aniquilação e conservação ou tese, antítese e síntese*), mas de uma *multiplicidade de determinações sobre determinações descentradas*.

204

Não vamos adentrar, aqui, na polêmica definição de temporalidades plurais, pois, desviaria do nosso objetivo para este capítulo. É necessário apenas pontuar a existência dessa tese, assinalando como esses múltiplos tempos fazem referências aos diferentes níveis ou instâncias do *todo social*. Para mais informações sobre o tema, consultar: Saes (2007) e Morfino (2014).

Essa constituição da totalidade complexa e articulada com vários níveis de temporalidades diferentes e hierarquizada com dominância, para a corrente althusseriana, só poderia ser apreendida conceitualmente. Posto isso, o conceito *apreende a materialidade da constituição complexa dessas relações que são vividas como representação de mundo (ideologia)*. Mas o conceito não é só apreensão, ao produzir explicações sobre o engendramento das condições de existência, o conceito científico revela o potencial de romper com a reprodução de uma ideologia hegemônica (vivida). Ou seja, ele possibilita condições para o enfrentamento.

Nesse ponto, Saes (2007, p. 31), aponta uma dificuldade que a própria corrente criou para si. Althusser (1979a, p. 144) definiu que toda *prática* era um processo de *transformação*, todavia, como explicar o processo de reprodução de um todo estruturado no qual entendia-se que as práticas sociais estavam reproduzindo as condições de existência do *modo de produção*? O autor trabalha com a hipótese de que esse imbróglio foi criado pela reprodução de um *modo de produção (matéria-prima, meios de produção e produto)* associado à economia para todas as *práticas sociais*.

Consideramos que Panach (1971, p. 93) tenha desenvolvido uma explicação para essa dificuldade: “(...) ninguna práctica posee en su interior la totalidad de las condiciones de su reproducción”²⁰⁵ (ibidem). E prossegue: “Toda producción no sólo produce sus productos específicos, sino que precisa (re)producir las condiciones mismas de su producción”²⁰⁶ (ibidem, p. 92). Para esse autor, é evidente que toda prática produz algo (transforma) e que também produz e reproduz as condições de produção. Assim sendo, reproduz as condições materiais na qual está inserida (externas) e produz condições para a realização de seu processo particular (internas). Ademais, compreendemos que Panach chama a atenção para a própria existência *sobredeterminada* da totalidade social. Isso porque, cada prática isolada não é responsável pela reprodução de um *modo de produção*, mas o conjunto delas (sendo *sobredeterminadas*) resulta nesse processo e criam às contradições internas presentes em qualquer *modo de produção* particular.

No nosso trabalho nos referiremos apenas ao *modo de produção teórico*, assim designado por Althusser, para referir-se ao processo de produção de conhecimento. Logo, nos

205

Tradução nossa: “(...) nenhuma prática tem em seu interior a totalidade das condições de sua reprodução”.

206

Tradução nossa: “Toda a produção não só produz seus produtos específicos, mas também exige (re)produzir as condições de sua produção”.

deteremos à *prática teórica*. Vimos no subitem *Ciência e História* que, de acordo com Balibar (1978, p. 225-227), Althusser se inspirou no *processo de trabalho* esboçado por Marx para formular o conceito geral de *prática* como processo de transformação de uma determinada *matéria-prima*, por *meios de produção* específicos, em um *novo produto*.

In reality, what produces the difficulty in Althusser's position, including its political difficulty, is not the supposition of a pure theory but the implicit admission of the idea of a 'pure practice'. It is in this way that Althusser's initial position can be described as 'unilateral', not dialectical. In what sense? There is no pure theory, because theory is never definitively installed outside the field Of ideology. (...) Althusser explicitly rejects this thesis, in particular by maintaining against many Marxists of all opinions the idea that there can be no "end of ideology" in general in history. The contrary would have been bewildering because, as we know, Althusser's number one problem is that of the ideological struggle being waged within Marxism more than a hundred years after its constitution. In contrast, it can be said that Althusser in fact postulates a 'pure practice', that is, a practice which is pure activity of material transformation and which is applied, according to conditions, to the production of means of subsistence (transformation of nature by means of a given means of production), to the production of knowledges (transformation of a primary ideological material by means of theoretical means of production, producing a specific form of "appropriation" of reality), and indeed to the revolutionary transformation of existing social relations. I think that this is the main point. A contradiction is manifested in these first texts. In spite of his non-positivist, non-rationalist definition of ideology, Althusser in fact presented practice and ideology as two antithetical terms, radically exterior to each other. He displaced on to the couple of practice and ideology the abstract (rationalist) opposition of truth and error, in such a manner that if practice, qua theoretical practice and qua revolutionary practice, transforms ideology, it is impossible to say if it is genuinely affected by it in turn or "transformed" by it (BALIBAR, 1978, p. 225-226)²⁰⁷.

Nesse excerto, Balibar apresenta-nos uma dificuldade acerca das proposições de Althusser em torno do conceito de prática. O filósofo franco-argelino assumia que nada

207

Tradução nossa: “Na realidade, qual é a dificuldade na posição de Althusser, incluindo sua dificuldade política, não é a suposição de uma teoria pura, mas a admissão implícita da ideia de uma ‘prática pura’. É desse modo que a posição inicial de Althusser pode ser descrita como ‘unilateral’, não dialética. Em que sentido? Não há teoria pura, porque a teoria nunca é definitivamente instalada fora do campo da ideologia. (...) Althusser rejeita explicitamente esta tese, em particular, mantendo contra muitos marxistas de todas as opiniões a ideia de que não pode haver ‘fim da ideologia’ em geral na história. O contrário teria sido desconcertante, porque, como sabemos, o problema número um de Althusser é o da luta ideológica travada no marxismo mais de cem anos depois de sua constituição. Em contraste, pode-se dizer que Althusser na verdade postula uma ‘prática pura’, isto é, uma prática que é pura atividade da transformação de material e que é aplicada, de acordo com as condições, para a produção de meios de subsistência (transformação de natureza por meio de uma meios dados de produção), para a produção de conhecimentos (transformação de um material ideológico primário por meio de meios teóricos de produção, produzindo uma forma específica de ‘apropriação’ da realidade), e de fato a transformação revolucionária da existente de relações sociais. Eu acho que esse é o ponto principal. Uma contradição se manifesta nesses primeiros textos. Apesar de sua definição de ideologia não-positivista e não racionalista, Althusser, de fato, apresentou a prática e a ideologia como dois termos antitéticos, radicalmente externos um ao outro. Ele deslocou para o par de prática e ideologia a oposição abstrata (racionalista) da verdade e do erro, de tal forma que se a prática, enquanto prática teórica e prática revolucionária, transforma a ideologia, é impossível dizer se ela é genuinamente afetada por ela ou ‘transformada’ por ela”.

escapava à ideologia, ao mesmo tempo em que estabelecia a prática como “pura atividade de transformação material” (*practice which is pure activity of material transformation*). Quando essa definição é aplicada à prática teórica, obtemos a “transformação de um material ideológico primário por meios teóricos de produção” (*transformation of a primary ideological material by means of theoretical means of production*). Esses “meios teóricos de produção” constituem, para a corrente althusseriana, uma forma específica de “apropriação” da realidade. Como resultado disso, promove-se condições para a “transformação revolucionária das relações sociais existentes” (*the revolutionary transformation of existing social relations*). Balibar (ibidem, p. 226) propõe, posteriormente, como retificação, que não há teoria pura. Todas as práticas sociais estão, pois, submersas na ideologia, mesmo a prática científica (prática teórica).

Acerca disso, gostaríamos de pontuar que, podemos perceber a existência de uma positivação do discurso científico no pensamento de Althusser, algo que era buscado por várias ciências sociais naquele período. Todavia, há uma especificidade, a nosso ver, no empreendimento do filósofo. Para ele, essa busca não estava associada a uma disciplina específica, mas sim na defesa da teoria marxista da história (*materialismo histórico*) como uma ciência revolucionária, justamente pela capacidade de compreender o real e possibilitar a transformação social. Lembremos que, isso exige não só um vínculo entre prática teórica e prática política, mas também a autonomia relativa dessas instâncias sociais. A prática teórica não era, portanto, puramente o reflexo da prática política.

Percebamos que, a concepção de prática, para a corrente althusseriana, remete a uma relação entre *natureza* e *homem*, algo que já estava presente na concepção de trabalho de Marx. Especificamente, no que diz respeito ao conceito de *prática teórica*, a relação entre *homem/natureza* corresponde a uma forma específica de *apropriação*. Isso, pois, Althusser concebe que a matéria-prima da produção de conhecimento é o *objeto de conhecimento*, “(...) êste objeto real já transformado (por uma prática teórica ou ideológica anterior) (...)” (DOMESGUE, 1967, p. 73). Além disso, conforme vimos em “A matéria-prima da produção de conhecimento”, essa definição é em si resultado de uma concepção particular de apropriação da realidade (*natureza*).

Para avançarmos, torna-se necessário explorar a elaboração do sistema de generalidades, como proposto por Althusser. Esse esboço elucidará a compreensão do filósofo acerca do processo de produção de conhecimento.

Em *Pour Marx*, Althusser (1979a, p. 164-165) aponta:

(...) a generalidade abstrata do início (Generalidade I), isto é, a generalidade trabalhada, não é a mesma que a generalidade que trabalha (Generalidade II) e com maior razão a generalidade especificada (Generalidade III), produto desse trabalho: um conhecimento (o “concreto-teórico”). (...) a Generalidade II é a “teoria” da ciência considerada, e, como tal, o resultado de todo um processo (história da ciência a partir da sua condição), que é um processo de transformações reais no sentido estrito do termo, isto é, um processo que não tem a forma de um simples desenvolvimento (...), mas a forma de mutações e reestruturações que provocam descontinuidades qualitativas reais.

No excerto supracitado, Althusser define o processo de produção de conhecimento como o processo de *transformação* de uma *matéria-prima* (generalidade I) em um novo conhecimento (generalidade III) por meio de uma *prática teórica* (generalidade II).

a) *Generalidade I*: definida como *objeto de conhecimento*, não é resultado da abstração de uma essência do *real-concreto* (objeto real). Portanto, não é entendida como resultado da operação de um sujeito cognoscente sobre um dado objeto (como ação de *leitura* ou *visão* de uma essência contida nesse real) (ibidem, p. 166-167). O *objeto de conhecimento* surge como *conceito* que expressa a *apropriação do real*, visto que não é outra coisa que o próprio real apreendido em determinadas condições históricas. Sendo assim, a *matéria-prima* do conhecimento é sempre uma generalidade, resultado da produção de outras *práticas* (teóricas ou ideológicas, por exemplo) ao apreenderem o mundo.

Segundo Althusser (1979a, p. 160, grifos do autor),

(...) uma ciência jamais trabalha sobre um existente que tenha, por essência, a imediatidade e a singularidade puras (das “sensações” ou dos “indivíduos”). Ela opera sempre sobre o “geral”, mesmo quando este tem a forma de “fato”. (...) ela sempre elabora sobre conceitos existentes, os “Vorstellungen”, isto é, uma Generalidade I, de natureza ideológica, preliminar. Não “trabalha” sobre um “dado” puro objetivo que seria o de “fatos” puros e absolutos. O seu trabalho peculiar consiste, ao contrário, *em elaborar os seus próprios fatos científicos*, através de uma crítica dos “fatos” ideológicos elaborados pela prática teórica ideológica anterior. Elaborar os seus próprios “fatos” específicos é ao mesmo tempo, elaborar a sua própria “teoria”, pois o fato científico – e não o assim chamado fenômeno puro – só é identificado no campo de uma prática teórica.

Quando Althusser afirma que a ciência não trabalha sobre uma existência imediata e singular das sensações ou dos indivíduos, ele está se referindo ao empiricismo (sensações) e a busca de uma verdade contida no real-concreto dado. Também fazia menção ao formalismo (indivíduo) para o qual a verdade está no pensamento. A rejeição dessas duas propostas resultam, como consequência, na rejeição de um *critério de verdade* pautado em uma epistemologia do conhecimento. Essa, por sua vez, toma como existências separadas o *sujeito*

e seu *objeto*, sendo o processo de conhecimento (busca de uma verdade) a procura de uma permanente *adequação* entre um e outro (ibidem, 1978b, p. 106). Nesses modelos, embora a cisão entre real e pensamento esteja posta, durante o processo de conhecimento confundir-se-ia a ordem de *produção* do real (gênese real) com a lógica de *produção* de conhecimento (prática teórica) (DOMESGUE, 1967, p. 72-73). Lembremos: no pensamento do filósofo, a divisão entre *ordem do real* e *lógica de conhecimento* é uma divisão teórica (prática), ocorre como premissa da produção de conhecimento.

Recusado esses dois modelos (empiricista e o formalista), Althusser assinala que a ciência opera sobre o “*geral*”, sobre conceitos que resultam de práticas anteriores. O processo de produção de conhecimento consiste na construção de *fatos científicos* (conceitos) capazes de romper com *fatos ideológicos*. Um conceito não é extração de uma essência que pode ser localizada no real (elo comum a várias existências reais), mas apreensão e representação do real. Entendemos que, para o filósofo, existe uma *unidade* entre *homem e natureza*, visto que, não há uma separação *de fato* entre o mundo e o sujeito (não opera com a cisão entre *sujeito* e o *objeto*). O mundo existe tal como é apreendido e o conceito é a expressão dessa apropriação do objeto real pelo pensamento na construção do objeto de conhecimento. Nas palavras de Morfino (2014, p. 109, grifos do autor) “(...) *nada existe atrás*: sabemos que a própria coisa está aí(...)”²⁰⁸. Todavia, embora essa cisão não exista *de fato*, visto que o pensamento é sempre *o que pode* ser apreendido do real, devemos lembrar que o *objeto real* e o *objeto de conhecimento* pertencem a *lógicas distintas*. Isso, por que, quando se concebe a produção de conhecimento o ponto de partida é o *objeto de conhecimento* (que é produto de uma *prática, logo, apreensão do real pelo pensamento*). O processo histórico e seu ordenamento ocorre na gênese histórica, independentemente de seu conhecimento. Podemos observar a questão no excerto destacado abaixo:

(...) o “pensamento” é um sistema real próprio, assentado e articulado no mundo real de uma sociedade histórica dada, que mantém relações determinadas com a natureza, um sistema *específico*, definido pelas condições de sua existência e de sua prática, isto é, por uma *estrutura própria*, um tipo de “combinação” (*Verbindung*) determinada, existente entre sua matéria-prima própria (objeto da prática teórica), seus meios de produção próprios e suas relações com as demais estruturas da sociedade (ALTHUSSER, 1979b, p. 43, grifos do autor).

208

Recorro a essa frase como ilustração para a ideia que abordo. No texto de Morfino (2014, p. 108-109), ela é utilizada na explanação sobre o conceito *Darstellung* (representação teatral) que refere-se a eficácia de uma estrutura em seus efeitos (causalidade estrutural), no pensamento de Althusser.

Esse trecho, assim como o que citamos anteriormente (ibidem, 1979a, p. 160), destaca a processualidade do conhecimento científico como algo permanente e *algo que está no mundo e não além dele*²⁰⁹. Althusser (ibidem) aponta que fatos científicos são a crítica de fatos ideológicos. Ademais, segundo o filósofo, uma ciência elabora tanto seus fatos científicos como sua teoria (*somente a prática teórica é capaz de identificar seus fatos científicos*). Dito isso, percebe-se que, para Althusser, o *objeto de conhecimento* não é resultado da criação de um indivíduo, mas está inserido em um *modo de produção teórico* (modo de produção de conhecimento).

Apenas o conceito de *modo de produção teórico* é capaz de elucidar essa questão (recusa da cisão entre *sujeito e objeto*) para Althusser. Tal conceito diz respeito a inter-relação e interdependência entre conceitos, sustentada por uma *problemática*.

Esse pensamento é o sistema historicamente constituído de um *aparelho de pensamento*, fundado e articulado na realidade natural e social. É determinado pelo sistema das condições reais que fazem dele, se me é lícito arriscar esta fórmula, um *modo de produção* determinado de conhecimentos (ibidem, 1979b, p. 42, grifos do autor).

Podemos depreender disso, que o conceito de *modo de produção teórico* consiste não só no “campo de uma prática teórica” (ibidem, 1979a, p. 160) e de uma *problemática*, como de um *fato científico* e rede de relações entre conceitos e categorias. Para além disso, esse conceito buscava identificar *relações históricas* da produção de conhecimento (condições dessa produção). Devemos ter em mente, contudo, que quando nos referimos a *relações históricas*, para compreender o pensamento de Althusser, não estamos nos referindo a uma adequação entre *ordem do real* e *lógica de conhecimento*. Referimo-nos às condições teóricas, sociais, ideológicas, técnicas e assim por diante, conforme assinala Morfino (2014, p. 105-106).

O filósofo franco-argelino não opera com a cisão entre *sujeito e objeto*, assim, não há um sujeito cognoscente que opera externamente sobre um dado objeto real em sua imediatidade. Quando se *produz* um *objeto de conhecimento*, ele é resultado de uma apropriação do mundo a partir de múltiplas determinações que incluem desde condições sociais históricas até o *estado da arte* de cada ciência. De tal modo, nessa *combinação* complexa de determinações, não há uma separação entre sujeito cognoscente e o mundo, uma

209 Ressalto aqui, que, de acordo com Morfino (2014, p. 105-106), o conceito *Verbindung* (combinação) concebe o *pensamento* como um *modo de produção de conhecimento* estruturado.

vez que o sujeito está no mundo e se apropria dele pelo pensamento como *objeto de conhecimento* a partir de um *modo de produção teórico*.

Segundo Althusser (1979b, p. 44, grifos do autor),

(...) tentei mostrar que essa *matéria-prima* sobre a qual trabalha o modo de produção do conhecimento, isto é, que Marx designa como *Anschauung* e *Vorstellung*, (a matéria da intuição e da representação), devia assumir formas muito diferentes, segundo o grau de desenvolvimento do conhecimento em sua história; há grande distância, por exemplo, entre a matéria-prima com a qual Aristóteles trabalha e a matéria-prima com que trabalham Galileu, Newton ou Einstein – mas que *formalmente essa matéria-prima faz parte das condições da produção de todo conhecimento*. Tentei mostrar também que, se é claro para todos que essa matéria-prima se torna cada vez mais *requintada*, à medida que progride um ramo do conhecimento, se a matéria-prima de uma ciência desenvolvida nada tem a ver evidentemente com a “pura” intuição sensível ou a simples “representação”, por outro lado, por mais que se recue no passado de um ramo do conhecimento, nunca estaremos diante de uma intuição sensível, ou representação “puras”, mas de uma matéria-prima *sempre-já* complexa, de uma estrutura de “intuição” ou de “representação” que combina, numa *Verbindung* peculiar, ao mesmo tempo “elementos” sensíveis, técnicos e ideológicos; que, portanto, jamais o conhecimento se acha, como o quereria desesperadamente o empirismo, diante de um *objeto puro* que fosse então idêntico ao *objeto real* do qual o conhecimento visa justamente produzir... o conhecimento.

Esse excerto reitera elementos já explorados, reforçando que a *Generalidade I* é uma *combinação* complexa (informações técnicas, ideológicas e sensíveis) produzida como conceito (*generalidade*). Não se trata, portanto, de um dado puro (imediatamente fornecido pelo *real-concreto*), mas é fruto de outras práticas²¹⁰ que constituem um *objeto de conhecimento* inserido em um *modo de produção teórico*. O exemplo oferecido sobre Aristóteles, Newton, Galileu e Einstein ilustra essa questão, pois o objeto real e sua ordem de desenvolvimento (fenômeno) não é acessível como dado puro. Para Althusser, o que se têm acesso, independente do lugar ocupado por um intelectual na história de uma ciência, são as formas de discurso acerca de um fenômeno que é apreendido a partir de uma conjuntura histórica e intelectual. Portanto, tal como Einstein lidava com os discursos (e consequente crítica) de seus antecessores, Aristóteles também se deparava com a construção de um objeto que possuía uma lógica de produção (desenvolvimento) distinta da gênese do *real-concreto*.

O filósofo franco-argelino também destaca novamente o caráter processual de uma ciência que constantemente desvincula-se da ideologia, pelo processo de transformação de uma *matéria-prima* inicial (*generalidade I*) em um produto de conhecimento (*generalidade*

²¹⁰ Lembramos: qualquer prática social é entendida, por Althusser, como um processo de transformação específica. Resultado da combinação de uma matéria-prima, meios de produção e relações de produção (históricas) específicos.

III) através da *prática teórica* (generalidade II). Esse aspecto é muito importante. Indica que não há, em Althusser, uma ideia de *adequação* e sim de *refinamento* (justeza) contínuo que não é correspondente (busca identidade) ao *real-concreto* (objeto real), mas tem como *objetivo explicar* o real (ALTHUSSER, 1979a, p. 160-165; ibidem, 1988, p. 77-88).

b) *Generalidade II*: refere-se a *prática* que transformará a *matéria-prima* (*generalidade I*) em um novo conhecimento (*generalidade III*). Conforme Althusser (1979a, p. 161, grifos do autor):

(...) constituída pelo corpo dos conceitos cuja unidade mais ou menos contraditória constitui a “teoria” da ciência no momento (histórico) considerado, ‘teoria’ que define o campo em que é necessariamente colocado todo ‘problema’ da ciência (isto é, em que serão colocadas, sob a forma de problema, por e nesse campo, as “dificuldades” encontradas pela ciência em seu objeto, na confrontação dos seus “fatos” e da sua “teoria”, dos seus “conhecimentos” novos).

Nessa definição, o filósofo está se referindo à *prática teórica*. Logo, o trabalho de transformação de uma generalidade inicial (*matéria-prima*) em uma generalidade especificada (*generalidade III*) resulta da *operação* de confronto da *matéria-prima* inicial. Althusser reconhece que, no processo de conhecimento, dificilmente a teoria aparece como um sistema teórico unificado,

O mais das vezes é feita de regiões localmente unificadas em teorias regionais coexistentes em um todo complexo e contraditório que possui uma unidade não-refletida teoricamente. É essa unidade extremamente complexa e contraditória que está em andamento, cada vez segundo um modo específico, no trabalho da produção teórica de cada ciência (ibidem, 1979a, p. 161, nota de rodapé).

Com isso, Althusser destacava que, muitas vezes, o trabalho de produção teórica de uma ciência, ocorria a partir da seleção de teorias regionais, por exemplo, no desenvolvimento de uma teoria em torno do político ou do econômico. Essas são instâncias de um “todo complexo e contraditório” (totalidade social que compreende às relações complexas e contraditórias entre todas as instâncias). Tal unidade (todo complexo e contraditório) existe independente dos recortes de procedimento científico que possam ser efetuados e os conceitos althusserianos de *modo de produção* e *sobredeterminação* garantem não só sua existência, como sua implicação recíproca (condição de existência mútua). Quando se opera a seleção de instâncias (política, economia) como um procedimento científico que resulta na elaboração de teorias regionais (referentes a uma determina instância), objetiva-se o conhecimento da totalidade do *objeto de conhecimento* sem perder de vista o todo complexo e contraditório.

A *generalidade II*, como *prática teórica*, reflete as condições de produção de uma determinada ciência. Opera, ademais, com conceitos e problemáticas que sustentam uma determinada forma de conceber a produção de conhecimento em um dado momento (DOMESGUE, 1967, p. 73). Existem *caminhos* legitimados pelas condições de existência de uma ciência, contudo, Althusser aponta que (1978b, p.106-107, grifos do autor),

[Althusser estava reconhecendo a influência spinozista em seu pensamento] Afirmando que “o verdadeiro se indica a si próprio o indica o falso”, Spinoza afastava a problemática do “*critério da verdade*”. Se pretendemos julgar a verdade que se detém por um “critério” qualquer, nos expomos à questão do critério deste critério posto que ele deve ser verdadeiro e até o infinito. Que o critério seja externo (a adequação do espírito e da coisa, na tradição aristotélica), ou interna (a evidência cartesiana) em todos os casos, o critério é para ser rejeitado: porque ele só é a figura de uma Jurisdição ou de um Juiz que deve autenticar e garantir a validade do verdadeiro. E, do mesmo movimento, Spinoza afasta a tentação da Verdade: como bom nominalista (o nominalismo então podia ser, Marx o reconheceu, a antecâmara do materialismo), Spinoza fala somente do “verdadeiro”. De fato, a Verdade e a Jurisdição do critério vão sempre lado a lado, pois o critério tem por função autenticar a Verdade do verdadeiro. Afastadas as instâncias (idealistas) de uma teoria do conhecimento, Spinoza sugeria então que “o verdadeiro se indica a si mesmo”, não como Presença, mas como Produto, na dupla acepção do termo “produto” (*resultado* do trabalho de um processo que o “*descobre*”), como se verificando em sua própria produção. Ora essa posição não tem afinidade com o “critério da prática”, tese maior da Filosofia marxista, pois esse “critério” marxista não é exterior, mas interior, à prática, e como essa prática é um processo (Lênin o disse com insistência: a prática não é um “critério” absoluto, somente seu processo é convincente), o critério não é uma Jurisdição, é no processo de sua produção que os conhecimentos se confirmam²¹¹.

A partir da leitura sobre Spinoza, Althusser traça dois aspectos de seu pensamento que ajudam a iluminar a compreensão não só da *generalidade II* (prática teórica), mas também do processo de conhecimento. São eles: a centralidade da *prática* e o abandono de qualquer concepção de conhecimento que busca uma “*Verdade*” seja ela no real ou na razão. A busca de uma “*Verdade*” se traduz aqui como a busca de adequação entre pensamento e objeto real. Tendo em vista esse modelo, o conhecimento é verdadeiro porque é verossimilhante ou idêntico ao real, logo, a “*Verdade*” está no objeto. Ou o conhecimento é “*Verdadeiro*” por expressar uma lógica racional produzida pela razão humana, assim, a “*Verdade*” está na razão humana. Nenhum dos dois modelos é adequado, para Althusser, pois ambos partem da cisão entre *sujeito* e *objeto*. Para o filósofo, a busca por uma “*Verdade*” não condiz com a produção de conhecimento marxista. A própria *prática* (*prática teórica*) como um processo *produz* o

211

Agradeço ao Diego Lanciote pela indicação deste excerto e por chamar a atenção para sua importância na discussão que venho empreendendo. O uso e a interpretação que faço dele é de minha inteira responsabilidade.

“*verdadeiro*” não como “*Verdade*”, mas como conhecimento capaz de explicar o social e sendo, portanto, “*verdadeiro*” para aquela dada conjuntura.

Outro aspecto é a centralidade da *prática*. Para explorarmos tal questão é necessário recuar um pouco. Conforme Althusser, não é a matéria que define a *prática*, mas o contrário, a *prática* define sua matéria-prima. No caso da *prática teórica*, sua matéria-prima é um *objeto de conhecimento* (produto de outras práticas) (ibidem, 1979b, p. 62-64). Vimos também que, para o filósofo, o processo de produção de conhecimento não buscava uma totalidade do *real-concreto*, mas sim a totalidade desse *objeto de conhecimento*, ou seja, o conhecimento de todos os *elementos que o produziram* e das relações que esse conceito estabeleceu com a problemática vigente (ibidem, 1979b, p. 48-49; 1980, p. 20).

Observamos, portanto, que com a recusa da cisão entre *sujeito* e *objeto*, dissolviam-se qualquer concepção de *método como aplicação exterior de técnicas ou conceitos para a extração de uma verdade contida em um objeto* (ibidem, 1979b, p. 36). Nesses casos, o *critério de verdade*, esteja ele no *sujeito* ou no *objeto*, seria sempre suscetível à dúvida e à busca de legitimação retrospectiva da validade desse critério. Por exemplo, no caso de uma leitura empiricista, tal como a compreende Althusser, se estabelece como *método* que um conhecimento é *verdadeiro* na medida em que corresponde ao *real-concreto*. O *método* (ou os métodos dentro de uma ciência) é utilizado como *critério de verdade*, pois, visa garantir o processo de extração de uma verdade contida no real. Contudo, como garantir que um método é mais justo que outro? Como garantir que esses métodos sejam capazes de apreender o real? Segundo Althusser (1979b, p. 41, grifos do autor),

Quando o empirismo designa na essência o objeto do conhecimento, confessa algo de importante, que nega no mesmo instante: confessa que o objeto do conhecimento não é idêntico ao objeto real, dado que o declara apenas parte do objeto real. Mas nega o que confessa, precisamente ao reduzir essa diferença entre dois objetos – o objeto do conhecimento e o objeto real – a uma simples distinção de partes de um só objeto: o objeto real. Na análise confessada, há dois objetos distintos: o objeto real que “existe fora do sujeito, independentemente do processo do conhecimento” (Marx) e o objeto do conhecimento (essência do objeto real) que é inteiramente distinto do objeto real. Na análise negada, não há mais que *um só objeto*: o objeto real. Onde nos é lícito concluir: o verdadeiro jogo de palavras nos enganou sobre o seu lugar, sobre o seu suporte (*Träger*), sobre a palavra que é sua sede equívoca. O verdadeiro jogo de palavras não se refere à palavra *real*, que é sua máscara, mas à palavra *objeto*. Não é o assassinato da palavra *real* que se discute, mas o da palavra *objeto*; é o *conceito* de objeto, cuja *diferença* se impõe produzir, para desembaraçá-la da unidade de impostura da *palavra* objeto.

De acordo com o filósofo franco-argelino, a premissa teórica do empiricismo é a divisão do *objeto real* em duas partes: uma essência interna (interioridade essencial) e um

resíduo externo (exterioridade fenomênica). Essa essência, que precisaria ser extraída, é um *objeto de conhecimento*, pois, é algo distinto do próprio *objeto real*, contudo, as duas partes permanecem sob a roupagem do *objeto real*. A *evidência* do *real-concreto* ocultaria um processo de distinção entre dois objetos (*objeto de conhecimento* e *objeto real*) que não é assumido teoricamente. O *método* coloca-se aí, como *técnica* que expressa a confusão entre o *conhecer* e o *ser* (ibidem, p. 40).

Para Althusser, se o pensamento está no mundo e o pensamento apropria-se do mundo a partir de determinadas condições, nem o sujeito e nem o objeto podem ser considerados como *critério da verdade*. A própria *prática teórica* surge como *critério*, como processo interno (porque não há cisão entre *sujeito* e *objeto*) que confirma o conhecimento no processo de produção de conhecimento, quando o *produto* é capaz de explicar os mecanismos sociais. É por esse motivo que o filósofo fala em ciência como um círculo aberto, posto que, para ele, a *prática teórica* marxista diz respeito a uma determinada *problemática* que orienta um potencial explicativo da realidade, como, por exemplo, o motivo pelo qual homens e mulheres são explorados.

(...) porque a *prática teórica* é bem por si mesma seu próprio critério, contém precisamente em si protocolos determinados de *validação* da qualidade de seu protocolo, isto é, os critérios da cientificidade dos produtos da prática científica. O mesmo acontece na prática real das ciências: uma vez que estejam verdadeiramente constituídas e desenvolvidas, não precisam absolutamente da comprovação de práticas *exteriores* para declarar “verdadeiros”, isto é, *conhecimentos*, os conhecimentos que elas produzem (ibidem, 1979b, p. 62-63, grifos do autor).

Se a *prática teórica* se impõe como critério, não existe mais uma busca por um *critério de verdade*. Há, portanto, a busca de uma *justeza* do conhecimento produzido como potencialidade de explicar o real vivido.

c) *Generalidade III*: Segundo Althusser, a *generalidade III* é o *produto* do processo de produção de conhecimento. É uma nova generalidade, contudo, é mais *concreta* que a *generalidade I*, visto que é mais específica. A *generalidade III* não é continuação da *generalidade I*, como se uma fosse o gérmen do que estaria por vir. É, na verdade, um novo conceito mais elaborado teoricamente (ibidem, 1979a, p. 161-167; DOMESGUE, 1967, p. 73). A *generalidade III*, para o filósofo, é o *concreto-do-pensamento*²¹² que Marx estabeleceu na *Introdução* de 1857 (MARX, 2010, p. 111). Com o contínuo desenvolvimento de uma ciência, essa *generalidade III* (de um dado momento) será tomada como *matéria-prima*

(*generalidade I*) para o início de um novo ciclo do processo de conhecimento, sendo confrontada e transformada novamente pela *prática teórica*.

A *generalidade III* é considerada como uma generalidade “concreta”, pois, é produto do processo de produção de conhecimento (que é um processo de descontinuidade qualitativa). Dessa maneira, trata-se de uma *generalidade especificada* que resulta do processo de confronto (crítica) da ideologia (presente na *generalidade I*) para produzir um conceito mais científico. Lembremos que, para o autor, a ciência está em constante desenvolvimento (ibidem, p. 162-165). Ao defini-la como *concreto-do-pensamento*, Althusser não está se referindo ao *real-concreto* (ao mundo sensível), mas sim a um conceito capaz de conhecer o real, não por identidade (adequação), mas porque esse real é apreendido pelo pensamento como resultado da *intuição* e da *representação* (ibidem, 1979b, p. 44). Nesse sentido, “O concreto é concreto por ser uma concentração (*Zusammenfassung* = concentração, síntese) de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo” (MARX, 2010, p. 111, grifos do tradutor)²¹³. Althusser complementa, informando que

(...) é perfeitamente lícito dizer que a produção do conhecimento, que é o peculiar da prática teórica, constitui um processo que se passa *inteiramente no pensamento*, do mesmo modo que podemos dizer, *mutatis mutandis*, que o processo da produção econômica se passa inteiramente nas determinações específicas de sua estrutura (...). É perfeitamente legítimo (*richtig*) dizer então, como o faz Marx, que “a *totalidade-concreta como totalidade-de-pensamento, como concreto-de-pensamento é em realidade* (in der Tat) *um produto do pensar e do conceber* (ein Produkt des Denkens, des Begreifens) (...) (ALTHUSSER, 1979b, p. 43-44, grifos do autor).

Se todo processo de conhecimento ocorre no pensamento, a questão colocada por Althusser (1979b, p. 59, grifos do autor), era: “(...) *mediante que mecanismo a produção do objeto do conhecimento produz a apropriação cognitiva do objeto real que existe fora do pensamento no mundo real?*”. E propõe como resposta:

(...) o conhecimento tem a ver com o mundo real, através do seu modo de apropriação específica do mundo real: com isso está precisamente colocado o problema do modo pelo qual se exerce, e, pois, *do mecanismo* que assegura, a função de apropriação do mundo real pelo conhecimento, isto é, por esse processo de produção de conhecimentos que, *embora*, ou antes, *dado que ele* se passa *inteiramente no pensamento* (no sentido que já esclarecemos), efetua no entanto essa tomada (do conceito: Begriff) no mundo *real* chamada sua apropriação (Aneignung) (ibidem, p. 57, grifos do autor).

O “mecanismo que assegura” a apropriação do mundo real pelo conhecimento é a *prática teórica*. Ela é a “apropriação específica do mundo real”, não como extração de algo contido fora do pensamento, mas como processo que ocorre *no* e *através* do pensamento. A apropriação ocorre não pela mediação de técnicas, propriamente ditas, mas se expressa na materialidade de um *modo de produção teórico*. Isso indica, por exemplo, preocupações e silêncios de um dado momento da história de uma ciência.

A *generalidade III*, resultado do processo de produção de conhecimento, será, pois, resultado dessas *intuições* e *representações* acerca do real, que não são produto de um indivíduo, mas de um *modo de produção teórico* (ibidem, p. 42). Como conceito “concreto” (visto que é mais especificado do que a *generalidade I*), a *generalidade III* possui condições de explicar o real, uma vez que é mais particular. Isso não quer dizer, contudo, que a *generalidade III*, assim que produzida é uma *Verdade* ou um conceito eterno que não possa ser questionado. Como vimos, ela será tomada como *matéria-prima* em um novo processo de conhecimento, sendo confrontada pela *prática teórica*.

Segundo Saes (2007, p. 25, grifos do autor),

No terreno específico dos estudos sobre a História, isso significa que o cientista constrói no pensamento certos objetos (como o “modo de produção” e a “transição”) que, postos em operação, lhe permitirão chegar ao conhecimento de objetos reais e concretos (as “formações sociais”). Pode-se dizer, desse modo, que, para a corrente althusseriana, a *História como ciência* é um conjunto de conceitos cuja utilização torna possível o conhecimento da *História como processo real*.

Em resumo, o processo de produção de conhecimento, para Althusser, é ilustrado pelo sistema de generalidades. A *generalidade I* (matéria-prima = objeto de conhecimento); a *generalidade II* (trabalho de transformação da matéria-prima = prática teórica) e a *generalidade III* (produto do processo = conceito “concreto”). Segundo Domesgue (1967, p. 74), qualquer objeto (seja *generalidade I* ou *generalidade III*) é determinado pelo “campo” teórico ou ideológico ao qual pertence, ou seja, nenhum conceito existe isoladamente.

Para o filósofo franco-argelino, um conceito não é resultante de um indivíduo, “Esse pensamento é o sistema historicamente constituído de um *aparelho de pensamento*, fundado e articulado na realidade natural e social” (ALTHUSSER, 1979b, p. 42, grifos do autor). Logo, o pensamento é tido como um *sistema* inserido no mundo: “Todo seu esforço está explicitamente animado pela consideração das condições históricas objetivas nas quais se efetua a operação de pensamento. Êste pensamento, êle o precisa com veemência, é sem dúvida um ‘sistema real *próprio*’ (...)” (DOMESGUE, 1967, p. 75, grifos do autor). Por

“sistema real próprio”, Domesgue se refere ao fato de o sistema de pensamento estar fundado no mundo real.

De acordo com Althusser (1979b, p. 57, 59) a *prática teórica* é uma teoria posta em ação, “Porque não há, de um lado, a teoria, que seria apenas pura visão intelectual sem corpo nem materialidade, e de outro uma prática inteiramente material que ‘pusesse a mão na massa’” (ibidem, p. 61, grifos do autor). O filósofo não parte do princípio de buscar uma garantia da possibilidade de conhecimento (*critério de verdade*), pois, não há a premissa de um sujeito que confronta um objeto, trata-se da produção de seu objeto e da transformação do mesmo em um novo conhecimento. Tal conhecimento deve ser capaz de explicar os mecanismos do real, no sentido de compreender condições de possibilidade, estrutura, lógica interna e função social daquele conhecimento (ibidem, 1979a, p. 203-204). O conhecimento do real pertence a uma lógica distinta do próprio real em si, sem, com isso, negar sua existência autônoma.

Por fim, gostaríamos de destacar as diferenças centrais entre Vilar e Althusser:

a) *A busca de uma adequação entre conhecimento e real.* Vilar busca uma *adequação* entre conhecimento e real. Para isso, desloca tanto a teoria como o método para o papel de instrumentos que validam o conhecimento produzido, quanto fornece uma potencialidade explicativa da realidade social (a busca de *adequação* é o principal fundamento de um viés metodológico, pois, busca um critério de verdade – verdade científica–). Althusser, por outro lado, rejeita qualquer concepção de conhecimento que busque ou uma adequação ou um critério de verdade. Para o filósofo, o próprio processo de conhecimento é seu critério e o potencial explicativo de um conceito sobre a realidade se mostra na medida em que ele ilumina os mecanismos de determinação reais ou não (potencial de transformar essa realidade). Cabe destacar, ainda, que o real existe independente do conhecimento que se tenha dele. Existe uma primazia do *ser* sobre o *pensamento* e por isso busca-se não uma *adequação*, mas uma *justeza* entre conceito e real (ALTHUSSER, 1967, p. 17).

b) *Cisão entre homem e natureza.* Em Vilar, há uma cisão bem delimitada entre pensamento e real quando opera com o par *sujeito* e *objeto*. Tal cisão é marcada pela externalidade do objeto científico (que possui como referente o real) com relação ao sujeito. Para Althusser, não existe uma cisão entre sujeito e o mundo real. A apropriação do mundo

real acontece pelo pensamento e constrói um *objeto de conhecimento* que não é neutro (ou puro), visto que possui conteúdo ideológico.

Demarcamos duas diferenças, pois, para nós, elas são as principais consequências teóricas da definição de *matéria-prima* em cada um dos autores estudados. Não como consequências puras e imediatas, mas sim como *resultados e causa*. Apesar das diferenças teóricas que talvez sejam inconciliáveis, existe um ponto de encontro entre Pierre Vilar e Louis Althusser: o conhecimento deve ser capaz de explicar os mecanismos de funcionamento de uma totalidade social e ele possui um uso político, seja para “homens de ação”, como define Vilar, seja para os marxistas de modo geral, como compreende Althusser.

Finalmente, colocamos a questão: se em Althusser existe a defesa de uma prática pura, como reflexo da cisão entre ciência e ideologia, será que a edificação de um ofício do historiador afastado da esfera política, não resulta também no desejo de uma “pura prática”, como apontou Araujo (2013, p. 35)?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim de um longo trajeto de pesquisa que se propôs a (re)*construir* o diálogo de Vilar com Althusser. Esse que é um dos muitos episódios marcantes na história dos encontros entre a disciplina histórica e a filosofia. Falamos em uma (re)*construção*, pois, desde o início tratou-se da *produção* desse diálogo, que, para além dos textos reconhecidos como críticas²¹⁴, encontrávamos várias menções ao pensamento do filósofo nas obras do historiador francês.

Vilar optou pela construção de um diálogo, não pelo alijamento do pensamento do filósofo franco-argelino. Esse diálogo crítico não resultava em uma aceitação cega e não se construía como expurgo das propostas althusserianas. O historiador francês reafirmava a *especificidade* e a *autonomia* da disciplina histórica, assim como a necessidade de interlocução com outras áreas de conhecimento.

A teoria marxista da história é um elemento central para entender esse importante episódio da história da historiografia, conjuntura na qual tal corrente teórica era algo incontornável, mesmo para os não-marxistas ou *annalistas*. O historiador francês foi considerado como pertencente ao grupo que compunha os *Annales*, contudo, nunca recusou que era marxista. Disse em entrevista que jamais pertenceu a uma “Escola”, mas que realizou contribuições para a revista, sendo que Labrousse fora reconhecidamente seu “mestre” (VILAR, 1998, p. 64-66).

Vilar (*ibidem*, p. 74) revelou que:

No decorrer dos anos 60 e 70, senti-me, algumas vezes, constrangido de me dizer marxista, quando tantos se atribuíram a condição ou disputavam a palavra. Inversamente, hoje eu me constrangeria de dar a impressão de renunciar à qualificação, no momento em que ela é objeto de certa proibição

Defendeu, ainda, que havia uma “(...) diferença entre um marxismo que seria profecia e um marxismo que seria instrumento de análise. Antes de mais nada, é preciso distinguir teoria de doutrina” (*ibidem*).

Althusser sempre se assumiu como filósofo e comunista, não recusando as implicações políticas de suas formulações teóricas. Inseriu-se na disputa em torno das *leituras possíveis* da

214

Referimo-nos a “Histoire marxiste, histoire en construction” (1973) e *La méthode historique* (1968).

obra de Marx ao propor a divisão entre *obras de juventude* e *obras de maturidade*²¹⁵. Também confrontou a posição oficial do PCF ao defender que o marxismo não era um *humanismo*²¹⁶ e ao se valer das reflexões de Mao Tsé-Tung quando o partido seguia a linha do PCUS.

No primeiro capítulo, vimos que, apesar disso, não podemos assumir que ambos estavam se referindo ao mesmo marxismo. Para Vilar, essa corrente teórica era um instrumento de análise, consequentemente, foi apropriada a partir de um viés metodológico que servia à constituição da disciplina histórica. Conforme Althusser, porém, o marxismo era composto pelo *materialismo histórico* e pelo *materialismo dialético*, sendo que, o *materialismo histórico* era definido como “ciência marxista da história”, ou seja, não possuía relação imediata com a História (disciplina).

Momentos decisivos na história do marxismo, como o XX Congresso do PCUS, em 1956, e o Maio de 1968, tiveram impactos diferentes no pensamento de cada um dos autores, ainda que constituíssem a conjuntura vivida. Ao assumirem-se como marxistas, em um cenário de severa crítica e associação dessa corrente ao stalinismo, Vilar e Althusser defenderam seus posicionamentos e não abriram mão do pensamento de Marx.

Assim como o marxismo, no âmbito exclusivo das ciências sociais, o estruturalismo fornecia critérios de objetividade científica, tornando-o também algo que não podia ser ignorado. O marxismo e o estruturalismo estavam em *campos opostos*, todavia eram concebidos como grandes teorias gerais. O soldo do Maio de 1968 foi um momento de crítica virulenta aos considerados “estruturalistas”, seguido da retomada dessa corrente para tentar compreender o que havia acontecido. Os historiadores propuseram um estruturalismo aberto, consolidando-se como uma terceira via teórica naquele momento e obtendo grande êxito. O período posterior foi marcado não só pela queda do estruturalismo, mas também do marxismo nas ciências sociais. Como não se buscava mais uma teoria geral, consequentemente, as disciplinas se voltaram para dentro de si mesmas.

Depreendemos disso que o marxismo foi uma corrente teórica importante para as ciências sociais durante as décadas de 1960 e 1970, na França. Para além dos embates políticos empreendidos por vários intelectuais marxistas, entre eles Althusser, havia também uma apropriação teórico-metodológica que tentava se afastar da política, como foi o caso de

215

Para isso, mobilizou os conceitos de *ruptura epistemológica e problemática*.

216

Referimo-nos a tese do *anti-humanismo teórico* em Marx.

Vilar. Destarte, o pensamento de Marx era concebido como uma potência não apenas para a transformação social, mas para a produção de conhecimento sobre as sociedades passadas e a respeito do presente. Todavia, no diálogo Vilar-Althusser, não se tratava de um único marxismo, mas de duas propostas de apropriação das obras de Marx.

Em *Conceitos mobilizados*, exploramos alguns conceitos que eram importantes para localizar a produção de cada um dos autores, bem como introduzir o debate realizado no capítulo três. Naquele item, demos ênfase aos pontos de divergência ou desencontro entre os dois intelectuais. A maior dificuldade encontrava-se em tentar estabelecer um fio condutor que mantivesse a organicidade do texto, mas que respeitasse a especificidade do pensamento de cada um dos autores trabalhados.

Existem duas propostas de leituras marxistas no diálogo investigado, todavia, a maior dificuldade residiu no fato de que elas eram resultados de *lugares de produção* particulares. Investigamos o pensamento de um historiador marxista e de um filósofo marxista, por conseguinte, lidamos com duas *formas específicas de construção de discurso*. É notável que a apreciação desses pensamentos foi realizada a partir de um *lugar de produção*, ou seja, como uma historiadora cuja formação ocorreu em uma universidade afastada dos grandes centros universitários do país e que teve contato com várias teorias historiográficas, em especial aquelas ligadas aos intelectuais franceses.

Nesse sentido, é preciso considerar que esta pesquisadora se dedicou ao estudo do pensamento de Louis Althusser por meio do problema da “verdade científica” na historiografia, antes de ter qualquer contato com o estigma que o autor possuía entre os historiadores²¹⁷. Por ter ingressado em um programa de pós-graduação não muito antigo, foi possível continuar este estudo. Ademais, o trabalho foi orientado pela maior referência do país no pensamento de Pierre Vilar e, felizmente, ainda podemos encontrar intelectuais que pesquisam o pensamento de Althusser e que tiveram a generosidade de dialogar conosco neste percurso. É inegável que a apropriação do pensamento desses autores foi realizada por uma historiadora que possuía mais familiaridade com alguns conceitos e discussões. Contudo, esse lugar de produção, marcado por um caminho de diálogo aberto entre história, filosofia e ciências sociais, permitiu um esforço sincero de compreender o pensamento de Vilar e de Althusser. Isso, absolutamente, não nos exime dos erros que possamos ter cometido na interpretação de algum conceito explorado.

217

Em especial, devido à circulação da crítica de Thompson.

Finalmente, no último capítulo, apresentamos o que compreendemos ser a grande questão que marcou a construção do diálogo entre Vilar e Althusser. A saber: o problema da produção de conhecimento. Exploramos, no segundo capítulo, a definição de *matéria-prima* para cada um dos autores. Pudemos observar que Vilar considera ser essa um *objeto científico* que tem como referência o real-concreto, ao passo que Althusser concebe como *matéria-prima* um *objeto de conhecimento* resultante da apropriação do real pelo pensamento. Essas definições criaram duas consequências que reverberaram na concepção de produção de conhecimento para cada um dos autores:

a) Vilar estabeleceu que o *objeto científico* possui como referência o *real-concreto*. Essa definição é oriunda de uma concepção de conhecimento pautada na premissa de que, todo conhecimento deve ser adequado ao *real-concreto*. Como consequência, o historiador francês (re)produz um *modo de conhecimento* pautado na relação entre *sujeito* e *objeto*, que podemos reproduzir sob a fórmula: “*conhecimento* = sujeito (*pensamento/teoria-método*) ↔ objeto (*objeto científico* ↔ *real-concreto*)”. Obtemos disso que o conhecimento é resultado da adequação entre pensamento e real, mas esse real não é compreendido como um dado puro, ele já é resultado de alguma elaboração intelectual, visto que surge sob a forma de *objeto científico*. A premissa por trás dessa concepção é a divisão entre homem e natureza (objeto), isto posto, o processo de produção de conhecimento será externo, pois, resulta da busca permanente de adequação entre pensamento e real (tal como se apresenta como *objeto científico*). O conceito que melhor expressa essa concepção é o de *História total*, a partir do qual Vilar concebe que a complexidade do real deve ser buscada pelo historiador.

b) Althusser possui como premissa a *unidade* entre homem e natureza, com isso, ele estabelece um modelo de apropriação do real que acontece exclusivamente pelo pensamento. Essa concepção aparece de forma prática na divisão entre *objeto real* (que existe independente do conhecimento que tenhamos dele) e *objeto de conhecimento* (*matéria-prima* da produção de conhecimento). Nesse sentido, o *objeto de conhecimento* permite o conhecimento do processo real histórico, mas não se confunde com o *real-concreto* (PANACH, 1971, p. 86; SAES, 2007, p. 25). De acordo com Morfino (2014, p. 106-108), para Althusser, o discurso científico é marcado pela diacronia (lógica de aparição e desaparecimento) que não corresponde à ordem do real. O conhecimento é, segundo o filósofo, um movimento sistemático e progressivo do *simples* ao *concreto* (concreto no pensamento) (PANACH,

ibidem). Dessa maneira, para Althusser, o que se buscava era a totalidade do *objeto de conhecimento* (esse produto de uma apropriação específica do real pelo pensamento).

Sabemos que, para Vilar, a matéria determina a abordagem teórico-metodológica e, para Althusser, a *prática teórica* é central e delimita/determina a especificidade do *objeto de conhecimento*. Todavia, quando confrontamos o pensamento desses dois intelectuais, diante do problema da produção de conhecimento histórico, consideramos que a singularidade da definição de *matéria-prima* foi a “ponta do novelo” do imbróglio entre Vilar e Althusser. A divergência sobre esse ponto, resultou na construção de um diálogo que enfatizou muito mais as diferenças entre a prática de um historiador e o pensamento de um filósofo do que os possíveis pontos de encontro. Isso se deu, ainda que, como vimos, houvesse um interesse sincero de estabelecer o diálogo .

Destarte, reconhecemos as dificuldades enfrentadas na construção do que denominamos como *diálogo crítico*, sendo esse debate oriundo de uma conjuntura virulenta em torno das obras de Marx. Contudo, de igual maneira, tentamos indicar a relevância do debate sobre o processo de produção de conhecimento histórico até os dias de hoje. Esperamos ter contribuído, mesmo que singelamente, para apontar algumas questões que dizem respeito aos *problemas teóricos* em torno da *produção de conhecimento histórico*, além de estabelecer o pensamento desses dois intelectuais marxistas no tempo e no espaço. Reiteramos que não nos eximimos de qualquer erro cometido diante da escolha e do recorte deste trabalho, bem como da apropriação do pensamento de Vilar e Althusser.

FONTES

LOUIS, Althusser. **A favor de Marx**. Trad. Dirceu Lindoso. Ed. 2ª. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979a [1965].

_____. **Elementos de autocritica**. Barcelona: Editorial Laia, 1975 [1972].

_____. Elementos de autocritica. In.: _____. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978b [1972].

_____. **Ler o capital**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979b, v. 1 [1965].

_____. **Ler o capital**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, v. 2 [1965].

_____. Manuscrit d'une réponse à Pierre Vilar. In.: **Revue Periode**. 2016 [1973?]. Disponível em: <<http://revueperiode.net/inedit-althusser-et-lhistoire-essai-de-dialogue-avec-pierre-vilar/>> Acesso em: 26.08.2016.

_____. Manuscrito de uma resposta a Pierre Vilar – Louis Althusser (sem data, em torno de 1973). Traduzido por Danilo Enrico Martuscelli. In.: **Lavra Palavra**. 2018 [1973?]. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2018/03/22/althusser-e-historia-ensaio-de-dialogo-com-pierre-vilar/#_ftn1> Acesso em: 26/03/2018.

_____. **Por Marx**. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2015 [1965].

_____. **Sobre o Trabalho Teórico**. Trad. Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1978? [1967].

VILAR, Pierre. El método histórico. In.: VILAR, Pierre. [et al.]. **Althusser, método histórico e historicismo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1972 [1968].

_____. História Marxista, história em construção. In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos Problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976 [1973].

_____. Historia social y <<filosofía de la historia>> In: **Economía, derecho, historia: Conceptos y realidades**. Trad. Nuria Lago J. e Ignacio Hierro. 1ª. Ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1983a [1964].

_____. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico**. Trad. M. Dolors Folch. 6ª. Ed. Barcelona: Crítica, 1999 [1972-1973].

_____. La historia después de Marx. In: **Economía, derecho, historia: Conceptos y realidades**. Trad. Nuria Lago J. e Ignacio Hierro. 1ª. Ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1983b [1969].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. A Querela do Humanismo II (inédito). In: **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 14, abr. 2002.

_____. A Querela do Humanismo. In: **Crítica Marxista**, n. 09. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Carta aos camaradas do Comitê Central do PCF. Tradução de Maria Leonor Loureiro. In.: **Crítica Marxista**, n. 41, 2015, pp. 135-151.

_____. El antihumanismo teórico de Marx (1984) In: **Filosofía y marxismo** (entrevista com Fernanda Navarro). México (DF), Siglo XXI, 1988, p. 77-88.

_____. Marxismo, Ciência e Ideologia. In: **Marxismo segundo Althusser**. Sinal: 1967, p. 9-56. (Coleção Sinal – 2).

_____. **O futuro é muito tempo**. Seguido de Os Factos. Trad.: Miguel Serras Pereira. 1ª ed. [s.l.]: Asa Editora. 1992.

_____. Resposta a John Lewis. In : **Posições I**. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1978a.

_____. **The Humanist Controversy and Other Writings** (1966-1967). Editado por François Matheron. Trad. G. M. Goshgarian. Londres: Verso, 2003, p. 18, nota 8.

ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: Um debate com E. P. Thompson**. Campinas – SP: Editora da Unicamp. 2018.

_____. **Teoría, política e história: Un debate con E. P. Thompson**. Madrid, Siglo XXI, 1985.

ARAÚJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. In.: **História da historiografia**. n. 12, Ouro Preto: 2013, pp. 34-44.

_____. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. In.: **Revista de História**. v. 12, n. 1, Juiz de fora: 2006, pp. 79-94.

BALIBAR, Etienne. From Bachelard to Althusser: the concept of “epistemological break”. In.: **Economy and Society**. Vol. 7, n. 3, Agosto de 1978.

_____. Le concept de “coupure épistémologique” de Gaston Bachelard à Louis Althusser, 1991. In: **Écrits pour Althusser**. Puf, 1991.

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis – RJ : Vozes, 2012.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Vertentes da História Intelectual**. Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Política nas Américas Vol. 1. Assis: FCL, Unesp Publicações, 2009, p. 86-98.

BLANKE, Horst Walker. Para uma nova história da historiografia. In.: MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BOITO JR, Armando. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. In: PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ler-althusser_ebook.pdf> Acesso em: 30/03/2018.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Trad.: Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CONGOST, Rosa. Pierre Vilar e a análise histórica : algumas reflexões. In : COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Orgs.). **Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção**. Bauru - SP: Edusc, 2007.

CONICET, Federico Martín Miliddi. Pierre Vilar y la construcción de una historia marxista. Notas sobre el debate con Louis Althusser. In.: **Actas y Comunicaciones**. Buenos Aires: Instituto de Historia Antigua y Medieval, Vol. 3, pp. 1-11, 2007.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Apresentação. In.: _____. **Reflexões sobre o saber histórico**. Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **História e Historiografia: inquietações em torno do conhecimento histórico**. São Paulo. 2011 (Tese Livre Docência – Universidade Federal de São Paulo).

_____. Teoria e História: uma relação tensionada. In.: **Revista Internacional de Humanidades**, v. 2, p. 27-38, 2013, p. 37.

DELACROIX, Christian; et al. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Trad. Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DOMESGUE, Raymond. O Marxismo é um humanismo? In: **Marxismo segundo Althusser**. Sinal: 1967 (Coleção Sinal – 2).

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Bauru – SP: Edusc, 2007a. Vol. 1.

_____. **História do estruturalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Bauru – SP: Edusc, 2007b. Vol. 2.

ELLIOTT, Gregory. **Althusser The Detour of Theory**. Boston: Leiden, 2006 (Historical materialism book series - 13).

EVANGELISTA, Walter José. Notas sobre materialismo aleatório, sobredeterminação e determinação em última instância pelo econômico. In.: **Anais V Colóquio CEMARX**. 2007. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao2/Walter_Evangelista.pdf> Acesso em: 02/04/2018.

FAUSTO, Ruy. “Introdução”, “Dialética marxista, humanismo, anti-humanismo”, “Althusserismo e antropologismo”, “Sobre o destino da antropologia na obra de maturidade de Marx”, “Notas sobre o jovem Marx”. In.: Marx: **Lógica e Política**: Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 12-23, 27-65, 66-86, 227-235, 236-247.

FEBVRE, Lucien. De la théorie à la pratique de l’histoire. In.: **Annales**. n. 8, 1953, p. 363.

FONTANA, Josep. Atualidade de Pierre Vilar, atualidade do Marxismo. In : COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Orgs.). **Pierre Vilar**: uma história total, uma história em construção. Bauru - SP: Edusc, 2007.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GORENDER, Jacob. O conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica. In.: LAPA, José R. A.; et al. (orgs.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro – RJ: Vozes, 1980.

GUTTING, Gary. **French Philosophy in the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HIRST, Paul Q. The necessity of theory. In: **Economy and Society**. [s.l.] [s.n.], v. 8, n. 4, p. 417-445, nov. 1979.

HOBBSAWM, E. J. A influência do marxismo, 1945-83 In.: **Como mudar o mundo**: Marx e o Marxismo, 1840-2011. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5ª. ed.. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LEFEBVRE, Henri. Les paradoxes d’Althusser. In.: **L’Homme et la société**. n. 13, 1969. Disponível em: < http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1969_num_13_1_1227> Acesso em: 14/03/2018.

LUNA, Pablo F. Produção, produtividade e preço na história em construção de Pierre Vilar. In : COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Orgs.). **Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção**. Bauru - SP: Edusc, 2007.

MARTÍN, Pedro Benítez. **En torno a la polémica Thompson-Althusser** (apuntes para una revisión), mimeo, [s.d.].

_____. **La Formación de un francotirador solitario: lecturas filosóficas de Louis Althusser (1945-1965)**. Zagaroza: Prensas Universitarias de Zagaroza, 2007.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Althusser, a crise do marxismo e a crítica à ilusão jurídica da política. In.: **Crítica Marxista**. n. 33. vol. 18. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2014.

_____. Apresentação do documento “Carta aos camaradas do Comitê Central do PCF”, de autoria de Louis Althusser. In.: **Crítica Marxista**. N. 41. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2015.

_____. O anti-humanismo teórico na obra de Louis Althusser : Problemas de teoria e efeitos políticos. In: PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ler-althusser_ebook.pdf> Acesso em: 30/03/2018.

MARX, Karl. O método da economia política. Terceira parte da “Introdução à crítica da economia política” (1857). Trad.: Fausto Castilho. In.: **Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, n. 30, pp. 107-125, 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/documento2015_06_04_11_12_0814.pdf> Acesso em: 28/06/2015.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In.: MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDVEDEV, Roy A. O 20º Congresso do Partido: Antes e depois. In.: **Um Stalin desconhecido: novas revelações dos arquivos soviéticos**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006

MORAES, João Quartim de. O humanismo e o homo sapiens. In.: **Crítica marxista**. São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 21, 2005, p. 28-51.

_____. Sobre a fundamentação althusseriana do marxismo. In: PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ler-althusser_ebook.pdf> Acesso em: 30/03/2018.

MORFINO, Vittorio. A Causalidade Estrutural em Althusser. In.: **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 18, n, 33, p. 102-116, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25744>> Acesso em: 10/09/2017.

MOTTA, Luiz Eduardo. **A favor de Althusser: revolução e ruptura na Teoria Marxista**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Grama FAPERJ, 2014.

_____. O (re)começo do marxismo althusseriano. In.: **Crítica Marxista**. N. 35, São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2012.

NETO, Pedro Leão da Costa. Crítica ao conceito de marxismo ocidental. In.: **Crítica Marxista**. N. 38. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2014.

NIELD, Keith; SEED, John. Theoretical poverty or the poverty of theory: British Marxist historiography and the Althusserians. In: **Economy and Society**. [s.l.] [s.n.] v. 8, n. 4, p. 383-416, nov. 1979.

ORTIZ, Luis Carlos. As contribuições teóricas, conceituais e práticas de Pierre Vilar aos processos de ensino e aprendizagem da disciplina histórica. In : COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Orgs.). **Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção**. Bauru - SP: Edusc, 2007.

PANACH, Emilio. Causalidad Estructural. In.: **Revista Internacional de Filosofía**, Vol. 1, n. 4, 12/1971, pp. 85-96. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43047188>>. Acesso em: 28/09/2018.

PEREIRA, Miriam Halpern. História e teoria econômica na obra de Pierre Vilar. In: COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Orgs.). **Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção**. Bauru - SP: Edusc, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais do Estado Capitalista**. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1971, p. 5-33.

PRADO JR., Caio. O Marxismo de Louis Althusser. In.: **O estruturalismo de Levi-Strauss O marxismo de Louis Althusser**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

RANCIÈRE, Jaques. A falácia democrática. Entrevistado por Gianni Carta. In.: **Carta Capital**. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/819/a-falacia-democratica-198.html>> Acesso em: 27/03/2018.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REY, Pierre-Philippe. **As alianças de classes**. Coimbra, Portugal: Centelha, 1979.

ROMÉ, Natalia. **La posición materialista: El pensamiento de Louis Althusser entre la práctica teórica y la práctica política**. La Plata, Argentina: Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (Edulp). 2014. (Colección filosofía).

SAES, Décio. Marxismo e história. In.: **Crítica Marxista**. n.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, pp. 39-59. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo286Artigo1.3.pdf> Acesso em: 23/03/2016.

_____. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In.: **História do Marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações.** Org.: João Quartim de Moraes. 2ª Ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp. 2007. pp. 13-151.

SCHÖTTLER, Peter. Althusser and Annales Historiography – An Impossible Dialogue? In.: **The Althusserian Legacy.** Editado: E. Ann Kaplan; Michael Sprinker. Londres/Nova York: Verso, 1993, pp. 87-105.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes Nomes da História Intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003.

SILVEIRA, Paulo. **Do lado da História:** Uma leitura crítica da obra de Althusser. São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978 (Teoria e História).

TARGA, Geise de Souza. **O problema da produção do conhecimento histórico na polêmica Thompson-Althusser.** Monografia de conclusão de curso. Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli. Co-orientação: Prof. Me. Vicente Neves da Silva Ribeiro. Defendida em 2015 pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://libgen.io/book/index.php?md5=0152F9029140C7E9CFFB7755FFFC4340>>. Acesso em: 11/02/2018.

THÉVENIN, Nicole-Édith. O itinerário de Althusser. In.: **Presença de Althusser.** Márcio Bilharinho Naves (Org.). Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2010.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. In.: **Tempo Social: Rev. Sociol. USP.** São Paulo. n. 10 (2), outubro de 1998, pp. 63-100.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros:** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. In.: **História da historiografia.** n. 13, Ouro Preto: 2013, pp. 78-95.

VILAR, Pierre. A Memória Viva dos Historiadores. In.: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos:** campos e canteiros da história. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998a, pp. 271-297.

_____. Entrevistado por Márcia Mansor D’Aléssio. In.: D’ALESSIO, Marcia Mansor. **Reflexões sobre o saber histórico.** Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998b, pp. 27-83.

_____. **Ouro e moeda na história — 1450-1920.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980
VOVELLE, Michel. Uma história social “total”: rigor teórico e ciência do real em Pierre Vilar. In : COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Orgs.). **Pierre Vilar:** uma história total, uma história em construção. Bauru - SP: Edusc, 2007.